

Norma Alcântara  
Susana Jimenez  
(Organizadores)

## ANUÁRIO LUKÁCS 2018

1ª edição  
Instituto Lukács  
São Paulo, 2018

© do autor

Creative Commons - CC BY-NC-ND 3.0

Revisão de português: Helena de Araújo Freres

Diagramação: Edivânia Melo

Revisão: Talvanes Eugênio Maceno

Arte da capa: Luciano Accioly Lemos Moreira

Revisão da capa: Liana França Dourado Barradas

### **Catálogo na fonte**

Departamento de Tratamento Técnico do Instituto Lukács

*Bibliotecária responsável:* Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717

---

A636 Anuário Lukács 2018 / Susana Jimenez, Norma Alcantâra,  
(organizadores); autores Matthias István Köhler ... [et al.]. – São Paulo: Instituto  
Lukács, 2018.

288 p.

Inclui bibliografia.

Anual.

ISSN: 2525-3328.

1. Georg Lukács, 1885-1971. 2. Anuário. 3. Ontologia – Materialismo –  
Ciência. I. Jimenez, Susana, org. II. Alcantâra, Norma, org.

CDU: 141.12 (058)

---

Norma Alcântara  
Susana Jimenez  
(Organizadores)

## ANUÁRIO LUKÁCS 2018

1ª edição  
Instituto Lukács  
São Paulo, 2018

## CONSELHO EDITORIAL

Alexandre de Jesus Santos  
Andréa Pereira Moraes  
Belmira Rita da Costa Magalhães  
Betania Moreira de Moraes  
Bruno Gonçalves da Paixão  
Dayane Silva Oliveira  
Edivânia Francisca de Melo  
Edlene Pimentel Santos  
Emanoel Rodrigues Almeida  
Fabio Cristovam Batista Paiva  
Francisca Maurilene do Carmo  
George Amaral Pereira  
Gilmaisa Macedo da Costa  
Helena de Araújo Freres  
Jackeline Rabelo  
José Deribaldo Santos  
Liana França Dourado Barradas  
Luciano Accioly Lemos Moreira  
Maria Cristina Soares Paniago  
Maria das Dores Mendes Segundo  
Maria Gorete Rodrigues de Amorim  
Maria Lucia Paniago  
Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda  
Maria Susana Jimenez  
Mariana Alves de Andrade  
Odair Michelli Junior  
Rafael João M. de Albuquerque  
Rosângela Melo  
Ruth Maria de Paula Gonçalves  
Talvanes Eugênio Maceno  
Uelber Babosa Silva  
Victor Andrade Silva Leal  
Yessenia Fallas Jiménez

# SUMÁRIO

**PREFÁCIO** ..... 7

**O marxismo na Europa após o fim da hegemonia neoliberal**

Matthias István Köhler ..... 19

**György Lukács: acerca da viragem ontológica de 1930**

Marteano Ferreira de Lima ..... 45

**Lukács e a autêntica ontologia de Marx**

Fabiano Geraldo Barbosa

Jackline Rabelo

Susana Jimenez ..... 79

**Lukács, ciência e ontologia**

Rafael Rossi ..... 107

**Ontologia e linguagem**

Gilmaisa Macedo da Costa ..... 123

**Chasin e Mészáros: a propósito da assim chamada crise estrutural**

Elcemir Paço Cunha ..... 155

**Crise estrutural do capital e crise estrutural da política: uma relação intrínseca**

Edlene Pimentel ..... 187

**Ciência e tecnologia cativas do capital: da destruição produtiva à produção destrutiva nos marcos da crise estrutural**

Helena Freres

Maria das Dores Mendes Segundo  
Maurilene do Carmo ..... 211

**Racismo no Brasil: da resistência à negociação**

Uelber Barbosa Silva ..... 227

**A reforma educacional no Brasil e a ascendência da mercantilização do ensino: o capital dita as regras**

Cezar Amário Honorato de Souza

Valdemarin Coelho Gomes ..... 253

## PREFÁCIO

O Anuário Lukács 2018 não poderia desconsiderar um evento de suma importância para a história das classes dominadas: o bicentenário de nascimento daquele que marcaria para sempre o pensamento sobre a sociedade e a vida prático-cotidiana da humanidade, revolucionando tudo o que fora produzido até então pelas ciências sociais. Não é demasiado enfatizar que Marx elaborou uma profunda e radical crítica à sociedade capitalista, à propriedade privada e à alienação, denunciando, arduamente, as condições de miséria e exploração do proletariado. Perseguido, exilado, expulso de vários territórios e nações, Marx tomou a frente na organização e nas lutas comunistas de sua época. Opondo-se rigorosamente ao reformismo social e indicando os limites do Estado e da política, estabeleceu de forma inédita a possibilidade histórica de superação do capital pelas mãos do sujeito revolucionário – o proletariado.

Ao fim de uma entrevista realizada em julho de 1871, o jornalista estadunidense R. Landor confessa que, após vencer reservas e temores frente à tarefa de entrevistar Marx ao ouvir seus eloquentes discursos e observar sua vida pessoal, reconheceu o “perigo” que o revolucionário de Trier oferecia à ordem vigente, derivado de sua clara posição a favor da classe trabalhadora na luta contra o sistema que a oprime. Desde aqueles tempos, com efeito, o capital tenta esconjurar o perigo legado por Marx, deturpando seu pensamento, denegrindo seu caráter, enterrando sua obra grandiosa nos subterrâneos da história do século XIX. A aversão ao marxismo, em todas as possíveis formas de expressão, desemboca infalivelmente no pavor ao comunismo – e vice-versa. Para a burguesia, a relação entre marxismo e comunismo está

cristalizada, sem remissão, no fantasma do totalitarismo. Este axioma é disseminado sem tréguas, não obstante o fato de o sistema do capital, diante do acirramento de suas contradições, vir pondo em prática, com crescente veemência, medidas extremadamente totalitárias, como atestará adiante, Köhler, ao discutir o marxismo na Europa dos nossos dias, quando, ademais, traça as devidas conexões entre a atual virada autoritária e a vigência de uma nova onda anticomunista na Europa e, a rigor, no mundo em geral.

Essa perseguição a Karl Marx e a sua teoria não poderia deixar de estender-se ao filósofo húngaro Georg Lukács, que também foi atacado, por recuperar o caráter revolucionário da teoria marxiana contra toda sorte de irracionalismo teórico-prático produzido no século XX. Por esta razão, nesse tributo ao bicentenário do nascimento de Marx, aproveitamos o ensejo para manifestarmos nosso desagravo à condenação implacável que segue denegrindo a memória de Lukács, alcançando o extremo de operar a remoção de sua estátua do Park St. Stephen, em Budapeste. Ainda mais grave – não obstante os esforços em contrário empreendidos por milhares de indivíduos e organizações, em todo o mundo, inclusive nosso Instituto – permanece em risco iminente a integridade do histórico Arquivo que guarda entre as paredes de antigo apartamento de Lukács o riquíssimo conteúdo de sua biblioteca, junto aos indelévels vestígios dos muitos anos ali vividos.

Como não poderia deixar de ser, a importância do legado de Lukács é plenamente reafirmada nas páginas deste Anuário. Conquanto Köhler encerra seu texto com uma “conclusão de Lukács”, os quatro artigos seguintes, como veremos, dedicam-se diretamente a revisitar os passos fundamentais de trajetória do filósofo húngaro, bem como as diferentes dimensões de seu construto categorial, no caso, as bases essenciais da autêntica ontologia, histórica e materialista, a relação entre ontologia e linguagem e entre ontologia e ciência.

Abre o presente Anuário o jornalista de nacionalidade alemã, **Matthias István Köhler**, editor do *junge Welt*, um pequeno e vigoroso jornal diário alemão, de orientação marxista, e também da revista húngara *Eszmélet*. Esta última, tendo contado com o próprio Lukács e seu discípulo Mészáros dentre seus fundadores, em 1956, foi suspensa em 1958 e refundada em 1989. O texto aqui apresentado serviu de base à conferência proferida pelo autor, por ocasião da abertura do II Encontro Internacional Trabalho,

Educação e Formação Humana (II ENITEFH), realizado na Universidade Federal do Piauí, em Novembro de 2017, e deverá oportunamente constar nos Anais do referido Encontro.

Em sua discussão acerca do *Marxismo na Europa após o fim da hegemonia neoliberal*, Köhler assevera, de pronto, que tratar da situação atual do marxismo no continente europeu remete a uma análise para além da dimensão estritamente teórica, entendendo aqui o marxismo como o lugar para examinar-se o próprio desenvolvimento do capitalismo, o nível de resistência empreendido contra tal sistema, como também as posições dominantes naquele continente com relação à luta por uma sociedade sem classes. A partir dessa premissa, o autor discorre sobre o que denomina uma “virada autoritária” em efeito na Europa. Tal fenômeno é exemplificado por Köhler através de um detalhado e contundente relato acerca do tratamento autoritário ao extremo conferido pelo Estado alemão aos protestos que irromperam em Hamburgo contra a Cúpula do G20, de 2017, com o apoio decisivo da mídia burguesa. As considerações sobre a virada autoritária são conjugadas, ademais, ao estado da arte do neoliberalismo, em cuja discussão o jornalista introduz elementos de sua experiência pessoal como estudante, em 2002, de política e história da Europa Oriental, um campo de estudos, à época, de fato, voltado para a transição, primeiramente, da ditadura para a democracia e, em segundo lugar, do socialismo para o capitalismo, em outros termos, do irracionalismo do Leste para o pretense racionalismo vigente na Europa Ocidental. Aponta o autor que, passada a euforia, constatou-se que todos os problemas encontrados na Europa Oriental, naquele período, eram flagrantemente comuns ao Ocidente. Com efeito, para o autor, não obstante mantenha-se como ideologia dominante, a agenda neoliberal fracassou, especialmente no que diz respeito à promessa de construção de um mundo sem violência. Nesta nota, Köhler passa a desenhar as feições de um novo, “ou ainda velho”, anticomunismo que responderia pelas tendências contrarrevolucionárias hoje imperantes no universo europeu. Transfere-se, então, para a Hungria, onde recupera os fatos atinentes à perseguição da memória de Lukács e sua condenação, como ilustração do fenômeno da reprovação moral do comunismo. O autor permanece no campo lukacsiano para endereçar a questão sobre o que explicaria por que, em meio a tantos fracassos, os povos da Europa defendem ideologicamente o

capital nos dias atuais. Assim, com base nas contribuições providas por Lukács em sua *Destrução da Razão*, argumenta que, a exemplo do que se passou quando da viragem autoritária dos anos de 1930-1940, estaríamos diante da passagem de uma apologética “direta”, que louva o capitalismo como o melhor dos mundos, à apologética “indireta”, que admite a catástrofe social, porém, isentando o sistema e sua lógica cruel, trata os horrores por este operados como inerentes à própria existência humana. Será interessante, por fim, conferir a peculiar interpretação de Lukács sobre o espírito do romance “Mário e o Mágico”, de Thomas Mann, bem como a conclusão a que chega Köhler, na trilha lukacsiana, sobre a necessidade de superação do irracionalismo e de compreensão histórica dos acontecimentos, sob o risco de fazermos de nós, “pessimistas românticos ou cínicos apologistas do sistema.”

Para além das controvérsias e rupturas que atravessam o itinerário teórico-prático de Lukács, as múltiplas influências que recaíram sobre sua produção, as marcas deixadas em seu espírito pela grande noite stalinista (tomando de empréstimo a expressão de Tertulian), seus intérpretes maiores conferem um caráter unitário a sua obra, traduzido numa dialética de continuidade na descontinuidade, como reafirma **Marteano Ferreira de Lima**, ao lado de Oldrini, Tertulian, Scarponi, dentre outros importantes estudiosos do filósofo húngaro. No artigo por ela assinado, a autora apanha em sua impressionante complexidade os componentes fundamentais da *viragem ontológica de 1930*, que configura a chamada fase protomarxista de Lukács, pontuando as condições históricas peculiares em que esta se realizou e os “felizes acasos” – o contato com os Manuscritos de 1844 e a profícua convivência com Lifschitz, no Instituto Marx-Engels – que conduziram Lukács ao reconhecimento de uma estética marxista, intrinsecamente conjugada à recuperação do marxismo como uma filosofia unitária e universal. Prosseguindo em sua análise, a autora delinea os desdobramentos e significados mais profundos da tão citada viragem no que toca ao pleno desenvolvimento do projeto ontológico da maturidade de Lukács, que, em termos cronológicos, culmina com os *Prolegômenos*, aqui repassados pela autora, que, ademais, confere o caráter militante e o horizonte ético que circunscrevem a ontologia do ser social.

Contra a tragédia hodierna do neopositivismo e o domínio geral da teoria do conhecimento, ou, ainda, pelo avesso das posições de

cunho ontológico contemporâneas a Lukács, este assume o projeto intelectual de resgatar a ontologia do marxismo como o único caminho possível de conduzir o pensamento do mundo para o ser. É este o ponto de partida do artigo *Lukács e a autêntica ontologia de Marx*, o qual toma como referência central os Prolegômenos à Ontologia do Ser Social, redigidos pelo filósofo húngaro, pouco antes de sua morte e, por certo, ainda carente de muitos estudos. Nesse sentido, revisita os fundamentos da ontologia materialista de Marx, explorando, em primeiro plano, questões relativas à essência e às determinidades do ser social, às suas relações com o ser em geral e à irreversibilidade processual do desenvolvimento histórico do ser. Nesse escopo, os autores **Fabiano Geraldo Barbosa**, **Jackline Rabelo** e **Susana Jimenez** tratam, ainda, do complexo de relações entre práxis e desenvolvimento do ser social, assinalando o trabalho como modelo de toda praxis e, nesta, o lugar do pôr teleológico, dentre outros ciclos temáticos delineados naquela paradigmática obra, como o cotidiano *vis-à-vis* o conhecimento, a ideologia, a alienação e a luta de classes. A partir dos argumentos lukacsianos acerca da relação entre indivíduo e gênero conduzidos sob a premissa da radical historicidade do ser, reitera-se, ao fim e ao cabo, a possibilidade da construção de uma genericidade plena e autêntica, mediante a superação do capital.

O estatuto ontológico do conhecimento em Lukács coloca-se em oposição irreconciliável a todas as expressões do irracionalismo que dominam os debates e proposições em torno do conhecimento e da ciência moderna, marcadas fundamentalmente pelo gnosiologismo, conjugado ao subjetivismo. Por esse prisma, alinhado à perspectiva ontológica que demarca as relações entre ser e conhecer, **Rafael Rossi** busca explorar a gênese e a função do conhecimento científico no processo de reprodução social, o que faz, prioritariamente com base em Lukács acompanhado de alguns de seus consagrados intérpretes dentre nós, a exemplo de Sérgio Lessa, Ivo Tonet e José Paulo Netto. Por essa trilha, não poderia deixar de assumir os princípios fundamentais da ortodoxia marxiana, recuperando o trabalho como complexo fundante do ser social e traçando com o rigor devido a relação entre trabalho e conhecimento. Com efeito, merece destaque, no texto, o fato de este reafirmar a distinção entre ortodoxia e dogmatismo. Tais conceitos são, via de regra, tomados e desqualificados como sinônimos – por vezes, no próprio terreno do marxismo – o que se coloca a serviço da legitimação de um ecletismo vão que permite o

abandono das categorias de Marx em nome de um exercício metodológico capaz de fragmentar e mistificar o real, em última análise, subordinando a produção do conhecimento científico às exigências da acumulação do lucro.

Como base de contextualização do objeto do seu estudo, **Gilmaísa Costa** repassa, com Lukács, as diferentes ordens de resistências para se basear o mundo sobre o ser, ou, em outros termos, para a interdição da ontologia no desenvolvimento da ciência moderna, destacando o predomínio secular da teoria do conhecimento e os interesses de classe. Nesse momento de contextualização, merece particular atenção o traçado histórico-filosófico delineado pela autora em busca da gênese e do desenvolvimento da relação de incompatibilidade, ou mesmo ruptura, que findou por constituir-se entre ontologia e ciência. A partir da rigorosa assertiva de que a linguagem não escapa a esse infortúnio, a autora passa a assinalar os aspectos centrais do pensamento constituído historicamente no campo da linguagem, cuja formulação como ciência originou-se no estruturalismo, sujeitando-se, posteriormente, a abordagens pós-estruturalistas e desconstrutivistas, para, em seguida, definir-se como o fundamento do ser social em Habermas e servir ao seu Agir Comunicativo. A autora dedica a última parte do texto à linguagem na ontologia materialista de Lukács. A partir da premissa do trabalho como o complexo que funda o ser social, explicita a ineliminável e complexa relação entre trabalho e linguagem. Como bem recupera a autora, entre outras contribuições da ontologia ao tema, a linguagem é definida por Lukács como um complexo universal, conjugado à necessidade de refletir o real na consciência dos homens e de garantir a relação dos homens com a natureza e entre eles próprios, servindo, assim, de médium universal do ser social.

Além de Marx e Lukács, um terceiro autor referencia mais centralmente os estudos e produções do nosso Instituto. István Mészáros, com quem muitos de nós tivemos o privilégio de conviver, faleceu em outubro do ano passado, quando o Anuário 2017 já se encontrava publicado. Assim, esta é a primeira edição do Anuário Lukács que traz Mészáros no passado, ainda que ele permaneça palpitantemente vivo entre nós, na força e riqueza de seu pensamento revolucionário, na firmeza de sua convicção quanto à possibilidade e urgência de recuperarmos um futuro para a humanidade. Mészáros faz-se presente em parte significativa dos

textos que comparecem neste Anuário, sendo que três artigos, cada um a seu modo, situam suas discussões no interior mesmo do edifício categorial de Mészáros.

O primeiro dos artigos supracitados traça um paralelo entre as análises de Mészáros acerca do caráter estrutural da crise contemporânea e aquelas formuladas por José Chasin, assinalando, na verdade como, em diferentes momentos de sua produção, o filósofo brasileiro responde às análises de Mészáros, no princípio, em uma linha de aproximação, posteriormente, guardando possíveis reservas, ou mais claramente afastando-se de suas proposições fundamentais. Referimo-nos a **Elcemir Paço Cunha**, que, atendendo nosso convite para contribuir com a presente edição do Anuário, apresenta o texto *Chasin e Mészáros: a propósito da assim chamada crise estrutural*. No propósito de traçar os pontos de contato e distanciamento entre Mészáros e Chasin com relação à complexa questão referente à crise estrutural do capital nos termos das elaborações pioneiras formuladas pelo filósofo húngaro, Cunha revisita um elenco expressivo de obras de cada um dos mencionados filósofos, pontuando as afinidades que aproximariam Chasin das acepções meszarianas, em grande parte dos anos de 1980, período em que o filósofo brasileiro tornou-se um dos mais importantes divulgadores da obra de Mészáros, no Brasil, para, em seguida, atestar as diferenças que, no entendimento do autor, vão se cravando entre as interpretações dos dois filósofos no decorrer dos anos de 1990, no que tange à natureza última da crise atual. O autor dá-se o criterioso trabalho de assinalar, em suas respectivas obras, pontos indicativos da maior confluência – jamais de “plena identidade” e, via de regra, com “alguma ambivalência” – como do progressivo afastamento. Identificando virtudes e limites nas elaborações dos dois filósofos, ressalta, por exemplo, o momento da adesão de Chasin, na primeira metade de 1980, à premissa de Mészáros de que a crise estrutural, em seu alcance global e caráter universal, representaria uma “novidade histórica”, marcada, ademais, pela produção da destrutividade. Por outro lado, explora a contraposição estabelecida por Chasin, a partir de 1989, quanto ao caráter de irreversibilidade da crise dramaticamente denunciado por Mészáros, preferindo o filósofo brasileiro, em suas próprias palavras, apostar na vigência, no quadro do capitalismo globalizado, de “um processo diferenciado, aberto, sobretudo, pelas forças produtivas tecnologicamente orientadas”.

Os dois artigos que se seguem colocam-se em estreita aproximação com as posições de Mészáros, avançando sobre o campo das determinações e determinidades da crise estrutural do capital, consubstanciados nas análises do antigo discípulo de Lukács, como chave para a compreensão das adversidades presentes.

Nesse sentido, **Edlene Pimentel** reitera a natureza estrutural da crise contemporânea, que vem se alastrando globalmente desde a década de 1970, e que se distinguiria em muitas dimensões das crises cíclicas que atravessaram a evolução do modo de produção capitalista, como a inegavelmente severa crise de 1929, mencionada no texto. A autora revisita os elementos mais decisivos afetos à problemática da crise estrutural, reafirmando, com o autor de *Para Além do Capital*, a tese da incontornabilidade do sistema, também ressaltando seu caráter destrutivo com seus dramáticos desdobramentos no plano da desumanização crescente da humanidade. Como indica o título do artigo, a autora examina, outrossim, as implicações da crise estrutural na esfera das instituições políticas e no complexo da política propriamente dito. Com Mészáros, a autora entende a crise da política como parte intrínseca da crise do capital, refutando, ademais, a retórica mistificadora de que os graves problemas que assolam a humanidade encontrariam sua resolutividade através da ação política. Com expressiva riqueza de elementos, que não desconsideram a política do imperialismo no capitalismo globalizado, a autora revela, ao fim e ao cabo, que estaríamos diante de uma contradição imanente e insuperável do sistema sóciometabólico do capital. Urge superá-lo, enquanto não se esgota o tempo, como exorta Mészáros.

As autoras **Helena Freres, Maria das Dores Mendes Segundo e Maurilene do Carmo** situam-se igualmente no universo das concepções fundamentais de Mészáros em torno da natureza e das implicações da crise estrutural do capital. Desse modo, para abordar o tema *Ciência e tecnologia cativas do capital*, analisam, à luz das denúncias feitas pelo saudoso filósofo em sua vasta obra, mas, primordialmente, nos livros *Para além do Capital* e *O poder da Ideologia*, a função posta à ciência e à tecnologia nos tempos hodiernos, quando o capital, em última instância, exige a subordinação do desenvolvimento científico e tecnológico ao complexo industrial-militar, ampliando assustadoramente, como denuncia Mészáros, as forças de destruição em prejuízo da própria

humanidade. Por essa razão, é imprescindível a crítica ancorada no autêntico marxismo a essa articulação, pois, considerando que os interesses do capital são antagônicos aos interesses da própria humanidade, não importa a esse sistema que, no afã de reproduzir-se, opere a destruição do próprio planeta. À luz da teoria meszariana, as autoras denunciam, outrossim, nesses tempos sombrios, o obstáculo criado pela luta de classes acerca da mistificação das desigualdades existentes, mistificação essa para a qual é decisiva a negação de Marx e de sua teoria para acentuar ao máximo o controle sobre a classe trabalhadora, classe para quem está direcionado o legado de Marx, como instrumento imprescindível na luta contra o sistema que a oprime.

Completam o conjunto de artigos reunidos nesse Anuário, estudos que examinam, na perspectiva ontológica, respectivamente, duas temáticas, as quais se inserem no quadro da sociabilidade contemporânea, situando-se, ainda, em seu foco mais específico, na realidade brasileira.

O primeiro deles, assinado por Uelber Barbosa Silva, trata do problema do racismo no Brasil, vinculado à sensível questão das chamadas políticas afirmativas, examinando em que medida tais políticas contribuiriam para a erradicação das desigualdades sociais e do racismo que atingem a população afro-brasileira. A discussão acerca do tema não é, certamente, alheia ao campo do marxismo, o qual exhibe, a esse respeito, posições marcadamente heterogêneas. No presente caso, sob o prisma da ontologia, o autor indaga, por princípio, sobre a gênese e a função social da escravidão moderna e do racismo, particularmente no Brasil, o que o leva a recuperar o brutal processo de escravização de povos africanos para o trabalho, desde o século XVI, no país. Na sequência, denuncia o projeto burguês de construção da identidade nacional, que contou com estratégias de branqueamento da população, acopladas à ideologia da democracia racial de grande peso mistificador em favor de uma pretensa harmonia que faria do Brasil um país livre do preconceito racial. Silva registra as resistências históricas de várias ordens operadas pelos escravos, para, ao fim, apontar o multiculturalismo, como o coração das políticas sociais vinculadas às questões étnico-raciais, no atual estágio da luta de classes. Abandonando a perspectiva da totalidade, este paradigma motivaria a fragmentação dos sujeitos em luta contra as desigualdades, corrompendo a imprescindível unidade entre exploração de classe e opressão racial. Por essa linha de

argumentação de fundo ontológico, o autor advoga, em conclusão, que as atuais políticas sociais dirigidas aos segmentos da população negra – aparentemente vistas como alcance da cidadania e da igualdade étnica – não contribuem para a erradicação do racismo, em última instância, naturalizando a desigualdade social produzida pela reprodução ampliada do capital.

Consequências nefastas da crise estrutural desdobram-se também sobre a educação para que esta contribua para a manutenção da escravidão moderna. Para tanto, o complexo da educação é chamado para ocupar, no lugar do trabalho, a centralidade do ser social e, divinalmente, solucionar, no plano da mistificação ideológica, os problemas engendrados pelo capital e agudizados no atual momento histórico em que a humanidade corre o risco de sua própria extinção. Do ensino básico ao superior, reformas têm sido exigidas, sob a tutela dos organismos internacionais, mormente, o Banco Mundial, para adequar a educação aos propalados novos tempos, tempos que, em nome da sustentabilidade ideológica do capital, jogam a humanidade no mais baixo nível de conhecimento, de modo tão grave que a ignorância torna-se cultuada em todos os campos das atividades sociais. Nesse processo, a educação cumpre dupla função igualmente objetiva: de um lado, disseminar sobre a totalidade do corpo social os interesses do capital considerados como interesses da própria humanidade; de outro, engrossar o rol de produtos mercantilizáveis, vendidos aos montes no mercado educacional. Essas questões são tratadas no artigo *A reforma educacional no Brasil e a ascendência da mercantilização do ensino: o capital dita as regras*, de **Cezar Amário Honorato de Souza e Valdemarim Coelho Gomes**. Subsidiados por um número significativo de quadros e tabelas, os autores denunciam o avanço do interesse privado sobre a educação no Brasil, problema que, gravemente agudizado a partir da década de 1990, não se restringe a este país, cujas condições legais têm sido garantidas pelo Estado, eterno parceiro do capital. Avançando na denúncia, os autores citam diversos grupos de grandes empresários interessados na mercantilização da educação, mercantilização essa que se expressa de diversas formas que vão desde a oferta de cursos altamente lucrativos até a venda, igualmente lucrativa, de materiais didáticos dos mais diferentes tipos. Em se tratando do ensino superior, este ocupa um lugar estratégico no mercado da educação, pois tem representado um nicho mercadológico de excelentes negócios. No Brasil, esse nicho

tem arrebatado quantias extremamente altas de recursos públicos que são escoados para a iniciativa privada. Quanto ao ensino superior público, este sofre ataques dos mais diversos matizes que vão desde o sucateamento das universidades, passando por reformas curriculares que longe estão da garantia da apropriação do conhecimento sistematizado pelos homens historicamente, até a privatização plena que, no Brasil, já bate em nossas portas. Nesses moldes, a educação a ser oferecida, sobretudo, para a classe trabalhadora ancora-se na defesa do conhecimento fragmentado, superficial, aligeirado, atrelado rasteiramente à lógica do mercado, deixando de cumprir aquela função precípua que está em sua origem, qual seja, a de garantir, em sua mais plena acepção, a continuidade do gênero humano, contribuindo para a constituição do indivíduo como partícipe de seu gênero.

Finalizando este prefácio, é importante observar que os autores aqui reunidos através dos artigos por eles produzidos, inserem-se no pequeno circuito de pesquisadores que, na esteira de Marx, Lukács e Mészáros, preocupam-se com os problemas do nosso tempo. Nesses tempos de negação de Marx e de sua teoria, os pesquisadores que concordam com as denúncias feitas pelos grandes autores que, como Marx, inscreveram seus nomes do lado certo da história, também carregam nos ombros, num grau muito diferente, o pesado fardo de escolher a única alternativa socialmente posta que responde pela libertação da humanidade dos horrores do capital, a alternativa revolucionária.

Susana Jimenez



# O MARXISMO NA EUROPA APÓS O FIM DA HEGEMONIA NEOLIBERAL<sup>1</sup>

Matthias István Köhler<sup>2</sup>

## Introdução

Como simples editor de um periódico húngaro, atualmente trabalhando junto a um pequeno jornal socialista na Alemanha, não estou certo de que terei algo de novo a dizer a um grupo de acadêmicos e cientistas sociais. Na verdade, tenho grande interesse em conhecer melhor o trabalho que vocês vêm desenvolvendo, aqui, em torno de Lukács, assim como há muitas questões que eu gostaria de explorar, uma vez que, pelo menos desde 2008, a Europa também vem caindo na armadilha da política de austeridade. Países como Grécia e Espanha, por exemplo, onde podemos, hoje, observar um interessante desenvolvimento, foram capturados. Aqui, evidentemente, devemos ainda mencionar a Europa Oriental, onde programas e possíveis resistências à expropriação coletiva, ao lado de novas formas de acumulação primitiva, têm sido testados desde o início dos anos de 1990, com a assim chamada transformação. Quando a crise, com efeito,

---

<sup>1</sup> O presente texto serviu de base à Conferência de Abertura proferida pelo autor, no II Encontro Internacional Trabalho, Educação e Formação Humana (II ENTEFH), realizado na Universidade Federal do Piauí, em Novembro de 2017. O mesmo foi traduzido por Susana Jimenez do original *Marxism in Europe after the end of neoliberal hegemony*, mediante permissão do autor.

<sup>2</sup> Jornalista. Editor do Jornal *junge Welt* (Alemanha) e da Revista *Eszmélet* (Hungria).

irrompeu na Europa, em 2008, aqueles que se encontravam imediatamente à mão apressaram-se a declarar com flagrante cinismo que a Europa deveria voltar o olhar para a América Latina onde políticas de austeridade vêm sendo, há anos, testadas “com sucesso”.

David Harvey disse, certa vez, que o capital não resolve seus problemas e contradições; ele os reordena geograficamente. O autor toma de empréstimo a teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo, a qual sugere que o capitalismo sempre precisa, para expandir-se, integrar, periféricamente, regiões não capitalistas. Assim, o capitalismo necessitaria de regiões não capitalistas para sobreviver. István Mészáros, recentemente falecido, parte desse ponto para demonstrar que o capital pode ter chegado ao seu limite. Em sua interpretação acerca dos limites do sistema metabólico do capital, este autor enfatiza, incessantemente, que nós teríamos chegado a um ponto em que esse deslocamento geográfico de problemas teria alcançado seu ápice. O globo é finito, diz Mészáros, seria um desvario pensar que seria possível expandi-lo indefinidamente. Mészáros não tem dúvidas de que, no presente momento, nós atingimos um ponto em que uma decisão tem que ser tomada, porque os limites absolutos do sistema foram alcançados. Não sei se isto é verdade. Mas de uma coisa estou certo: penso que a possibilidade do imperialismo social, conforme este tem sido praticado na Europa nos últimos dois séculos, chegou ao fim com o próprio fim do colonialismo e o avanço de uma consciência e resistência cada vez mais acentuadas por parte das prevaletentes estruturas neocoloniais. A Europa não é mais capaz de externalizar seus problemas como tem feito pelos dois últimos séculos. E os povos da Europa sentem isso de muitas maneiras.

Perguntar pela situação do marxismo na Europa atual não significa apenas tentar informar-se sobre desenvolvimentos no terreno da teoria, pois o marxismo não é uma disciplina acadêmica isolada, mas é, de fato, o lugar para chegarmos a termo com o desenvolvimento do capitalismo e, certamente, para formularmos uma compreensão sobre o nível de resistência a este sistema. A questão acerca da situação do marxismo na Europa conduz a uma outra indagação: como nos posicionamos atualmente na Europa em relação à nossa luta por uma sociedade sem classes? Em minha fala, eu vou discutir sobre o que eu gostaria de chamar, abstratamente, de uma “virada autoritária” na Europa.

Vocês, certamente, ouviram falar sobre as eleições que ocorreram ao longo deste ano na França, na Alemanha, na Áustria e na República Checa. O resultado de todas essas eleições representou uma significativa mudança de rumo para a direita. Devo esclarecer: uma direita que ainda segue as políticas neoliberais, mas que, agora, pretensamente, toma para si a tarefa de combater uma elite corrupta. A maioria dos intérpretes dessa mudança na Europa coloca a “crise dos refugiados” no centro de suas explicações. Há um problema real ou imaginário com respeito à “alienação”, à segurança pública etc. Os sistemas sociais estão sobrecarregados, dizem eles. Na mídia burguesa, o conflito se apresenta como um embate entre liberais racionais moderados, de um lado, e, de outro, os assim chamados “populistas de direita”, que apelam emocionalmente aos instintos mais baixos, levando as pessoas a um nacionalismo exagerado. Jürgen Habermas, por exemplo, ressaltou, em uma recente entrevista, que, como não há qualquer possibilidade de se colocar pontos de vista alternativos no campo político, ou qualquer possibilidade de polarização, o protesto teve que se articular por fora do escopo político, de uma maneira irracional e meramente emocional – daí o surgimento de uma nova direita e mesmo de partidos fascistas. Aqui Habermas já aponta o caminho para a questão e a responsabilidade do neoliberalismo e para a ideologia de que “Não há alternativa”<sup>3</sup>.

Desse modo, mesmo entre liberais de esquerda e social-democratas como Habermas, é lugar comum nos dias de hoje afirmar-se que a crise tem algo a ver com o neoliberalismo. Wendy Brown, por exemplo, entende a ascendência de Donald Trump como uma consequência do neoliberalismo. Políticas econômicas neoliberais são responsabilizadas por queda de salário e de estabilidade no emprego, falta de assistência à velhice, escolas de má qualidade e seguro de saúde deficiente. Brown vai mais além nesse ponto. Ela remete à antipatia do neoliberalismo pela política e pela democracia, que, na visão neoliberal, representaria uma perda de tempo quando se trata de tomada de decisões e de deixar o mercado agir livremente. A “revolta populista” de que fala Brown apanhou essa antipolítica neoliberal, convertendo-a em um “autoritarismo plutocrático, antidemocrático”. Todavia, ela insiste

---

<sup>3</sup> Jürgen Habermas: Für eine demokratische Polarisierung. Wie man dem Rechtspopulismus den Boden entzieht. Interview, in: Blätter für deutsche und internationale Politik 2016/11, p. 35-42 [Nota do Autor].

que os neoliberais tinham algo completamente distinto em mente. Donald Trump seria, assim, um “Frankenstein” do neoliberalismo, como a ele se refere Brown, um monstro que o neoliberalismo criou e não mais pode controlar<sup>4</sup>.

Um marxista como István Mészáros certamente não concordaria com ela. As políticas neoliberais foram, desde o início, um projeto da classe burguesa para oprimir o trabalho e manter o controle sobre o sistema. Por quaisquer meios, como demonstram tantos exemplos latino-americanos. Mas ainda permanece o problema: poderíamos falar acerca do fim do neoliberalismo? Quando meu editor-chefe em Berlim perguntou-me sobre o que eu iria falar, no Brasil, e respondi que gostaria de discutir a situação do marxismo após o fim da hegemonia neoliberal, ele me inquiriu surpreso: “Oh, então, chegou ao fim?”.

A questão procede. Podemos falar sobre o fim do neoliberalismo, diante de todas as medidas de austeridade ainda em vigência na Grécia e em toda a Europa e diante da França e suas leis trabalhistas efetivamente destituindo os trabalhadores franceses de seus últimos direitos? Colin Crouch<sup>5</sup>, o autor de um livro sobre o conceito de “pós-democracia”, escreveu outro livro, há poucos anos, com o título *A estranha não-morte do neoliberalismo*<sup>6</sup>. Penso ser esta uma boa indicação do problema: o neoliberalismo é um “não morto”, um zumbi e, de alguma forma, parece com o que dizia Brown.

Assim, ao usar o termo hegemonia neoliberal, eu estarei referindo-me a esse fenômeno. O neoliberalismo é ainda a ideologia dominante, mas perdeu o consenso na sociedade. Há lutas acontecendo, alguma coisa foi aberta. Assim, no presente, enfrentamos um período em que a aplicação de políticas neoliberais deve ser imposta, reforçada. Novamente, um olhar sobre a América Latina nos diz que isso não é algo novo.

O crítico cultural britânico de esquerda, Mark Fisher, observou, certa vez, que a música e a arte em geral são, correntemente,

---

<sup>4</sup> Wendy Brown, *Donald Trump und der apokalyptische Populismus*, in: *Blätter für deutsche und internationale Politik* 2017/8, p. 46-6 [Nota do Autor].

<sup>5</sup> O conferencista refere-se à obra do referido autor, *Coping with Post-Democracy*. UK, Polity Press, 2004 [Nota da Tradutora].

<sup>6</sup> *The Strange Non-death of Neo-liberalism*, no original. UK, Polity Press, 2011 [Nota da Tradutora].

apenas uma reprodução do mesmo. Não há surpresa alguma, não mais existiria aquele sentimento profundo de uma possível música do futuro. Imagine-se o que sentiram as pessoas quando, pela primeira vez, ouviram os *Stones*, uma apresentação da banda *Kraftwerk*, ou outra música eletrônica! Ele fala de uma “revogação do futuro”, um abandono. Isso traz muitas consequências. Por exemplo, não há mais um sentido de tempo, porque tudo parece aprisionado em uma corrente sem fim<sup>7</sup>.

Permitam-me, por favor, citar uma passagem mais longa de Mészáros, para encerrar minhas considerações introdutórias:

Sob a regência do capital, o qual é estruturalmente incapaz de resolver suas contradições – daí sua forma de adiar o “momento da verdade”, até que as pressões acumuladas resultem em algum tipo de explosão – há uma tendência a deturpar-se o tempo histórico, em ambas as direções, o passado e o futuro, no interesse de eternizar o presente. A tendenciosa interpretação incorreta do passado surge do imperativo ideológico de representar equivocadamente o presente como a moldura estrutural de toda mudança possível. Uma vez que o presente estabelecido deve ser atemporalmente projetado no futuro – o passado deve também ser ficcionado – em uma projeção às avessas – como o espaço da eterna presença do sistema em uma outra forma, no sentido de remover os reais determinantes históricos e as limitações de um presente de tempo determinado<sup>8</sup>.

De algum modo, encontramos-nos agora presos nessa contradição. Por um lado, temos, na Europa, o sentimento de que alguma coisa mudou, mas, por outro, está muito claro que tudo

---

<sup>7</sup> Mark Fisher, *The Slow Cancellation of the Future*, in: *The Ghosts of my Life. Writings on Depression, Hauntology and Lost Futures*, Zero Books, 2014, p. 2-29 [Nota do Autor].

<sup>8</sup> No original exposto por Köhler: Under the rule of capital, which is structurally incapable of resolving its contradictions – hence its way of postponing the “moment of truth,” until the accumulated pressures result in some kind of explosion – there is a tendency to misrepresent historical time, in the direction of both the past and the future, in the interest of eternalizing the present. The tendentious misreading of the past arises from the ideological imperative to misrepresent the present as the necessary structural framework of all possible change. For precisely because the established present must be timelessly projected into the future, the past must also be fictionalized – in the form of a projection backwards – as the domain of the system’s eternal presence in another form, so as to remove the actual historical determinations and the timebound limitations of the present (MÉSZÁROS, *The Necessity of Social Control*, NYU Press, 2014, p. 118).

continua praticamente o mesmo, apenas mais brutal. Mészáros, em algum lugar, fala sobre uma atmosfera apocalíptica trazida pela ideologia de “Não há Alternativa”. Eu endosso esta ideia, não no sentido de que estaríamos hoje vivendo o fim dos tempos, mas no sentido literal do termo apocalíptico, que significa revelador. Assim, haveria algo sendo revelado na Europa bem diante dos nossos olhos.

Minha fala consistirá de três partes. Primeiramente, apresentarei algumas notas pessoais acerca do neoliberalismo. Na segunda parte, oferecerei um exemplo muito recente do que chamo de estado autoritário, tentando mostrar como a Alemanha reagiu aos protestos contra a Cúpula do G20, que ocorreu no presente ano [2017], em Hamburgo. Em seguida, apresentarei algumas ideias acerca do novo – ou, ainda, velho – anticomunismo que testemunhamos correntemente na Europa. Pretendo concluir com a questão: como é possível que, ainda hoje, os povos da Europa defendam, ideologicamente, o sistema capitalista? Com base em Lukács, argumentarei que o que está acontecendo na Europa é uma mudança na forma de apologética, uma passagem da apologética “direta” à “indireta”.

## **Neoliberalismo**

Permitam-me, então, prosseguir com algumas observações pessoais.

Eu iniciei meus estudos sobre política e história da Europa Oriental, em 2002, em Berlim. Recentemente, eu passara um ano na Hungria, tentando descobrir minhas raízes magiares, então, parti para Berlim para continuar esses estudos, desejando explorar um contexto político e econômico próprio da Europa Oriental.

Estudar a Europa Oriental da perspectiva da ciência política àquela época significava, de fato, estudar a “transição”, primeiramente, da ditadura para a democracia; em segundo lugar, do socialismo para o capitalismo. Este campo de estudos foi denominado “transitologia”.

Nos anos de 1990, a transitologia preocupava-se, em larga medida, com o quadro histórico em que se inseria a questão sobre o que teria acontecido de errado na União Soviética e nas sociedades da Europa do Leste, as razões da instabilidade e repressão final dessas sociedades. Esta já se transformou numa questão voltada aos fundamentos dos estudos dessa natureza sobre

o Leste Europeu: POR QUE os estudos sobre a Europa Oriental e a ciência política não foram capazes de prever tal repressão? O segundo conjunto de questões surgiu de um ponto de vista mais pragmático e gerencial: Como a transição do socialismo para o capitalismo poderia ser administrada? Quais os países que poderiam ser bem sucedidos nessa transição?

Como vocês podem imaginar, esses estudos e perspectivas sobre a Europa Oriental foram altamente influenciados por estudos prévios em torno da transição na América Latina nos anos de 1970 e 1980. Os paradigmas eram muito simples naquele momento: economicamente, mais competição; politicamente, menos Estado. A transitologia, como campo de estudos, foi, efetivamente, configurada pela agenda neoliberal. Era a vez da agenda neoliberal e milhares de intelectuais experientes e jovens estudantes lançaram o olhar para a Europa Oriental como uma área de especialização, estudando esses povos, na verdade, com uma espécie de sentimento de superioridade. Para esses estudiosos, a tarefa a ser cumprida dizia respeito a ensinar a democracia ao povo do Leste Europeu. O melhor livro a ser lido e estudado a partir dessa desse tipo de perspectiva é, ainda, *O Fim da História*, de Fukuyama, uma das obras mais citadas e que, até hoje, nos serve de alerta.

Em 2002, quando comecei a estudar transitologia, esta já ingressara em uma nova fase. Aquela atmosfera eufórica e utópica havia se dissipado. Tornara-se já suficientemente óbvio que a virada política com suas bases utópicas havia fracassado. Novas questões vieram à tona: POR QUE esta resistência à mudança? Por que estas pessoas, se têm possibilidade de transitar para o novo mundo, voltam-se para o passado? Por que a existência deste novo tipo de nacionalismo, por exemplo? Por que há ainda tanta corrupção? Por que as sociedades da Europa Oriental apresentam um desempenho negativo? Por que estas não são capazes de recuperar o atraso?

Um dia após o outro, e isto é de suma importância, o que aconteceu na Europa Oriental tornou-se a nova irracionalidade após a mudança do sistema, em comparação com a Europa Ocidental, onde todos esses problemas pareciam estar resolvidos. Nacionalismo? Certamente existe, porém, este teria sido domesticado nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, domesticado por uma confrontação pública com o passado. Uma disputa que não poderia ter sido conduzida pelos países socialistas,

esta era a voz corrente. O empenho científico em torno do tópico do nacionalismo nas sociedades da Europa Oriental nos anos de 1990 era sintomático de todo o campo de estudos do Leste Europeu àquela época. Tudo o que aconteceu, todas as deficiências das sociedades em transformação repousavam sobre a culpa do período socialista anterior – ou, sobre o duro processo de transformação, através do qual os povos do Leste Europeu deveriam aprender a tornar-se adultos. Os europeus orientais eram vistos como crianças pelo Ocidente, “as novas crianças da democracia”, como observou, sarcasticamente, o pensador croata Boris Buden<sup>9</sup>. Os fenômenos daqueles tempos eram, por conseguinte, considerados dificuldades próprias do período inicial de crescimento, as quais, eventualmente, estariam superadas. Uma crise do capitalismo? Impossível! Nem mesmo a ideia de que as reformas capitalistas poderiam constituir a razão para a grave crise teve entrada permitida na academia.

Em parte, isto foi o que mudou nos dias de hoje. Todos os problemas encontrados na Europa Oriental naquele período, novo nacionalismo, corrupção, fraco estado de direito, cultura democrática insuficientemente desenvolvida, tendência para o racismo etc., tudo está flagrantemente presente no Ocidente hoje. E sempre estiveram, vale notar! Apenas encontravam-se velados sob o manto do irracionalismo estendido sobre o Leste Europeu e outras partes do mundo.

O tratamento que a Europa vem dispensando aos refugiados tem demonstrado isso. Representa um desastre moral, certamente, o fato de que o rico continente europeu esteja fechando suas fronteiras a pessoas que fogem da guerra e da catástrofe. É um desastre moral, igualmente, que o destino dos refugiados seja usado para fazer avançar a agenda da direita.

Destarte, nas sociedades ocidentais, não é possível culpabilizar-se um período socialista anterior por essas explosões xenofóbicas. Além disso, e ainda mais importante, entrou em colapso a ideia de que todos esses problemas são fenômenos transitórios. O que parece claro é que todos esses fenômenos são permanentes e esta é uma das razões da paranoia e do crescente pessimismo que estamos vivenciando na Europa. Desse modo, quando falamos

---

<sup>9</sup> Mark Fisher, *The Slow Cancellation of the Future*, in: *The Ghosts of my Life. Writings on Depression, Hauntology and Lost Futures*, Zero Books, 2014, p. 2-29 [Nota do Autor].

sobre a crise vigente na Europa e no Ocidente neste preciso momento, não nos referimos somente a uma crise econômica ou política. A Europa está a enfrentar uma crise de legitimidade. Não há mais qualquer base moral para que a Europa, para não mencionar os Estados Unidos, a começar com Bush, não apenas com Trump, sair por aí, transmitindo a quem quer que seja uma lição sobre o que é democracia.

Por que estou dizendo isto? Porque quero lembrar a vocês que o neoliberalismo não se constituiu apenas de um conjunto de políticas; o neoliberalismo representou uma promessa. Para pessoas como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, o objetivo era restaurar o velho capitalismo do *laissez-faire*, uma vez que já haviam compreendido que as políticas keynesianas são contraditórias e podem levar a problemas severos, como a inflação. Mas, para além disso, eles desejavam restaurar a fé na “mão invisível” do mercado a que se referiu Adam Smith, uma instituição que penso ser crucial para o inteiro complexo ideológico do capitalismo e da sociedade burguesa.

Para o filósofo alemão Hegel, como teórico da sociedade burguesa, era muito claro que a legitimidade desta nova forma de sociedade estava enraizada na promessa de um fim histórico da violência. O burguês não poderia ser mediado ou integrado por um poder pessoal irracional. Esse novo tipo de sociedade estava fundada na razão, uma instituição interpessoal que não necessitava de qualquer forma de violência pessoal. Comprometer tal promessa está sempre associado à perda de legitimidade da sociedade burguesa. Voltarei a esse ponto, ao final de minha apresentação, quando falarei sobre Georg Lukács.

O neoliberalismo não representou uma promessa tão somente para as sociedades europeias do Leste, nos anos de 1990, mas também para a América Latina. O desenvolvimento não deveria ser gerido pela concentração interna de bens e poder, mas através da integração ao mercado mundial. A ideia vem também da *Riqueza das Nações*, de Smith, uma espécie de equilíbrio internacional do mercado, que deveria servir não apenas às elites de um país, mas a toda a sociedade, além do que, com um impulso à modernização, dar-se-ia a dissolução das estruturas feudais e a criação de democracias liberais e formais.

A realidade provou ser muito diferente, como escreveu Mário Candeias, em 2005, em um artigo denominado *The end of neoliberalism* [O fim do neoliberalismo]<sup>10</sup>.

Na busca por novas áreas de exploração, o capital invade as periferias internas e externas, transforma outras áreas sociais em mercadorias, desde serviços públicos de saúde e educação, o corpo, a psique ao ambiente natural e aos recursos genéticos ou itens elementares vitais como a água e a terra. Entretanto, o efeito hegemônico da globalização neoliberal desdobra-se sobre as periferias menos por consenso do que pela mediação de uma crise disciplinada pelo neoliberalismo. A aplicação dos princípios neoliberais e dos valores capitalistas é garantida através de mecanismos compulsórios até o uso da violência aberta.

Não surpreende que o autor esteja se referindo principalmente à América Latina.

## **O Estado autoritário<sup>11</sup>**

Eu poderia oferecer muitos exemplos sobre o que se passa hoje na Europa, nesta linha de violência direta de reforço à agenda neoliberal. Gostaria, a seguir, de ilustrar esse fenômeno com um evento altamente simbólico que teve lugar em Hamburgo, Alemanha, no presente ano [2017]: a Cúpula do G20. O debate em torno do G20 combinou muitos discursos relativos ao desenvolvimento das sociedades global e europeia ao longo dos últimos anos.

---

<sup>10</sup> Na citação reproduzida por Köhler, lê-se: In the search for new areas of exploitation, capital invades the internal and external peripheries, transforms other social areas into goods, from public services to health and education, the body, the psyche to the natural environment, genetic resources or elementary, vital items such as water and land. However, the hegemonic effect of neoliberal globalization unfolds in the peripheries less by consensus than by a crisis-mediated disciplining neoliberalism. The enforcement of neoliberal principles and capitalist values is ensured by means of compulsory mechanisms up to the use of open violence.

<sup>11</sup> Estarei me referindo aqui, principalmente aos relatos de meus colegas do *junge Welt*. Para mais informações sobre o evento, conferir: <https://www.jungewelt.de/blocks/g20hh/> [Nota do Autor].

O G20 consiste dos dezenove governos mais poderosos do mundo e o Comissário da União Europeia. O primeiro encontro do Grupo aconteceu em 1999. Na ocasião, os estados se reuniram através dos seus ministros de finanças para discutir futuras ações na esteira da crise asiática. Desde a crise de 2008, tem se constituído uma reunião do mais alto nível dos estados participantes. Além do mais, o G20, como uma extensão do G7 ou G8, já é, ele mesmo, um sinal da crise de controle das condições globais, um sinal de que o G7 perdeu sua legitimidade para falar e tomar decisões pelo mundo.

De todo modo, devemos ser cautelosos, pensando-o como um bloco heterogêneo, como um movimento global.

Em um estudo recente<sup>12</sup>, os cientistas sociais Sablowski e Decker escreveram o seguinte: “Como parte da regulação internacional do capitalismo, o G20 é, por um lado, uma forma de governo cooperativo e, por outro, um palco para os conflitos e interesses dos líderes”. Nos primeiros anos, os tópicos discutidos concentravam-se primordialmente na problemática da regulação dos mercados financeiros durante a crise. A Cúpula deste ano já se constituiu uma reação a protestos anteriores e tentou enfatizar temáticas como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável na África e a proteção ambiental. Em antecipação à Cúpula, todavia, foram organizados gigantescos protestos, não apenas por parte da esquerda alemã, mas da esquerda europeia de um modo geral. O objetivo explícito dos protestos era interromper a Cúpula, impossibilitar que os líderes se reunissem. A esquerda radical desejava usar o G20, sem dúvida, para demonstrar seu próprio potencial de resistência. Como expressava um dos grupos envolvidos no protesto: “Nós não estamos isolados ou alienados do mundo, nós nos posicionamos ombro a ombro com todos aqueles que lutam contra o sistema seja na greve de uma creche em Hamburgo, seja na luta armada em Rojava. Devemos juntar nossas forças e combinar nossas lutas a fim de construirmos novas perspectivas”. O protesto alinhou-se ao movimento “um novo mundo é possível” dos fóruns mundiais dos últimos anos: “Gênova, Praga, Gotemburgo, Heiligendamm e, agora, Hamburgo

---

<sup>12</sup> *Die G20 und die Krise des globalen Kapitalismus. In: Rosa Luxemburg Stiftung. May, 2017.* <https://www.rosalux.de/publikation/id/14866/die-g20-und-die-krise-des-globalen-kapitalismus/> [Nota do Autor].

– todas as reuniões de cúpula dos governantes foram espaços de resistência à perspectiva de uma outra sociedade”.

As demonstrações foram acompanhadas por numerosos eventos que desejavam apresentar alternativas políticas, a exemplo da “Cúpula da Solidariedade Global”, organizada por fundações políticas de esquerda, como o *Greenpeace*, ao lado de alternativas para os refugiados etc. Todos esses eventos contaram com milhares de visitantes que buscavam ouvir as apresentações de ativistas como Samir Amin<sup>13</sup>.

Agora, eu gostaria de abordar as seguintes questões:

Como o Estado reagiu à ameaça desses protestos?

Como respondeu a mídia liberal?

Quais as consequências desses fatos?

## **O Estado reage aos protestos planejados**

Não está claro por que esta Cúpula deveria ter lugar em Hamburgo. Gostaria de lembrar que Hamburgo é uma cidade onde reina uma atmosfera de autonomia e que conta com uma ala de esquerda forte e numerosa. Nesse sentido, esse evento teria que representar uma provocação. Durante a Cúpula, o poder policial foi significativamente reforçado. O outro problema é que a área de realização da Cúpula seria severamente isolada, em vista das ações de fiscalização e controle por parte da polícia, com o trânsito praticamente parado, um problema de difícil solução em uma cidade como Hamburgo. De todo modo, tanto o senado em Hamburgo como o governo alemão em Berlim repetidamente asseguravam que o evento seria bem sucedido e alcançaria um grande significado. Durante os preparativos, um senador da cidade de Hamburgo chegou a declarar que não haveria qualquer restrição ao direito de manifestação. Mas, um mês depois, seria bloqueada a

---

<sup>13</sup> Samir Amin, economista egípcio, é diretor do Fórum do Terceiro Mundo, uma organização internacional com sede em Dakar, que congrega intelectuais da África, Ásia e América Latina [Nota da Tradutora].

área em torno do evento, a qual foi alcunhada “corredor de transferência”. Concretamente, isso significou que, em uma área da cidade de trinta e oito quilômetros quadrados, que se estendem por vários distritos e onde vivem quinhentas e cinquenta mil pessoas, nenhuma manifestação, nenhum ato de protesto poderia ter lugar e este corredor seria colocado sob o controle independente de unidades paramilitares. A medida foi justificada sob o pretexto do alto nível de segurança exigido por alguns visitantes, além do que tal corredor evitaria atrasos devidos às demonstrações.

Foi estabelecido ainda um centro de detenção, uma prisão provisória para quatrocentas pessoas. As celas individuais deste centro mediam três metros quadrados (na Alemanha, celas para cães devem medir seis metros quadrados) e celas para grupos de até cinco pessoas mediam nove metros quadrados. Mais de vinte mil policiais de toda a Alemanha estavam envolvidos na operação, junto a unidades especiais, cavalos, *drones* e helicópteros. Telefones foram obstruídos. Alguns manifestantes foram obrigados a destravar seus telefones e deixar que os policiais examinassem-nos. A pressão sobre os ativistas intensificou-se e o Estado calculou abertamente que quebraria a lei. Na fase preparatória, os serviços de inteligência haviam investigado pessoas “problemáticas” através de bancos de dados. Assim, pessoas públicas envolvidas em projetos alternativos de esquerda foram abertamente difamadas nos sítios eletrônicos das organizações municipais e de seus representantes. A polícia invadiu casas de ativistas, confiscando discos rígidos e outros materiais. Ativistas eram assediados na autoestrada para Hamburgo, detidos e desautorizados a seguir viagem, simplesmente com base em suspeição, sem prova concretamente apresentada.

Uma semana antes do início dos protestos, o “Acampamento Anticapitalista” foi dissolvido pela polícia, embora sua instalação já tivesse obtido a aprovação de um tribunal. A ação da polícia deixou claro, portanto, que não levaria em conta leis ou julgamentos que não estivessem alinhados à sua estratégia. As repressões não eram dirigidas apenas aos manifestantes, mas, também, anteriormente, a advogados e mesmo a médicos que haviam comparecido para prestar apoio.

Durante a Cúpula, jornalistas foram privados de suas credenciais, pois ocorreu que muitos profissionais da imprensa já haviam sido secretamente investigados antes da Cúpula e cadastrados em arquivos secretos. *Verdi*, o mais importante

sindicato do setor de serviços na Alemanha, apelou à polícia para “proteger a fundamental liberdade de imprensa e os repórteres em nome do interesse público quanto ao direito de livre acesso”. E, ainda: “Não é possível que jornalistas sejam detidos pelas forças envolvidas no exercício de sua profissão. Deve ser permitido ao público traçar um quadro objetivo da situação em Hamburgo”.

Para a coordenação das forças policiais, foi apontado um oficial conhecido pela dureza de suas ações e o que ele anunciara caminhou exatamente nessa direção. Estava relativamente claro, desde o início, que a polícia buscaria a escalada da violência. Já nos dias que precederam a Cúpula, durante os primeiros protestos, a polícia usou jatos d’água para confrontar livres manifestantes. A primeira manifestação anticapitalista “Bem-vindo ao Inferno” recebeu mais de dez mil visitantes e a polícia recrudescer quase de imediato.

É da maior importância mencionar que a polícia e o Estado, desde o início, tentaram influenciar a opinião pública com notícias falsas (*Fake News*), o que alimentou extraordinariamente os ânimos em torno do evento. Um exemplo: foi anunciado que havia mais de seiscentos policiais lesionados. Não foi preciso uma investigação mais rigorosa para revelar que, na verdade, em sua maior parte, as deficiências de saúde sofridas pelos policiais foram causadas por problemas circulatórios ou por desidratação, uma vez que não era concedido aos policiais o devido descanso. Outros problemas consistiam da interferência do gás lacrimogêneo usado pelos próprios policiais contra os manifestantes. Em diversas ocasiões, a polícia criou cenários falsos, acusando manifestantes de agressões brutais. Ao fim das contas, não foi possível apurar qualquer prova de tais acusações. O Departamento de Polícia de Hamburgo, finalmente, declarou, em tom dos mais sérios, via *twitter*: “Restringir os direitos fundamentais é parte da nossa tarefa e protege a democracia do individualismo excessivo”.

Assim, voltando à questão inicial: por que tudo isto aconteceu em Hamburgo? Um argumento levantou-se rapidamente entre os manifestantes e ativistas dos direitos humanos: o Estado estava se preparando, em Hamburgo, para insurreições e uma possível guerra civil no futuro. Uma conclusão: “Não apenas os direitos humanos básicos relativos à liberdade de expressão e de reunião foram tolhidos por força de uma ordem geral, mas a polícia, sob os auspícios do Governo de Hamburgo e, presumivelmente, também, junto às autoridades federais e de segurança da Confederação,

realizou um ensaio do regime de exceção”. O evento representou uma ocasião ideal para a cooperação entre a polícia, o exército e os serviços secretos. Ao final das contas, a Cúpula custou quatrocentos milhões de euros. Politicamente, nada foi alcançado.

A violência dos manifestantes refletiu-se criticamente na própria esquerda. Um dos meus colegas, por exemplo, escreveu: “A violência dos Autonomistas não tem apenas motivações políticas, mas é um produto desta sociedade. Seu conteúdo agora veio à tona. O tumulto reflete sua própria cultura machista repressiva e a frustração que esta produz entre os perdedores da sociedade. O moderno lumpemproletariado revoltou-se. Alguns dos manifestantes mais violentos podem ter sido cidadãos de bem que desejavam expressar sua agressividade, uma mistura que tem sido usada com frequência para fazer a esquerda organizada jogar o bastão”. E, então, comparando a violência do Estado e as manifestações: “Jogar bombas como divertimento pode fazer de alguém um convidado de honra. Mas aquele que joga fogos de artifício é terrorista?”.

O senador de Hamburgo, responsável por assuntos internos, declarou o evento como “um festival de democracia”.

Um repórter do Jornal para o qual trabalho (*junge Welt*), por sua vez, designou-o “a Cúpula da repressão e da intimidação total, da suspensão de direitos básicos fundamentais e da redução da democracia”.

## **A imprensa alinhou-se ao poder do Estado**

Mesma antes da Cúpula, a mídia burguesa atacou violentamente as manifestações. Um exemplo disso é um artigo de Alexander Görlach<sup>14</sup>, cujo título, *Left and Right Only Destruction*, antecipou a direção. O G20 foi transfigurado em uma reunião necessária de chefes de Estado que entendem que os problemas do mundo devem ser abordados por meio do diálogo. A ênfase foi colocada na palavra comunicação, atravessando fronteiras, uma vez que os problemas são admitidos como grandes demais para um só país.

---

<sup>14</sup> Alexander Görlach é fundador e colaborador do Jornal *The European* e membro do Partido Liberal Alemão (German Liberal Party – FDP). Publica, entre outras, na revista online [www.saveliberaldemocracy.com](http://www.saveliberaldemocracy.com) [Nota da Tradutora].

Os protestos da esquerda agora são acusados de perturbar esse diálogo, essa comunicação, inibindo, desse modo, o entendimento no sentido de uma “nova internacional”. O autor chega ao cerne de sua argumentação quando advoga que os protestos de esquerda seriam tão nacionalistas como as novas leis populistas na Europa e no mundo (e, para ele, este seria o dado mais importante). “Eles não têm muito o que fazer pela globalização e pela sociedade informática; eles abominam o progresso; sua cultura é um monólito nacional”.

Os protestos de esquerda converteram-se de um puro “tumulto” a uma fúria cega e destrutiva. “Populistas de direita e de esquerda explicam àqueles que os escutarem que os problemas atuais deverão ser solucionados por meio de receitas do passado”. Ao escrever isto, ele intenta deixar claro que o G20 defende o futuro, chegando, por conseguinte, ao conhecido e recorrente estereótipo do antitotalitarismo. No centro, encontramos o cidadão burguês racional que deseja atuar como um moderador entre os extremos da direita e da esquerda. Eis sua sugestão para essa abordagem moderadora: o que devemos fazer é lançar mão das ferramentas burguesas e neoliberais (como se estas não se constituíssem receitas do passado!).

O autor declara, em seguida, que vivemos hoje em um tempo marcado por um inacreditável desenvolvimento tecnológico que não pode ser compreendido “quer pelas elites, quer pelos cidadãos médios de um Estado”. “As conseqüências são incerteza, medo e instabilidade”. Neste ponto, ele também encontra um elemento de conexão entre direita e esquerda. “Espíritos esclarecidos” apontariam agora que, após a destruição de muitos empregos, o progresso criaria novos empregos, pois o progresso não é apenas destrutivo, mas tem algo de produtivo ao mesmo tempo. Direita e esquerda, contudo, veriam apenas o lado negativo do progresso e, por essa via, aproveitam-se do “medo e ansiedade” das massas estúpidas para fazer avançar seu tosco programa de isolacionismo nacionalista. Ele critica a esquerda por “propagar seu conto de fadas da justiça distributiva e do pacifismo”, antes de, cinicamente, lançar a questão global: “O que acontecerá quando não mais pudermos comprar produtos baratos fabricados em Nepal e Bangladesh? Ou, quando, em um futuro não muito distante, reproduzirmos de casa nossos carros e *Iphones*?” Na verdade, Görlach teme que se reduzam os empregos mal pagos da periferia do capitalismo e crê que o mundo ocidental presta um favor a

Nepal e Bangladesh! Mas a questão é se a política que é regida pelo G20 não representaria, ela própria, a razão pela qual esses empregos são mal pagos (e este é um eufemismo, uma vez que se trata, aqui, de trabalho escravo!).

Para sublinhar seu argumento de que direita e esquerda encontram-se nos extremos, Görlach aponta para o termo “socialismo nacional”. Para ele, ademais, a violência contra os estrangeiros é da mesma natureza da violência contra carros e propriedades: “fachadas de lojas estão sendo incendiadas e policiais são abandonados em sua luta contra a agressão e a violência”. Em contrapartida, vamos a alguns fatos: em 2016, houve três mil e seiscentos ataques contra refugiados e lares de refugiados, apenas na Alemanha. Vale também indagar: quem deveria levar a culpa pela violência contra os policiais? Provavelmente, o Estado, que os investe contra protestos legítimos para provocar a agressão. Em conclusão, Görlach afirma que, para ambos os grupos, de direita e de esquerda, “um mundo ideal é aquele onde não há qualquer interação com o exterior”. E é na comunicação que ele enxerga a proteção contra os males do mundo.

Aqui, temos a imagem indiferenciada de uma “globalização” positivamente ocupada, a qual só poderia partir de alguém que detém o lugar de vencedor nesse processo, tanto em escala nacional como internacional.

Apenas um outro breve exemplo da tendenciosa mídia burguesa que se chamou “Fatos alternativos em uma Cúpula Alternativa”. Como se não houvesse crise, como se nada tivesse acontecido nos últimos dias, o autor celebra acriticamente o que ele chama de globalização. Os protestos da esquerda são vistos apenas como um movimento contra a globalização. No artigo, o autor assume a tarefa de desmascarar as mentiras da esquerda sobre o desenvolvimento econômico: ele também parte de uma perspectiva antitotalitária e difama a demanda dos manifestantes por “democracia radical” como propaganda do totalitarismo. Como relata o jornalista sobre a cúpula alternativa que mencionei acima, aquele autor, sob a premissa de que globalização e capitalismo são responsáveis pelo inacreditável montante de riqueza de que dispomos hoje, no mundo, pretende se contrapor a todo criticismo possível à “globalização”. Nesse sentido, mencionado autor ainda desqualifica a crítica de que a Cúpula do G20 serve, em última instância, à indústria financeira, julgando que

tal concepção não passaria de uma teoria da conspiração. O jornalista compreende, ademais, que a “economia democrática” proposta por Görlach, no contexto da cúpula alternativa, não significa outra coisa que não “expropriação”, convertendo a demanda por uma “produção socialmente útil,” mais uma vez, em uma prerrogativa totalitária.

“Mas quem define o que é socialmente significativo? Se não deixarmos tal decisão para o indivíduo, mas para a coletividade, cairemos na ditadura”. Que reviravolta! Não surpreende, assim, que, lá pelo final, ele entoe um hino ao mercado, porque, na condição de uma instituição das forças da moderação, este conecta umas às outras pessoas que não se conhecem e, ao mesmo tempo, obriga a todos que contribuam com alguma coisa.

Sua conclusão ressalta que são os liberais aqueles que estão agindo racional e responsabilmente: “Os liberais enfatizam, por princípio, que tudo o que será distribuído terá, primeiro, que ser ganho”. Para ele, as pessoas de esquerda são sonhadoras, utópicas. Ele não compreende que a esquerda não quer, simplesmente, distribuir. Uma das razões pelas quais a esquerda reclama uma “produção socialmente significativa” deve-se à preocupação com esta parte da economia, não só com a distribuição. Mas, desde Karl Marx, os liberais jamais entenderam essa crítica!

Assim, para finalizar meu relato sobre o G20, devo assinalar o fato mais chocante. Com a desculpa de prevenir o terrorismo de esquerda, iniciou-se, após a Cúpula, uma caça às bruxas contra indivíduos e instituições de esquerda que tiveram que enfrentar todo tipo de repressão. A mídia agitou-se em torno dessa pauta, ocupando-se mais em mostrar fotos retratando os tumultos nas ruas do que em registrar os pífios resultados da Cúpula. Um dos resultados deste ataque aos manifestantes e à esquerda em geral foi que a plataforma da esquerda radical na Internet – *Indymedia* – foi fechada. Casos contra manifestantes ainda estão correndo na justiça. Pessoas inocentes estão sendo julgadas. Manifestantes têm sido condenados por conta de sua simples participação naquele evento. Por outro lado, a polícia tem sido inocentada de suas ações hostis, absolutamente imperdoáveis! Mesmo após a Cúpula, relatos de violência policial intensificaram-se. Ainda hoje, li que, em Hamburgo, um em cada dez policiais encontra-se trabalhando em casos relacionados à Cúpula. Isto configura a estranha situação de termos outros oitocentos processos simplesmente paralisados, dentre estes, alguns sérios casos de corrupção.

## Anticomunismo

Reportar-me-ei, agora, a outra parte da história, a qual assume importância ainda mais expressiva nesse momento em que comemoramos os cem anos da revolução de outubro. Refiro-me a um novo anticomunismo. Gostaria de discutir as razões desse anticomunismo, porque uma coisa é clara: tanto quanto os ataques propositais aos manifestantes de esquerda que experienciamos durante e após o G20, estas respondem pelas tendências contrarrevolucionárias vigentes na Europa.

Passemos, então, da Alemanha para a Hungria, ainda que as situações que relatarei apresentem semelhanças, constituindo-se uma das mais importantes a acusação de totalitarismo.

Já tive ocasião de mencionar esse anticomunismo em meu artigo sobre a destruição do Arquivo Lukács<sup>15</sup>, no qual, infelizmente, não pude explorar a questão com maior profundidade, o que gostaria de fazer agora. Como é sabido, a estátua de Lukács foi removida do Parque *St. Stephen*, em Budapeste. Os últimos ataques a Lukács irromperam no início das celebrações do aniversário dos sessenta anos do levante de 1956.

Em 21 de outubro de 2016, o Jornal *Magyar Nemzet* emitiu uma denúncia contra a Fundação Georg Lukács com base em uma lei promulgada em 2012, regulando a nomeação de ruas, lugares públicos e, também, de instituições públicas. A Fundação mesma apoia projetos de pesquisa social e literária e é, formalmente, independente do Arquivo Georg Lukács. Diz a Lei: “Nenhuma organização pode levar o nome de uma pessoa que tenha ocupado um papel importante no estabelecimento, desenvolvimento ou manutenção dos despóticos sistemas políticos do século vinte”. Em se tratando de sistemas despóticos, comunismo e fascismo são equiparados.

O Jornal também cita a opinião da Academia Húngara de Ciências, a qual, de acordo com a lei, deve assumir a função de árbitro, em casos de disputa.

---

<sup>15</sup> O artigo de Köhler, *The Destruction of Reason (On the current Lukács affair)*, vem de ser republicado na **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, dez/2017. Cf. <http://www.armadacritica.ufc.br/>. [Nota da Tradutora].

Sobre Lukács, aponta sucintamente que sua relação com a liderança do partido não era isenta de conflito, mas, sem sombra de dúvida, ele teria “participado no estabelecimento, expansão e manutenção do comunismo”. E, em seguida: “de acordo com a lei, um lugar público não pode levar seu nome”. Esse julgamento, contudo, não levou em conta as “qualidades acadêmicas” de Lukács, o qual é indiciado meramente em nome da “situação legal”.

Um dia após a publicação do artigo, dois políticos do partido neofascista *Jobbik* colocaram um lenço vermelho ao redor dos olhos, na estátua de Lukács no Parque *St. Stephen*, que deveria simbolizar a “estrela vermelha nos olhos da sociedade húngara, da política e da Academia Húngara de Ciências”. Durante esta ação, eles registraram um pedido para a remoção da estátua, o que foi aceito, no início desse ano de 2016, pelo Conselho Municipal de Budapeste (*Budapest City Council*).

Os neofascistas, posteriormente, declararam: “Mais uma peça do comunismo vivendo entre nós foi emasculada”. E ainda: “Nós estamos felizes que vinte e sete anos após uma assim chamada mudança de sistema, um comunista criminoso, responsável pela execução de oito pessoas no período da República dos Conselhos, na condição de comissário do povo, que, como filósofo, foi o celebrado ideólogo da época de Rákosi, tendo ocupado um papel chave durante o sistema de Kádár, finalmente teve vetada uma estátua em Budapeste”. Na manhã de vinte e oito de março, a estátua foi levada embora.

Este foi um exemplo da condenação moral do comunismo. E, aqui, especialmente, de Lukács. Ele era comunista e, como comunista, cometeu crimes como assassinato.

Outro fator vinculado a esse anticomunismo é o fato de o comunismo ser tido como responsável pela atual situação econômica na Hungria e na Europa Oriental. Tanto forças reacionárias como liberais alegam abertamente que a atual divisão entre os países europeus do leste e do oeste deve-se ao seu passado no século vinte. É dito que, enquanto os países ocidentais puderam seguir a via capitalista e nacional, os países do leste, na condição de aliados soviéticos, foram forçados a assumir um modelo equivocado de desenvolvimento econômico. O grande esforço ideológico desde os anos de 1990 até hoje tem sido retratar tudo o que, efetivamente, deve-se às políticas neoliberais e à estratégia de

construir o capitalismo, como se fosse consequência do socialismo. E eu gostaria de destacar, aqui, a propósito, que o anticomunismo é também um produto da ciência. A ciência é definida, continuamente, como neutra, ela condena o marxismo por sua teleologia, mas, em todo o processo de transformação, jamais se constituiu uma questão para a ciência social estudar a transformação que, eventualmente, redundou em um sistema liberal.

Assim, não apenas o comunismo é acusado. Também o são as pessoas que viveram nos anos de 1970 e de 1980, como se, em 1970, na Hungria, tivessem vivido para além de suas condições. Como se tivessem vivido à custa das novas gerações, porque eram preguiçosos em suas fábricas, simplesmente não trabalhavam. Também porque eram estúpidos demais para reconhecer que o socialismo não funciona. Porque eram covardes em demasia para defender-se contra os russos, que, conforme se alegava, ocupavam o país. Como se comunismo e socialismo fossem algo estranho aos húngaros, trazidos de um país de fora, com o fim de destruir a Hungria, de alguma maneira. Isto é parte do processo de externalização. Os motivos reais da crise não são colocados na realidade, mas em um lugar imaginário.

Podemos perceber que esse tipo de anticomunismo está se tornando mais forte nas sociedades ocidentais. A União Europeia é acusada por alguns representantes da nova direita de traduzir um projeto comunista. É acusada de agir de forma branda em relação aos marxistas. A formulação concreta é que a União Europeia foi sequestrada por marxistas culturalistas.

Para colocar a questão sem rodeios, não se trata de crimes que possam ter sido cometidos por comunistas no passado. Os crimes cometidos pelos nazistas nos anos de 1930 e 1940 são frequentemente perdoados sob o pretexto de que estes teriam sido forçados a lutar contra seus inimigos, como os comunistas.

Outro ponto que deve ser enfatizado aqui é que comunismo e marxismo são identificados, de uma certa forma, com a Rússia. Isto faz parte da estratégia já mencionada de externalizar um conflito interno como um conflito vindo de fora. Estamos agora testemunhando esse fenômeno de uma maneira extraordinária, nos Estados Unidos, quando a Rússia é acusada de ter manipulado as últimas eleições presidenciais. Deixando de lado esta possibilidade concreta, o fato é que não são discutidos os motivos reais pelos

quais Trump foi eleito e por que Clinton não se apresentava como uma alternativa para muitos.

Não apenas na Europa Ocidental, mas também na Europa Central, vigora um forte sentimento de supremacia cultural com relação à Rússia, que acaba por ser vista principalmente, como um país culturalmente atrasado. Isto, na verdade, reproduz os velhos sentimentos do Ocidente esclarecido, que imagina o Oriente como algo irracional, no qual valores como o individualismo etc. não teriam vingado e o velho coletivismo ainda regeria as massas, um quadro que não é apenas propagado pelos conservadores na Hungria e na Alemanha, mas é difundido principalmente pelas forças liberais.

## **A conclusão de Lukács**

Para encerrar minha fala, eu gostaria de voltar ao meu argumento do início. Não sou um economista e não apresentarei uma análise mais profunda acerca das relações capitalistas de produção, detendo-me, assim, em alguns fenômenos da superestrutura. De todo modo, parto do princípio de que nos encontramos correntemente em um processo de monopolização, como uma resposta à crise. No início de minha Introdução, levantei a questão sobre como as “personificações do capital”, como diz Mészáros, defendem ideologicamente o capital nos dias atuais, ou seja, no momento em que fracassou a agenda neoliberal, especialmente no que diz respeito à promessa de construção de um mundo sem violência.

Já há algum tempo, venho dando voltas em torno de uma ideia que desejo trazer aqui ao debate e que é a seguinte: esta percepção contraditória que temos hoje na Europa de que, por um lado, algo mudou, mas, por outro, o tempo neoliberal permanece de pé pode ser descrita como uma viragem na retórica burguesa da “apologia direta” à “apologia indireta” ao capital.

Permitam-me discutir mais a fundo esse assunto.

Em algumas de suas notas de rodapé em *O Capital*, Marx descreve vários dos economistas burgueses como “apologistas diretos” do capital. Ainda que esses economistas enxerguem contradições no sistema que criaram, ainda que percebam contradições no capital, eles empenham-se ao máximo em ocultar tais contradições, acreditando na universalidade desse sistema.

Em seus escritos dos anos de 1930 e 1940, particularmente, na *Destruição da Razão*, Lukács esforça-se por entender as mudanças em curso na Europa. Ele tenta entender a viragem autoritária, tenta sondar por que, naquele momento, as forças reacionárias se fortaleciam e mesmo os fascistas ganhavam terreno.

Citando Lukács<sup>16</sup>:

Enquanto a apologética direta empenha-se em distorcer as contradições do sistema capitalista, repensá-las ou deixá-las de lado, a apologética indireta avança precisamente dessas contradições, reconhece sua existência real, assume tais contradições como um fato irrefutável, mas atribui a estas uma interpretação que, não obstante tudo isto, é vantajosa à existência do capitalismo. Enquanto a apologética direta empenha-se em retratar o capitalismo como o melhor de todos os regimes, o ápice do desenvolvimento da humanidade, a indireta trabalha o lado torpe do capitalismo, seus horrores de certa forma, mas explica esses elementos não como qualidades do capitalismo, mas como pertinentes à própria existência humana, à existência como um todo. Desse ponto, segue-se, necessariamente, que uma luta contra as abominações, por princípio, parece não apenas infrutífera, mas, antes, desprovida de sentido, mais precisamente, uma autoabolição do ser humano.

A apologética indireta não mais tenta negar o fenômeno das crises, estas são admitidas e aceitas como “lutas cósmicas eternas”. Isto é caracterizado pelo que Lukács denomina “irracionalismo”. É importante assinalar que irracionalismo não é o oposto de “racionalismo”, não significa simplesmente uma forma de encarar as coisas, marcada pela emoção, dispensando, nesse sentido, a *ratio*, ou qualquer elemento de razão. Muito ao contrário, é uma forma de racionalismo, que, em um certo ponto, escapa dos limites de sua habilidade cognitiva e transfere esses limites para o plano cósmico e, desse modo, mistifica as soluções do problema (LUKÁCS, *Die Zerstörung der Vernunft*. 1954, p. 86).

---

<sup>16</sup> Na citação reproduzida por Köhler, lê-se: *While direct apologetics endeavours to smear the contradictions of the capitalist system, to rethink them, to leave them aside, indirect apologetics proceeds precisely from these contradictions, recognizes their actual existence, their irrefutability as a fact, but gives them an interpretation which, in spite of all this, is advantageous to the existence of capitalism. While direct apologetics endeavours to portray capitalism as the best of all orders, as the final ultimate summit of the development of mankind, the indirect works the gross sides of capitalism, its horrors roughly, but explains them as qualities not of capitalism, but of human existence, of existence at all. From this it necessarily follows that a struggle against the abominations from the outset does not appear to be merely hopeless, but is rather meaningless, namely a self-abolition of the human being* (LUKÁCS, G. *Die Zerstörung der Vernunft*. Aufbau-Verlag, 1954, p. 181).

Ao invés de analisar os fenômenos da crise pelo que estes, de fato, são, ou seja, crises das contradições no interior do sistema do capital, estas são elevadas e mistificadas, aparecendo como eternas. É claro que mesmo essa forma de criticismo é apologética, uma vez que as raízes da crise não são consideradas, mas, sim, removidas para além do seu raio de alcance. Este expediente deixa incólume o real problema da sociedade de classes e do domínio do capital. Isso então explicaria por que críticos como Mark Fisher nutrem o sentimento de que, de algum modo, já não há mais futuro.

Lukács vinha observando e, na verdade, descrevendo essa marca no pensamento europeu após Hegel, começando com Schelling, passando, então, por Nietzsche e Max Weber, por exemplo, até chegar aos ideólogos do fascismo. Ele percebia que o irracionalismo já se fazia presente dentre os pensadores liberais do seu tempo e como, sobre esta base, foi possível, para os fascistas, construir o irracionalismo liberal. Lukács concebia o irracionalismo como uma arma contra a luta de classes. Para ele, este era utilizado para camuflar os problemas reais, desviando-se de possíveis soluções.

Em seu passado pré-marxista, quando era, ainda, um crítico cultural conservador, Lukács enfrentou um fato chocante no início da Primeira Grande Guerra. Como se sabe, Lukács admirava Max Weber e defendia que este representava o que de melhor a Alemanha poderia oferecer no plano intelectual. Quando irrompeu a guerra, Max Weber apareceu diante de seus alunos portando um uniforme do exército e prestando solidariedade ao ultrarreacionário imperador prussiano, ao qual ele mesmo se opunha politicamente. Para Lukács, o fato significou um alerta: mesmo os melhores pensadores liberais, em um dado momento, sucumbirão a soluções autoritárias.

Penso que o mesmo pode também ser observado hoje. A virada autoritária que correntemente testemunhamos na Europa vem ocorrendo não obstante as políticas neoliberais permaneçam intocadas. Mesmo se assistimos a uma nova forma de protecionismo, o sistema, como tal, está fora de questão.

O que mudou foi o fato de ter desaparecido a promessa de uma sociedade livre, que representa a legitimidade do sistema. A crise é permanente. A ameaça de terrorismo, a violência, e assim por diante, são permanentes, mas, agora, descritas como atinentes à

condição humana. Nada há, portanto, que se possa fazer a respeito. Simplesmente, atribuir-se mais poder ao Estado e aos políticos. A nova direita na Europa está preparada para a tarefa e clama por mais ação por parte do Estado. Esta nova direita deseja punir os pobres, os refugiados e o que é mais assustador é que mesmo os melhores liberais tendem a aceitar que isto seja feito.

Então, eu gostaria de encerrar minha fala com uma interpretação formulada por Lukács acerca do romance *Mário e o Mágico*, de Thomas Mann. Este conta uma história passada nos primeiros tempos da Itália fascista. Uma família está visitando uma estação de veraneio, cuja atração principal é o mágico Cavaliere Cipolla. Cipolla é um hipnotizador. Ninguém é capaz de resistir a seus poderes.

Lukács interpretou essa história de uma forma muito peculiar. Ele definiu o mágico Cipolla como a ameaça fascista que pairava sobre a Europa. A sociedade europeia, a burguesia, estava consubstanciada em sua nobre audiência e tentava resistir ao fascismo de uma maneira negativa. Ou seja, a sociedade europeia não desejava deixar-se hipnotizar. O problema é que esta não sabia o que desejava de um ponto de vista positivo. As sociedades europeias enfrentam, atualmente, o mesmo problema. Em sua maior parte, elas não querem ser hipnotizadas pela onda autoritária vigente, porém, não sabem o que, de fato, desejam em contrapartida a essa ameaça autoritária real. De acordo com Lukács, a solução seria a sociedade justa. Não devemos esquecer que, para Lukács, como um bom hegeliano, uma sociedade racional e uma sociedade justa significariam a mesma coisa. A ideia de Lukács de uma sociedade justa era o socialismo. A possibilidade real de uma sociedade livre e justa articulava-se, na verdade, ao seu método marxista de compreender historicamente os acontecimentos. Se perdermos esta possibilidade real como uma perspectiva para nosso entendimento e nossa motivação científica, estaremos condenados a nos transformar em pessimistas românticos ou cínicos apologistas do sistema.



# GYÖRGY LUKÁCS; ACERCA DA VIRAGEM ONTOLOGICA DE 1930

*Marteana Ferreira de Lima*<sup>17</sup>

## Introdução

A longa trajetória intelectual de György Lukács contém uma dinâmica bastante peculiar, caracterizada por viragens, rupturas, efervescência de múltiplas e, às vezes, contraditórias influências, contando com momentos tão distintos entre si que podem sugerir a inexistência de uma linha de continuidade. A exacerbação do significado das rupturas existentes em sua evolução levou alguns intérpretes e críticos à defesa de uma contraposição entre o jovem esteta e o filósofo da maturidade. A viragem de 1930 é o marco determinante da sua impostação ontológica, que encontra seu ápice na compreensão do pensamento marxiano como uma ontologia do ser social, superando interpretações da obra de Marx contaminadas por uma concepção determinista ou economicista. Essa impostação ontológica, todavia, nem sempre é entendida como um coerente produto de sua trajetória que, embora marcada por rupturas e viragens, efetiva-se numa dialética de continuidade na descontinuidade.

A adesão de Lukács ao Partido Comunista Húngaro e sua vinculação ao marxismo podem ser consideradas – como ele afirmou em diversos momentos – a máxima viragem da sua vida,

---

<sup>17</sup> Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: [marteana.lima@urca.br](mailto:marteana.lima@urca.br).

mas não foi a última. Como assinala Tertulian (2008, p. 42-3), a passagem *definitiva* de Lukács “do hegelianismo para o marxismo, do idealismo abstrato, violentamente impregnado de moralismo, para uma dialética revolucionária rigorosamente materialista se deve a uma dramática evolução política e espiritual”. Por isso, no cerne da maturidade marxista, encontramos mudanças significativas, autocríticas e saltos que caracterizam seu processo evolutivo e respondem pela existência de etapas na última fase de seu desenvolvimento. Entre tais mudanças, indiscutivelmente, a mais importante e que dá início à fase madura é a viragem de 1930. Ela desencadeia um conjunto de transformações essenciais que incidem sobre diferentes aspectos da filosofia e da obra do autor, abrangendo desde a ideologia e os fundamentos conceituais até o estilo da escrita.

Na compreensão de Oldrini (2009), essa viragem tem caráter ontológico porque se fundamenta na crítica marxiana à filosofia especulativa de Hegel, tendo como princípio essencial o reconhecimento da objetividade como propriedade originária de todo ente. À luz dessas considerações, justifica-se adequadamente sua categórica afirmação: “os pressupostos e as linhas diretrizes da investigação lukacsiana após os anos de 1930 devem imediatamente à teoria materialista da objetividade” (OLDRINI, 2013, p. 28). A ausência de um projeto ontológico explícito como fundamento das elaborações de Lukács, adverte o autor italiano, causa inconvenientes e impõe limites que só serão superados posteriormente, ao longo do processo apenas iniciado com a viragem. Todavia, há críticos que consideram a viragem apenas um fenômeno circunstancial, o resultado de uma pressão externa ou mesmo pura e simples acomodação diante de um determinado quadro contextual. Esses julgamentos partem do limitado princípio da existência de apenas duas possibilidades, na realidade, dois extremos, como anuncia Oldrini (2009, p. 166): “ou o subjetivismo prático-político exasperado (sectarismo) de *História e consciência de classe*, ou o objetivismo enrijecido, dogmático do stalinismo”. A opção de Lukács, todavia, consiste num *tertium datur*, numa “forma superior de objetividade, fundada sobre os genuínos princípios materialista-dialéticos de Marx e Lenin” (idem, p. 166).

Nessa perspectiva, o objetivo deste texto é apresentar a viragem ontológica de 1930 e discutir seu significado para a trajetória do filósofo húngaro a partir de dois significativos eventos que a impulsionaram.

## 1. Dois felizes acasos: o encontro com Lifschitz e com os *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, de Karl Marx

Em 1928, com a morte de Jenő Landler, líder do grupo adversário de Béla Kun no Partido Comunista Húngaro, coube a Lukács a liderança da facção landleriana e a redação e apresentação das perspectivas sociopolíticas do partido, as famosas *Teses* de Blum. Acerca do significado dessas *Teses* escritas para o II Congresso do Partido Comunista Húngaro, Lukács registra, nas anotações para sua última autobiografia: “a sua essência é que, numa crise tão profunda do sistema de Horthy, abrem-se perspectivas revolucionárias, seu conteúdo social não seria a ditadura do proletariado, mas o que Lenin [chamou] em 1905 de ‘ditadura democrática dos operários e camponeses’” (LUKÁCS, 1999, p. 164). O resultado do embate é descrito por Lukács como sua aniquilação política. Devido ao apoio de Zinoviev a Béla Kun, as *Teses* são derrotadas, a facção landleriana é dissolvida e Lukács é obrigado a publicar uma autocrítica. Essa aparente “capitulação incondicional à linha húngara” (idem, p. 165) consistiu numa estratégia para limitar as consequências da derrota e da crítica às *Teses* ao âmbito do partido húngaro<sup>18</sup>. Decididamente, tratava-se de uma autocrítica formal, pois a confiança nas teses ali defendidas não se abalara, apesar da derrota. Todavia, internamente, uma autocrítica autêntica se realizara e culminaria num duplo resultado: a desistência da ação política e a firme convicção da necessidade de desenvolver a ação ideológica – cabe enfatizar que essa ação ideológica não perderá completamente o caráter político.

É bastante conhecido o fato de o filósofo húngaro ter-se inserido na prática política por imposição das circunstâncias e,

---

<sup>18</sup> Nas palavras de Lukács, fica extremamente clara a justificativa para essa (pseudo) capitulação. No Prefácio de 1967, ele escreve: “Quando soube de fontes confiáveis que Béla Kun preparava minha exclusão do partido na condição de ‘liquidador’, decidi renunciar a prosseguir a luta, pois sabia da influência de Kun na Internacional, e publiquei uma ‘autocrítica’. Embora naquela época eu estivesse profundamente convencido de estar defendendo um ponto de vista correto, sabia também – pelo destino de Karl Korsch, por exemplo – que a exclusão do partido significava a impossibilidade de participar ativamente da luta contra o fascismo iminente. Como ‘bilhete de entrada’ para tal atividade, redigi essa autocrítica, já que, sob tais circunstâncias, eu não podia e não queria mais trabalhar no movimento húngaro” (LUKÁCS, 2003, p. 36). Karl Korsch foi expulso do partido em 1926.

inclusive, ainda sob a influência da mesma motivação ética que impulsionou seu ingresso no Partido Comunista Húngaro. Entretanto, com o episódio relativo às *Teses de Blum*, a retirada da política e o retorno ao campo da atividade teórica pareceram-lhe a melhor forma de contribuir para a causa socialista e garantir sua permanência nas fileiras da luta pelo comunismo. Depois de participar do comitê central do Partido Comunista Húngaro, de exercer a função de vice-comissário popular para o ensino na República Soviética Húngara, de comissário popular de política no Exército Vermelho e da atividade ilegal em Budapeste após a dissolução da República dos Conselhos, com a derrota das *Teses* e a consequente imposição de uma autocritica, Lukács chegou à conclusão de que não era um bom político e, por isso, decidiu afastar-se desse campo<sup>19</sup> e dedicar-se àquele no qual acreditava enquadrar-se bem melhor: o desenvolvimento da teoria, principalmente os estudos relativos à crítica literária e à estética. Béla Kun, apoiado por Zinoviev, desferira o golpe definitivo para afastar o filósofo da atividade diretamente política. O afastamento de Lukács do campo político se estenderia por quase três décadas e mesmo o breve retorno a essa arena, ocorrido em 1956, quando assumiu o posto de ministro na Hungria, não significou uma ruptura com aquela decisão porque, como esclarece Lukács (2003, p. 38), o cargo foi aceito sob a condição de tratar-se apenas de um período de transição relativo à crise mais aguda, estabelecendo-se,

---

<sup>19</sup> Em relação ao abandono da militância política direta, Sérgio Lessa (2003, p. 85) chama a atenção para um ponto importante: “Há que se levar em conta, também, que, àquela época, a consolidação do stalinismo tornava a arena política cada vez mais inóspita, mesmo para a ‘oposição reformista’ de Lukács, por uma razão ou outra, possivelmente um pouco por cada uma, Lukács concentrou na sua ‘guerra de guerrilha’ no campo da teoria e, com exceção do Levante Húngaro de 1956, nunca mais ocupou nenhum cargo de direção política”. Também é oportuno registrar a observação de José Paulo Netto, segundo a qual “O *marxismo ortodoxo* de Lukács, na medida em que se funda numa particular articulação entre teoria e prática, implica de modo necessário uma dimensão imanentemente política no conjunto da obra construída no seu marco” e, assim, “a obra marxista de Lukács” – continua José Paulo Netto –, “em que pesem os giros efetuados pelo filósofo desde 1918, jamais esteve, do ponto de vista do seu conteúdo essencial, alheia à dimensão política” (NETTO In: LUKÁCS, 2008, p. 7-8). O “afastamento” da ação política direta não significaria, portanto, que a atuação de Lukács perderia o caráter político. Apesar de um necessário *détour*, continuou contribuindo para esse campo, de forma indireta, por meio de seus escritos estéticos, filosóficos ou ontológicos.

a *priori*, que a renúncia seria apresentada tão logo ocorresse uma consolidação.

Além da derrota das *Teses* de Blum, tem lugar outro episódio importante: a ordem de expulsão emitida pelo governo austríaco contra Lukács<sup>20</sup>. Por conta da intervenção de Thomas Mann, que “escreve uma comovente carta a seu favor” (MÉSZÁROS, 2013, p. 105), a ordem é revogada. Entretanto, Lukács deixa definitivamente a capital da Áustria onde morava desde 1919 e vai a Moscou, em dezembro de 1929, por ocasião do II Congresso do Partido, permanecendo lá até 1945 – exceto por um breve período, entre 1931 e 1933, em que esteve em Berlim, de onde retorna para Moscou, depois que Hitler ascende ao poder.

Em Moscou, torna-se membro do Partido Comunista da União Soviética, no qual permanece até 1931, quando ingressa no Partido Comunista Alemão. Certamente, o filósofo húngaro não era um desconhecido ao aportar em solo soviético. Como registra Oldrini (2009), há anos já circulavam ensaios ou partes de ensaios de sua autoria em revistas acadêmicas soviéticas e o filósofo contava com certa notoriedade que não foi abalada nem mesmo pelas notícias acerca de *História e Consciência de Classe*. Mas há uma diferença considerável entre a Moscou da sanção do primeiro plano quinquenal e os ambientes frequentados anteriormente pelo filósofo húngaro. Em Heidelberg e em Viena, ele experimentara um cenário de grande efervescência, no qual fora acolhido como um estrangeiro e exilado de prestígio e mantinha boas relações com muitos intelectuais de renome internacional. Quanto ao período moscovita, o quadro é, no mínimo, distinto. Como descreve Oldrini: “vestindo bem pouco mais do que as roupas do insignificante funcionário de um instituto de pesquisa, ademais num país enrijecido em direção à meta da inversão revolucionária da sociedade, encontra-se sempre substancialmente confinado à margem” (2009, p. 132). Não desprezando a objetiva dificuldade linguística, o crítico italiano atribui o fato de esse período historiográfico permanecer como o menos conhecido e discutido

---

20 Na cronologia resumida de György Lukács, Mézáros (2013, p. 105) informa que essa ordem de expulsão foi emitida em 1929. Mas no *Diálogo sobre o Pensamento Vivido*, Lukács (1985, p. 42) registra: “Acontece que, em 1928, quando Kun foi preso em Viena, queriam me expulsar, assim alguns amigos meus escreveram a Thomas Mann, e este enviou uma carta contra minha expulsão”.

de toda a trajetória do autor, principalmente, à situação de isolamento vivenciada por Lukács, à escassez de relações interpessoais e à insignificância do papel por ele desenvolvido. De fato, não mantinha contato com os grandes intelectuais europeus, como fizera outrora, e nem mesmo com os compatriotas húngaros também exilados em Moscou. Sintomático desse quadro de isolamento é o fato de Fogarasi – próximo a Lukács e seu companheiro em diversas ocasiões, como no Círculo de Domingo e na República dos Conselhos –, ao redigir páginas de diário sobre sua própria temporada moscovita durante os anos 1933-39, jamais mencionar o filósofo (Cf. OLDRINI, 2009). Todavia, esse isolamento não era absoluto.

Provavelmente, devido a sua notoriedade intelectual, Lukács foi acolhido como colaborador no Instituto Marx-Engels de Moscou, então sob a direção de Riazanov. Essa experiência, como ele próprio registrou no Prefácio de 1967, foi responsável por dois acontecimentos de extrema importância para sua trajetória: a relação intelectual com Lifschitz e o contato com os – ainda inéditos – *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx. Lukács encontra nesses dois felizes acasos a base essencial para a realização de sua viragem ontológica.

## **2. O encontro com Lifschitz**

Em muitas ocasiões, Lukács menciona o crítico Michail Lifschitz<sup>21</sup>, um grande estudioso da estética marxista, com o qual

---

<sup>21</sup> Além do Prefácio de 1967, no qual Lukács refere-se a seu encontro com Lifschitz como um feliz acaso, também há registros acerca do filósofo, historiador e crítico literário soviético no Prefácio de Arte e Sociedade, onde se lê: “No Instituto Marx-Engels, conheci e trabalhei com o camarada Mikhail Lifschitz, com quem, no curso de longas e amistosas conversações, debati questões fundamentais do marxismo” (LUKÁCS, 2009, p. 25). E na última autobiografia: “A minha opinião sobre Lifschitz é a de que ele era um dos maiores talentos que viviam naquela época, sobretudo no plano puramente literário”. (LUKÁCS, 1999, p. 88). Lifschitz também é citado nos Prefácios de *A teoria do romance*, de *Estética* e de *Ensaio sobre a literatura*. A influência de Lifschitz sobre Lukács foi extremamente importante e não por acaso ele lhe dedicaria – com veneração e amizade – seu livro sobre o jovem Hegel. Mesmo o posterior distanciamento entre os dois – Lukács retornaria à Hungria em 1945, enquanto o filósofo soviético permaneceria na Rússia, e, ainda, o autor de *Destruição da Razão* assumiria a oposição entre racionalismo e irracionalismo, enquanto Lifschitz adotaria uma concepção conservadora, condenando a literatura moderna – não significou a ruptura da amizade e o reconhecimento da grande influência de um sobre o outro.

estabelece uma amizade de longa duração e de preciosos frutos teóricos. Considerada como um acontecimento de extrema importância para sua evolução intelectual, essa relação se efetiva em dois momentos: o primeiro, entre 1929 e 1931, quando Lukács desenvolve a atividade de colaborador científico no Instituto Marx-Engels de Moscou; o segundo, por ocasião do retorno do filósofo a Moscou, após sua estada na Alemanha, quando integra, junto com Lifschitz, um grupo intelectual em torno da *Literaturnyi Kritik*. A importância da relação de Lukács com os expoentes da assim chamada “nova corrente” (Cf. OLDRINI, 2009), integrantes do círculo dessa revista, é tão forte ao ponto de possibilitar a István Hermann, biógrafo húngaro de Lukács, a seguinte conclusão:

A colaboração com Lifschitz e com o círculo da “*Literaturnyi kritik*” exerceu uma influência tão profunda e significativa em Lukács, que se poderia dizer com razão: toda a atividade (*Lebenswerk*) de Lukács é, de agora em diante, simplesmente incompreensível sem o conhecimento da atividade de Lifschitz e dos outros expoentes da corrente (HERMANN In: OLDRINI, 2009, p. 134).

Acerca das discussões travadas com Lifschitz sobre as questões fundamentais do marxismo, Lukács destaca que o “resultado ideal mais relevante deste processo de esclarecimento foi o reconhecimento da existência de uma estética marxista, autônoma e unitária” (LUKÁCS, 2009, p. 25). Justamente nesse ponto se constata com maior clareza a importância da convivência de Lukács com o crítico soviético, pois da sua mútua colaboração nos estudos resulta a elaboração de uma nova concepção de estética, cuja pedra angular consiste na defesa de que no pensamento de Marx e Engels estariam postas as bases de uma estética autônoma e unitária que prescindiria da inclusão de elementos externos como forma de complementação. O filósofo húngaro recorda que essa ideia foi veiculada num artigo de sua autoria “a respeito do debate *Sickingen* entre Marx e Lassalle; [e] em Lifschitz esta ideia está no seu livro, escrito na juventude, sobre o jovem Marx” (LUKÁCS, 1999, p. 88). Embora tenha surgido num contexto nada favorável, essa concepção – em nítida contraposição à orientação da Segunda Internacional – ganhou espaço e foi difundida rapidamente, tornando-se uma constatação comum. Apenas os seguidores de Plekhanov lhe fariam objeção. Em consequência dessa rápida aceitação, perdeu-se de vista que a origem de tal concepção radica-

se nos esforços de Lukács e Lifschitz, os quais se lançaram no intuito de demonstrá-la e, por conta disso, realizaram uma mudança fundamental no campo da estética e, por conseguinte, também no marxismo. Por isso, Oldrini (2009, p. 158), recordando as anotações de Lukács a respeito dessa questão nos seus escritos autobiográficos, assegura como justa a reivindicação do filósofo do “mérito de ser o primeiro a se colocar, junto com Lifschitz, a favor do reconhecimento da autonomia estética do marxismo, de ter sido o primeiro a elaborar o conceito que a estética forma uma seção orgânica, completa em si mesma, do sistema marxista da filosofia” (OLDRINI, 2009, p. 158).

A influência do esteta soviético sobre Lukács fica ainda mais evidente quando examinamos a seguinte afirmação do autor da *Estética*:

Quando – em 1930 – voltei a ocupar-me intensamente dos problemas artísticos, *não pensava em uma estética sistemática a não ser como uma perspectiva muito distante de meu horizonte*. Finalmente, duas décadas depois, no início dos anos cinquenta, pude pensar em retornar à realização de meu sonho juvenil, com uma concepção do mundo e um método completamente distinto, podendo realizá-lo com conteúdos completamente distintos e com métodos totalmente contrapostos (LUKÁCS, 1966, p.30-31; grifos nossos).

Ao retomar seus estudos no campo da arte, a intenção de Lukács era aplicar os fundamentos dos clássicos do marxismo naquela área na qual já era bastante amplo seu arsenal de conhecimentos<sup>22</sup> e poder desenvolvê-la, desde que isso fosse possível. Não havia, inicialmente, um objetivo claramente formulado de elaborar uma estética sistemática. Mas é oportuno registrar que, embora esse projeto não estivesse explicitado, os estudos e escritos produzidos pelo filósofo nesse período guardam uma coerência interna tão excepcional a ponto de comporem uma obra coesa e unitária, ao serem reunidos e editados como livros. Evidente é a contribuição dos estudos de Lifschitz para esse

---

<sup>22</sup> Ressaltemos, recorrendo a Tertulian (2008, p. 178), que “Lukács tinha escrito uma *História do drama moderno* e uma *Teoria do romance* em um tempo em que não tinha ainda aderido ao marxismo. Mas seus conhecimentos literários e sua experiência estética já eram imensos. O que o marxismo traz de novo em sua concepção se manifesta pelo rigor que preside a elucidação das relações entre a gênese sócio-histórica das obras literárias e sua *substância estética*. O julgamento de valor estético e o julgamento de existência sócio-histórica se comunicam de modo orgânico” (Grifos no original).

desenvolvimento, principalmente porque, como é amplamente conhecido, os autores de *A Ideologia Alemã* não redigiram textos especificamente voltados ao tratamento da arte – muito embora o desejassem – e não edificaram uma estética sistemática ou exploraram questões estéticas. Os apontamentos acerca desse tema são trechos esparsos, localizáveis em cartas, anotações de conversas e breves digressões em textos versando sobre outras questões. Coube a Lifschitz, especialmente, a investigação rigorosa da obra de Marx, Engels e Lenin e a identificação, a extração e a organização dessas passagens que constituiriam a estrutura e a base de fundamentação para o desenvolvimento de uma estética marxista<sup>23</sup>. Por isso, segundo as recordações do crítico soviético examinadas por Oldrini:

[...] exatamente ele, Lifschitz, teria “contagiado” Lukács “com o interesse pela estética de Marx e Engels”. Seu problema teórico comum é, de fato, o da estética do marxismo: ou seja, se é possível conceber uma estética marxiana autônoma e unitária. A resposta para o problema – então muito pouco aceita mesmo entre os marxistas – ressoa neles como um decisivo sim, desde que se eliminem as aporias, as inconseqüências e os falsos esquemas da *vulgata* marxista até ali prejudicialmente atuais [...]; uma vez que os seus teóricos, céticos acerca da capacidade do marxismo de resolver, no seu bojo, os problemas da imanência estética da obra de arte, recorrem principalmente a empréstimos de fora ou a soluções de compromisso artificiais e incoerentes (OLDRINI, 2009, p. 157; grifo no original).

Assim, sob a influência de Lifschitz e em estreita colaboração com o crítico soviético, Lukács assume uma dupla tarefa: eliminar as interferências do marxismo vulgar (provenientes tanto da Segunda Internacional quanto do stalinismo) e buscar os verdadeiros princípios para uma estética marxista pautada pelos fundamentos elaborados por seus fundadores. A primeira produção com Lifschitz surge dentro desse contexto. A colaboração entre ambos os levaria à seguinte conclusão, sintetizada por Lukács no Prefácio de 1967:

---

23 Sobre essa questão, a referência de Lukács na *Estética* é categórica: “Desde o agudo estudo de M. Lifschitz acerca do desenvolvimento das concepções estéticas de Marx, desde sua cuidadosa coleção e sistematização das dispersas sentenças de Marx, Engels e Lênin sobre questões estéticas não podem subsistir alguma dúvida acerca da conexão e a coerência destas ideias” (LUKÁCS, 1966, p. 15).

[...] mesmo os melhores e mais capacitados marxistas, como Plekhanov e Mehring, não haviam apreendido com suficiente profundidade o caráter universal da concepção de mundo do marxismo e, por isso, não compreenderam que Marx também nos coloca a tarefa de edificar uma estética sistemática sobre um fundamento dialético-materialista (LUKÁCS, 2003, p. 47).

No mesmo sentido, no Prefácio à *Teoria do romance*, o filósofo registraria: “Quando nós, com M. A. Lifschitz, em repúdio à sociologia vulgar, da mais variada extração, do período stalinista, tencionávamos desentranhar e aperfeiçoar a genuína estética de Marx, chegamos a um verdadeiro método histórico-dialético” (LUKÁCS, 2000, p. 13). Percebemos que aquela dupla tarefa tem imbricadas relações entre si e, sobretudo, apresentará resultados para além daqueles inicialmente pretendidos por seus elaboradores. Se a concepção de uma estética sistemática ainda não se encontrava conscientemente explicitada no horizonte teórico do filósofo, a clareza acerca da necessidade de fundamentar-se na teoria, a busca incessante por uma teoria como base de sustentação de seus estudos particulares já se constitui num forte indício da iminente edificação de um sistema de estética. E, evidentemente, não se trata de qualquer teoria, mas daquela cuja origem se encontra nos clássicos do marxismo.

Apoiado no postulado da historicidade como princípio de todo ser, conforme defendem os fundadores do marxismo em *A Ideologia Alemã*, Lukács reconhece que a compreensão da história como ciência unitária levaria Marx e Engels a tratar a literatura tendo como referência um quadro histórico-sistemático. Dessa forma, Lukács resolve a questão da autonomia da estética a partir de um ponto de vista radicalmente distinto das perspectivas em voga, baseado nos fundamentos dos clássicos do marxismo e à luz da nova concepção filosófica marxiana inaugurada pela viragem de 1930. Como resultado dessa nova interpretação, Oldrini ressalta:

[...] ele [Lukács] aborda a questão da autonomia da estética segundo o princípio de que ela não pode ser resolvida cedendo aos pressupostos da estética idealista (“autonomia idealisticamente inflada da arte e da literatura”) ou aos do sociologismo (“identificação vulgar e mecânica de literatura e propaganda política”); ao contrário, ela apenas poderia ser resolvida graças ao tertium datur da solução dialético-materialista (OLDRINI, 2013, p.17).

Essa solução dialético-materialista não seria alcançada sem a ruptura com os preconceitos idealistas contidos em *História e Consciência de Classe*. E, aqui, chegamos ao fator determinante da viragem de 1930, o qual permitirá a Lukács, depois de tantas aventuras intelectuais, pisar no firme solo marxiano e, paulatinamente, desenvolver uma perspectiva ontológica do marxismo compreendido como uma filosofia unitária e autônoma. A proposição de uma estética marxista não seria possível sem a ruptura com aquela linha idealista e, por outro lado, a edificação de uma estética marxista, unitária e autônoma remeteria o filósofo a uma nova interpretação de Hegel. No âmbito da reavaliação de suas concepções filosóficas, sob o impacto e à luz dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, nasce o projeto que resultará na primorosa obra *O Jovem Hegel* – a nosso ver, parte significativa do acerto de contas com sua concepção abstrata, subjetivista e historicista materializada em *História e Consciência de Classe*. No bojo das marcantes diferenças entre *O jovem Hegel* e *História e Consciência de Classe*, destacam-se a nítida abordagem de problemas ontológicos e a distinção entre objetivação e alienação. Na obra de 1923, imerso no idealismo hegeliano, Lukács estabelece uma identidade entre objetivação e alienação; já em 1938, essa identidade é rechaçada, embora os termos alemães *Entäusserung* e *Entfremdung* ainda não sejam apresentados com a precisa diferença linguística encontrada na *Ontologia*. É oportuno registrar que os muitos desencontros proporcionados pelas traduções desses termos é um problema cuja raiz não se encontra nas formulações do filósofo húngaro, mas nas perspectivas defendidas pelos tradutores.

Em *O jovem Hegel*, Oldrini assegura já manifestar-se nas reflexões de Lukács a centralidade de uma problemática ontológica, especialmente na discussão sobre a relação entre causalidade e teleologia como “uma contradição dialética em cuja legalidade de uma relação real da própria realidade objetiva aparece no seu movimento, na sua contínua reprodução” (LUKÁCS In: OLDRINI, 2009, p. 297). Um conjunto de temas, cujo adequado tratamento só terá lugar na *Ontologia*, começa a aflorar no âmbito dessa produção, inclusive a relação entre teleologia e causalidade e do nexos dialético que elas assumem no trabalho concreto – fundamentais para a compreensão da alienação. Nesse sentido, vale a pena reproduzir a citação de *O jovem Hegel*, recolhida por Oldrini:

A análise concreta da dialética do trabalho humano supera em Hegel a antinomia de causalidade e teleologia, mostrando o lugar concreto que a finalidade humana consciente ocupa *no interior* do contexto causal complexivo, sem quebrar esse contexto [...]. Assim, a concreta análise hegeliana do processo de trabalho humano demonstra que a antinomia entre causalidade e teleologia é, na realidade, uma contradição dialética na qual a legalidade de uma relação real da própria realidade objetiva aparece no seu movimento, na sua contínua reprodução (LUKÁCS In: OLDRINI, 2009, p. 297; 2013, p. 25; grifos no original).

A superação da concepção idealista e do subjetivismo exacerbado de *História e Consciência de Classe* inicia-se ainda nas formulações de *O jovem Hegel*. Sob esse aspecto, há uma relação de continuidade entre a produção de 1938 e a *opus postumum* lukacsiana, na qual essa superação é efetivamente consolidada. Porém, deixemos claro que não se trata, ainda, de um projeto explícito de edificação de uma ontologia. Embora essa relação consista em mais uma evidência da organicidade da obra de Lukács e confirme o sentido da virada ontológica da década de 1930, Tertulian (1996) defende a existência de uma continuidade entre *O jovem Hegel* e a *Para uma Ontologia do Ser Social*, nos seguintes termos:

[...] as análises dedicadas na primeira obra às “figuras da consciência” estabelecidas na *Fenomenologia do espírito* e também ao famoso processo de “alienação” do sujeito e à recuperação dessa alienação (*die Entäusserung und ihre Rücknahme*) são substituídas na segunda pelas análises dedicadas aos diferentes níveis da subjetividade (subjetividade “natural” da vida cotidiana, reificação “inocente” e reificação estranhante, estranhamento propriamente dito, espécie humana em-si e espécie humana para-si) e ao longo e complicado trajeto que conduz à verdadeira existência não-estranhada do gênero humano (TERTULIAN, 1996, p. 66).

As considerações de Tertulian demonstram como as categorias próprias da maturidade marxista de Lukács, presentes na *Ontologia*, surgem bem antes, embora não se apresentem, imediatamente, na sua forma definitiva, mas passem por longo processo de evolução. O contato com o texto inédito de Marx é essencial para desencadear esse processo.

### **3. O impacto dos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**

Após o contato com os *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* de Marx, “a objetivação como propriedade primária de todas as coisas e relações”, cujo efeito perturbador e transformador é recordado por Lukács quase cinco décadas depois (LUKÁCS, 2003, p. 46), os estudos desenvolvidos no campo da estética deslocaram-se do universo subjetivista – tão marcante em seus escritos de juventude – e firmaram suas bases sobre a perspectiva do realismo. Dentro do progressivo desenvolvimento da tendência ontológica própria da maturidade marxista, dois traços são particularmente lembrados por Oldrini: “o objetivismo de princípio dominante nas pesquisas crítico-estéticas e o aflorar gradualmente mais decisivo de categorias portadoras da sistemática da maturidade” (OLDRINI, 2009, p. 296).

Essa tendência que o conduz à integral transformação da perspectiva filosófica e à mudança radical da sua relação precedente com o marxismo é assim justificada pelo filósofo magiar:

A leitura dos textos de Marx rompeu todos os preconceitos idealistas da *História e Consciência de Classe*. É certo que eu poderia ter encontrado em seus outros textos, lidos anteriormente, ideias semelhantes para essa transformação teórica. Mas o fato é que isso não aconteceu, obviamente porque os lia desde o início com base em minha própria interpretação hegeliana, e somente um texto completamente novo poderia provocar esse choque (LUKÁCS, 2003, p. 46).

Certamente, o autor de *História e Consciência de Classe* poderia ter encontrado, em *O Capital*, na *Contribuição à Crítica da Economia Política* ou em outro dos textos marxianos que estudara com tanto afinco, os fundamentos para uma ruptura com os preconceitos idealistas contidos nessa obra. Mas, às vezes, é preciso estar preparado para ver algo. E essa preparação de Lukács só chegaria à plena explicitação a partir do momento em que foi possível um encontro com Marx completamente diferente dos anteriores, no qual a compreensão lukacsiana não se estabeleceu com base na visão de outros autores, mas a partir do que diz a letra do próprio pensador alemão. Como afirma o filósofo húngaro, mais de quatro décadas depois: “ainda consigo me lembrar do efeito transformador que produziu em mim as palavras de Marx sobre a objetivação como propriedade material primária de todas as coisas e relações” (idem, p. 46). Esse efeito responderia pela superação da identidade entre objetivação e alienação, à qual fizemos referência

linhas acima. Nos *Manuscrítos Económico-Filosóficos* do grande filósofo alemão, Lukács pôde ler:

Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser *natural*, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele próprio objeto para um terceiro ser não tem nenhuma essência para o seu *objeto*, i. e., não se comporta objetivamente, o seu ser não é nenhum ser objetivo. Um ser não-objetivo é um *não-ser* (MARX, 2015, p. 376; grifos no original).

Os fundamentos teóricos de *História e Consciência de Classe* não resistiriam ao choque de objetividade determinado por essas palavras arrebatadoras. Seu autor chegaria ao extremo, nada incomum no seu caso, de considerar o livro completamente alheio à sua obra. Todavia, sua coerência e senso de realidade não permitiriam um rompimento radical que não considerasse a linha de continuidade entre essa obra e seus escritos posteriores. Por isso, no Prefácio de 1967, após a elaboração da *Estética* e mergulhado na sistematização da sua *Ontologia*, ao mesmo tempo em que os pontos de ruptura são alvo de duras críticas, os aspectos corretos do livro são exaltados. Porém, a superação do viés idealista dessa obra é apenas uma das consequências do contato com os escritos inéditos de Marx. Para além dessa importante superação, o impacto dos *Manuscrítos* de 1844 sobre Lukács responde – muito mais do que qualquer outro fator – pela viragem de 1930.

A mudança dos ventos revolucionários no quadro da estabilização relativa influenciou o autor de *História e Consciência de Classe* a repensar algumas posições ali defendidas. Mesmo na contracrítica de 1925-1926, escrita ainda no calor da paixão que animava a obra de 1923 e voltada vigorosamente à sua defesa, é possível divisar a presença de juízos “anuçados” – para usar a expressão de Tertulian (1996) – sobre alguns aspectos importantes do livro. Também são bastante conhecidas as elaborações contidas na resenha do *Manual* de Bukharin e no texto sobre *Moses Hess* publicados, respectivamente, em 1925 e 1926. A revisão e a tentativa de superação da estrutura de *História e Consciência de Classe* se encontram em inicial efetivação nesses escritos. Entretanto, o reconhecimento dos equívocos contidos nessa obra – entre os quais, Lukács destaca no Prefácio de 1967: marxismo como teoria social e rejeição da dialética da natureza; ênfase involuntária de subjetivismo dominante; conceito de práxis deformado e estreito,

devido à ausência de uma compreensão mais adequada da relação entre o homem (sociedade) e a natureza, através do trabalho; marxismo fortemente hegelianizado –, além do desmoronamento das suas bases e, principalmente, a ruptura com aquela tendência contra os fundamentos ontológicos do marxismo, só se torna possível no bojo das consequências da *impressão estarrecedora* causada em Lukács pela leitura dos mencionados textos de Marx e de Lenin.

Pelo que vimos examinando até aqui, podemos constatar a correção da assertiva de Oldrini (2009) segundo a qual a viragem de 1930 impulsionou Lukács para além tanto dos esquemas do marxismo da Segunda Internacional, como, também, do marxismo hegelianizado. Citando as palavras do próprio filósofo, enfatizamos o quanto o contato com os *Cadernos Filosóficos* de Lenin e os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx revolucionou completamente sua relação com o marxismo. Nesse sentido, acrescenta Oldrini (2009, p. 136): “Estas leituras o afetam tão profundamente que mudam por inteiro sua relação com o marxismo, transformam sua perspectiva filosófica”.

Em relação à Segunda Internacional, o aspecto central destacado pelo crítico italiano é a questão do marxismo como teoria. Sabe-se que Marx e Engels, por motivos que independem de sua vontade, não chegaram a explicitar um sistema filosófico do marxismo. Diante dessa situação, muitos marxistas propuseram-se a preencher as possíveis lacunas com teorias externas à tradição marxista, gerando o que Oldrini classifica como um “ecletismo incoerente, segundo o qual é necessário ‘completar’ as doutrinas econômicas de Marx pelo exterior, por exemplo, com Mach no plano físico, com Kant no plano ético e, no plano estético, com um *mélange* entre as teorias kantianas e as teorias positivistas da arte” (2009, p. 146). Desse modo, o marxismo da Segunda Internacional sofreu deformações e profundas distorções tanto políticas quanto filosóficas. Na compreensão de Oldrini (2009), isso se deve ao fato de a grande maioria dos marxistas que a integraram não terem sido capazes de penetrar na teoria de Marx até o ponto de fazerem dela a base geral de sua concepção de mundo. Nesse sentido, embora o crítico italiano defenda tratar-se de uma injustiça afirmar que um Bebel, um Liebknecht, um Kautsky ou um Lassalle não foram bons socialistas por conta dos erros que cometeram, citando Mehring, enfatiza o quanto “o pleno modo de pensar o comunismo científico [...] lhes faltava quase

completamente”<sup>24</sup> e assevera que, a despeito de suas matrizes opostas, eles naufragam nas mesmas dificuldades: “a aceitação da ligação imediata entre categorias ideais e história ou entre ciência e fatos, a incapacidade de soerguer-se ao ponto de vista – em que Marx e Engels e, depois, Lenin, são mestres – de onde colher as linhas diretrizes do processo histórico concreto” (OLDRINI, 2009, p. 148). A principal dificuldade a impedir esse soerguimento consiste na concepção economicista e determinista na qual o marxismo é enquadrado no âmbito da Segunda Internacional. Reduzindo a teoria de Marx ao campo econômico, essa concepção transforma-a numa doutrina unilateral, onde os planos da realidade são determinados pela economia. Já demonstramos como Lukács tanto alcança esse soerguimento como consegue penetrar na teoria marxiana, superando a perspectiva mecanicista e economicista da Segunda Internacional, além de contrapor-se ao dogmatismo burocrático e ao enrijecimento teórico próprios do stalinismo.

Ainda em relação a essa questão, num ensaio de Oldrini sobre a contraposição de Lukács e de Gramsci<sup>25</sup> ao marxismo da Segunda Internacional, encontramos o seguinte registro:

A frase juvenil de Marx – “é o ser social dos homens que determina a consciência, e não a consciência que determina o seu ser” – é entendida ao pé da letra, no sentido da existência de uma relação causal entre estrutura e superestrutura, economia e ideologia, com a consequente redução do marxismo a um rígido determinismo (OLDRINI, 1999, p. 69).

Diante de tal determinismo, Lukács se coloca em posição abertamente contrária às deturpações provocadas no marxismo pela inclusão de elementos externos, alheios à essência do pensamento de Marx. Não concorda em absoluto com a perspectiva de complementação do marxismo, seja pela justaposição de teorias, seja pela construção de doutrinas ecléticas. Essa discordância reflete-se de forma cristalina na firme convicção – compartilhada com Lifschitz – da existência de uma estética marxista, autônoma e unitária. Assim, no âmbito dos escritos

---

24 Mehring citado por Oldrini (2009, p. 147).

25 Não desconsiderando as diferenças entre esses dois pensadores, nesse ensaio, Oldrini (1999) destaca a semelhança de ambos enquanto adversários do marxismo da Segunda Internacional, principalmente em relação à visão ampla e profunda da tradição do pensamento clássico.

estéticos lukacsianos posteriores a 1930, evidencia-se uma mudança considerável em termos de fundamentação que, por um lado, significa a objetivação do seu plano de elaboração de uma estética marxista e, ao mesmo tempo, constitui a edificação de uma concepção universalista do marxismo, defendendo sua constituição como uma teoria filosófica unitária, o que, conseqüentemente, traduz-se numa forte contraposição às formulações próprias da Segunda Internacional. Na última autobiografia, logo após afirmar o seu pacto com Lifschitz, o filósofo registra:

[...] estética parte orgânica da teoria de Marx, resultante exclusivamente de suas teses sobre a realidade. Portanto: universalismo da teoria marxiana [...]. Comigo, além disso: tendência à ontologia geral (unitária em última análise, mas muito diferenciada) como real base fil[osófica] do m[arxismo].

Portanto: justamente através da unidade filosófica da teoria marxiana caminho para sua universalidade. Com isso, em novos contextos: velha tendência: criada orientação para a ontologia. Antiga posição gnosiológica do problema “existem... como possíveis”, pensada até o fim: “existem... surgiram por meio de que necessidade histórica?” Qual era e é a real função no desdobramento histórico do ser social?

Só a partir daqui: oposição entre gnosiologia e ontologia – exclusão de qualquer colocação idealista (LUKÁCS, 1999, p. 165).

A superação das duas perspectivas mencionadas por Oldrini inaugura a filosofia do *tertium datur* lukacsiana, a qual, tendo como principal objetivo estabelecer a renovação do pensamento de Marx, culminará na impositação ontológica que, embora explicitada apenas na sua *opus postumum*, tem início muito antes. É no bojo da viragem de 1930 e da relação de Lukács com a elaboração de uma estética sistemática, além de sua contraposição ao stalinismo e ao marxismo da Segunda Internacional, que se desenvolvem as bases de fundamentação da sua *Ontologia*. Porém, embora as raízes da *Ontologia* de Lukács tenham origem na viragem ontológica de 1930, é importante esclarecer que não se trata de uma linha de desenvolvimento claramente explicitada desde o seu emergir. Somente *post festum* revela-se essa relação. Nas anotações autobiográficas de Lukács, evidencia-se como a compreensão da estética enquanto *parte orgânica da teoria de Marx* conduziu a uma *concepção universalista dessa teoria*. E, no caso específico do filósofo, conduziu também à tendência à ontologia geral. Na unidade filosófica do pensamento de Marx estariam postas as bases para a sua universalidade. A partir dessa relação, Lukács revela a

retomada de velhas questões em novos contextos, referindo-se ao fato de seus escritos estéticos de juventude já colocarem a questão – de fundo ontológico – “*como são possíveis as obras de arte?*”. A linha de continuidade é indiscutível: os temas próprios do seu universo juvenil são retomados à luz de pressupostos teóricos completamente diversos e de uma articulação entre teoria e prática antes inexistente.

Numa carta de 1915, Lukács escreve ao amigo Paul Ernst: “Ocupo-me agora, finalmente, com meu livro sobre Dostoiévski (por ora, deixo a *Estética* de lado). O livro, contudo, irá além de Dostoiévski; conterá minha *ética metafísica* e uma parte significativa de minha filosofia da história” (LUKÁCS, 2000, p. 167; grifos nossos). Sabemos que esse livro, anunciado em 1915, não seria desenvolvido de acordo com a programação explicitada pelo filósofo, mas ganharia a forma de sua *Teoria do romance*. O mais importante dessa citação de Lukács, entretanto, é o anúncio da sua intenção de escrever uma estética e uma ética. Esses interesses juvenis jamais foram abandonados pelo filósofo. Mas sua peculiar trajetória os colocaria entre parênteses em determinados momentos e, sobretudo, transformaria radicalmente as bases de fundamentação sobre as quais esses importantes complexos sociais seriam examinados. No caso da estética, quando Lukács retoma seu antigo objeto de estudo a partir de bases teóricas marxistas, não existia, inicialmente, um projeto explícito de elaboração de uma teoria estética sistemática. Esta veio à luz somente algumas décadas após aqueles estudos particulares desenvolvidos pelo filósofo a partir de 1930. Após a conclusão da grande *Estética*, seu autor se lançaria ao desenvolvimento de uma *Ética*<sup>26</sup>.

Esse outro projeto juvenil retorna motivado por dois fatores principais: em primeiro lugar, a ética é um tema sobre o qual Lukács sempre manteve um forte interesse do ponto de vista teórico e sua importância e centralidade na vida do filósofo são indiscutíveis, considerando os princípios éticos que provocaram

---

<sup>26</sup> Conforme Oldrini (2013), Lukács conclui a *Estética* em 1960. Logo em seguida, lança-se à composição de sua *Ética*, para a qual já vinha reunindo materiais desde 1940. Oldrini (2013, p. 12) cita duas cartas do filósofo redigidas naquele ano – “uma, de 10 de maio, a Ernst Fischer, e a outra, de 27 de dezembro, à sua irmã Maria (Mici)” – que confirmam o início da elaboração da *Ética*. Entretanto, no Prefácio à edição italiana da *Ontologia*, Scarponi afirma que Lukács concluiu a *Estética* apenas em 1962.

tantos dilemas e crises ao longo de sua trajetória; em segundo lugar, importantes aspectos contextuais o motivaram a discutir questões éticas naquele momento. Como nos explica Oldrini (2013, p. 25), o projeto de uma ética marxista surge no horizonte de estudos de Lukács como resultado do contexto com o qual se depara, após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando retorna à Hungria: a “luta por uma ‘democracia de novo tipo’, fundada numa política de ‘plano’”. Eis o raciocínio do crítico italiano: “‘Plano’ significa programa, e todo programa implica uma escolha; os homens são continuamente chamados – em especial aqueles de uma época revolucionária, que estão lutando por uma ‘nova democracia’ – a tomar decisões repletas de consequências para o seu destino” (idem, p. 27). Diante de tal quadro, justifica-se o fato de os “problemas de ética” colocar-se de forma tão urgente para o filósofo magiar, levando-o a questionar-se acerca da existência de uma ética marxista – a exemplo do que já ocorrera em relação à estética. Neste caso, sua resposta é igualmente afirmativa.

O interesse em desenvolver uma ética representa, em parte, a retomada de um projeto do passado, mas novos elementos se sobrepõem na nova tentativa de sistematização, substituindo aquela *ética metafísica* – anunciada em 1915 – por uma *ética marxista*. O projeto que envolve a elaboração de uma ética passará por algumas transformações. Sigamos as indicações de Scarponi (1976) para identificá-las. Em primeiro lugar, Lukács, em 1955, já septuagenário, trabalhava na *Estética* – a qual, originalmente, foi pensada como uma obra composta por três partes: “A peculiaridade do estético”, “Obra de arte e comportamento estético” e “A arte como fenômeno histórico-social” – e, ao mesmo tempo, numa pesquisa dedicada à ética. Sob a atmosfera do XX Congresso do PCUS, o plano de trabalho é modificado: a elaboração da *Ética* se impõe, suspendendo a continuidade da *Estética* que, embora com dimensões monumentais (os quatro volumes que compõem a primeira parte totalizam cerca de 1200 páginas), limita-se à terça parte do ambicioso projeto inicial. Uma segunda modificação é efetivada quando, conforme Scarponi:

No momento de enfrentar praticamente a nova matéria, Lukács adverte, porém, que uma ética privada de fundação ontológica seria “sustentada no ar”. [...] Nasce assim a ideia de estender um breve ensaio ontológico que sirva como introdução à ética. Mas, logo o novo tema toma a mão do autor e se transforma no argumento de uma obra independente. É o retorno a Marx, a restauração de um marxismo “fundado sobre os fatos” que impõe tomar de

frente a questão do ser – e no seu âmbito, sobretudo, do ser social – por restituir transparência metodológica ao marxismo (SCARPONI, 1976, p. XI-XII).

Assim, desaparecem do seu horizonte as duas últimas partes da *Estética*. Lukács pretende dedicar-se a duas pesquisas sistemáticas – à ontologia do ser social e à ética – além de planejar a escrita de uma autobiografia. A *Ontologia*, entretanto, ocupará o filósofo por cerca de uma década e não lhe permitirá desenvolver seus demais projetos. No que se refere à ética, não foi possível a sistematização pretendida, apenas restaram indicações ao longo do texto da sua *opus postumum* e várias passagens em intervenções e em entrevistas concedidas nos últimos anos de vida<sup>27</sup>. Quanto à autobiografia, ao saber da gravidade da sua doença, o filósofo chegou a escrever um esboço de algumas páginas. Mas logo perceberia que não tinha mais forças suficientes para escrever com as próprias mãos. Sua autobiografia foi desenvolvida, então, na forma de diálogo, em conversações que tomaram como referência as anotações do filósofo. Essa atividade poupou-o de um insuportável ócio, considerando toda a sua vida de intensa atividade. Mesmo octogenário, dedicava-se à produção da *Ontologia* por cerca de dez horas diárias, além de manter regular correspondência internacional e atender a diversas solicitações de entrevista. Leandro Konder (1978), que teve a oportunidade de entrevistá-lo nesse período, registra o quanto ficou impressionado com a capacidade de trabalho e a vivacidade do filósofo. Extremamente atento ao evoluir histórico, nas anotações para a última

---

27 Essas anotações sobre a ética constituem objeto de estudo de diversos pensadores, inclusive Nicolas Tertulian, autor do artigo *O grande projeto da Ética*, publicado pela *Verinotio revista on-line*, n. 12, Ano VI, em outubro de 2010. Outro importante estudioso que se dedicou ao exame da ética em Lukács é Guido Oldrini. No seu ensaio *Lukács e o caminho marxista ao conceito de “pessoa”*, referindo-se à lacuna na doutrina marxista devido à ausência de uma ética, ele faz as seguintes considerações: “O maior esforço para preenchê-la é feito no século XX por Lukács. É verdade que também ele não deixou, ao morrer, uma ética acabada, um esboço completo da ética do ponto de vista do marxismo. A ética, no entanto, tem, ao longo de toda a sua carreira – tanto na vida como na teoria – papel central. Podemos chegar até ao paradoxo de dizer que esse filósofo, que jamais escreveu uma ética, é um ‘filósofo da ética’ por definição, um pensador que produz sempre teoria ética, mesmo quando fala de qualquer outra coisa” (OLDRINI, 1995, p. 109). É interessante registrar que, mais recentemente, Lessa (2014) publicou uma edição bilingue do compêndio de Notas sobre a Ética deixadas por Lukács, originalmente organizado por Gyorgy Iván Mezei.

autobiografia, referindo-se aos dois grandes sistemas (lembremos que se tratava do ano de 1971, quando os muros ainda não tinham caído), Lukács (1999, p. 170) registrará a “importância do marxismo autêntico como única saída. Por isso: nos países soc[ialistas]: ideologia marxista como crítica do existente, como estímulo às reformas que se tornam cada vez mais necessárias”. O filósofo permaneceu, até seus últimos momentos, um ardoroso defensor do socialismo, ao qual impunha, no máximo, aquela contraposição reformista. Sua militância não envolveu jamais, revelando-se nitidamente em suas produções teóricas. Nesse sentido, convém ressaltar que a principal característica da *Ontologia* é seu caráter militante.

#### 4. A Ontologia do Ser Social

A *Ontologia do Ser Social*, de György Lukács, para além de uma densa produção teórica, trata-se de um trabalho de intervenção, cujo autor, como intelectual ligado à vida do movimento operário, procura contribuir na luta pelo socialismo. Defendendo esse caráter militante da *Ontologia*, Scarponi (1976) discorda da forma de tratamento dedicada pelos interlocutores de Lukács nas *Conversazioni* de 1966<sup>28</sup>, ao discutirem os temas e impositões do trabalho do filósofo daquele período porque, não obstante o vivo sentido de atualidade demonstrado, “não hesitaram em apresentar esta atividade numa luz nitidamente acadêmica, como o esforço de um filósofo fechado no horizonte do próprio pensamento” (SCARPONI, 1976, p. VIII).

A partir da assertiva *o homem é um ser que dá respostas*, Lukács, na *Ontologia*, procura demonstrar aquela sentença marxiana, segundo a qual *os homens fazem sua própria história, mas em circunstâncias não escolhidas por eles*. Dessa forma, dirige suas análises e formulações à defesa da possibilidade ontológica de superação do sistema capitalista rumo a uma forma de sociedade e de sociabilidade comunistas. Isso não significa, obviamente, que o pensador assumia essa superação como algo necessário e historicamente imediato. O idealismo juvenil expresso em *História e Consciência de Classe* não

---

<sup>28</sup> Publicadas no Brasil pela Editora Paz e Terra, em 1969, com o título *Conversando com Lukács*. E, mais recentemente, em 2014, publicado pelo Instituto Lukács.

contamina sua obra da maturidade nesse sentido, embora suas esperanças inabaláveis e seu apelo aos intelectuais, especialmente sedimentado sobre a ética, possam sugerir um retorno àquela perspectiva.

Assim como a *Estética*, a *Ontologia* insere-se no conjunto de atividades desenvolvidas pelo filósofo no intuito de efetivar uma renovação do marxismo. Esse objetivo, que paulatinamente vai clarificando-se em ações mais específicas, numa abordagem geral, consiste numa reação ao XX Congresso do PCUS e visa, além da superação das abordagens mecanicistas, economicistas e deterministas do marxismo, assim como das vulgarizações resultantes da dogmática stalinista, estabelecer um novo início para a luta operária, com uma orientação em duplo sentido: de um lado, o retorno ao marxismo autêntico, compreendido como uma filosofia unitária e universal; de outro, a apreensão da realidade, visando a uma compreensão de suas determinações objetivas e subjetivas. Nesse sentido, o filósofo chegou a expressar a necessidade – e sua intenção – de escrever *O Capital* do presente<sup>29</sup>. Mas, a investigação do mundo contemporâneo, da lógica que o preside, dos novos determinantes que entraram em cena no seu evoluir, atualizando as análises de Marx, é uma tarefa que o autor da *Ontologia* pôde apenas indicar, mas de maneira alguma teve condições de pôr em prática.

Na sua *Ontologia*, Lukács se lança na imprescindível tarefa de renascimento do marxismo a partir de dois quadros de referência: o desenvolvimento do capitalismo depois de Marx e o enrijecimento dogmático produzido no pensamento marxista depois de Lenin. É importante esclarecer que, como atesta Scarponi (1976), no início dos anos 1950, esse projeto de intervenção teórica ainda não estava claramente delineado na mente do filósofo magiar. No entanto, defendemos que o retomar daqueles temas próprios de seu interesse juvenil não se deve a uma suposta nostalgia ou a um capricho de um intelectual fechado em seu universo teórico, mas ao fato de Lukács, com vivo senso de realidade, buscar respostas para os problemas abertos nas duas últimas décadas de sua vida. Suas elaborações finais acabam por revelar uma síntese entre seus interesses de pesquisa mais íntimos – os quais surgiram na sua distante juventude – e a busca por

---

<sup>29</sup> Cf. LUKÁCS (1999); SCARPONI (1976); NETTO (2012).

soluções para viabilizar uma renovação do marxismo, depurando-o de todo determinismo economicista e de todo revisionismo deformante. Ademais, como discorre Scarponi:

A escolha do tema, como se afirma na própria *Ontologia*, não nasce, portanto, de uma particular inclinação pessoal, mas da tentativa de reativar o contato com as grandes tradições do marxismo, que compreendem a realidade como algo a ser transformado e não simplesmente algo para manipular e gerir. É necessário, por isso, que o marxismo se configure como ciência, como conhecimento o mais adequado possível do real, e é exatamente em tal direção que se move a pesquisa teórica lukacsiana, “já que no caos atual de teorias tortuosamente idealizadas, achatadamente niveladoras e falsamente ‘profundas’, a necessária restauração do marxismo precisa de uma ontologia fundada e fundante, que encontre na realidade objetiva da natureza a base real do ser social e esteja ao mesmo tempo em condições de apresentar isto na sua simultânea identidade e diferença com a ontologia da natureza” (SCARPONI, 1976, p. XII).

Lukács (1978, p. 1-2) impõe essa ontologia em contraposição, principalmente, ao neopositivismo que, “radicalizando as velhas tendências gnosiológicas [...], dominou de modo incontrastado, com sua recusa de princípio em face de toda e qualquer colocação ontológica, considerada como não científica”. Ademais, acrescenta o filósofo: “esse domínio se deu não apenas na vida filosófica propriamente dita, mas também no mundo da práxis”. Por isso, os métodos de pensamento neopositivistas seriam determinantes em relação à orientação teórica dos grupos dirigentes, sejam políticos, militares ou econômicos. Enfatizamos que essa influência neopositivista alcança, inclusive, complexos sociais essenciais como a educação, tornando evidente o quanto a *Ontologia* de Lukács contribui também para uma crítica radical do fetichismo e da manipulação que pesam sobre as práticas educacionais na atualidade.

Todavia, paradoxalmente, o pensamento da maturidade de Lukács encontra resistência mesmo em autores que demonstraram grande interesse por suas ideias juvenis. Um aspecto essencial da nova orientação do filósofo maduro, o seu realismo ontológico e todas as consequências que traz em seu bojo – a teoria do reflexo, a rigorosa conexão entre teleologia e causalidade, enquanto aspectos do seu materialismo filosófico – não foram acolhidos, como atesta Tertulian (2012, p. 34), por Sartre e Merleau-Ponty, para os quais outros aspectos pareceram bastante pertinentes.

Scarponi (1976), no citado prefácio à edição italiana de *Para uma Ontologia do Ser Social*, menciona as expectativas anunciadas em relação à última grande obra do filósofo húngaro e os “julgamentos definitivos” elaborados com base no que já havia sido publicado até aquele momento. A nosso ver, trata-se de julgamentos apressados e, muitas vezes, baseados apenas na defesa da tese segundo a qual a produção juvenil do filósofo é superior a toda a obra desenvolvida na maturidade; também constatamos que mesmo aqueles juízos emitidos de forma categórica prescindem da leitura da última obra de Lukács. Entre os fatores responsáveis pela intensa atmosfera de expectativa criada em torno da publicação dessa obra, Scarponi lista uma série de causas, incluindo as antecipações feitas por Lukács em entrevistas e textos que vieram à luz antes de sua morte, a forma fragmentária através da qual a obra foi sendo publicada e “o uso no campo marxista do termo ‘ontologia’, com a vinculação suspeita de intromissões metafísicas e quedas idealísticas” (SCARPONI, *idem*, p. VII). Certamente, a curiosidade e a expectativa criadas em torno do conteúdo da última grande obra de Lukács são absolutamente normais, afinal trata-se de um teórico extremamente importante. Todavia, essa obra provocou também outras reações. O termo ontologia, indiscutivelmente o eixo central das grandes obras finais de Lukács, é alvo da desconfiança de muitos estudiosos que a relacionaram com um retorno à metafísica. Na análise de Oldrini (2009, p. 292), sob certos aspectos, essa desconfiança é relativamente justificada porque a ontologia “carrega sobre si, pelo menos há dois séculos, uma desqualificação que lhe pesa como uma pedra, após a condenação sem apelo de Kant”. Um novo caminho para a ontologia só teria início no século XX, quando o seu renascimento “ao longo da linha que de Husserl, passando pelo primeiro Heidegger, se desenvolve até Nicolai Hartmann”, torna possível um confronto crítico com seu próprio passado, surgindo, assim, uma ontologia crítica em aberta oposição à ontologia dogmática, tendo como consequência o desmoronamento daquela anterior “pretensão de deduzir a *priori* as categorias do real”. Ainda conforme o crítico italiano, “Lukács parte daqui, mas vai além: não só critica a ontologia ‘crítica’ de matriz hartmanniana (para não falar também de Husserl e Heidegger), mas, certamente, desloca o foco para aquele plano que ele define como ‘ontologia do ser social’” (*idem*, p. 292).

De certa forma, podemos compreender os esforços de Lukács no sentido de efetivar uma crítica à ontologia dogmática e mesmo a possibilidade de ir além da ontologia proposta por Hartmann<sup>30</sup> como um acerto de contas consigo mesmo, uma correção de parte dos equívocos contidos na sua obra de juventude *História e Consciência de Classe*. Todavia, é necessário registrar que o próprio Lukács, mesmo já sustentando suas *formulações estéticas sobre raízes ontológicas*, ainda atribui uma conotação negativa à palavra “ontologia”, rejeitando-a e a remetendo àquela compreensão metafísica. Fruto de um complexo processo de maturação, o aporte ontológico lukacsiano não se define imediatamente nem em termos do conteúdo propriamente dito, nem no tocante à terminologia adotada. A esse respeito, afirma Oldrini (2013, p. 29):

[...] mesmo onde a coisa, o nexu conceitual, já existe em germe, falta a palavra para exprimi-lo. Até para com a própria palavra “ontologia” Lukács nutre, desde muito, desconfianças e suspeitas. Para ele, tomando a conotação que lhe foi conferida por Heidegger, a palavra só tem um valor negativo; significa, no melhor dos casos, “pura antropologia”, sociologia “mitologizada ontologicamente”, “pseudo-objetividade”...

Nessa perspectiva, lembremos que a grande *Estética*, como afirmam muitos intérpretes e o próprio autor, já se edifica sobre bases ontológicas e reflete a linha evolutiva inaugurada por Lukács desde a viragem de 1930. Nas conversações de 1966, o filósofo afirma: “o ser e suas transformações são o fundamental. Na minha opinião, é daqui que se deve começar e daqui comecei eu mesmo minha estética”. E justifica sua assertiva nos seguintes termos: “Ora, as atividades espirituais do homem não são, por assim dizer, entidades da alma, como imagina a filosofia acadêmica, porém

---

<sup>30</sup> No capítulo da *Ontologia* dedicado a esse filósofo, Lukács (2012, p. 179-180) assinala: “Um traço significativo de originalidade na ontologia de Hartmann é justamente a tendência em atribuir superioridade ontológica à realidade como ela é, no rigor implacável de seu ser-propriadamente-*assim*. [...]. As limitações de Hartmann estão essencialmente ligadas ao fato de ele evitar com certo receio os problemas manifestamente dialéticos. Sendo um observador lúcido e imparcial da realidade, é natural que ele seja reiteradamente confrontado com constelações dialéticas. Mas se desvia da sua essência dialética, refugiando-se na dialética de Aristóteles e limitando-se a falar de aporias sempre que problemas dialéticos exigem uma solução dialética. [...]. Portanto, se quisermos tornar as conquistas de Hartmann, que são importantes apesar de todas as limitações, realmente fecundas para a ontologia atual, teremos de prosseguir a partir dele na direção dos grandes dialéticos, isto é, na direção de Hegel e sobretudo de Marx”.

formas diversas sobre (*sic*) a base das quais os homens organizam cada uma de suas ações e reações ao mundo externo” (LUKÁCS, 1969, p. 12). Na *Estética*, Lukács parte da vida cotidiana, examinando a relação concreta do ser humano com a realidade objetiva para, somente depois, voltar-se ao tratamento das formas mais complexas de reprodução da realidade, como a arte e a ciência e, em seguida, retornar à vida cotidiana. Evidencia-se, portanto, que a *Estética* pode ser considerada uma pedra angular na edificação da ontologia do filósofo, embora nessa obra o termo ainda seja utilizado apenas em sentido negativo e a defesa da tese segundo a qual o pensamento de Marx contém as bases fundamentais de uma ontologia do ser social seja explicitada somente depois da sua conclusão. Ainda nas conversações de 1966, o filósofo afirma: “usamos a bela palavra ‘ontologia’, à qual eu mesmo me estou habituando” (LUKÁCS, 1969, p. 19). Nesse sentido, é indiscutível que, quando a “bela palavra” foi utilizada, o nexos conceitual já se fazia presente nas elaborações do autor. Mas, afinal, o que teria provocado em Lukács uma simpatia pela “bela palavra”, antes tão hostilizada? A hipótese que surge com mais força entre os críticos lukacsianos, especialmente Tertulian e Oldrini, é a influência de Ernst Bloch e Nicolai Hartmann. Curiosamente, entretanto, Lukács já conhecia o pensamento de Hartmann quando produziu a *Estética*, mas só pareceu influenciar-se pelas concepções do filósofo posteriormente, quando todo um quadro ontológico já havia sido elaborado e faltava-lhe, praticamente, apenas uma terminologia adequada. Muitas categorias hartmannianas são incorporadas – certamente após ajustes e reformulações – na última grande obra do filósofo húngaro. Todavia, as bases para a entificação de uma ontologia do ser social já estavam postas nas suas elaborações anteriores.

Defendendo o pensamento de Marx como uma ontologia do ser social, logo na introdução da sua *opus postumum*, Lukács sentencia: “Ninguém se ocupou tão extensamente quanto Marx com a ontologia do ser social” (LUKÁCS, 2012, p. 25). Na argumentação lukacsiana, apenas em Marx o problema da especificidade do ser social adquire seu justo perfil. Ao contrário dos mais importantes filósofos do passado e do presente que, ao se aproximarem de questões relacionadas à ontologia do ser social, consideraram que a alternativa se colocaria entre um ser social que não se distinguiria do ser em geral, ou seria radicalmente diverso deste, o autor de *O Capital* “vê com clareza” – como afirma Lukács

– “que há toda uma série de determinações categoriais, sem as quais nenhum ser pode ter seu caráter ontológico concretamente apreendido” e, justamente por isso, “a ontologia do ser social pressupõe uma ontologia geral” (idem, p. 27).

Ao efetivar uma retomada do pensamento marxiano, livrando-o das mazelas e deturpações provenientes de uma leitura enviesada por uma perspectiva economicista, pelo determinismo ou pelo dogmatismo, Lukács afirma que Marx delineou uma ontologia histórico-materialista e, nesse sentido, superou, em termos práticos e teóricos, o idealismo lógico-ontológico de Hegel. Conforme o filósofo húngaro, “Hegel foi um preparador nesse domínio, na medida em que concebeu a seu modo a ontologia como uma história”. No entanto, embora a ontologia hegeliana tenha contrastado com a religiosa, uma vez que a ontologia de Hegel “partia de ‘baixo’, do aspecto mais simples, e traçava uma história evolutiva necessária que chegava ao ‘alto’, às objetivações mais complexas da cultura humana” (LUKÁCS, 1978, p. 2), sua perspectiva lógico-idealista imprimiu um caráter teleológico à história, traduzido pelo *espírito do mundo*. A ontologia de Lukács, na esteira do pensamento marxiano, encerra o campo da teleologia no complexo do trabalho e, no máximo, estende-o à práxis em geral. À luz dessas considerações, concordamos plenamente com a seguinte conclusão de José Paulo Netto:

[...] trata-se mesmo de uma *nova* ontologia, em um duplo sentido – nova no interior da tradição marxista, que até então não a sistematizara, e nova em contraste com a tradição filosófica, no interior da qual se articulou sobre a base dos mais diversos idealismos e/ou no marco de sistemas irracionais (no caso das vertentes neopositivistas, ela foi liquidada). Mas a *substantiva* originalidade da ontologia que o último Lukács elabora, como toda autêntica originalidade, é tanto ruptura como continuidade com a tradição filosófica – ela não ignora as melhores criações desta última (*v.g.*, Aristóteles e Hegel), e o é igualmente em face da produção lukacsiana posterior a 1930 (basta lembrar o monumental ensaio sobre o jovem Hegel, concluído em 1938 e publicado dez anos depois) (NETTO In: LUKÁCS, 2012, p. 19; grifos no original).

Especialmente, dois aspectos destacados por José Paulo Netto merecem algumas pontuações: o duplo sentido da *nova* ontologia e a dialética entre ruptura e continuidade na qual se revela a *substantiva* originalidade da ontologia lukacsiana. Lukács realmente empreende uma virada no marxismo, como assim o destacou seu

editor Frank Benseler<sup>31</sup>. Sua *Ontologia*, embora fundamentada nos princípios extraídos do pensamento de Marx, não é uma mera reprodução de enunciados, mas uma elaboração que demonstra a autonomia interpretativa e criativa do filósofo. Por outro lado, seu avanço em relação às ontologias anteriores – inclusive aquela proposta por Nicolai Hartmann, na qual ele se apoia em diversos aspectos – demonstra uma superação indiscutível. A *opus postumum* do grande filósofo, efetivamente, encerra em si o caráter de *novidade*. Quanto ao segundo aspecto, aqui, encontramos a relação dialética de continuidade na descontinuidade e, na *substantiva* originalidade assinalada por José Paulo Netto, percebemos também um dos principais aspectos da crítica de Lukács ao stalinismo: aquele referente à orientação cultural geral do período stalinista. Na *Ontologia*, Lukács aplica o princípio já anunciado na sua *Estética*, segundo o qual

[...] a fidelidade ao marxismo significa ao mesmo tempo a continuidade com as grandes tradições do domínio intelectual da realidade do homem. No período staliniano, e especialmente por obra de Zhdanov, foi sublinhado exclusivamente o que separa o marxismo das grandes tradições do pensamento humano. E ao fazer-se isto se acentuou somente o qualitativamente novo do marxismo, a saber, o salto que separa sua dialética das precursoras mais desenvolvidas, como as de Aristóteles e de Hegel, a atitude poderia ter sido considerada relativamente justificada. Este ponto de vista poderia inclusive ser considerado como necessário e útil, sempre que não destaque – de um modo profundamente não-dialético – o radicalmente novo do marxismo unilateralmente, isoladamente e, portanto, metafisicamente, ignorando o momento da continuidade e desenvolvimento mental dos homens. (LUKÁCS, 1966, p. 17).

Esse princípio é reiterado nas conversações de 1966, quando o filósofo afirma:

No período de Stalin e Zhdanov, a história do pensamento foi sistematizada como se antes do marxismo existisse um determinado pensamento e, em seguida a um grande salto, ele tivesse sido completamente substituído pelo marxismo. O valor supremo do marxismo consiste substancialmente no fato de que ele se assenhorou de todos os valores do bimilenar desenvolvimento europeu. Quem o diz não sou eu: é Lênin, que teve ocasião de afirmá-lo durante as discussões de 1920. Este aspecto da continuidade na história do

---

31 Em relação à *Ontologia* de Lukács, ele afirmou, em 1995: “Ninguém pode contestar o fato de que ela representa uma virada no marxismo” (BENSELER *apud* OLDRINI, 2013, p. 10).

pensamento foi totalmente esquecido sob o stalinismo (LUKÁCS, 1969, p.168-9).

Nos longos anos de intensa atividade teórica dedicada à produção da *Ontologia*, Lukács ocupou-se de se *assenborar* dos mais altos valores produzidos no campo ontológico, fazendo-lhes a devida crítica e superando-os nos seus limites e problemáticas vislumbrados. Assim, tanto na forma quanto no conteúdo revela-se uma oposição à dogmática stalinista, oposição essa que não é posta em xeque, mesmo considerando o fato de que a própria obra lukacsiana também conterà seus limites e problemáticas.

O desenvolvimento dessa obra de enormes proporções consistiu, como assinala Oldrini (2013, p. 12), num “longo período de trabalho, muito intenso e cansativo, que avança lentamente, em meio a dúvidas, reformulações e também discussões e polêmicas com seus alunos mais próximos, os integrantes da chamada Escola de Budapeste”<sup>32</sup>. É amplamente conhecido o fato de que Lukács submetia os manuscritos da *Ontologia* à apreciação de um grupo de alunos, com os quais travava discussões acerca do texto. Também não é novidade a sua insatisfação com a chamada grande *Ontologia*. Todavia, os motivos apontados pelos críticos para tal insatisfação estão longe de encontrar um ponto de convergência.

Num artigo publicado em 1977 – *Annotazioni sull'ontologia per il compagno Lukács* – na revista italiana *Aut-Aut*, Agnes Heller, Ferenc Féher, György Markus e Mihaly Vadja afirmariam: “Nos debates do inverno de 1968-69, Lukács manifestou a sua adesão a muitas de nossas objeções; a outras ele esperava responder com a reelaboração do texto originário, na versão definitiva”<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Ferenc Féher, Agnes Heller e Mihaly Vadja, conforme relata Tertulian (2012, p. 40): “No início de 1971 – quando a doença de Lukács já não era mais segredo [...] pediram a ele que declarasse a existência em volta dele de um grupo, ligado por pensamentos comuns, e chamado de *Escola de Budapeste*”. Lukács atendeu ao pedido dos discípulos que, em 1975, ingressaram no cenário internacional com a publicação de uma obra coletiva, na qual anexaram o documento de *apresentação* redigido pelo velho filósofo alguns anos antes. Todavia, pouquíssimo tempo separaria aquela solicitação e a explícita intenção de *aparecer* sob o estandarte do mestre e a classificação da última grande obra do filósofo, ainda de acordo com Tertulian (idem, p. 40), de “fiasco completo”. Embora nesse texto Tertulian não cite György Markus, é oportuno lembrar que ele também fazia parte desse grupo de discípulos integrantes da *Escola de Budapeste*.

<sup>33</sup> Citamos a partir do texto de Introdução de Sérgio Lessa para sua obra *Mundo dos homens: trabalho e ser social* (2002, p. 16).

Recorrendo ao texto de Sérgio Lessa (2002), constatamos que o principal conteúdo da crítica dos ex-alunos ao mestre é a acusação segundo a qual na sua obra existiriam, contraditoriamente, “duas ontologias”. Os componentes da Escola de Budapeste garantem, no artigo citado, como expõe Lessa (2002, p. 17), que Lukács “teria concordado com a justeza dessa crítica, tanto assim que, sempre segundo eles, o filósofo húngaro teria decidido, em vez de corrigir a primeira, redigir uma ‘segunda versão’ de sua ontologia. Essa segunda versão viria a ser os *Prolegômenos à ontologia do ser social*”. Lessa, a exemplo de outros intérpretes lukacsianos, não concorda com as críticas dos ex-alunos do filósofo, tampouco acredita que a motivação para redigir os *Prolegômenos* tenha origem na aceitação do conteúdo daquelas críticas.

Sem dúvida, Lukács não ficou satisfeito com o resultado do seu último esforço intelectual. Mas os motivos para essa insatisfação, assim como as razões que o levaram à elaboração dos *Prolegômenos*, seriam aqueles apontados por ex-alunos? Essa é uma questão espinhosa da trajetória de Lukács, pois os desencontros das informações dificultam uma compreensão adequada.

Acerca da polêmica em torno da última grande obra lukacsiana, István Eörsi escreveu: “as críticas pelos amigos e alunos não o abalaram em seus pontos de vista fundamentais ou em seu método de análise, mas apenas o convenceram de que sua maneira de apresentação carecia de força” (In: LESSA, 2002, p. 15). Essa mesma justificativa também é apresentada por Scarponi (1976, p. XIV). Sabemos que a *Ontologia* de Lukács divide-se em duas partes: a primeira, de caráter histórico, examina o estado atual do problema, dedicando-se à análise do neopositivismo e do existencialismo, do pensamento ontológico de Nicolai Hartmann, de Hegel e de Marx; já a segunda parte, de caráter sistemático, trata dos complexos problemáticos mais importantes – o trabalho, a reprodução, o ideal e a ideologia e a alienação. Era essa estrutura, conforme Scarponi, que teria provocado a insatisfação do filósofo porque, certo acerca da correção do conteúdo, ele acreditava não ter encontrado a forma mais adequada para expressá-lo.

Essa interpretação, divulgada por István Eörsi, também foi citada por Tertulian (2010, p. 385) para endossar sua argumentação segundo a qual Lukács “sentiu a necessidade de expor, em forma mais condensada [...] as ideias mestras do seu trabalho e os seus objetivos”. Inclusive, acrescenta que o subtítulo dos *Prolegômenos* – “Questões de princípios para uma Ontologia hoje tornada

possível” – deixaria transparecer de forma clara essa intenção. É oportuno registrar que Tertulian também faz referência às críticas dos ex-alunos de Lukács, indicando o clima desfavorável que aquela publicação na revista *Aut-Aut* teria proporcionado para a recepção da obra póstuma lukacsiana, principalmente porque as *Annotazioni* foram divulgadas antes da publicação da *Ontologia* e dos *Prolegômenos*. Na análise do crítico romeno, a pressa dos ex-discípulos de Lukács em tornarem públicas suas formulações “só se explica pelo desejo dos autores em ressaltar, a todo custo, o seu rompimento definitivo com aspectos essenciais do pensamento de seu mestre” (TERTULIAN, idem, p. 386). E acrescenta de forma categórica:

Do nosso ponto de vista, trata-se de um episódio importante, uma vez que, considerando que os *Prolegômenos* foram escritos *depois* que Lukács tinha conhecido as críticas formuladas por esse grupo de filósofos, seus amigos e discípulos, poder-se-ia perguntar se a decisão de escrever *post festum* uma longa introdução à obra não foi tomada exatamente para responder às suas objeções. Ora, uma leitura dos *Prolegômenos* à luz das *Anotações* mostra com toda evidência que Lukács não mudou uma vírgula nas suas posições de fundo tais como foram expressas ao longo de todo o texto inicial. Apesar das afirmações dos quatro leitores, que nos asseguram que o filósofo tinha admitido a pertinência de uma grande parte de suas críticas, não se constata que Lukács tenha sequer registrado tais objeções: ele continua a explicitar imperturbavelmente as próprias posições filosóficas que, segundo seus alunos, foram objeto de viva contestação da parte deles. Compreende-se, então, por que os autores das *Anotações* mantiveram até hoje um silêncio absoluto acerca dos *Prolegômenos*: o conteúdo desse livro opõe, por si mesmo, uma *fin de non-recevoir* ao discurso crítico deles (idem, p. 368; grifos no original).

Essa assertiva de Tertulian também põe um fim a quaisquer especulações em torno do significado dos *Prolegômenos* como uma revisão do conteúdo da *Ontologia*. Longe de se tratar de uma reformulação da *Ontologia* ou de uma nova ontologia, esse texto visa expor de forma mais clara e sintética as linhas mestras do seu edifício ontológico. Lamentavelmente não foi possível a Lukács proceder à revisão ou mesmo à eventual reelaboração desse escrito, como o indicou na carta dirigida a Tertulian em 14 de janeiro de 1971. A ausência de uma forma acabada é um dos principais fatores a dificultar a compreensão da última contribuição teórica do filósofo húngaro, cuja densidade, magnitude e complexidade demanda, ainda, muitos estudos.

## Bibliografia

KONDER, Leandro. Entrevista com Lukács. In: LUKÁCS, G. A autocrítica do marxismo. **Temas de Ciências Humanas**. Vol.4, São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda., 1978, p.19-25.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. Lukács e a ontologia: uma introdução. **Revista Outubro**, N.8, 2003, p.83-100.

\_\_\_\_\_. **Notas para uma Ética** (edição bilingue). São Paulo: Instituto Lukács, 2014. (<http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/versuche.pdf>)

LUKÁCS, Georg. **Estetica. La peculiaridad de lo estetico**. Vol I. Cuestiones preliminares y de principio. Traducción castellana: Manuel Sacristán. Barcelona – México: Ediciones Grijalbo, S.A., 1966.

\_\_\_\_\_. In.: HOLZ, H.H; KOFLER, L.; ABENDROTH, W. **Conversando com Lukács**. (Tradução de Giseh Vianna Konder). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

\_\_\_\_\_. A autocrítica do marxismo. **Temas de Ciências Humanas**. Vol. 4. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978. p:19-25.

\_\_\_\_\_. **Diário 1910-1911: y otros inéditos de juventud**. (Traducción del húngaro de Péter János Brachfield). Barcelona: Ediciones Península, 1985.

\_\_\_\_\_. **Pensamento Vivido: autobiografia em diálogo: entrevista a István Eörsi e Erzsébet Vezér**. São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, Viçosa, MG: Editora da UFC, 1999.

\_\_\_\_\_. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. (Tradução, Posfácio e Notas: José Marcos Mariani de Macedo). São Paulo: Duas Cidades, 2000.

\_\_\_\_\_. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**. (Tradução: Rodnei Nascimento; revisão: Karina Jannini). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Socialismo e democratização**: escritos políticos 1956-1971. (Organização, apresentação e tradução: Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. **Arte e sociedade**: escritos estéticos 1932-1967. (Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social I**. (Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider). São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. (Traduções de José Paulo Netto e Maria Antónia Pacheco). São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MÉSZÁROS, István. **O conceito de dialética em Lukács**. (Apresentação e revisão técnica: José Paulo Netto; tradução: Rogério Bettoni). São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

NETTO, J. P. Apresentação. In: LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. (Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider). São Paulo: Boitempo, 2012.

OLDRINI, Guido. **György Lukács e i problemi del marxismo del novecento**. Istituto italiano per gli studi filosofici. Napoli: Edizioni La città del sole, 2009.

\_\_\_\_\_. “Apresentação”. In: LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. (Tradução: Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes e Nélio Schneider). São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. Lukács e o caminho marxista ao conceito de “pessoa”. **Práxis**. N. 3. Belo Horizonte, Março/1995. p. 104-122.

\_\_\_\_\_. Gramsci e Lukács, adversários da Segunda Internacional. **Crítica marxista**. N. 8. São Paulo, Xamã, 1999. p. 67-80.

SCARPONI, Alberto. Prefazione. In: LUKÁCS, György. **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Vol. I. Roma, Editori Riuniti, 1976. p. VII-XVI.

TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à *Ontologia do ser social*, de Lukács. **Crítica Marxista**. Vol. 1, N. 3. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 54-69.

\_\_\_\_\_. **Georg Lukács**: etapas de seu pensamento estético. (Tradução: Renira Lisboa de Moura Lima). São Paulo: Editora UNESP, 2008.



# LUKÁCS E A AUTÊNTICA ONTOLOGIA DE MARX

Fabiano Geraldo Barbosa<sup>34</sup>

Jackline Rabelo<sup>35</sup>

Susana Jimenez<sup>36</sup>

A explicitação dos fenômenos sociais numa perspectiva onto-histórica leva-nos a algumas considerações acerca do caminho trilhado por Marx, devidamente recuperado por Lukács, para a correta compreensão do ser. Aqui, o conhecimento, em seu intercâmbio com o mundo, põe-se como diametralmente oposto às concepções unilaterais, sejam idealistas ou materialistas. Conforme evidencia Lukács em seus *Prolegômen os para uma Ontologia*

---

<sup>34</sup> Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE). Doutor em Educação. Pesquisador do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará (IMO/UECE).

<sup>35</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes, do Programa de Pós-Graduação em Educação da (UFC/E-Luta). Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará (IMO/UECE).

<sup>36</sup> Professora da Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes (E-Luta/UFC). Diretora Emérita do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará (IMO/UECE).

*do Ser Social*<sup>37</sup>, obra centralmente referenciada no presente texto, “Para a compreensão correta do marxismo, a historicidade do ser, como sua característica fundamental, é o ponto de partida ontológico para a compreensão correta de todos os problemas” (LUKÁCS, 2010, p. 127). A afirmação do marxismo como uma ontologia não basta para indicar o conjunto de esforços de Lukács, especialmente em sua obra de maturidade, pois, para o próprio autor, a existência de concepções filosófico-ontológicas é resultado e comprovação direta da relação entre a questão do ser com a práxis.

Nesse sentido, algumas reflexões tornam-se imprescindíveis para a justaposição da nova concepção histórica de substância inaugurada pelo marxismo, para o qual o ser resulta de um processo de desenvolvimento onto-histórico. Para Lukács (2010), Marx, ao colocar no centro de seu método a historicidade do ser, indica-nos que o ente, sob o duplo aspecto forma e conteúdo, só pode ser conhecido, efetivamente, quando se parte daquilo em que o ente se tornou no curso do próprio desenvolvimento histórico.

### **A irreversibilidade processual do desenvolvimento histórico do ser**

A primeira consideração importante a ser feita quanto à revolução metodológica operada por Marx, marcadamente expressa no conjunto de sua obra, é a de que “a maioria dos fenômenos que podemos apreender na realidade é constituída de processos irreversíveis no plano ontológico” (p. 128). A irreversibilidade se apresenta, nesse sentido, como característica de todos os fenômenos que se relacionam com o ser, mormente o ser social, à medida que

Quando Marx [...] concebe a irreversibilidade como marca essencial daqueles processos em que o ser se manifesta, preservando-se e desdobrando-se como complexo de processos, ele parte diretamente de uma das mais elementares experiências da vida cotidiana dos homens. Aquilo que aconteceu, aconteceu e não pode mais ser considerado como não-acontecido, do ponto de vista

---

<sup>37</sup> De forma devidamente contextualizada, Tertulian (2010, p. 384) explicita no posfácio da edição brasileira desta obra, que Lukács teria escrito os Prolegômenos com o propósito de “expor em termos mais claros e sintéticos, o seu programa de reconstrução da Ontologia”, findando estes por representar, a rigor, “uma vasta conclusão” de sua obra. Constituinte-se, rigorosamente, o último grande texto filosófico de Lukács, estes teriam, para Tertulian (2010, p. 382), outrossim, “o valor de um testamento”.

real e prático [...] Por certo, daí até o conhecimento da irreversibilidade dos processos objetivos do ser há ainda um longo caminho. [...]. Após demorados embates ideológicos, apenas com Darwin os processos irreversíveis se impuseram de forma generalizada (LUKÁCS, 2010, p. 369).

Essa primeira consequência ontológica, se trazida para a vida cotidiana, não aparece com facilidade, visto “que nos homens (tanto no singular quanto no gênero) o conhecimento dessa sua própria historicidade muito dificilmente poderia ser elaborado” (p. 129). Isso revela a dificuldade extrema de superar no pensamento as mistificações saturadas pela vida cotidiana quanto ao desvelamento das determinações mais essenciais do próprio ser. Ao homem, para que este se torne membro concreto da sociedade humana, é exigida certa conformação qualitativamente superior à da vida animal.

Basta recordar que o domínio da linguagem é uma das coisas que têm que ser “aprendidas”... Portanto, enquanto o jovem animal precisa apenas se apossar, nessa etapa inicial de sua existência, das mais importantes capacidades permanentes de seu gênero, no ser humano em formação a mesma etapa de desenvolvimento é qualitativamente diversa; não apenas mais complicada em conteúdo e forma, mas o pequeno ser humano em formação precisa crescer passando a uma nova e mais elevada maneira do ser e adaptar-se inteiramente a ela (LUKÁCS, 2010, p. 129).

Sendo a vida cotidiana, a rigor, regulada e guiada por tradições, costumes, sejam eles religiosos ou não, esses processos atuam como verdadeiras barreiras às respostas do homem às questões que lhe são impostas. Ou seja, o fio condutor que ora leva o homem às decisões entre alternativas acaba por expressar-se num modo de educação que dificulta ainda mais a concepção correta do ser. Tudo isso revela a extrema dificuldade em superar-se no pensamento certa concepção de ser presa às determinações da vida cotidiana.

Do mesmo modo, uma segunda consideração se faz *mister* quando se procura expor as consequências ontológicas fundamentais operadas a partir de uma investigação fundada numa visão onto-histórica, a de que este método se depara inevitavelmente com um outro componente da forma de ver o mundo: o ideológico. Os limites impostos aos homens singulares e ao gênero humano em cada etapa do desenvolvimento histórico, na relação com a natureza e a sociedade, para Lukács, consagram

de forma transcendente o nosso universo, apostando em ideais conservadores cristalizados em formas de tradições, concepções e práticas.

Os momentos singulares não esgotam completamente o processo de irreversibilidade do ser. Ademais, o fato de os processos irreversíveis possuírem certa característica tendencial, sua constituição não pode tornar-se sinônimo de progresso, simplesmente. Independentemente da durabilidade dos processos, a irreversibilidade marca o ser em si seja nos processos singulares ou naqueles mais diretamente vinculados ao gênero. Uma consequência ontológica dos limites postos pelo componente ideológico realiza-se, portanto, na tentativa de evidenciar uma aparente falência da irreversibilidade a partir dos níveis mais elementares da vida cotidiana.

Parecem ter mais realidade aquelas vivências da vida cotidiana nas quais – embora apenas no nível mais inferior e imediato da coisidade – tais irreversibilidades afiguram-se como confirmadas pela experiência. Escolhendo um exemplo bem simples: para receber corretamente um convidado, afasto uma cadeira de seu lugar habitual; quando o convidado se for, eu a ponho de volta. Aqui se desenrolou, na verdade, uma reversão do processo, embora em um nível bem elementar da vida cotidiana. Onde esse processo se torna um pouco mais complicado, por força das circunstâncias, a aparência dessa reversibilidade necessariamente se revoga a si mesma. Aparentemente, em cada reparação (como afiar uma faca que já não funciona direito) também se desfaz o processo irreversível do desgaste. No entanto, essa aparência relaciona-se com momentos singulares de um processo em si irreversível; nesse caso, uma faca ficará irreparavelmente gasta em um período de tempo mais longo (LUKÁCS, 2010, p. 144).

Aparentemente, a negação da irreversibilidade, enquanto visão deturpada do ser em si e das coisas, passa quase despercebida, a não ser pelo fato de estar organicamente vinculada a certas concepções ideológicas que cumprem certo papel na constituição histórica do ser social. Ou seja, “exatamente aqui, no interior do processo de desenvolvimento da sociedade, eles recebem, tanto ideológica quanto prática e politicamente, uma importância que não se deve subestimar” (p. 144). Isso demonstra, de certa forma, que a processualidade histórica, aqui apontada como característica ineliminável do ser social, não pode, sob pena de revogar-se, ser considerada apenas como processualidade geral. A sua realização não está à revelia de valores, o que nos faz identificar, por exemplo, e até com certa frequência, que “movimentos de

inovação reivindicam no plano ideológico o retorno de uma situação antiga” (p. 144). A caracterização da irreversibilidade dos processos, se levada às últimas consequências, revelará, portanto, uma relação tal entre teoria e práxis a ponto de se justificar apenas a partir de uma compreensão “do próprio ser como processo irreversível” (p. 149). Ou seja, os complexos concretos, prioridade ontológica no conhecimento do ser, só podem garantir-se pela coexistência de processos irreversíveis, como ocorre nas outras esferas a exemplo da natureza inorgânica compreendida “como processo essencialmente irreversível, que, porém, se realiza concretamente na forma de complexos processuais” (p. 149).

Em termos metodológicos, as consequências de uma concepção de ser que, mesmo a despeito de uma constituição unitária, distingue-se ontologicamente em níveis diferentes, do ponto de vista qualitativo, coadunam-se com os esforços de Marx no sentido de apreender o desenvolvimento do saber humano invariavelmente a partir da história. Dessa maneira, revela-se a história como “princípio fundador central do método marxiano” (p. 150). A rigor, como bem alerta Lukács, só assim compreendendo o cerne do esforço teórico de Marx, que foi capaz de “apreender o desenvolvimento econômico como fundamento ontológico da gênese e da autêntica autoefetivação do homem como ser genérico” (p. 151), é que se propõe uma base filosófica da mesma forma capaz de compreender o ser. Ainda como ilustração desse fato fundamental, ressalta-se aqui a continuidade, sem interrupções, da ação teórico-prática de Marx, o que nos faz desconsiderar qualquer proposição<sup>38</sup> acerca de dois momentos distintos na consolidação de uma teoria autenticamente revolucionária, “ao mesmo tempo cotidianamente prática e ativa do ponto de vista da história mundial” (p.151). Diz-se, desta forma, prática e ativa porque o marxismo se consolidou numa filosofia orientadora para a práxis.

---

O próprio Marx seguia constantemente as importantes reformas (lutas pela redução do tempo de trabalho, etc.) com interesse apaixonado; mas considerava-as um avanço concreto, um passo simultâneo e inseparável no caminho da revolução plena. Quando esse último traço unificante nos movimentos concretos começou a empalidecer totalmente nos estratos

---

<sup>38</sup> “É totalmente falso, e corresponde apenas aos interesses de um praticismo burocrático-tático, desprovido de ideias, contrapor o jovem Marx ‘filósofo’ ao posterior, maduro, econômico” (pp. 151-152).

amplos e influentes, surgiu [...] o rebaixamento do marxismo à fundamentação ideológica do realismo da *Realpolitik* de influentes partidos reformistas (LUKÁCS, 2010, p. 154).

Apesar de os escritos de Marx atingirem, ainda no século XIX, certo patamar de relevância entre as massas, os movimentos “são continuamente constrangidos a confrontar ideologicamente o seu ambiente” (p. 153), o que faz prevalecer visões de mundo marcadamente ora de direita, ora de esquerda. Considerando essa determinação, é possível compreender-se os deslocamentos dos movimentos de trabalhadores “da temática e do método originais do marxismo” (p. 153). Há, portanto, uma inversão ontológica à medida que as questões que deveriam figurar como temas imediatos, parciais, tomam o lugar de determinação na condução da luta prático-política enquanto “as grandes questões da gênese e perspectiva histórico-mundial, das posições de luta daí nascidas” (p. 154) convertem-se em mera ilustração retórica ou pano de fundo eventual.

Na atualização da filosofia marxiana, cabe, portanto, um conjunto de esforços para “trazer de volta à vida o método autêntico, a ontologia autêntica de Marx” (p. 156), o que leva, necessariamente, a um movimento consequente de compreensão e entendimento do real, em seu desenvolvimento, como também a uma elucidação do ser, em seus fundamentos, como processualidade histórica irreversível<sup>39</sup>. Não se trata de qualquer transcendência ou utopia, mas a devida justeza na proposição do “devir homem do homem”.

A busca pelas determinações mais essenciais do ser e, conseqüentemente, do dever-ser passa pela consideração fundamental de que “cada momento da práxis é precedido por uma decisão alternativa, cuja preparação se desenrola de modo tal que o homem que atua é obrigado a extrair uma “pergunta” que

---

<sup>39</sup> “Isso, decerto, pressupõe, primeiro, uma crítica cuidadosa de toda ideologia burguesa atualmente influente, que chegou ao auge no capitalismo com as tendências neopositivistas de uma assim chamada ‘desideologização’ de nossos conhecimentos sobre o mundo, para apresentar o sistema atual da ordem socioeconomicamente manipulada como perfeição ‘última’ do humanamente possível e assim atingir uma concepção do ‘fim da história’, que hoje faticamente já se encontra no estágio inicial de autodissolução” (LUKÁCS, 2010, p. 156).

determine sua futura ação” (p. 161). Toda ação do ser-em-si exige, antes, uma “resposta” formulada a partir de um certo conhecimento acerca do “objeto respectivo da práxis concreta”. Isso faz com que nem mesmo o trabalho em sua fase mais primitiva tenha sido possível sem o conhecimento. Há uma igualdade de princípio nesse sentido da “preparação cognitiva e da realização prática”, mesmo quando se apresentam de forma comparativa os “primeiros homens em processo de humanização no início da atividade laborativa e o mais refinado *team work* de uma grande fábrica moderna” (p. 162). A escolha entre alternativas, para além de importante componente na constituição geral do ser, atua de forma decisiva na realização do dever-ser. Trata-se, nesse sentido, de certa afirmação ou negação de “como um dado ser-propriadamente-assim deve ser constituído” (p. 162), evidentemente que tudo isso a partir de quem toma essas decisões.

Quando um pai tem de decidir se pune ou não seu filho, quando um partido discute se no Estado se deve manter, modificar ou eliminar essa ou aquela instituição (eventualmente qualquer forma de Estado), mostra a postura decisiva com a realidade (LUKÁCS, 2010, p. 162).

Quando se refere a decisões entre alternativas, coloca-se, como pressuposição ontológica, a existência objetiva do ser, que carrega consigo múltiplas determinações. Mesmo sendo possível a abstração dessas determinações do ser, permanece de pé a memorável assertiva de Marx ao decretar que “um ser não objetivo é um não-ser”. Pode-se admitir, ainda que com ressalvas, a possibilidade de elaborações do pensamento que contribuam para o conhecimento do ser. “Só uma coisa é impossível: do conceito logicamente esvaziado do ser, desenvolver um ser real mediante uma reversão ideal do processo de abstração” (p. 159). Daí porque quando a práxis é orientada para o dever-ser ou não-dever-ser, já

no próprio ato de confirmação ou negação<sup>40</sup> revela precisamente o “ser do objeto em questão”. Ou seja, qualquer abstração só pode se desenvolver a partir do concreto. Esta constatação torna-se fundamental quando se busca “o que há de novo nos problemas categoriais da ontologia de Marx” (p.171).

## As categorias como expressão do real

Para Lukács (2010), algumas concepções ontológicas de Marx são imprescindíveis para se tentar chegar não só ao que seu método traz de novo, mas, sobretudo, alcançar o centro de sua filosofia da práxis. A primeira delas diz respeito ao fato de que a abordagem do ser como ser depende de sua determinação objetiva em todos os sentidos. A segunda constatação, organicamente ligada à primeira, refere-se à de que as categorias são formas do ser, determinações da existência, o que já distancia o pensamento marxiano de qualquer atributo gnosiológico, que trata as categorias como produto do pensar. A terceira importante constatação ontológica de Marx refere-se à sua concepção do mundo como complexos, constituídos por processos irreversíveis, portanto históricos, resultantes de uma dialética de movimento e inter-relações internas.

Se o homem não fosse o tempo todo circundado, no mundo externo, por complexos de objetividade processuais, numa interação prática, somente com os quais ele pode ser capaz de saciar sua fome, jamais poderiam surgir filósofos idealistas que negam nesse contexto a eficácia da constituição categorial; a espécie humana há muito teria se extinguido, antes que pudessem aparecer tais pensadores. A condição insuperável dos diversos

---

<sup>40</sup> “[...] não devemos esquecer: os termos ‘afirmar’ e ‘negar’ que nos contextos realmente lógicos corporificam o ser real dos respectivos enunciados são, nesse terreno, expressões linguísticas, por vezes apenas emocionais, que em determinadas circunstâncias podem revelar alguma coisa, até importante, da base cognitiva da decisão em questão, mas que, no sentido que nos interessa aqui, do necessário caráter inequívoco no plano lógico, são simplesmente insignificantes, até reversíveis. Quando digo: ‘Não quero roubar, é o mesmo que quando afirmo: ‘Quero obedecer às leis em vigência’. A forma linguística (conceitual) da negação não tem, portanto, ligação com o ato da decisão alternativa, nem no plano lógico, nem no plano ontológico. Cada decisão alternativa pode, sem modificação essencial de seu conteúdo, ser expressa em forma afirmativa ou negativa” (LUKÁCS, 2010, pp. 163-164).

modos de objetividade (portanto, também das categorias) é que se tornassem eficazes muito antes que pudesse surgir a mais modesta de suas generalizações do pensamento (LUKÁCS, 2010, p. 179).

A consciência das categorias só se expressa de modo eficaz a partir do processo de reprodução social e devido a isso “alcança etapas sempre mais elevadas”. Uma vez que no plano ontológico um objeto só pode ser existente à medida que o seu ser se corporifica, as categorias só se tornam possíveis “em e devido aos pores teleológicos já conscientes, que trazem consigo (em parte) o trabalho e suas fases iniciais” (p. 181). Por esse caminho, a ontologia do marxismo se traduz coerentemente pela “historicidade como fundamento de qualquer conhecimento do ser” (p. 188) e demarca uma diferença profunda do ser social em relação às outras esferas ontológicas.

A exemplo do que Marx faz em *O Capital*, Lukács, ao analisar a categoria econômica do valor de troca como forma fenomênica de um conteúdo distinguível dele, chama a atenção para o fato de que a forma fenomênica se origina, necessariamente, da objetividade que a desencadeia. Não se trata de refazer o caminho metodológico dos inúmeros “problemas da teoria das categorias que se apresentam na história do pensamento humano” (p. 190), mas propor, a partir de alguns casos fundamentais, uma recondução sistemática da prioridade do ser.

Se, por um lado, tanto a gnoseologia como a lógica tratam a necessidade como centro determinante de tudo, numa consideração ontológica, fundada na historicidade, o ser é elevado à condição de “centro fundante e medida geral de toda diferenciação” (p. 191). Ou seja, em termos ontológicos, o ser em suas múltiplas determinações consolida-se como fio condutor da atividade teórica, do conhecimento científico. “O ser consiste de inter-relações infinitas de complexos processuais, de constituição interna heterogênea que tanto no detalhe quanto nas totalidades – relativas – produzem processos concretos irreversíveis” (p. 198). Para caracterizar qualquer categoria relativa ao ser, deve-se compreender, portanto, que o caminho do ser inorgânico para o ser orgânico e, deste, para o ser social constitui-se, invariavelmente, num processo histórico irreversível. No ser social, contudo, há uma constituição qualitativamente nova em relação aos dois tipos de ser da natureza, visto que o modo de reagir no ser social

[...] origina-se dos pressupostos e consequências no plano ontológico dos pores teleológicos, que, começando com o trabalho, no curso do desenvolvimento determinam, no interior dessa constituição, todo o modo de ser [...] (LUKÁCS, 2010, p. 211).

Isso nos leva a afirmar, com o autor, que

[...] toda a consideração ontológica tem de partir do fato de que só aqui, e devido ao pôr teleológico, surge o par opositivo sujeito/objeto tão decisivo para o ser social, em todos os sentidos, que adquire uma importância sempre maior e mais diferenciada no ser social (LUKÁCS, 2010, p. 212).

O que funda o mundo essencialmente humano, conforme indica Lukács, é a própria práxis social do trabalho, pois é pelo pôr teleológico do trabalho que o homem, sujeito da práxis, depara-se com a necessidade de realizar escolhas entre duas ou mais alternativas e, conseqüentemente, materializar aquela que se tornou objeto de sua ação. Quando o sujeito está, pois, colocado diante de uma escolha “e escolhe, na própria ação têm de se distinguir precisamente, em termos ontológicos, os momentos da subjetividade e da objetividade – por mais que estejam inseparavelmente ligados” (p. 212). Essa trama entre subjetividade e objetividade não encontra correspondente no ser natural, pois aos outros seres ficou resguardado o mundo perene da adaptação.

Na história da evolução, naturalmente existem no mundo animal momentos de vida que, em suas consequências práticas, já parecem tocar a fronteira de um trabalho incipiente. Mas como estes, tantos em evidentes “becos sem saída” no mundo do ser orgânico (“trabalho” e “divisão do trabalho” nas abelhas etc.) como em momentos vitais singulares em animais superiores (como macacos, que usam galhos para se defender), jamais superam as fronteiras de adaptações – biologicamente determinadas – às circunstâncias, podemos aqui prescindir deles (LUKÁCS, 2010, p. 212).

O complexo do trabalho, quando observado do ponto de vista objetivo acerca de sua atuação na natureza, necessita, evidentemente, do conhecimento e do reconhecimento desta mesma natureza, mas sempre no sentido de criar condições para seu aproveitamento. Ou seja, pelo trabalho, não passa a ser possível ao homem transformar as leis que regem o mundo natural, ao contrário, sua realização material depende da

capacidade humana em reconhecer a legalidade do objeto para, desta forma, imprimir-lhe seus pores teleológicos<sup>41</sup>.

Se tomarmos aqui, assim como Lukács, o exemplo da roda, podemos aferir que no mundo natural existe a possibilidade de movimento semelhante, mas que nunca se tornou efetivo. E por que isto ocorre? Ora, para que a possibilidade torne-se uma objetividade, ou seja, materialize-se, ela necessita de algumas circunstâncias ontológicas que só aparecem no ato consciente e orientado do ser social. Não há, nos seres da natureza, um ser-para-outro. Fenômenos como o que tratamos aqui, que acontecem na própria natureza, só são capazes de influenciar o trabalho devido a pores teleológicos.

Pensemos, por exemplo, no uso também muito precoce do fogo para fins humanos (cozinhar, aquecer etc.), ao passo que na natureza ele só aparece, por si, como força destrutiva. O fôgão, o forno etc., na sua constituição que suscita efeitos novos, de resto não disponíveis (a possibilidade do fogo), não se distinguem, portanto, em princípio, daquela da roda (LUKÁCS, 2010, p. 214).

Ao compreendermos as categorias como determinações do ser, somos levados a reconhecer que elas atuam objetivamente no mundo dos homens antes que estes reúnam capacidade de reconhecê-las e reproduzi-las teoricamente (LUKÁCS, 2010). Ademais, a própria constituição das categorias, em muitos casos, influencia a práxis de forma significativa. Essa dinâmica se sofisticava à medida que a práxis vai se desenvolvendo. Do simples ato de

---

<sup>41</sup> “Pensemos no emprego da roda, que começa no Neolítico. É evidente, sem maior comprovação, que nenhuma roda poderia girar continuamente, promovendo o movimento sem atrito de um veículo etc., e assegurar tudo isso, se a existência, o seu funcionamento, não repousassem em relações naturais realmente operantes. Essa evidência, porém, necessita de mais complementação: em lugar algum na natureza inorgânica e orgânica até aqui conhecida existe sequer um objeto semelhante à roda, muito menos aquela combinação que possibilitaria o surgimento de um veículo. Portanto, estamos diante de uma contradição: existe algo móvel nas leis naturais, correspondente, mas que, na própria natureza, não acontece nada igual, nem de maneira alusiva, em germe, nem poderá acontecer, até onde podemos ver atualmente. Portanto, os homens do Neolítico – sem poderem ter qualquer clareza quanto aos fundamentos teóricos de sua práxis – introduziram na vida algo que funcionava segundo as leis da natureza, que era muito mais do que a mera descoberta e aproveitamento de uma possibilidade do movimento no ser natural” (LUKÁCS, 2010, p. 213).

colher plantas à criação de novos ambientes para as plantas pela agricultura e, ainda, do ato de caçar à criação de condições para o confinamento e reprodução de animais, o que se observa é uma complexificação da práxis quanto à utilização de possibilidades conhecidas. Essa transformação que, dita de outro modo, significa a mudança de uma adaptação passiva para uma adaptação ativa, permanece com o caráter de um salto a partir do qual o ser social se diferencia qualitativamente dos outros seres, ainda que permaneçam continuamente ligados.

Quando Marx, ao tratar das determinações do pôr teleológico, afirma categoricamente que, ao final do processo de trabalho, o trabalhador se depara com um resultado que já existia idealmente, indica que é precisamente no pôr consciente de finalidades que se encontra o momento subjetivo da práxis. Isso quer dizer que, para que o homem seja capaz de dominar as condições que se fazem necessárias à concretização de suas finalidades, torna-se inevitável o necessário conhecimento cada vez mais adequado da realidade objetiva, o que, com o tempo, leva ao desenvolvimento da própria ciência, que, em princípio, resulta da relação sujeito-objeto no próprio processo de adaptação ativa, por meio do trabalho (LUKÁCS, 2010).

Vale ressaltar, aqui, que os pores teleológicos sofrem com certos constrangimentos se pensarmos no par categorial possibilidade-impossibilidade, muitas vezes imposto pelas próprias circunstâncias histórico-sociais. Isto, contudo, não leva necessariamente à exclusão de determinados pores teleológicos, visto que as circunstâncias histórico-sociais podem vir a ser alteradas. Um exemplo citado por Lukács refere-se ao mítico desejo de poder voar na Antiguidade, *vis-à-vis* a moderna aviação. Ou seja, o desenvolvimento próprio da esfera social gera um crescimento diretamente proporcional de possibilidades tanto quantitativas quanto qualitativas.

Talvez seja supérfluo acrescentar que, devido à ampliação qualitativa do campo de atividades humanas (a agricultura, pecuária etc. em comparação com o período de coleta), devido ao desenvolvimento extensivo e intensivo da divisão de trabalho, devido à diferenciação dos problemas internos das sociedades (surgimento de classes), e às atividades que por consequência aumentam quantitativamente e que se diferenciam fortemente etc., esse âmbito de possibilidades se amplia de forma constante e necessária..., em cada membro singular e na totalidade de sua cooperação (LUKÁCS, 2010, p. 221).

O desenvolvimento do ser efetiva-se de forma articulada ao desenvolvimento do ser determinado da forma, uma vez que no trabalho o homem identifica as possibilidades do objeto e pelo trabalho é forçado a produzir dentro de si um conjunto de novas possibilidades, responsáveis pela modificação de velhas possibilidades. “[...] o ser humano – e propriamente enquanto ser humano – não é algo fixamente dado, univocamente determinado a reagir sobre circunstâncias externas, mas, em larga medida, produto de sua própria atividade” (p. 221). O homem torna-se sujeito do homem no e pelo trabalho.

Ainda na compreensão de Lukács (2010), essa constatação leva a uma situação tal que

No homem, como ser existente, não há possibilidades simplesmente determinadas, que, segundo as circunstâncias que a vida lhe traz, se realizam ou permanecem latentes; sua conduta de vida é, sobretudo, constituída, como ser processual, de modo tal que ele próprio, segundo os caminhos de desenvolvimento de sua sociedade, se esforça ou por fazer valer plenamente também suas próprias possibilidades subjetivas ou, então, reprimi-las, ou, eventualmente, também modificá-las essencialmente (LUKÁCS, 2010, p. 223).

Esse processo, portanto, não pode ser analisado sob o aspecto meramente pessoal, mas essencialmente social, uma vez que “muito cedo deixa de atuar nas pessoas singulares ou em suas relações diretas, tomando-se, porém, algumas medidas sociais para conduzir esse desenvolvimento” (p. 223), evidentemente sempre naquela direção desejada pelo conjunto da sociedade. É provável que, diante dos diversos modos pelos quais referidas tendências sociais se realizam, o que melhor representa esse processo seja a educação, aqui considerada para além de seu sentido mais estrito.

Sobre o papel de condutor desempenhado pela educação, Lukács afirma que esta atividade “orienta-se para formar no educando possibilidades bem determinadas, que em dadas circunstâncias parecem socialmente importantes, e reprimir, ou modificar, aquelas que parecem prejudiciais para essa situação” (p. 224). Ou seja, já nas suas formas mais elementares, que dizem respeito às formas de andar, falar, enfim, de se comportar, a educação se põe como ação para a conformação na criança das possibilidades socialmente requeridas. “É notável, embora não surpreendente, que, com o desenvolvimento da civilização, o

tempo aplicado para esse fim tenha de se tornar cada vez mais longo” (p. 224), o que se explica pelo aumento das tarefas, comportamentos etc. a serem dominados.

E esse crescimento do tempo, o aumento das exigências, deve-se difundir constantemente nesse desenvolvimento: escrever, ler e calcular passaram de privilégio de uma pequena minoria a um bem comum, porque as possibilidades de reação por elas despertadas se tornaram indispensáveis para camadas cada vez mais amplas da população (LUKÁCS, 2010, p. 221).

Os campos de possibilidades criados por esse processo, em certa medida, passam a ser indispensáveis à humanização do homem singular, uma vez que sua autorreprodução depende da apropriação de tais possibilidades como também do próprio processo de autorreprodução social. No entanto, como alertam Lima e Jimenez (2011), uma vez que a educação é fundada pelo trabalho, a primeira estabelece com este último uma relação de identidade da identidade e da não-identidade. “A identidade se consubstancia pelo fato de que o trabalho se transforma no modelo de toda a práxis social, inclusive da educação.” Ou seja, da mesma forma, a educação se realiza na objetivação de posições teleológicas e acaba por movimentar séries causais, o que lhe põe ontologicamente numa relação entre teleologia e causalidade.

Recupera as autoras, nesse sentido, que

[...] a não-identidade se consubstancia no fato de que no trabalho são postas teleologias primárias, as quais realizam o intercâmbio entre homem e natureza e tencionam transformar objetos naturais em valores de uso, enquanto na educação as posições teleológicas secundárias visam a influenciar outros indivíduos a realizarem determinadas posições. Justamente essa diferenciação essencial é o alicerce sobre o qual a concepção lukacsiana sobre a educação é erigida (LIMA e JIMENEZ, 2011, p. 79).

De toda forma, a compreensão de educação, segundo a perspectiva de Lukács, aqui reiterada por Lima e Jimenez (2011), não mantém, em hipótese alguma, relação de identidade direta com o trabalho, uma vez que as posições assumidas pela educação vinculam-na ao complexo da reprodução social. Dito de outro modo, a educação não é trabalho, mas práxis, atuando precisamente sobre posições teleológicas secundárias.

Assim como a educação, a própria ciência, que nasce do processo laborativo, mesmo que aparentemente possua uma existência plenamente independente, resguarda em si uma

unicidade ontológica com o trabalho. Portanto, a compreensão da gênese ontológica da ciência exige que se parta do “momento do pôr teleológico no trabalho segundo o qual este só pode ser realizado, de acordo com Marx, se o seu resultado desejado, o fim posto, já existe pronto na cabeça do ser humano” (LUKÁCS, 2010, p. 236). E essa situação permanece como validade geral, ainda que haja alterações durante o processo de trabalho advindas da experiência.

O ser social distingue-se qualitativamente dos dois modos do ser naturais que o antecederam, porque nele cada impulso que nasce dos homens tem como fundamento do ser um pôr teleológico. Isso naturalmente é um momento indispensável para compreender o ser social em sua especificidade (LUKÁCS, 2010, p. 238).

O próprio processo de desenvolvimento coaduna-se, pelo que se coloca, com o desenvolvimento da generidade-não-mais-muda, ao mesmo tempo que esta só pode enxergar a realização de seu lado objetivo pela violentação do lado subjetivo. “O crescimento do trabalho além da mera possibilidade de reprodução [...] desenvolve no nível social a necessidade de arrancar dos verdadeiros produtores os frutos desse mais-trabalho” (p. 242). Esse processo acaba por instaurar, forçadamente, diga-se de passagem, uma forma de trabalho que passa a se constituir como propriedade de uma minoria, mais especificamente não trabalhadora.

## **Gênero-Exemplar-Singular**

Isso significa dizer que “a relação do singular com o gênero entrou num estado de contradição insuperável, em que uma relação direta e geral do singular com o gênero [...] se tornou impossível” (pp. 242-243). Ou seja, toda relação entre singular e gênero passa a ser cindida de acordo com sua pertença em relação ao mais-trabalho: “caso pertença aos que se apossam do mais-trabalho, o singular é forçado a confirmar essa generidade objetivamente” (p. 243), o que o leva a absolver essa relação como algo naturalmente dado; porém, “se pertencer aos expropriados, é forçado a rejeitá-la como generidade, devido a essa contradição” (p. 243).

O estranhamento <sup>42</sup>, que subjuga todos os membros da sociedade, evidentemente que de forma distinta, como há pouco anunciamos, resulta de uma relação objetiva e, por isso mesmo, torna-se razão pela qual os indivíduos sejam estranhados com sua própria generidade. Em seu clássico texto de juventude *A Sagrada Família*, aliás citado por Lukács, Marx e Engels sintetizam o caráter essencialmente objetivo do estranhamento ao afirmar que

A classe possuidora e a classe dos proletários apresentam o mesmo autoestranhamento humano. Mas a primeira sente-se bem e confirmada neste autoestranhamento, conhece esse estranhamento como sua própria potência, e possui nele a aparência de uma existência humana. A segunda sente-se aniquilada no estranhamento, vê nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana (LUKÁCS, 2010, p. 243).

Há, portanto, no processo de estranhamento, uma distorção real da existência humana, seja para os beneficiários, seja para as vítimas, visto que há aí uma raiz social comum. Além de mostrar a contradição apresentada, surgem “como consequência dos diversos modos de posse e uso do mais-trabalho, formas fenomênicas muito diferenciadas, tanto subjetivas quanto objetivas, da práxis político-social até a ideologia” (p. 244). A consequência ontológica mais direta de tudo isso reside no fato de que, uma vez que o estranhamento consiste em um fenômeno social, sua superação só poderá ocorrer por vias igualmente sociais.

Se, como indicamos, há uma unidade inseparável “dos componentes sociais e individuais do estranhamento em seu

---

<sup>42</sup> Nos termos da edição dos *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*, aqui referenciada, é notório o abandono de Lukács à distinção entre alienação e estranhamento. A compreensão de estranhamento se revela na oposição entre os que trabalham e os que se apropriam do mais trabalho. “Com a situação social que assim surgiu, caso pertençam aos que se apossam do mais trabalho, o singular é forçado a confirmar essa generidade objetivamente tão contraditória como sendo natural; ou, se pertencer aos expropriados, é forçado a rejeitá-lo como generidade, devido a essa contradição. (Os dois comportamentos assumem, nas mais diversas fases do desenvolvimento, as mais diversas formas de expressão ideológica, e só no capitalismo se torna possível uma formulação aproximadamente adequada do problema)” (LUKÁCS, 2010, p. 243). É interessante acompanhar com Marteano Ferreira de Lima (2014) o registro quanto à polêmica envolvendo os dois vocábulos, notando, ainda, que, em sua tese de doutorado, a autora opta pelo termo alienação, para designar o sentido negativo das objetivações humanas. Também sobre a distinção entre alienação e estranhamento e seu posterior abandono por Lukács, ver COSTA, Mônica Hallak Martins (2012).

funcionamento” (p. 245), do mesmo modo, sua superação social em termos definitivos tem de ocorrer também “nos atos da vida dos indivíduos, em seu cotidiano”. Quando imaginamos uma situação, de certo modo frequente no movimento revolucionário, “de que um bom combatente, disposto ao sacrifício, percebe o estranhamento no trabalho e luta de modo coerente, mas, em relação à sua mulher, não lhe ocorre nunca sequer liberá-la de seus grilhões etc” (p. 244), somos capazes de compreender a vida cotidiana como palco central da superação do estranhamento. O fundamento objetivo central do estranhamento reside, portanto, na possibilidade de produção ampliada para além do necessário, o que, numa realidade marcada pela desigualdade social, como a partir do escravismo, garante a sustentação de uma classe não trabalhadora que vive do usufruto do mais-trabalho.

E assim transcorre toda a história das sociedades de classe (“pré-história do gênero humano”, diz Marx). O desenvolvimento das forças produtivas faz aparecer, geralmente em crises longas e difíceis, a problemática de tais formações e, principalmente na Europa, fez surgir de seus processos críticos de dissolução novas formações econômico-sociais mais desenvolvidas, em que o problema do estranhamento dos homens com relação à sua própria generidade é continuamente produzido, e reproduzido, em níveis socioeconômicos mais altos (LUKÁCS, 2010, p. 246).

O capitalismo, enquanto expressão mais atual das formações econômico-sociais mais desenvolvidas, é o resultado de um “movimento histórico que separa o trabalho de suas condições exteriores indispensáveis” (p. 14). Esse movimento alcança sua efetivação quando se nota, na história, o surgimento dos capitalistas empreendedores da livre exploração do homem pelo próprio homem e a conversão dos produtores em assalariados. Dito de outro modo, o que se coloca, do ponto de vista histórico, é que os fundamentos da ordem econômica capitalista surgiram das entranhas da ordem econômica feudal. Ou seja, ao passo que esta última se diluiu, produziu os elementos constitutivos da primeira.

O conjunto do desenvolvimento, abrangendo ao mesmo tempo a gênese do salarido e do capitalismo, tem por ponto de partida a servidão dos trabalhadores; o progresso que esse desenvolvimento realizou consiste em mudar a forma de sujeição, em conduzir a metamorfose da exploração feudal em exploração capitalista (MARX, 2000, p. 15).

Desta forma, instaura-se uma nova relação, essencialmente mercantil, entre o capitalista e o assalariado. Em seu interior, o segundo figura como servidor e se põe sob a dependência do primeiro, abdicando, até mesmo, da propriedade sobre seu produto. Tudo isso ocorre pela existência de um elemento anterior a todo esse processo de desagregação do produtor de todas as condições exteriores necessárias ao trabalho, restando-lhe sua própria força física, o trabalho ainda não realizado, mas em estado de potência.

A separação entre o produtor e os meios de produção é, ao mesmo tempo, fundada e fundante em relação ao capitalismo, visto que tal oposição alcançou uma grandeza sem precedentes desde o estabelecimento deste e “para que o capitalismo viesse ao mundo foi preciso que, ao menos em parte, os meios de produção já tivessem sido arrancados sem discussão aos produtores” (MARX, 2000, p. 14). Essa relação antecipa-se à vontade capitalista e é determinada pela permanência das condições materiais de dominação do trabalho pelo capital. Para compreender o processo de reprodução no contexto histórico do capitalismo, é preciso entender o que é o capital e como se dá o seu funcionamento.

O capital é uma relação social anterior ao capitalismo cuja dominação histórica pode ser identificada em formas que vão desde a família até as estruturas políticas de controle social. Sua natureza mais profunda remete-se, contudo, à ruptura entre o trabalho e aquelas condições indispensáveis à sua existência objetiva. Dessa forma, o próprio capital passa a se apresentar como o produtor da riqueza, visto que o trabalho, autêntico produtor, aparece como trabalho estranhado.

O processo de autovalorização do capital pressupõe a existência do trabalhador estranhado, separado dos meios necessários à realização de sua atividade produtiva. Os meios de produção, que, na verdade, aparecem como resultado de objetivações de um trabalho anterior, são apenas parte da sujeição do trabalho aos imperativos do capital que se sobrepõe, ainda, às próprias necessidades humanas. Essa sobreposição pode ser mensurada na própria imposição da necessidade de se produzir um excedente. Ou seja, é retirado do trabalhador seu poder de decisão quanto ao desenvolvimento da produção em relação à sua forma, quantidade ou finalidade.

A relação social capital se estabelece na história, precisamente, por sua oposição ao trabalho. Essa oposição, porém, não se desenvolve de forma equilibrada, visto que a existência objetiva do capital depende da manutenção de uma espécie de círculo de valorização, através do qual a criatura passa a subjugar seu criador.

A questão é que, sem entender a perversa circularidade do sistema do capital – mediante a qual o trabalho sob a forma de trabalho objetivado, alienado, se torna capital e, como capital personificado, enfrenta e domina o trabalhador – não há como escapar do círculo vicioso da auto-reprodução ampliada do capital como o modo mais poderoso de controle sociometabólico jamais conhecido na história. [...] para ser capaz de romper com o círculo vicioso do capital como forma de controle sociometabólico, é necessário enfrentar o fetichismo do sistema em sua forma plenamente desenvolvida (MÉSZÁROS, 2002, pp. 606-607/707-708).

Fica evidenciado, desse modo, que enquanto forma de controle social, ao capital pouco importa sua expressão histórica, desde que sua base de sustentação para a exploração do trabalho permaneça inalterada. Ou seja, o que de fato interessa é a máxima acumulação de capital, fruto da expropriação de mais-valia, dadas as limitações objetivas de um momento histórico determinado.

[...] do ponto de vista do capital, visto como modo de controle, a questão importante não é sua forma contingente, é a necessidade de uma expropriação da mais-valia *que-assegure-a-acumulação*. De uma forma ou de outra, sua forma contingente deve ser modificada – mesmo nos parâmetros estritamente capitalistas – no curso da inexorável auto-expansão do capital, de acordo com as variações de intensidade e escopo da acumulação de capital possível na prática sob as circunstâncias históricas dadas (MÉSZÁROS, 2002, pp. 368/451).

Sob a égide capitalista, a relação fundamental de exploração do trabalho pelo capital se expressa na opressão do capitalista – *personificação do capital no capitalismo* – sobre o trabalhador. As consequências dessa relação evidenciam a prostração deste último em relação ao primeiro. De autêntico produtor da riqueza material, o trabalhador é convertido em um elemento – aparentemente desprezível – do processo produtivo, agora, plenamente controlado pelo capital, o novo protagonista tanto da produção quanto das decisões a esta vinculadas.

Essas personificações revelam, aparentemente, uma situação na qual o trabalhador é um “escravo sob novas formas”, e o

capitalista, proprietário de uma autêntica liberdade individual, visto que tem em suas mãos o poder de decisão quanto aos destinos da atividade humana de produção. Contudo, como dissemos anteriormente, nem mesmo o capitalista possui uma liberdade efetiva. E por que isso ocorre? Porque suas decisões devem, invariavelmente, responder aos imperativos do capital. Diuturnamente, ele gasta suas forças vitais no sentido de garantir, no plano tanto objetivo como ideológico, o fetiche de sua superioridade sobre o trabalhador. Dessa forma, o estranhamento passa a ser compreendido, para além de termos gnosiológicos e abstratos, como um fenômeno social, ontológico e concreto. “Para os que se apropriam do mais-trabalho, seu estranhamento [...] é a base natural de sua conduta de vida; para seus produtores, ao contrário [...], é o confisco mais ou menos amplo de sua humanidade” (p. 249). A superação do estranhamento exige, dessa forma, uma “generidade na qual as tendências filogenéticas e ontogenéticas podem receber uma constituição convergente” (p. 254), isto é, indivíduo e gênero.

De um modo geral, na esteira de Lukács (2010), essas observações levam invariavelmente a duas conseqüências ontológicas fundamentais. A primeira diz respeito à clarividência de que se torna concretizável e, portanto, possibilidade real, só e somente só a partir de sua tomada como saída do mundo social, ao mesmo tempo estranhado e estranhante. A segunda observação importante, que, na verdade, põe-se como decorrência da primeira, é que o fim da pré-história humana, como afirmava brilhantemente Marx, só é concretizável sobre bases econômicas adequadas. Evidentemente, “o fator subjetivo dessa imensa transformação na história da humanidade tampouco tem caráter utópico” (p. 260).

O que Marx propõe, segundo Lukács (2010), é, na verdade, uma concepção de mundo marcada pela universalidade, o que faz uma enorme diferença na relação entre sociedade e natureza. Ou seja, seu método onto-histórico, ao que tudo indica, poderia ser aplicado na natureza e na sociedade, visto que o que se encontra quando se procura compreender a natureza são, na verdade, processos irreversíveis de complexos processuais.

A profundidade de grande alcance da concepção marxiana das categorias repousa, entretanto, exatamente no fato de que a universalidade não é nada mais nada menos que, em primeiro lugar, uma determinação do ser, exatamente como a singularidade [*Einzelheit*], e só porque ela, tanto quanto a

singularidade, existe e opera no ser mesmo como determinação da objetividade, pode tornar-se – reproduzida pela consciência – um momento fecundo do pensamento (LUKÁCS, 2010, p. 261).

A universalidade não deve ser compreendida como simples acréscimo do pensamento ao ser objetivo ou até mesmo como uma reconfiguração do ser pela consciência pensante. Lukács reitera que Ser, aos olhos de Marx, pressupõe, ao mesmo tempo, ser-objetivo, independente se e como é pensado, o que nos leva a considerar a objetividade como forma concreta de cada ser. “A consciência é o produto de determinado modo de ser do ser social e tem funções extremamente importantes a cumprir nele” (p. 261). Porém, o que se faz digno de nota é que aquilo que é a natureza mesma do ser atua de modo independente ao processo de tomada de consciência em relação às suas determinações.

A consciência surge como atividade social, consciência humana propriamente dita a partir do trabalho. Isso é um fato ontológico básico no ser social, à medida que o trabalho põe em movimento a necessidade de um “conhecimento o mais adequado possível da objetividade natural” (p. 262). Ou seja, é impossível projetar tais relações categoriais próprias do ser social (ser-consciência, etc.), no que tange à sua autodeterminação, sob pena de “um falseamento do ser” (idem) e, ainda, de “produzir um mito (que também só pode ter pátria no ser social)” (idem). Ou seja, de modo primário, as categorias e seus nexos não são, para o método onto-histórico, abstrações próprias do pensamento, “mas formas do ser, determinações da existência” (p. 271).

Na medida em que as pessoas agem na vida, seus pores teleológicos, os caminhos que seguem para realizá-los só podem ocorrer no quadro das respectivas determinações da objetividade existentes e em devir. O caráter elementar da práxis real pressupõe (“sob pena de perecer”, como Marx delimita a necessidade que opera na sociedade) um permanente confronto prático e por isso consciente, por vezes formulado no pensamento, e em determinadas condições sócio-historicamente dadas, até teórico, com as determinações objetivas dadas (LUKÁCS, 2010, p. 271).

O processo de constituição objetiva do ser social coloca o homem em um confronto prático permanente e inevitável, o que faz surgir todo o complexo categorial referente a essa esfera de ser. As categorias, entendidas a partir da reação prática do ser social, passam, do mesmo modo, a desempenhar um efeito real “sobre as

atividades, tomadas no sentido mais amplo, da vida social dos homens” (p. 27).

Assumida como ponto de partida para a correta compreensão do ser e de suas relações categoriais, a vida cotidiana, porém, e o pensamento dela emanado, não pode se impor como fim em si mesmo, ainda que tomemos um momento mais elevado do desenvolvimento histórico e social. O homem necessita superar o pensamento cotidiano, à medida que não se mostre mais suficiente para orientar a práxis. “O desenvolvimento das forças produtivas, a crescente divisão do trabalho, a gradativa socialização da vida social etc. atuam todos numa direção, isto é, a de fazer recuar sempre mais a esfera apenas imediata da práxis cotidiana” (p. 272), daí vemos surgir um conjunto de generalizações teóricas que são, essencialmente, produzidas pelo novo tipo de práxis, que, de certo modo, trata-se de uma práxis ressignificada.

Sob o ponto de vista da concepção aqui explicitada como método onto-histórico, uma generalização teórica, ou seja, uma teoria, só pode se afirmar socialmente quando se torna ideologia, quando é tomada como caminho para a conscientização e a solução dos problemas considerados indispensáveis à práxis, seja para uma classe ou outra (p. 281). Com isso, Marx aproxima decisiva e definitivamente ciência e filosofia, mesmo lhes diferenciando em objetivos e métodos. Isto é, para além de uma homogeneização mecanicista, o que se pretende é, na verdade, uma consideração tal que “ambos devem se tornar em última análise, em sua diferença, atividades teórico-práticas complementares da espécie humana, para cumprirem, de maneira autêntica, suas legítimas funções cognitivas” (p. 289). Enquanto os métodos filosóficos da teoria do conhecimento compreendem as categorias como determinações do pensamento, Lukács, na esteira de Marx, propõe o ser como processo irreversível do qual emanam as categorias, ou seja, partes moventes e movidas de sua existência. Na vida cotidiana, isso pode ser notado pela capacidade do “ente de perceber de alguma forma o seu ambiente e reagir de alguma forma àquilo que percebeu” (p. 289) e, na totalidade da práxis humana, esse processo de preparação e execução consciente da atividade humana faz surgir a própria ciência.

Portanto, é a práxis que liga a vida cotidiana dos seres humanos com a preparação e execução consciente, da qual surge não apenas a linguagem, mas, pouco a pouco, também a ciência. É, porém, igualmente a práxis que

impõe e controla sua inevitável orientação para a constituição categorial do ser no sentido da filosofia. Por mais que ciência e filosofia se distingam em seu objeto imediato de conhecimento, por mais que, por isso mesmo possam se defrontar muito crítica, até antagonicamente, em última análise, têm um objeto de conhecimento comum: esclarecer cada vez mais os caminhos da práxis, em um sentido cada vez mais elevado e socializado da sociabilidade, isto é, orientar de modo cada vez mais unívoco as atividades humanas para a constituição categorial das totalidades, da totalidade do ser (LUKÁCS, 2010, p. 297).

Do ponto de vista ontológico, a práxis, atividade exclusivamente humana, realiza-se à medida que pelo trabalho o homem se livra das determinações naturais. A partir desse salto, a atividade humana se orienta de forma cada vez mais decisiva para a constituição das categorias. Lukács toma como exemplo, a fim de ilustrar o que aqui se atesta, a constituição da linguagem, que, por pertencer “às condições indispensáveis para o funcionamento do trabalho [...], surge por toda parte onde o homem enquanto homem se afasta do reino animal” (p. 296). Mesmo a despeito do desenvolvimento diferenciado das línguas singulares, o que importa, verdadeiramente, é sua oposição à comunicação baseada em sinais dos animais.

O que se coloca aqui acerca da revolução metodológica realizada por Marx, especialmente quanto à relação entre ciência e filosofia, é que, sob o prisma da ontologia, há uma cooperação objetivamente indispensável entre ambas. Nas palavras de Lukács (2010), há uma copertença processual necessária entre ser, categorias, práxis e conhecimento, por meio da qual “supera-se a velha contraposição entre ciência e filosofia” (p. 298). A pré-história desse desenvolvimento “pressupõe a característica [...] das atividades humanas: ‘Eles não sabem, mas fazem’” (p. 299). Isso significa que, mesmo num estágio ainda primitivo do desenvolvimento humano, a práxis pressupõe consciência, ainda que restrita ao seu ato de pôr fins de modo real e concreto. “Se o homem da Idade da Pedra quer fabricar um machado, deve tomar consciência das funções, formas possíveis etc. do machado, determinados gestos para burilar etc.” (p. 299), o que demarca precisamente, aqui, o salto decisivo “da esfera biologicamente determinada do ser para a sociabilidade”. No entanto, “não se segue daí que o conhecimento indispensável para tal práxis dos seres humanos dessa fase de desenvolvimento também deva se tornar consciente” (p. 299).

No caso das experiências reais de trabalho, num período relativamente primitivo do desenvolvimento humano, exige-se certa característica consciente, pelo menos para que seu funcionamento prático se dê de forma satisfatória. Nesse sentido, os conhecimentos ainda são restritos “apenas em relação ao processo concreto da própria práxis, não em relação à gênese e constituição daquela consciência da qual são, de facto, manifestações prático-concretas” (p. 299). De fato, na práxis dos períodos mais remotos do desenvolvimento, é possível falar em conhecimento apenas no que diz respeito à realidade e circunstâncias imediatas da atividade humana, o que, evidentemente, adiou ainda por um tempo considerável qualquer visão mais correta acerca do próprio ser. Portanto, “não admira que os homens percebam sua própria consciência [...] como orientação contraposta à natureza biologicamente determinada, mas nessa contraposição também vejam uma intervenção de poderes transcendentés” (p. 300). Aqui, de certa maneira, encontra-se o fundamento da primeira forma de estranhamento humano, dada a incapacidade de os homens tomarem sua própria práxis como elemento central na constituição de sua visão de mundo e do próprio ser. A primeira forma, nesse sentido, de um estranhamento humano surgiu quando

Os homens transferiram a gênese, a essência, o funcionamento de seu próprio ser a poderes transcendentés, cuja constituição elaboravam, no início de modo muito simples, depois cada vez mais refinadas intelectualmente por meio de deduções analogizantes de sua própria existência. Do trabalho teleológico do homem nasceu o modo de estranhamento de um mundo criado por poderes transcendentés e, nele, o estranhamento do próprio homem criado por tais poderes<sup>43</sup> (LUKÁCS, 2010, p. 301).

Do ponto de vista do desenvolvimento histórico, não de forma aleatória, o surgimento do capitalismo traz consigo, como indicamos anteriormente, uma tendência à superação, no campo das ideias, dessa primeira forma de estranhamento humano. Porém, o que se vê não passa apenas de uma substituição, se é que podemos assim nos expressar, para um estranhamento de novo tipo, que, abandonando, em grande parte, qualquer concepção

---

<sup>43</sup> Aqui, Lukács faz referência à história da criação encontrada no Antigo Testamento, onde a referida analogia chega até mesmo a garantir um dia de descanso ao Deus todo-poderoso depois da criação do mundo.

naturalista, adota a teoria do conhecimento como fundamento de toda estrutura categorial. Isto é, deixa-se de lado o confronto do destino do mundo, em termos objetivos, com a benevolência de um ser transcendente, mas, de outra feita, concentra toda indagação filosófica à “seguinte questão: com que meios, com que autocontrole, o pensamento conseguirá dominar o mundo de maneira correta, conseqüente e adequada” (pp. 301-302). Há ainda outro elemento importante, que se refere ao fato de que, quando o ser deixa de exercer um papel efetivamente de controle sobre a atividade de pensar o mundo, “tudo se torna possível, e todo o possível se realiza, se ele convier à confusão das poderosas correntes políticas, sociais, econômicas da época” (p. 305), fenômeno que, em muitos casos, chega a perpassar a própria ciência e a filosofia, não se restringindo à cotidianidade e fazendo surgir uma espécie de falso interessante, ou falso socialmente necessário.

Quanto mais a exploração capitalista deixa para trás – pelo menos num estágio mais desenvolvido – a forma original direta de exploração (prolongamento da jornada de trabalho, achatamento dos salários), transformando a subsunção formal do trabalho sob o capital numa subsunção real, tanto mais fortemente desaparece da práxis do movimento de trabalhadores a coincidência imediata entre luta contra a própria exploração e luta contra as conseqüências do estranhamento para os homens (LUKÁCS, 2010, p. 307).

## **Considerações finais**

Evidentemente, nessa perspectiva, quando as categorias são apanhadas enquanto formas do ser, o reconhecimento e o conhecimento das transformações categoriais passam a compor um quadro de certo modo estratégico na perspectiva das lutas de classe. Outro componente importante de ser aqui ressaltado, devido à própria mudança econômica ao longo do desenvolvimento do capitalismo, refere-se a uma ideologia capaz de, ao mesmo tempo, compreender as nuances das referidas mudanças e propor uma saída que se revele eficaz ante o falseamento do próprio real. Conforme Lukács (2010), a estrutura categorial da imagem marxiana de mundo pode ser resumida em três grandes processos no plano da constituição específica das categorias, no que se refere ao seu ser processual: primeiro, “o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução do

ser humano, que sofre uma permanente tendência de redução” (p. 308), ou seja, independentemente da quantidade de anos que se passem, os animais – mesmo os mais evoluídos – para garantir sua reprodução biológica são obrigados a dispensar uma quantidade inalterável de energia, enquanto que no ser social instaura-se uma linha ascendente no desenvolvimento do trabalho; segundo, a transformação sofrida pelo ser humano diante do crescimento objetivamente regulado das forças produtivas, que revela o surgimento do ser social como uma “transformação do ser humano, enquanto transformação processual do modo do ser que pela primeira vez produz sujeitos e objetos” (p. 313); terceiro, “o processo necessário de integração dos agrupamentos humanos, originalmente bem reduzidos, em agrupamentos maiores, nações, reinos, para finalmente mostrar, sob a forma de mercado mundial [...] a tendência” a uma “unidade social efetiva da humanidade” (p. 317), o que traz como consequência ontológica direta no plano da luta de classes atual a constatação de que a aspiração a uma generidade ampla e autêntica passa, necessariamente, pela oposição à crença de que a efetivação dessa generidade se dará de forma simplesmente análoga ao desenvolvimento da economia capitalista.

## Referências Bibliográficas

COSTA, Mônica Hallak Martins da. De como Lukács chegou à distinção entre alienação e estranhamento para depois abandoná-la. *Verinotio* – revista on-line. N. 14, Ano VIII, jan., 2012.

LIMA, Marteano Ferreira de. A Alienação e o complexo da educação em Lukács. (*Tese de doutorado*). Fortaleza, UFC, 2004.

LIMA, Marteano Ferreira de; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. Belo Horizonte. *Educação em Revista*, vol.27 nº.2, pp. 73-94, 2011.

LUKÁCS, G. Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. A origem do capital. São Paulo: Centauro, 2000.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

TERTULIAN, Nicolas. Posfácio. In: Gyorgy Lukács. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**. SP: Boitempo, 2010.



## LUKÁCS, CIÊNCIA E ONTOLOGIA

*Aline Cristina Santana Rossi*<sup>44</sup>

*Rafael Rossi*<sup>45</sup>

“Se dizemos que a teoria é importante e, contudo,  
não estudamos, é porque ela não é importante para nós.  
Nós somos o que nós fazemos, não o que desejamos  
ou pensamos que somos. Não é uma questão moral;  
há uma razão ontológica para esse fato”  
(LESSA, 2014, p. 11).

Muitas vezes, para discutir o que é a ciência e qual a especificidade do conhecimento científico, é tomado como ponto de partida o padrão de cientificidade moderno, ou seja, parte-se, quase imediatamente, da ciência produzida já nesta forma de sociabilidade. Ainda mais: busca-se apresentar o conhecimento científico com base em definições e mais definições de uma série amplíssima de autores (que, em alguns casos, possuem posicionamentos teóricos completamente antagônicos!) para apenas ao final ser escolhida a definição que mais é considerada correta.

---

<sup>44</sup> Pedagoga pelo Instituto Educacional do Estado de São Paulo. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências na UFMS em Campo Grande – MS.

<sup>45</sup> Professor da Faculdade de Educação da UFMS.

Todavia, entendemos que é preciso compreender o conhecimento científico a partir de suas bases fundamentais de entificação no amplo processo de desenvolvimento do próprio ser social/humanidade. Trata-se, nesse sentido, não de buscar compreender a ciência ou qualquer outra dimensão social girando ao redor dos conceitos sem apreendê-los em sua vinculação essencial com a realidade (perspectiva gnosiológica). É preciso realizar uma busca a respeito da *gênese histórico-ontológica* e da *função social* (perspectiva ontológica<sup>46</sup>) que o conhecimento científico – no caso aqui em questão – desempenha na reprodução da sociedade (TONET, 2003).

Durante a maior parte da história da humanidade, prevaleceu, no que diz respeito à produção do conhecimento, uma abordagem de caráter ontológico, como se pode verificar na cientificidade produzida pelo mundo grego clássico e medieval. Isso quer dizer que “a abordagem de qualquer objeto” tinha como “eixo o próprio objeto” e, neste caso, há uma “subordinação do sujeito ao objeto, valendo dizer que, no processo de conhecimento, o elemento central é o objeto” e que, em face disto, “não cabe ao sujeito criar – teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto” (TONET, 2013, p. 14). Dessa forma, estamos chamando a atenção para o fato de que o próprio conhecimento e, em nosso entendimento, qualquer outra dimensão da vida social devem ser analisados em articulação com o processo histórico real.

Com a transição do feudalismo ao capitalismo, a totalidade social alterou-se radicalmente, inclusive a produção do conhecimento. Passamos de uma sociedade em que o poder político (nobreza) controlava os rumos do mercado para outra forma de organização social em que é o próprio mercado quem determina os rumos do Estado. Superamos as relações sociais de produção baseadas no pacto entre suserania e vassalagem (com base no trabalho servil) e instauramos o trabalho assalariado, que é a matriz fundante desta nova sociedade. Toda essa revolução sócio-política também teve influência no que diz respeito ao conhecimento. Em resumidas contas, ao longo da transição do feudalismo à sociedade capitalista, podemos constatar “o

---

<sup>46</sup> Neste texto não teremos espaço para explicitar, mesmo que rapidamente, a especificidade e os elementos mais essenciais da ontologia marxiana. Todavia, sugerimos o estudo de Lukács (2012), Lessa (2015) e Tonet (2013).

abandono da centralidade do objeto e a instauração da centralidade do sujeito” (TONET, 2013, p. 29).

A *função social* que a perspectiva gnosiológica possui nessa nova sociedade possui cunho pragmático-utilitário, ou seja, “como deixam muito claro tanto Bacon como Descartes, o conhecimento deve ser um instrumento para dominar a natureza e colocá-la a serviço da humanidade” (TONET, 2013, p. 44). Não se trata de um domínio sobre a natureza que tenha como objetivo atender a todas as necessidades e aspirações humanas. Ao contrário: a lógica que impulsiona a sociedade capitalista é a produção de mercadorias com a geração de lucros e, por isso mesmo, faz parte deste modo de produção subordinar o conhecimento científico à expansão e à reprodução das relações sociais de produção capitalistas com tudo o que isso implica.

A consequência é que, ao final, o objeto investigado não é “teoricamente traduzido”, mas, sim, um “objeto teoricamente construído”, sendo que “traduzido” ou “construído” exprimem bem a “abissal diferença entre a abordagem da problemática do conhecimento a partir de uma perspectiva ontológica e gnosiológica, respectivamente” (TONET, 2013, p. 46).

Um alerta antes de prosseguirmos: ao buscarmos a gênese ontológica do conhecimento científico, bem como a sua função social, não estamos negando a sua complexificação ao longo do tempo e nem o derivando mecanicamente a partir de algum modelo geral e abstrato. Ao contrário, o esforço é apontar, mesmo que de modo extremamente rápido, a sua origem essencial e a sua peculiaridade frente ao desenvolvimento do ser social e, ainda, a sua distinção qualitativa do conhecimento místico-transcendental ou do conhecimento do senso comum.

É necessário, nessa linha de orientação, “apreender a lógica específica do objeto específico” (MARX, 2010, p. 108), o que significa dizer que é preciso compreender o objeto ou a dimensão social que estamos investigando (educação, geografia, filosofia, ciência, arte, política, etc.) do modo que ela é em si mesma e ao longo do processo histórico.

Se partirmos do momento em que surgiu o gênero humano no planeta Terra, verificaremos que as análises de vários antropólogos e demais cientistas focam ora nesta questão no aparecimento da “cultura” ora na “fabricação de ferramentas” ou, talvez, no desenvolvimento da linguagem. Todavia, o que é característico da

humanidade é a capacidade de, a partir de uma necessidade real, captar os elementos mais gerais da realidade, intervir nela e, com isso, dar início a uma série de processos crescentemente mais sociais. Vejamos mais sobre isso.

## Trabalho e Conhecimento Científico

Para existir história da humanidade, é uma condição ineliminável os seres humanos trabalharem. Ao realizar atos de trabalho, uma série de outros complexos/dimensões sociais se originam com funções distintas na reprodução da sociedade. A partir desta análise, podemos afirmar que tudo o que existe no âmbito do ser social é radicalmente histórico e fruto exclusivo da ação dos homens no seu processo cada vez mais social. Arte, educação, ciência, política, filosofia etc. são dimensões da vida social que apenas podem existir pela ação real e concreta dos seres humanos. Todavia, tudo isso só pode existir em decorrência de uma necessidade básica, ineliminável e vital: os seres humanos podem se reproduzir social e biologicamente apenas se produzirem e reproduzirem constantemente as condições materiais da existência social.

Casas, pontes, roupas, machados, etc. são partes da natureza transformadas de modo consciente, intencional, pela ação humana e podem existir apenas no âmbito do ser social. Madeira e pedra, por exemplo, existem na natureza, mas o machado é uma criação eminentemente humana e, portanto, social. Desse modo, os homens, para poderem produzir as condições materiais indispensáveis à vida em sociedade, precisam, portanto, trabalhar.

Aqui reside uma primeira constatação da maior importância para nosso debate: o trabalho, entendido enquanto transformação da natureza para a produção de valores de uso, isto é, para a produção dos meios de produção e de subsistência necessários à vida humana, constitui o *momento predominante* no surgimento do ser social. Isso significa dizer que o trabalho, enquanto condição da mais absoluta necessidade para a vida social, é a única categoria que funda o surgimento da humanidade, e todas as demais categorias (educação, ciência, política, ideologia, arte, et.) são fundadas por ele, ou seja, o trabalho possui, de acordo com Lukács (1981), um “caráter intermediário” no sentido da relação entre o intercâmbio orgânico do homem – sociedade – com a natureza,

sendo que todos os demais complexos/dimensões já apresentam fortemente um aspecto mais social e estão relacionados de maneira mediada com o trabalho.

Ainda de acordo com Lukács, o próprio trabalho, para existir, precisa estar em meio a uma totalidade social marcada pela divisão do próprio trabalho, pelas relações sociais e pela linguagem. A ênfase na atividade laborativa do homem reside no fato de que, pela primeira vez na história da natureza, surge um animal – o homem – que passa a se relacionar com a natureza de um modo essencialmente distinto e, com isso, passa a ter início a história da reprodução social, ou seja, a história humana.

A consciência nos animais, para Lukács (1981), ainda se conforma em um mero “epifenômeno”, isto é, ainda está circunscrita a atividades mais próximas da existência e reprodução imediata da própria espécie. Nos seres humanos, ao contrário, podemos assistir ao surgimento, no trabalho, de um “pôr teleológico” que, por sua vez, passa a desencadear uma “causalidade posta”.

Um pôr teleológico significa que a consciência humana, a partir de uma necessidade real e existente (matar a fome, por exemplo), passa a captar, ou seja, passa a refletir (não no sentido mecânico, mas, sim, enquanto apreensão), os elementos mais essenciais presentes na própria realidade natural, buscando suas articulações, qualidades, características, possíveis vínculos etc. para que o objetivo previamente idealizado possa ser objetivado e aquela determinada necessidade possa ser atendida.

Temos, com efeito, uma importante reflexão a respeito da relação entre consciência e realidade objetiva. A consciência, ao contrário do que acredita o materialismo mecanicista, desenvolve um papel ativo na busca, captação e compreensão dos elementos da realidade para que possa, de fato, instaurar um pôr teleológico para satisfazer determinada necessidade ou determinado objetivo. Todavia, é a própria realidade que coloca o campo de possibilidades sobre o qual a consciência deve escolher, refletir, interpretar. Enfim, é a realidade que oferece as possibilidades reais e concretas para a consciência poder transformá-la. É uma completa impossibilidade querer fazer uma lança de madeira para abater um determinado animal, por exemplo, se a madeira é um elemento inexistente no local em que estamos. Em outras palavras:

[...] por mais que a consciência tenha um papel realmente ativo, ela é sempre consciência de algo, isto é, ela reflete algo que está fora dela. O que está na consciência não é um produto puro e simples da própria consciência, mas vem de fora dela. Vale dizer, as ideias são um reflexo da realidade externa, objetiva. Um reflexo ativo, certamente, e não mecânico, uma reprodução sob forma teórica, todavia, um reflexo (TONET, 2016, p. 48).

O trabalho, enquanto única categoria fundante do ser social, apresenta, pela primeira vez, uma posição teleológica que, efetivamente, origina uma nova objetividade e, com isso, uma série de outras dimensões irá surgir e se desenvolver. A causalidade, por sua vez, pode ser entendida como um “movimento autônomo que repousa sobre si mesmo” (LUKÁCS, 1981, p. 09). Todavia, por meio do pôr teleológico, é criada uma causalidade posta. Uma cidade abandonada, por exemplo, após 10 anos sem a ação humana, começa a exibir traços da sucessão ecológica inerente à causalidade da própria natureza: asfaltos se esfacelarão, plantas crescerão etc. Neste caso, a sucessão ecológica é exemplo da causalidade natural.

Contudo, quando o ser humano cria uma lança, esta passa agora a fazer parte da história da humanidade, ou seja, ela passa a ser parte do patrimônio do gênero humano. Essa é outra característica típica dos atos de trabalho: a sua generalização. Não há qualquer atividade laborativa que possa ser executada de maneira completamente isolada, mas, sim, sempre socialmente. A partir de agora, no caso em questão, aquele grupo humano que confeccionou uma lança terá um campo de possibilidades para intervir e transformar a natureza muito maior do que possuía antes deste trabalho.

A série de conhecimentos, habilidades, técnicas, comportamentos, valores etc. que foram originados durante o trabalho de objetivação da lança podem ser utilizados numa gama enorme de situações e atenderem, por sua vez, a novas necessidades sociais que gerarão, uma vez mais, novas possibilidades de intervenção na natureza.

No debate que nos interessa a respeito do fundamento ontológico do conhecimento objetivo, é preciso levar em conta estas considerações a respeito do trabalho – em seu sentido ontológico (ou seja, independente, ainda, da forma concreta que venha a assumir em cada formação social em específico), pois sem esta

articulação fica completamente impossível compreender de modo objetivo o rudimento mais elementar da ciência.

Para que os atos de trabalho possam se efetivar e, com isso, o pôr teleológico consiga instaurar uma causalidade posta, é preciso que a consciência humana evidencie tudo “aquilo que se faz presente em si nos objetos em questão, independentemente de toda consciência” (LUKÁCS, 1981, p. 15). Se esse “conhecimento objetivo” não se cumpre, a posição da finalidade a ser objetivada não se realiza e a própria finalidade permanece “um mero projeto utópico, uma espécie de sonho, como, por exemplo, o vôo foi um sonho desde Ícaro até Leonardo e até um bom tempo depois” (LUKÁCS, 1981, p. 18).

A busca dos meios, ou seja, o conhecimento real dos elementos da realidade natural (ainda que nunca um conhecimento absoluto, já que se isso fosse necessário, o trabalho não poderia se realizar) pode ser considerado a gênese ontológica do conhecimento científico. Com a busca dos meios e do conhecimento científico – mesmo que rudimentares – há, portanto, a incessante produção do novo no âmbito do ser social, numa interação crescentemente mais mediada e rica de articulações entre novos complexos/dimensões sociais que são criadas. Por isso mesmo, a “busca dos objetos e processos na natureza, que precede a posição da causalidade na criação dos meios, consiste [...] em atos cognitivos reais e por isso traz em essência o início, a gênese da ciência” (LUKÁCS, 1981, p. 21).

A *função social* do conhecimento científico, com efeito, é “capturar o objetivo ser-em-si de tudo aquilo que se relaciona com o trabalho e quando relaciona-se com ele (com os fins e seus meios) de maneira adequada ao seu ser-em-si”. Nesse sentido, há o empenho “em eliminar tudo o que seja meramente instintivo, sentimental etc. e que poderia atrapalhar a visão objetiva” (LUKÁCS, 1981, p. 42-43). Com isso, temos alguns elementos fundamentais do conhecimento científico que o distingue do conhecimento místico-religioso ou do conhecimento do senso comum: 1) a necessidade de compreensão, isto é, de um “reflexo correto” dos elementos da realidade para poder transformá-la e 2) a necessidade de autodomínio do próprio ser humano em controlar seu instinto e seu comportamento para conhecer, de fato, a própria realidade. Para poder extrair petróleo do fundo do mar, por exemplo, é preciso, efetivamente, conhecer as propriedades físico-químicas, geológicas etc. do solo marinho para

atingir este objetivo e não colocar o nosso querer, as nossas vontades e anseios acima da necessidade de conhecê-lo cientificamente.

## **Teoria e Crítica**

Com o desenvolvimento do ser social, a ciência vai se autonomizando com relação ao trabalho. Entretanto, tal autonomia nunca será absoluta, mas, sim, relativa. As generalizações oriundas dos atos de trabalho enquanto germe para o conhecimento científico contribuem para o caráter desantropomorfizador da ciência, isto é, conhecer, objetivamente, as propriedades da realidade (seja natural ou social) para transformá-la, sem se deixar desviar por qualquer tipo de transcendência. O critério, por sua vez, para a verificação deste conhecimento científico objetivo é, sempre, a práxis, pois é nela que se verifica o caráter terreno da teoria, ou seja, é na prática que se comprova se aquele reflexo desantropomorfizador do conhecimento científico fora adequado ou não para a execução de determinada finalidade.

Aqui também há uma relação importantíssima: a articulação entre teoria e prática. Se compreendermos a gênese do conhecimento científico no reflexo correto o mais aproximado possível do real, podemos dizer que “o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva”, independente “dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2011, p. 20).

A teoria, portanto, não é um conjunto abstrato elaborado de modo especulativo e que serve para contemplação. Justamente o contrário, é verdadeiro: a teoria deve ter uma preocupação e um “calço” na própria realidade, reproduzindo-a teoricamente. Por isso, a teoria é a “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” e esta reprodução “será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto” (NETTO, 2011, p. 21). A esse respeito vale a pena refletir sobre o trecho:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...]

é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, **o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado.** (MARX, 1968, p. 16, grifos nossos).

Isso não quer dizer, porém, que o sujeito é um ser passivo frente ao objeto. O sujeito deve se mobilizar intelectual e criativamente na captura do objeto em suas próprias articulações e em seu próprio movimento e não inferir-lhe uma lógica externa. Para “apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica [...], o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação” (NETTO, 2011, p. 25). Em outras palavras: as qualidades do sujeito, como observação, destreza, habilidade etc., são fundamentais, mas é preciso sempre lembrar que “todas as faculdades do homem que são mobilizadas são sempre orientadas para o exterior, para a dominação efetiva e a transformação material do objeto natural através do trabalho” (LUKÁCS, 1981, p. 70).

Sendo a teoria, dessa forma, a reprodução *integral* do objeto (integral no sentido de partir da aparência e aproximar cada vez mais da essência do objeto em sua totalidade), a prática é o critério que irá estabelecer a fidelidade ou não da teoria em ter reproduzido no plano de pensamento determinado objeto, suas articulações e sua constituição histórica. É importante sinalizar, mesmo que brevemente, que a reprodução teórica mais essencial do objeto não será alcançada “misturando” métodos distintos ao sabor de cada pesquisador. Uma coisa é a ortodoxia na análise para a produção do conhecimento científico; outra coisa completamente diferente é o dogmatismo.

Em linhas gerais, o dogmatismo é “o procedimento que deduz o real a partir de categorias ou pressupostos a priori” (LESSA, 2014, p. 47). A postura dogmática se fecha hermeticamente ao confronto de ideias e ao debate aberto. Já a ortodoxia diz respeito à “rigorosa coerência dos pressupostos” (LESSA, 2014, p. 48). Isso quer dizer que “a ortodoxia é a defesa metodológica contra procedimentos ideológicos e teóricos dogmáticos e/ou ecléticos” (LESSA, 2014, p. 48).

Em razão disso, é fundamental compreender que “uma coisa é o espírito de abertura ao confronto de ideias, a convicção levada à

prática de que o progresso do conhecimento se torna impossível onde reina o dogmatismo”; outra coisa é a “aceitação da relatividade dos métodos e da verdade”, pois o “espírito de abertura ao debate não é necessariamente conflitante com o privilegiamento de determinado método como o mais adequado para a compreensão da realidade” (TONET, 1995, p. 01).

As universidades, nesse aspecto, incentivam uma confusão entre dogmatismo, ortodoxia e ecletismo metodológico. Não estou argumentando que não devemos conhecer vários métodos. Ao contrário, estou afirmando que, na análise que se predisponha a produzir conhecimento científico, é imprescindível o tratamento ortodoxo a partir do próprio objeto estudado para não incorrer em banalidades vulgarizantes e superficiais. É preciso deixar isto muito claro: com ecletismo metodológico não se produz nem uma linha de conhecimento científico! Incentivar os alunos a pesquisar 100 ou 200 artigos para supostamente demonstrar erudição em seus trabalhos acadêmicos a respeito de determinado tema não passa de atitude eclética, banal e extremamente simplista.

Se o objetivo é, de fato, conhecer determinado objeto, há que se manter a ortodoxia a respeito do objeto *em-si* e não praticar o relativismo irracionalista tão em voga atualmente. De modo algum isso significa ler somente um autor ou apenas uma corrente teórica. Trata-se de ser ortodoxo no tratamento metodológico e confrontá-lo diretamente com a realidade objetiva e os demais métodos. Aqui se evidencia o avanço da perspectiva ontológica marxiana sobre, por exemplo, a perspectiva gnosiológica. A primeira predispõe-se, a todo momento, a conhecer o objeto em seu movimento histórico, em suas articulações com outras dimensões sociais, em suas mediações com a própria totalidade social, enfim, busca *extrair* entendimentos a respeito do objeto como de fato ele é e tem se constituído. Já a perspectiva gnosiológica, ao contrário, baseia-se na *imputação* de uma lógica externa ao objeto investigado.

O pano de fundo desses entendimentos está assentado no fato de que, como já sinalizamos, o conhecimento científico, por meio da teoria, deve *revelar* o movimento mais essencial e histórico do objeto, portanto, é o próprio objeto que deve ser abordado e explicitado. Isso, por sua vez, possibilita-nos afirmar, com toda tranquilidade, a existência da *verdade científica*. Nesse sentido, em nada estamos sendo dogmáticos ao abordarmos a verdade científica, mas, sim, apenas estamos entendendo que “a verdade

teórica de um objeto é a sua reprodução integral, ou seja, que o sujeito deve capturar a lógica própria do objeto, não imputar-lhe uma lógica qualquer” e, conseqüentemente, “não pode haver duas reproduções integrais diferentes do mesmo objeto”, caso contrário, “seriam dois objetos” (TONET, 1995, p. 10).

É justamente a reflexão correta, tendo como polo central o próprio objeto em investigação, que nos fornece os elementos indispensáveis à elaboração da crítica científica. Crítica, nesta perspectiva, não se resume a aspectos moralistas subjetivos em que se julga isto ou aquilo com base em preferências pessoais ou transcendentais. A crítica significa “o exame da lógica do processo social – levando sempre em conta que é um produto da atividade humana – de modo a apreender a sua natureza própria, suas contradições, suas tendências, seus aspectos positivos e negativos”, bem como “suas possibilidades e limites, tendo sempre como parâmetro os lineamentos mais gerais e essenciais do processo social como um processo de autoconstrução humana” (TONET, 2005, p. 54).

Desse modo, criticar determinadas teorias significa “verificar em que medida elas são capazes de captar a natureza daquele processo e em que medida seus acertos, erros, lacunas, etc. são expressão de interesses sociais em jogo” (TONET, 2005, p. 54). Por isso, a crítica, nessa concepção de conhecimento científico e de teoria, também deve ter como parâmetro a realidade e o objeto sob investigação e não a subjetividade do sujeito que realiza a pesquisa.

Um último comentário: uma vez que entra em cena o surgimento das classes sociais, são elas que exercerão o papel de sujeito fundamental do conhecimento<sup>47</sup>. Isso não quer dizer que o sujeito que pesquisa não possua nenhuma importância, mas, sim, que as classes sociais “pela sua natureza fundada no processo de produção, põem determinadas exigências e determinada perspectiva”. Os indivíduos, ao elaborarem suas teorias, irão expressar, conscientemente ou não, “os interesses mais profundos das classes sociais”. Conseqüentemente, é a classe que, “pela sua natureza, estabelece o campo, nunca absolutamente rígido, no interior do qual o indivíduo exercerá o seu poder ativo” (TONET, 2013, p. 17).

---

<sup>47</sup> Para uma compreensão sobre a relação entre classes sociais e ideologia, sugerimos a leitura de Costa (1999); Vaisman (1996) e Rossi (2016).

Se, com efeito, as classes sociais se conformam no sujeito fundamental do conhecimento, pode-se compreender igualmente a impossibilidade real de um conhecimento científico que seja neutro do ponto de vista ideológico. Obviamente, no espaço deste escrito, não podemos abordar a ideologia com o devido rigor e profundidade que esta reflexão exige. Todavia, de um prisma ontológico, podemos afirmar que a ideologia não deve ser considerada como sinônimo de falsa consciência, isto é, o caráter de verdade ou falsidade não deve ser o critério para avaliar se um conjunto de concepções de mundo se conforma ou não em ideologia.

Quando se analisa a ideologia sob o critério de verdade ou falsidade, é o sujeito que deve determinar este parâmetro e, portanto, fica a sua avaliação subjetiva enquanto caráter resolutivo desta questão. Entretanto, como já sinalizamos na introdução, um ponto de vista ontológico deve abordar o fenômeno estudado – neste caso, a ideologia –, tendo como referência de investigação o próprio objeto em seu desenvolvimento histórico, buscando a sua *origem, natureza e função social* (TONET, 2016).

Pelo que sabemos, nesse aspecto, é mérito de Lukács em sua monumental *Para uma Ontologia do Ser Social* ter abordado a ideologia numa perspectiva onto-histórica. O filósofo húngaro explica que a ideologia diz respeito àquele conjunto de concepções de mundo, de ideias, valores, etc. que orientam a prática social, ou seja, que apresentam respostas práticas à vida cotidiana no que diz respeito às decisões tanto do indivíduo quanto da sociedade. Uma vez que surge a propriedade privada (entendida aqui enquanto o fato de uma classe se apropriar privadamente do fruto do trabalho de outra classe, explorando-a), há mais ou menos 12 mil anos, também se originaram as classes sociais e a exploração do homem pelo homem.

A ideologia continua com a sua *função social*, mas, agora, passa a ser aquele conjunto de concepções de mundo, ideias, valores, etc. que orientam a prática perante um conflito social realmente existente. Nas palavras do autor: “A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir” (LUKÁCS, 2013, p. 465).

Basta pensar num simples exemplo: de modo geral, cada vez mais, as pesquisas realizadas no âmbito das universidades tendem,

na melhor das hipóteses, a contribuir com o aperfeiçoamento desta forma de sociabilidade e do Estado e não a revolução e a superação total deste sistema social. Além disso, há ainda uma concepção geral de que a pesquisa científica deve, necessariamente, fornecer um “produto” para ser utilizado pelas empresas ou pelo próprio Estado. Produzir ciência, nesta concepção tão comum nas universidades, é prática sinônima de servir à iniciativa privada. Não se questiona, nem por um segundo sequer, esta subserviência humilhante da pesquisa aos interesses mercadológicos.

O pressuposto mais geral é o de que as empresas geram “emprego e renda” e, justamente por isso, deveríamos contribuir com a industrialização e defender o “livre mercado”. Capitalistas e trabalhadores supostamente poderiam se beneficiar de forma mútua e, quase sempre, deveriam buscar um “consenso”. A preocupação hegemônica para o “mundo do trabalho”, a tão aclamada “criatividade em momentos de crise”, o “empreendedorismo”, a “iniciativa individual”, a proliferação de institutos técnicos e profissionalizantes etc. são expressões que ilustram bem a influência contemporânea das classes sociais no âmbito da ciência, bem como a sua *orientação ideológica* dominante.

Um dos problemas dessa concepção geral de produzir conhecimento científico é que não se predispõe a conhecer como de fato surgiu esta sociedade capitalista, como ela funciona, qual seu movimento essencial, qual a sua estrutura, quais são suas classes sociais, como se produz as condições materiais da existência social. Enfim, também aqui, a perspectiva gnosiológica contemporânea abandona o exame do processo real e histórico e, com isso, contribui ainda mais para o não entendimento desta forma de sociabilidade.

## **Considerações finais**

Com este breve escrito, tivemos a intenção de abordar a gênese onto-histórica do conhecimento científico. Para tanto, fora necessário recorrer à análise sobre o surgimento do ser social. A partir disso, verificamos que o trabalho se constitui enquanto única categoria fundante da humanidade, o que vale dizer que o trabalho se caracteriza por ser o momento predominante na origem de todos os demais complexos e dimensões da vida social.

Para a efetivação dos atos de trabalho, é imprescindível uma compreensão objetiva o mais correta possível da própria realidade natural, com o intuito de que o pôr teleológico possa, de fato, concretizar-se e, com isso, atender a determinada necessidade. A investigação sobre os elementos mais essenciais da realidade e o autodomínio do ser humano sobre seus anseios e vontades são dois requisitos indispensáveis à produção do conhecimento científico.

À medida que o ser social se desenvolve e se complexifica, a ciência se autonomiza com relação ao trabalho, mas, sempre, de modo relativo. A sua função social de produzir um conhecimento correto da realidade – natural ou social – continua existindo. Todavia, a maneira como ela passa a se relacionar com o trabalho e os demais complexos sociais se realiza de modo cada vez mais mediado pela totalidade social.

A perspectiva geral do padrão de cientificidade moderno, que se origina com a atual forma de sociedade, possui como característica mais essencial a sua abordagem de cunho gnosiológico. Isso quer dizer que, nessa perspectiva, caberia ao pesquisador *criar* o seu objeto, *inserir-lhe* uma lógica, apropriar-se de um conjunto de procedimentos intelectivos (os famosos procedimentos metodológicos!) para *aplicar* sobre a realidade. Enfim, o polo central no processo de investigação é o próprio sujeito.

Contudo, também explicamos que o conhecimento científico que se predisponha a compreender o objeto sob investigação deve explicitar o movimento mais essencial do próprio objeto e, para isso, não deve inserir-lhe uma lógica, mas, sim, captar, isto é, *tornar claros os fundamentos que emanam do próprio objeto* tal como ele é em sua *origem, natureza e função social*, inclusive, no que concerne às suas peculiaridades em cada formação social específica. Por isso mesmo, compreendemos que a abordagem ontológica e, mais especificamente, a ontologia marxiana, permite uma maior liberdade e potencialidade na produção do conhecimento científico, pois é preciso entender que “a liberdade não reside essencialmente na possibilidade de escolher autonomamente o método que se julgar mais adequado, **mas de postar-se do ângulo mais favorável à captura integral do objeto**” (TONET, 1995, p. 11, grifos nossos).

A perspectiva gnosiológica, na maioria das vezes, faz-nos acreditar que o “democrático” na ciência é “escolher” o método

que melhor nos convém ou, até mesmo, trabalhar com um parâmetro de determinado método, outro parâmetro de um método distinto. Já que a realidade seria “plural”, então, também na pesquisa científica deveria existir um “pluralismo metodológico”.

Porém, como vimos, a perspectiva ontológica permite superar esta aparência pseudodemocrática, pois é capaz de explicitar a necessidade de investigação de um objeto específico a partir do processo de construção do próprio objeto em suas inúmeras mediações com as demais dimensões sociais e a própria totalidade. Trata-se, nesta postura, de *traduzir* teoricamente a sua dinâmica essencial e não se afastar dele – o objeto – para criar o que se considera necessário a seu respeito, mas, sim, *evidenciar* a sua lógica inerente e específica.

Por fim, creio ser pertinente levar em consideração as seguintes indagações: estamos de fato produzindo conhecimento científico? A partir de qual perspectiva de classe? Com qual orientação ideológica? Numa perspectiva gnosiológica ou ontológica?

## Referências Bibliográficas

COSTA, G. M. Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) UFP, Recife: 1999, 119p.

LESSA, S. O revolucionário e o estudo – Por que não estudamos? São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LESSA, S. Para compreender a Ontologia de Lukács. 4. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LUKÁCS, G. Il Lavoro. In: Per una Ontologia dell'essere sociale. Roma: Riuniti, 1981, p. 11-131. (Tradução Mimeo de Ivo Tonet, 145p.).

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social – Volume I. São Paulo: Boitempo: 2012.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social – Volume II. São Paulo: Boitempo: 2013.

MARX, K. O Capital. Crítica da economia política – Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1968.

MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ROSSI, R. Educação e Ideologia: uma análise ontológica. Revista Filosofia e Educação, vol. 08, n. 02, p. 141-166, 2016.

TONET, I. Pluralismo Metodológico: Falso Caminho. Serviço Social e Sociedade, n. 48/1995. Disponível em: <<http://ivotonet.xp3.biz/>> Último acesso: abr. 2017.

TONET, I. Marxismo para o século XXI. 2003. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>> Último acesso: nov. 2015.

TONET, I. Educação, Cidadania e Emancipação Humana. Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, I. Método Científico: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONET, I. Marxismo, Religiosidade e Emancipação Humana. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

VAISMAN, E. A determinação marxiana da Ideologia. Tese (Doutorado em Educação) UFMG, 1996.

# ONTOLOGIA E LINGUAGEM<sup>48</sup>

*Gilmaisa Macedo da Costa<sup>49</sup>*

## Introdução

A última obra do filósofo húngaro György Lukács, intitulada *Para a Ontologia do Ser Social (Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins)*, publicada na segunda metade do século XX, retoma a temática das bases ontológicas do ser enquanto universalidade e do ser social em particular. Em um período no qual a filosofia tinha sido quase inteiramente dominada pelo subjetivismo e pela desrazão, Lukács produz uma ontologia materialista, herdeira do pensamento

---

<sup>48</sup> Este texto resulta da pesquisa realizada durante o Programa de Posdoctorado de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA, sob a direção do Dr. Miguel Vedda.

<sup>49</sup> Doutora em Serviço Social, UFPE-UFRJ, Brasil, Formada em Serviço Social e em Letras. Dedicada ao estudo da Ontologia de Lukács. Autora do livro *Indivíduo e Sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács*. Professora de Metodologia das Ciências Sociais na Pós-Graduação em Serviço Social, UFAL-Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social. Membro do Instituto Lukács-Brasil. Membro da Strikes and Social Conflicts International Association – Lisboa Portugal. E-mail: gilmaisa@uol.com.br

clássico de Hegel e de Marx acerca da totalidade. Com reconhecida raridade e clareza, o filósofo húngaro revisita questões concernentes à essência do gênero humano, sua origem, desenvolvimento e universo categorial, no qual a linguagem emerge decisivamente como mediação universal do ser social, uma categoria ontológica essencial à constituição do gênero humano.

A Ontologia de Lukács traz novos elementos a problemas teóricos abandonados desde a separação entre filosofia e ciência, em meio às lutas entre o pensamento medieval e o nascente pensamento moderno. Se, por um lado, o pensamento humano tende à desantropomorfização e impulsiona a criação das ciências da natureza, por outro, toda a Ontologia foi considerada sem importância para iluminar questões científicas tornadas particulares. Ignora-se até mesmo que desde a Antiguidade grega produzira-se uma generosa tendência à objetividade que, em direção oposta à ontologia religiosa, constitui uma “ontologia científico-filosófica: esta investiga a realidade objetiva para descobrir o real espaço para a práxis real (do trabalho à ética)” (LUKÁCS, 2012, p. 24).

Desse modo, ignora-se que a ontologia religiosa não havia sido a única prerrogativa para o conhecimento, pois, por caminhos opostos, gerara-se outra ontologia cuja tendência era buscar o conhecimento da realidade objetiva. Entretanto, isso foi ignorado no processo de autonomização da ciência em relação à filosofia a partir das lutas entre o pensamento moderno e o medieval, quando a eliminação de toda ontologia se tornará uma prerrogativa para o conhecimento científico, o que persiste no surgimento da ciência, inclusive aquela ocupada com o problema da linguagem.

Neste texto, iremos nos debruçar sobre aspectos ontológicos fundamentais ao problema da linguagem conforme Lukács o concebeu e expressou. Para isso, iremos nos aproximar do percurso da linguagem como objeto de conhecimento, de sua constituição como ciência e de sua retomada por uma ontologia materialista.

Lukács não se surpreende ao constatar que “a tentativa de basear o pensamento filosófico do mundo sobre o ser se depara com resistências de muitos lados. Os últimos séculos do pensamento filosófico foram dominados pela teoria do conhecimento, pela lógica e pela metodologia, e esse domínio está longe de ser superado” (LUKÁCS, 2010, p. 35). Os motivos para

tal ocorrência são muito variados: não só aqueles referentes a dificuldades do conhecimento e seus instrumentos necessários, mas também de natureza ideológica, no sentido de preservar espaços de hegemonia a grupos científicos ou religiosos. Ou, mais precisamente, como acrescenta Lukács, o predomínio da teoria do conhecimento

[...] se tornou tão forte que a opinião pública competente esqueceu totalmente que a missão social da teoria do conhecimento, que culminou em Kant, consistia, quanto a sua finalidade principal, em fundamentar e assegurar o direito à hegemonia científica das ciências naturais desenvolvidas desde o Renascimento, mas de tal maneira que permanecesse preservado para a ontologia religiosa, na medida em que isso fosse socialmente desejável, o seu espaço ideológico historicamente conquistado (LUKÁCS, 2010, p. 35).

A interdição da problemática do ser enquanto ser é uma evidência na trajetória da filosofia e, mais precisamente, a ruptura entre ontologia e ciência. Neste texto, exporemos brevemente os caminhos teóricos que levaram a tal interdição e, em seguida, à separação entre ciência da linguagem e ontologia, examinando a natureza da conexão entre o desenvolvimento da sociedade moderna e a atividade consciente, a partir da contribuição do materialismo histórico e dialético produzido por Marx e seguido por Lukács. Observaremos que cada um dos autores analisa de modo peculiar essa relação, mas ambos assinalam a primazia da objetividade do ser enquanto ser no processo de conhecimento da realidade.

## **Ontologia e Ciência: uma relação tornada incompatível**

O pensamento moderno impulsionado pela Revolução Industrial tem um imenso peso na interdição da ontologia para o conhecimento científico, a nosso ver, mais por razões objetivas que por razões subjetivas. O ser social burguês que se constitui no processo de emersão de uma nova sociabilidade sob o domínio do capital tem a marca da objetividade, da positividade das relações sociais que permeia toda a vida cotidiana. Na vida cotidiana, no imediato da vida social, todas as relações aparecem mediadas pela objetividade, por coisas empiricamente palpáveis como a moeda que compra e vende mercadorias e inumeráveis outras mediações com as quais todos os indivíduos lidam normalmente. Desse

modo, a objetividade faz parte necessariamente desse ser social burguês, do cotidiano da vida social.

Mas o cotidiano, o imediato, por suas características essenciais, não torna visíveis os processos que engendram a riqueza e a miséria, a moeda, o capital, a mercadoria etc. Para pensar essa sociedade, as leis internas que regem a produção, as relações políticas, as relações de classe, é preciso pensar cientificamente, desvendar o modo de ser desse novo padrão de sociedade, daí a necessidade de criar a ciência que se delineia ocupada com objetos específicos. Assim, junto com a emergência da própria sociedade, surgem modos de pensar não só a natureza, no sentido de dominá-la através do conhecimento de suas leis para impulsionar a produção, mas também o social, com vistas a explicar essa nova objetividade.

Um complexo movimento marcado pelo intenso debate na apreensão da objetividade material e humana desdobra-se desde o Renascimento científico, mais precisamente, de Descartes até Kant. Ainda que uma teoria do conhecimento tenha sua origem no pensamento do cardeal Belarmino, Immanuel Kant aparece como o verdadeiro fundador da teoria do conhecimento (gnosilogia) como disciplina independente mediante a qual, segundo Lukács, “ele quer fundamentar a realidade partindo da capacidade de conhecimento, e não fundar o conhecimento partindo do ser” (2010, p. 55). Acrescente-se a isso que Kant acaba por negar a possibilidade do conhecimento. Exatamente uma tendência oposta à que Marx irá defender em momento posterior, no fluxo de acontecimentos resultantes da contradição entre capital e trabalho que gera a burguesia e o proletariado como classes portadoras de interesses opostos e inconciliáveis. Diferentemente da tendência presente na gnosilogia kantiana, a solução de Marx para o problema de conhecimento se dá pela via ontológica.

No texto intitulado *A Ideologia Alemã* no qual o processo de produção teórica de Marx ganha contornos de maturidade a partir da aproximação em Paris com o movimento operário socialista e com a pesquisa da economia política junto com Engels já afirmara:

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação (MARX & ENGELS, 2001, p. 10).

No processo de sua produção intelectual, a tendência de Marx em fundamentar o pensamento com base na realidade efetivamente existente se fortalece, alçando-se à condição de uma teoria histórico-social. Marx apreende que o conhecimento resulta da história e que a história permite o desenvolvimento da consciência humana; nesse processo, o problema do conhecimento se põe aos homens, no sentido de que “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (2001, p. 20). Essa predominância do objeto em relação ao sujeito é distinta de qualquer concepção estreita de cientificidade que comumente permeia o problema do conhecimento na filosofia e na ciência social. O real é preexistente ao conhecimento e o sujeito se apodera do real para transformá-lo mediante o processo da práxis que impulsiona a consciência humana.

Na afirmação da ontologia como base a todo o conhecimento presente no pensamento de Marx, Lukács assim se expressa:

[...] só em Marx o problema adquire o seu justo perfil. Antes de tudo, ele vê com clareza que há toda uma série de determinações categoriais, sem as quais nenhum ser pode ter seu caráter ontológico concretamente apreendido. Por essa razão, a ontologia do ser social pressupõe uma ontologia geral. Porém, essa ontologia não pode ser de novo distorcida em teoria do conhecimento. Não se trata aqui de uma analogia ontológica com a relação entre a teoria do conhecimento geral e os métodos específicos das ciências singulares. Trata-se, ao contrário, do fato de que aquilo que é conhecido numa ontologia geral nada mais é que os fundamentos ontológicos gerais de todo ser. Se na realidade surgem formas de ser mais complexas, mais compostas (vida, sociedade), então as categorias da ontologia geral devem ser conservadas nelas como momentos superados; o superar teve em Hegel, corretamente, também o significado de conservação (2013, p. 20).

O padrão científico marxiano é aquele presente na concepção de ciência da história como aquela que, recusando o idealismo e o materialismo abstrato, apreende os homens em suas relações sociais como objetividade efetivamente existente e efetivamente real. Isso significa que o problema do conhecimento pressupõe o estatuto ontológico da realidade, no sentido de que o ser em sua efetividade real se antepõe à ideia. Certamente Hegel (1807) já alcançara um nível superior aos seus predecessores quando em sua dialética objetiva identificara no *Prefácio à Fenomenologia do Espírito* que o “verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a essência que se implementa através de seu desenvolvimento. Sobre o absoluto,

deve-se dizer que é essencialmente *resultado*; que só no *fim* é o que é na verdade”. Nesse sentido, Hegel expressava que a totalidade é anterior à parte. Hegel fora também o primeiro filósofo a pensar o conhecimento como um processo histórico, portanto, da afirmação de um gênero humano. Foi o primeiro a dizer que o homem só será capaz de explicar a consciência mediante um processo de desenvolvimento do humano; é o ser do homem que determina o que vai ser a consciência, e não o contrário. Entretanto, por incorrer no engano do sujeito-objeto idêntico, identificando o desenvolvimento humano com o desenvolvimento do pensamento, Hegel não conseguiu apreender a problemática material da existência humana em todo o significado histórico concreto.

Em termos históricos, contudo, na busca de uma apreensão de como o homem pode conhecer a realidade, Kant, ainda que mediante sua negação, anuncia o problema do conhecimento, e Hegel realiza a possibilidade do conhecimento em sua forma objetiva primeira. Já Marx vai amadurecê-la na sua forma mais radical como apreensão do real pela subjetividade em que o real é cognoscível e existe independentemente da teoria. Não se deve desconsiderar que

[...] tanto a concepção da coisa-em-si kantiana, abstrata, incognoscível, sem qualidades, que concebe nossa realidade como um mundo de meros fenômenos, quanto a ontologia histórico-logicizada de Hegel sobre o sujeito/objeto idênticos, e, mais ainda, os sonhos irracionais do século XIX, nos afastam muitas vezes de uma legítima problemática do ser (2010, p. 35).

Nesse sentido, à exceção de Marx, o problema do ser permanece afastado da condução do processo de apreensão do real. As tendências contemporâneas predominantes do ponto de vista do conhecimento não têm sua referência nem em Hegel nem em Marx. Seguem a direção da gnosiologia e, mais especificamente, do positivismo, até mesmo “uma parte dos marxistas russos se volta para o positivismo de Avenarius e Mach” (2013, p. 32). Em linhas gerais, isso se explica, segundo Lukács, pelo fato de que após a tomada do poder pela burguesia, sua tendência é tornar-se reacionária, abandonando o ideal de progresso para toda a humanidade em termos da superação das condições existentes ou da transformação social do todo.

O primeiro período importante do pensamento nessa direção vai de Schelling até Kierkegaard, e a luta ideológica era contra o pensamento de Hegel e a herança deixada pelo racionalismo dialético. Ou seja, a condução do pensamento sob o domínio da burguesia após a Revolução Francesa intentava a conservação da realidade e significou um retorno ao pensamento anterior a Hegel. Essa condução, sem que se possa reduzir a isso, tem seu momento fundante ou na fenomenologia que surge no pensamento produzido principalmente entre Descartes e Kant, ou no positivismo, originado do empirismo de Bacon, a partir do qual se forma o positivismo comtiano e deriva o neopositivismo e tudo o mais que dele resulta. Acentua-se a tendência geral em direção ao afastamento entre ontologia e ciência.

Naturalmente, trata-se de um processo complexo que se delinea a partir da modernidade, por exigência tanto da objetividade constituída, conforme vimos, quanto dos interesses da classe que alcança o poder. Certamente, nada disso poderia contribuir para um embasamento ontológico do conhecimento. Lukács adverte:

[...] se a ciência não se orienta para o conhecimento mais adequado possível da realidade existente em si, se ela não se esforça para descobrir com seus métodos cada vez mais aperfeiçoados essas novas verdades, que necessariamente são fundadas também em termos ontológicos e que aprofundam e multiplicam os conhecimentos ontológicos, então sua atividade se reduz, em última análise, a sustentar a práxis no sentido imediato. Se a ciência não pode ou conscientemente não deseja ir além desse nível, então sua atividade transforma-se numa manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática. E é isso mesmo que o cardeal Belarmino requeria da ciência para salvar a ontologia teológica (2013, p. 34).

O esforço científico não tem consistido em buscar em qualquer objeto social “essas novas verdades que necessariamente são fundadas também em termos ontológicos”, as quais Lukács apreende como base do conhecimento da realidade existente em si. Ao contrário, a ciência tende cada vez mais a particularizar-se, reduzindo-se ao pragmatismo impulsionado justamente pelo domínio sobre a natureza.

Ao analisar o problema da liberdade, por exemplo, Lukács reflete que,

[...] enquanto nos estágios primitivos era o atraso do trabalho e do saber que impedia uma genuína investigação ontológica acerca do ser, hoje é exatamente o fato de o domínio sobre a natureza ir se dilatando ao infinito que cria obstáculos ao aprofundamento e à generalização ontológicos do saber, pelo qual este último deve lutar não contra as fantasias, mas contra a sua própria redução a um fundamento da própria universalidade prática (LUKÁCS, 2010, p. 307).

Sob a direção da burguesia, o problema do conhecimento e da ciência, constituído mediante a interdição à ontologia, cria-se uma tendência geral que, por necessidades socialmente delimitadas no contexto da produção e da dominação política de uma classe, configura o modo de pensar tipicamente capitalista. Certamente não significa um modo de pensar unívoco, mas aquele que se afigura como dominante, desdobrando-se historicamente em várias interpretações teórico-metodológicas e influenciando inúmeras outras<sup>50</sup>.

O tema da linguagem não escapa a essa tendência mais geral. O século XX experimentou a constituição da linguística inicialmente com base no estruturalismo, sobre a qual iremos mencionar aspectos decisivos para, na sequência, procedermos ao estudo da linguagem na *Ontologia de Lukács*. Veremos que, na *Ontologia*, a linguagem emerge como categoria ineliminável do homem e de suas relações que buscaremos expressar neste texto em uma análise conforme o pensamento do autor o apreendeu e expressou. Antes, faremos rápidas aproximações que culminarão com a proposição da ciência da linguagem no estruturalismo saussuriano e na posterior abordagem filosófica do tema em Habermas.

### **A linguagem e sua apreensão**

A concepção que predomina em relação ao problema da linguagem é que a vida humana, seu desenvolvimento e expansão como grupo humano-social, possivelmente se tornaria inviável sem a mediação dessa categoria no estabelecimento das relações entre os homens. Uma mediação tão fundamental não poderia passar despercebida ao problema do conhecimento humano, tanto que no pensamento sobre o homem e suas relações, a linguagem

---

<sup>50</sup> István Mészáros, em sua obra *Estrutura Social e Formas de Consciência: a determinação social do método* (2009), analisa os caracteres metodológicos no pensamento moderno que, sob determinação social, afasta a ontologia e até a atualidade tende a priorizar o conhecimento dos objetos singulares e isolados.

emerge como objeto de estudos e, com ela, os mecanismos de sua apreensão, de sua constituição, dos modos peculiares de expressão cotidiana e de sua estrutura organizacional em sistemas formais de línguas.

Teorias sobre a linguagem têm origem desde longa data. Na Grécia Antiga, já se encontram investigações e teses sobre o caráter natural ou arbitrário da linguagem, que Aristóteles em *De interpretationes* discutia com Górgias e Antístenes, dando origem a diferentes modos na sua interpretação, cuja difusão na Idade Média impulsionará o estudo da gramática no mundo ocidental. Inicialmente tratada filosoficamente, a linguagem tornou-se uma disciplina peculiar denominada Filologia, ocupada especialmente com a evolução histórica das línguas segundo sua manifestação em textos e obras literárias. A partir da modernidade, torna-se mesmo objeto de uma ciência específica, a Linguística, nos moldes das ciências modernas particulares e autônomas. A investigação sobre o homem e suas relações não prescindiu da análise da linguagem no advento do Iluminismo. Exemplar nesse sentido foi o pensamento de Jean-Jacques Rousseau em meio ao debate dos enciclopedistas. Rousseau foi um dos primeiros pensadores modernos a elaborar uma teoria sobre o problema da linguagem. Tendo em suas teses mais significativas o estabelecimento de conexões e relações entre sociedade, linguagem e pensamento social sob a hipótese de que seria produto da história, Rousseau analisa os fundamentos do homem do ponto de vista físico ou natural e do ponto de vista metafísico e moral. Apoiado na ideia de um suposto estado de natureza no qual o antecedente do homem social se encontrara por um longo período, Rousseau identifica os gritos e grunhidos como as primeiras manifestações da linguagem humana ainda sob o domínio da animalidade e do instinto. A ausência da comunicação e de vínculos dos homens entre si seria entrave ao desenvolvimento humano do homem, mantendo a estagnação da espécie humana em tal estado de natureza. Segundo Rousseau:

Concluamos que, errando nas florestas, sem indústria, sem palavra, sem domicílio, sem guerra, e sem ligações [...] o homem selvagem, sujeito a poucas paixões, e bastando a si mesmo, tinha somente os sentimentos e as luzes próprios desse estado; [...] Não havia educação nem progresso, as gerações se multiplicavam inutilmente; e, partindo cada uma sempre do mesmo ponto, os séculos escoavam em toda grosseria das primeiras idades; a

espécie já estava velha, e o homem conservava-se sempre criança (1754, p. 85).

Em estado de natureza, sem condições sequer de se comunicar, o homem não tem como evoluir socialmente. Essa evolução torna-se possível mediante faculdades da espécie humana, como liberdade, piedade e perfectibilidade, potencialidades que permitem o aperfeiçoamento da espécie em homem. Rousseau atribui à comunicação a possibilidade de superação do próprio instinto animal, sem a qual não seria possível a entrada do homem numa nova fase de sua história. Conforme afirma: “Que se pense de quantas ideias somos devedores ao uso da palavra, quanto a gramática exerce e facilita as operações do espírito; e que se pense nas penas inconcebíveis e no tempo infinito que teve de custar a primeira invenção das línguas” (1754, p. 63).

A linguagem seria, para ele, um fundamento da sociedade, responsável pelos primeiros progressos do espírito humano, permitindo à espécie humana o seu desenvolvimento em direção ao estado social. Em Rousseau, o tema da linguagem aparece ainda sob um matiz filosófico, na expectativa de explicar o homem e suas relações na dinâmica social.

Entretanto, Lukács afirma:

[...] quando Rousseau ilumina momentos essenciais da dialética social (sobretudo as causas e a necessidade dinâmica do processo de afastamento da natureza), abandona, de modo consciente, a ontologia materialista então vigente: a natureza, enquanto categoria central do dever-ser sócio-humanista, perde qualquer ligação com a ontologia materialista da natureza e se transforma – de modo bastante contraditório internamente, mas justamente por isso tanto mais eficaz – no centro de uma filosofia idealista da história (LUKÁCS, 2012, p. 130).

Assim, evidencia-se que até mesmo o pensamento revolucionário de Rousseau abandona a apreensão da natureza do ponto de vista da ontologia materialista, formulando as bases de uma filosofia idealista no interior da qual pensa uma hipotética história do desenvolvimento da linguagem.

A apreensão da linguagem segue no curso de acontecimentos que culminaram com um intenso desenvolvimento tecnológico e de grande expansão do capitalismo, no qual ganhou contornos universais em termos econômicos. O século XX foi um período marcado por duas grandes guerras mundiais, sendo também palco de embates teóricos para explicar o social; nele, além do

neopositivismo, solidificaram-se também duas outras tendências: o existencialismo e o estruturalismo. Neste último, identificamos a proposição de uma ciência da linguagem.

A emergência do estruturalismo nas primeiras décadas do século XX foi fortemente marcada pela I Guerra Mundial e pela ascensão do imperialismo. Os Estados Unidos promovem a recuperação econômica do capitalismo europeu a partir dos anos 1930 até após a Segunda Guerra, impulsionando transformações econômicas substanciais no sentido da expansão do consumo de massa. Uma necessidade econômica da expansão capitalista é o aumento do consumo privado, mediante a criação de necessidades artificiais. Isso será realizado por dois mecanismos: desenvolvimento tecnológico com predomínio da extração da mais-valia relativa sobre a mais-valia absoluta – aumento do lucro e do consumo e manipulação dos desejos do consumidor para além de suas necessidades racionalmente claras. O consumo já não será entregue às leis livres do mercado, e, sim, submetido à burocracia e à homogeneização capitalista. Isso se estende até ao tempo livre do indivíduo, um setor da vida privada que será preenchido segundo as exigências do mercado. Adquire significado uma nova função da publicidade – criar padrões de consumo e homogeneização de comportamentos. Nesse período o irracionalismo existencialista começa a perder terreno para o estruturalismo em suas ligações tanto com o agnosticismo – a perda da possibilidade racional do conhecimento – quanto com o capitalismo manipulatório.

As formulações sobre a linguagem tendem a construir a linguística como ciência com base no estruturalismo. Na primeira metade do século XX, tais formulações receberam influência do pensamento do alemão Wilhelm von Humboldt (e naturalmente não só dele), reconhecido como o primeiro linguista europeu a pensar a linguagem humana como sistema governado por regras, superando a ideia do seu entendimento como conjunto de palavras e frases dotados de significado. Para ele, a língua era um organismo vivo constituído como ato e manifestação do espírito humano. Tratava-se de uma concepção estruturalista da língua enquanto um todo orgânico em que os sons eram sua forma externa, cujo sentido era dado por uma forma interna específica a cada língua em particular.

É amplamente conhecida a ligação da linguística com o pensamento de Ferdinand de Saussure (1857-1913). Em cursos ministrados na universidade de Genebra, em 1907 e 1911, atribui-

se a ele a definição de objeto e método próprios da linguística conforme as exigências positivistas para a constituição de uma ciência. O termo estruturalismo aparece na obra *Cours de linguistique générale* que o celebrou, publicada em 1916. Saussure, linguista e filósofo suíço, defendeu a instituição de língua, entendida como fato social e distinto dos demais fatos da linguagem como objeto científico da linguística: a abordagem de qualquer língua como sistema em que cada elemento ou componente só pode ser definido pelas relações – seja de equivalência, seja de oposição – que mantém com os outros elementos. O conjunto dessas relações recebe o nome de estrutura. Institui, assim, um método capaz de imprimir rigor aos estudos da linguística, também adequado aos estudos sociais, o *estruturalismo*. Em sua teoria, há uma rigorosa definição de *signo linguístico* como um dos mais importantes aspectos para a construção epistemológica da linguística como ciência.

Para Saussure, o signo linguístico é fruto da associação entre uma *imagem acústica* – o chamado *significante* – e um *conceito* – chamado *significado*. A imagem acústica seria uma espécie de *representação psíquica dos fonemas* de que se compõem o signo. Enquanto o conceito, longe de ser uma imagem do que quer que possa ser referido pela língua, está relacionado ao processo de construção do significado no pensamento. Essas duas faces do signo, uma vez associadas, compõem sua integralidade (RODRIGUES, 2008, p. 12-13. Grifos no texto).

A obra de Saussure influenciou muitos linguistas e tornou-se um dos métodos mais influentes e utilizados no século XX para analisar a língua, a cultura e até a filosofia da matemática. Trata-se de uma tendência de base gnosiológica cujo sentido estrito designa a epistemologia ou teoria do conhecimento científico.

A peculiaridade do estruturalismo é analisada por Carlos Nelson Coutinho em *O estruturalismo e a miséria da razão* (1972). Este texto é articulado a partir de um ponto central: a racionalidade burguesa tem um período de ascensão e de declínio e, neste último período, o estruturalismo é uma expressão contemporânea. Coutinho faz a crítica a essa tendência do ponto de vista de uma posição dialética, na perspectiva de superar as posições unilaterais de estruturalistas e até, dos seus opositores, que, segundo este autor, caíram numa retórica irracionalista e subjetivista. Coutinho apreende a peculiaridade do estruturalismo em meio ao agnosticismo, na substituição do idealismo subjetivo dos

neopositivistas pelo idealismo objetivo. Para ele, o estruturalismo é uma modalidade nova de idealismo pseudo-objetivo, pois a objetividade aí presente é uma objetividade do pensamento desconectada das bases objetivas reais, por isso mesmo, ideal, que revela os limites do estruturalismo para o conhecimento do real na efetividade inerente ao ser. Consequentemente, a linguagem é pensada nos moldes do estruturalismo como método, sob a retórica do irracionalismo.

Modificou-se com o tempo a adesão de autores ao estruturalismo, conquanto a popularidade e crítica também mudaram a definição de estruturalismo. Posteriormente, tiveram lugar abordagens pós-estruturalistas e desconstrutivistas, estas últimas popularizadas nos anos de 1980. Entre outras razões, o estruturalismo tem sido frequentemente criticado pela ausência da historicidade e por favorecer forças estruturais determinísticas em detrimento das habilidades de pessoas individuais para agir, mas o fundamento ontológico e dialético não se torna objeto de investigação nesta tendência mais geral.

Evidencia-se, enfim, que com sua base de conhecimento originada no movimento histórico do conhecimento em direção ao positivismo que culmina com a epistemologia científica em sua expressão no estruturalismo idealista, a linguística só poderia debruçar-se sobre aspectos singulares da linguagem e, naturalmente, na busca do seu objeto específico, particular e independentizado de qualquer fundamento filosófico. A interdição da Ontologia é ainda mais acentuada do que nos primórdios de formação da ciência burguesa.

O tema da linguagem pensado filosoficamente volta a tornar-se interessante particularmente sob a abordagem de Jürgen Habermas. Trata-se de um importante pensador na atualidade que, ao buscar reviver a tradição iluminista e racional, confronta as tendências pós-modernas ao produzir sua *Teoria do Agir Comunicativo* (1987). A linguagem perpassa todo o seu pensamento com profundas repercussões de natureza filosófica e com implicações em intrincados problemas de filosofia da linguagem na aproximação ao pensamento da tradição frankfurtiana. Queremos realçar que inicialmente Habermas, em sua obra *Para a reconstrução do materialismo histórico* (1983), defendeu a ideia de que em animais superiores como os primatas e nos hominídeos é possível identificar a realização de atos do trabalho; portanto, se os animais trabalham, então o trabalho não é exclusivo do homem. Então,

não sendo o trabalho o que distinguiria o homem dos animais, não seria ele o fundamento da sociedade. Habermas toma a linguagem como fundamento do ser social porque, segundo ele, a articulação entre trabalho e linguagem seria algo exclusivamente social. Ademais, constrói a partir dessa articulação o fundamento do agir comunicativo enquanto base para as relações dos homens entre si. Esse autor afirma:

As estruturas da intersubjetividade produzidas linguisticamente, investigadas de modo prototípico com base em ações linguísticas elementares, são tão constitutivas para os sistemas de sociedade quanto as estruturas da personalidade. As primeiras podem ser entendidas como tecido de ações comunicativas; as segundas podem ser consideradas sob o aspecto da capacidade de linguagem e de ação (HABERMAS, 1983, p. 14).

A aceção de que “as estruturas da intersubjetividade produzidas linguisticamente”, entendidas como “tecido de ações comunicativas”, são tão constitutivas para os sistemas sociais “quanto as estruturas da personalidade” consideradas também em sua relação com a linguagem, evidentemente excluem o trabalho como fundamento da diversidade das ações humanas. Em *Teoria do Agir Comunicativo* (1987), na continuidade de sua pesquisa, dá-se uma inflexão em relação à obra anterior. Já não será a articulação entre linguagem e trabalho o fundamento do ser social. Nessa teoria, ele articula a apreensão da socialidade a partir de uma categoria mais complexa – o mundo da vida – como fundamento do homem, capaz de formular as bases de uma concepção de mundo compatível com o capitalismo desenvolvido.

Questionando a tendência da postura realista acerca da possibilidade do conhecimento e entendendo que a objetividade do mundo resulta do fato de ser reconhecido como um mesmo mundo por uma comunidade de sujeitos portadores de linguagem e de ação, Habermas constrói fenomenologicamente a concepção de “mundo da vida” sustentada pela prática comunicativa. O “mundo da vida”, dotado de uma racionalidade que lhe é conferida pelo conjunto das interpretações de uma comunidade de sujeitos, “é delimitado pela totalidade de interpretações que são pressupostas pelos participantes como um saber de fundo” (HABERMAS, 1987, p. 31). O conjunto dessas interpretações constitui o substrato racional presente neste “mundo da vida”.

O saber nada mais é que o resultado das interpretações dos sujeitos implícito no tecido de ações comunicativas que se torna possível mediante o exercício da linguagem. Ele repousa sobre o reconhecimento intersubjetivo de uma pretensa validade passível de crítica e de consenso entre os sujeitos. As manifestações linguísticas contêm um saber do mesmo modo que as ações dirigidas a uma finalidade são portadoras de um saber racional nelas implícito. Esses saberes comunicados entre falante e ouvinte podem ser criticados. Trata-se de saberes falíveis com pretensão intersubjetiva de validade porque, na visão do autor, dizem respeito à racionalidade do mundo objetivo, “o mundo da vida”, e não a um mundo transcendental.

Assim, a linguagem torna-se componente fundamental do mundo dos homens pela mediação da ação comunicativa. Pensada como uma forma de interação social, a ação comunicativa, na visão habermasiana, permite o intercâmbio de atos em grupos de atores sociais, utilizando a linguagem com vistas ao exercício de influências recíprocas e de entendimento entre os homens.

Como se vê, a interação intersubjetiva é entendida como o motor dos processos sociais orientada à inter-relação entre os homens e descolada dos atos do trabalho. A linguagem, por sua vez, adquire uma relevância peculiar no pensamento da atualidade como fundamento da sociabilidade e matriz do seu desenvolvimento. Aqui se trata de substituir a centralidade do trabalho típica da tradição marxiana pela intersubjetividade presente no “mundo da vida” constituído pela linguagem como seu fundamento. Habermas reduz o fundamento da socialidade ao plano fenomênico e atribui a continuidade do seu processo de reprodução ao intercâmbio dos atos comunicativos entre sujeitos sociais. Desse modo, o caráter objetivamente delimitado pelo ato da produção realizado na interação entre homem e natureza, mais precisamente pelo trabalho como fundamento do ser social, é substituído pela dimensão intersubjetiva com o intercâmbio de ações comunicativas, eliminando a base material objetiva das relações. O fazer como práxis humana por excelência dá lugar à interação comunicativa. Trata-se de uma visão oposta à ontologia materialista do Lukács, conforme veremos.

## **A universalidade da linguagem na ontologia materialista de Lukács**

Diferentemente do que vimos até aqui, Lukács apreende a linguagem no interior da socialidade humana como categoria ontológica componente do complexo da totalidade que constitui o mundo dos homens. Em *Para a Ontologia do Ser Social*, última obra produzida pelo autor, a linguagem emerge em sua teoria do ser social integrando o processo de reprodução social e impulsionando a superação da mudez do gênero humano. Buscaremos expor os aspectos mais decisivos da linguagem conforme se encontram em *A Reprodução*, na segunda parte da sua *Ontologia*.

Lukács, apoiado no pensamento dialético marxiano, tem por referência o trabalho como fundamento do ser social. Não é possível pensar qualquer categoria no escopo de sua Ontologia materialista sem considerar o trabalho neste sentido mais estrito e preciso: o de constituir-se em fundamento do mundo humano e modelo de toda práxis social. O trabalho desencadeia na vida natural um processo de incessante produção de coisas novas. Ao produzir o novo, o homem cria a vida social e cria-se a si mesmo enquanto ser social, transformando-se de simples espécie natural em ente humano genérico.

Mais precisamente, o trabalho dá origem ao gênero humano mediante a interação entre o homem (sociedade) e a natureza – um gênero portador de uma consciência que não sendo mais puro epifenômeno da natureza como nos animais, produz algo antes inexistente e desencadeia no mundo natural um novo processo de desenvolvimento composto por Socialidade e Individualização. Isso se efetiva porque, pelo caráter criador como ato de superação da imediatividade e pelas exigências impostas neste ato de criação, o trabalho impulsiona sempre para além de si mesmo, desenvolvendo nos homens novas capacidades, novas habilidades e novas necessidades.

Com a criação e a inserção no mundo humano de algo antes inexistente, não apenas o indivíduo que produz se encontra em uma nova situação, mas toda a sociedade se acha ante um novo objeto, o que implica a abertura de novas possibilidades ao seu desenvolvimento. Tanto o indivíduo quanto a sociedade evoluem concomitantemente aos objetos produzidos pelos indivíduos sociais. Já que os objetos são produzidos com base naquilo realizado anteriormente por outros homens, estes constituem parte da história passada, da sociedade na qual os indivíduos vivem e agem, enfim, da história humana. Assim, o trabalho torna as relações entre o homem e a natureza mediadas por categorias

sociais crescentemente complexas. Por isso mesmo, o trabalho é também um processo histórico. Nisso reside o caráter central e decisivo do trabalho no mundo dos homens.

Lukács, já no início de sua exposição sobre o trabalho, assim se expressa:

Para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar essa tentativa com a análise do trabalho. É claro que jamais se deve esquecer que qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata. E mesmo um olhar muito superficial ao ser social mostra a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas, como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, e mostra que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma etc. Nenhuma dessas categorias pode ser adequadamente compreendida se for considerada isoladamente (LUKÁCS, 2013, p. 33).

Resta evidenciado que o trabalho é apreendido como parte de um complexo de complexos, uma totalidade entendida como conjunto de inúmeros complexos articulados e interdependentes. Essa totalidade comporta outras categorias também decisivas para a continuidade do ser social que não podem ser consideradas isoladamente, entre as quais a linguagem. Por que, então, o acento e o lugar privilegiado do trabalho na gênese do ser social? A resposta é assim manifesta:

[...] todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (2013, p. 35).

O fato é que outras categorias como linguagem, cooperação e divisão do trabalho pressupõem que o salto ontológico<sup>51</sup> de uma espécie natural ao homem já tenha acontecido, enquanto o trabalho se encontra na transição da espécie ao gênero humano. Ou seja, sua justificativa é de natureza objetiva, baseada na atividade da produção de algo novo. Para tal afirmação, Lukács menciona a famosa reflexão de Marx: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (2013, p. 35). Trata-se do trabalho no qual o valor de uso como produto do trabalho útil para a existência humana nada tem a ver com o valor de troca. Neste preciso sentido, o trabalho contém *in nuce* as determinações do novo no ser social e só assim pode ser considerado o fenômeno originário da existência do homem.

Começar pela análise do trabalho parece adequado a Lukács de um ponto de vista metodológico porque a revelação das determinações do trabalho permitirá o esclarecimento dos caracteres essenciais do ser social. Entretanto, trata-se, segundo ele, de uma abstração *sui generis* metodologicamente compatível com aquelas presentes em Marx na análise de *O Capital*. A abstração realizada na análise do trabalho começará a ser desfeita, segundo ele, ao investigar a reprodução do ser social. De fato, no capítulo *A Reprodução*, Lukács indica que “Com efeito, o trabalho enquanto categoria desdobrada do ser social só pode atingir sua verdadeira e adequada existência no âmbito de um complexo social que se reproduz processualmente” (2013, p. 118). Realiza anteriormente uma abstração necessária em que investiga o desdobramento categorial do trabalho em suas conexões mais decisivas, mas o trabalho ganha sua autêntica concreção somente inserido no contexto da reprodução social.

---

<sup>51</sup> A propósito do salto ontológico: “As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, todavia, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico no trabalho, para o qual não pode haver nenhuma analogia na natureza. A existência do salto ontológico não é anulada pelo fato de esse processo, na realidade, ter sido bastante longo, com inúmeras formas de transição” (LUKÁCS, 2012, p. 199).

Lukács diz: “é claro que a socialidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem etc. surgem do trabalho, mas não numa sucessão temporal claramente identificável, e sim quanto à sua essência, simultaneamente” (2013, p. 35). Esse caráter de simultaneidade no surgimento das categorias do ser não só reafirma a concepção de totalidade como complexo de complexos, como reforça o caráter dialético da relação entre trabalho e outras categorias ontológicas a ele indissolivelmente ligadas.

Lessa analisa tal problema da simultaneidade entre linguagem (fala) e trabalho:

Para Lukács, sem a mediação da fala o trabalho não pode sequer existir, quanto mais fundar o complexo processo que denomina devir-humano dos homens: a fala é indispensável ao processo de acumulação/generalização que caracteriza a continuidade social. A prioridade ontológica do trabalho não significa que esta categoria possa, por um único instante que seja, existir fora do mundo dos homens ou ser a ele anterior. Nem a sociabilidade nem o trabalho podem existir sem a fala. No caso desta última, o autor inicia sua análise pela afirmação de que trabalho e fala “simultaneamente vêm a ser” (LESSA, 2012, p. 180).

Deste modo, se Lukács postula o trabalho como categoria central do ser social, ao mesmo tempo considera que a totalidade deste ser, em última instância unitária, realiza-se pela reprodução de categorias e de relações sócio-ontológicas que, tendo o trabalho por seu fundamento, distinguem-se dele em sua processualidade interna e em suas qualidades essenciais. Portanto, entre o trabalho e a totalidade social se interpõe a malha de mediações que compõe o complexo da reprodução social. Essa malha de mediações é diferenciada desde as socialidades mais simples, na qual a divisão do trabalho permite apreender que pelo menos a linguagem deve existir simultaneamente ao trabalho, enquanto um dos momentos decisivos da esfera humana. Uma característica do trabalho é que ele permite produzir sempre mais do que o necessário à existência humana e esse caráter assegura mudanças internas e externas no processo social.

Conforme afirma Lukács:

Entre as mais importantes mudanças desse tipo encontra-se o desenvolvimento da divisão do trabalho. Esta, de certo modo, é dada com o próprio trabalho, originando-se dele como necessidade orgânica. Atualmente, sabemos que uma forma da divisão do trabalho, a cooperação, aparece em estágios bastante iniciais; basta pensar no caso, já mencionado, da caça no Paleolítico. Sua mera existência, por mais baixo que seja o seu nível, faz com

que se origine do trabalho outra determinação decisiva do ser social, a comunicação precisa entre os homens que se unem para realizar um trabalho: a linguagem (2013, p. 119).

Evidencia-se que se o trabalho é um momento fundamental da vida social, mas em nenhum momento da história humana essa vida se reduz ao trabalho. Além de constituir um complexo de complexos desde suas formas mais simples, a reprodução da totalidade social é o momento predominante no sistema de permanentes interações entre complexos relativamente autônomos. A reprodução social contém a linguagem como componente essencial das relações que os homens estabelecem entre si. Nas palavras de Lukács,

Nem é preciso demonstrar que o homem, já como ser biológico, constitui um complexo. Do mesmo modo, é diretamente evidente que a linguagem necessariamente também tenha um caráter de complexo. Toda palavra só terá algum sentido comunicável no contexto da linguagem a que pertence, constituindo um som sem sentido para quem não conhece a linguagem em questão; não é por acaso que houve povos primitivos que designaram o estrangeiro como “mudo”, incapaz de comunicar-se (2013, p. 120).

O desenvolvimento da linguagem é derivado da divisão do trabalho no processo de reprodução social mediante a necessidade da comunicação entre as pessoas que estabelecem relações na realização de uma atividade de trabalho. A linguagem permite fixar o conhecimento da essência dos objetos e estabelece os mecanismos da comunicação entre os homens reunidos para uma atividade. Nesse sentido, impulsiona a vida humana para momentos cada vez mais sociais e participa ativamente do afastamento das barreiras naturais que se efetiva com o movimento contínuo de reprodução social. Se, inicialmente, Lukács remete a linguagem ao trabalho, até mesmo fazendo referência a formas diferenciadas entre os animais e o homem, ele a analisa em sua concretude associada a outros pores teleológicos cujo fim é a consciência de outros homens, a saber: “Referimo-nos àqueles pores teleológicos que não têm por fim a transformação, a utilização etc. de um objeto da natureza, mas que têm a intenção de levar outros homens a executarem, por sua vez, um pôr teleológico desejado pelo sujeito do enunciado” (2013, p. 119).

Com os desafios postos pelo processo de trabalho cujo ser-em-si é inteiramente ligado ao cérebro dos indivíduos, apresentam-se

para a consciência conteúdos novos e sob múltiplas formas, impondo a necessidade da comunicação. A produção de coisas novas pelo homem mediante o contato, a cooperação, a criação de novos procedimentos cria “a linguagem como órgão e *medium* da continuidade no ser social” (2013, p. 155), capaz de articular as relações dos homens entre si, que se eleva além da mera particularidade dos indivíduos. Esse *medium* se encontra no nível da sua genericidade.

A linguagem possui duas características que se articulam no seu desenvolvimento: a primeira é sua elevação acima da particularidade, expressando as coisas de forma genérica; a segunda, sua tendência à singularidade. Essa primeira característica do ato teleológico é que tende sempre a expressar genericamente as coisas, elevando-se acima da sua singularidade específica; esta elevação é uma tendência objetiva que se potencializa na linguagem. Na ação dos homens sobre outros homens, até mesmo a realização dos atos cujo fim objetivo é o trabalho, a decisiva mediação da linguagem tende a elevar-se acima da particularidade. A ação sobre a consciência é dirigida intencionalmente ao comportamento grupal de forma genérica.

Até as palavras mais simples e cotidianas expressam a generalidade do objeto, seu gênero ou espécie, e não exatamente sua singularidade, visto que não é linguisticamente possível encontrar uma palavra para designar um objeto univocamente singular. Portanto, somente a sintaxe evoluída pode designar a singularidade de um objeto sensível e imediato, formulando um enunciado que reproduz em termos linguísticos a indicação sensível de um objeto que temos a pretensão de mostrar. Desse modo, a expressão linguística está constantemente diante do dilema entre fazer generalizações e expressar a singularidade dos objetos. Em linhas gerais:

Originalmente, esta é o instrumento social para conferir validade àqueles pores teleológicos que têm como meta induzir outros homens a determinados pores teleológicos. Também nesse caso a ação genérica no trabalho, com todas as suas determinações objetivas, permanece como a meta última, mas o caminho até lá passa pela consciência de outros homens,

nos quais se pretende despertar pelas mais diversas vias essa genericidade, essa ultrapassagem da própria particularidade. (2013, p. 160)<sup>52</sup>.

Nesse caso, a necessidade da generalização em termos da linguagem faz-se ainda mais premente, incluindo o apelo pessoal aos homens. Mesmo que dirigido a uma pessoa singular, a necessidade linguística de generalização permanece, pois

Mesmo que o conteúdo do ato de linguagem equivalha a uma censura, um elogio, um xingamento, que são de cunho puramente pessoal e predominantemente emocional, o que se comunica ao outro é em que grupo humano ele se enquadra com o seu comportamento; independentemente se ele é designado de herói ou canalha, a linguagem só consegue fazê-lo mediante essa classificação em tais grupos de comportamento (2013, p. 160).

Este fato é de suma importância para o indivíduo singular, porquanto, do ponto de vista social, a avaliação que os outros fazem dele, de sua atividade ou do seu comportamento, assume caráter decisivo na posição que ocupa na sua respectiva sociedade. Lukács ressalta o papel que o elogio e a censura assumiram na ética grega e, ainda, como com o desenvolvimento social esse processo se complexifica, tornando-se mais refinado e “individualizado”. Ele reitera, porém, que a estrutura da linguagem não muda substancialmente; as palavras ganham outra tonalidade para se aproximarem do significado mais profundo do caso singular e muitas vezes o enunciado diz de uma determinada forma algo cuja intenção é sugerir o oposto, “mas não obstante todos esses matizes, sombreados, reservas, permanece intacta a estrutura de fundo, que é aquela de encaixar a ação particular e o seu autor em uma determinada classe de comportamento” (2013, p. 160).

Aí se encontra a segunda característica da linguagem: a tendência à singularidade. Na verdade, trata-se de um

---

<sup>52</sup> Lukács entende o trabalho como pôr teleológico primário, aquele ato mediante o qual o sujeito age sobre a objetividade material no sentido de produzir novas objetividades, enquanto desse ato primário derivam outros que consistem em ação sobre a consciência de outros homens. Esses últimos são denominados pores teleológicos secundários. “O pôr teleológico comporta simultaneamente o fato de que, em cada um desses pores, o momento ideal deve constituir o ponto de partida” (LUKÁCS, 2013, p. 289). Não se trata, porém, de reduzir o ato teleológico à ideia. Vale observar que o termo aparece como posição teleológica ou como pôr teleológico, a depender da tradução.

desenvolvimento linguístico que se adequou a caracterizar o comportamento de pessoas segundo um conteúdo valorativo produzido pela própria sociedade na qual estes indivíduos vivem e agem. Certamente, o desenvolvimento da linguagem comporta muito mais que o mero aperfeiçoamento nos termos acima explícitos. À medida que se ampliam as mediações nos tipos de posição que visam influenciar outros indivíduos, que as comunidades alteram sua composição e de meras singularidades particulares tornam-se compostas por individualidades e personalidades, “tanto mais a expressão linguística também precisa ser orientada, por seu turno, para a individualização. Para isso, surgem séries inteiras de formas de expressão linguística, que aqui naturalmente não podemos nem mesmo enumerar” (2013, p. 161).

Lukács enfatiza ser preciso considerar que, processualmente, “o recurso a meios de expressão não linguísticos no sentido estrito desempenha um papel importante e efetivo, como é o caso das nuances de ênfase na linguagem falada, dos gestos a ela associados, das expressões faciais etc.” (2013, p. 161). Emergem assim novas expressões linguísticas e, ao mesmo tempo, os atos de falar e de escutar passam por um aperfeiçoamento que Lukács comenta já haver definido na Estética como “conhecimento correto do parceiro individual”, do qual decorre, “no interior da linguagem, uma luta contra sua generalização legal para se aproximar da expressão do individual-único” (2013, p. 161).

O movimento interno no desenvolvimento da linguagem, mediante lutas, etapas e mecanismos os mais diversos, tende a dirigir-se no sentido de expressar o individual. Sua premissa reside no fato de que as palavras e locuções adquirem inúmeros significados, ante a tentativa de refletir sobre e fixar objetos dotados de infinitude. Essa pluralidade de sentidos assegura o espaço de expressão da singularidade dos objetos. Na luta entre fixar as expressões referentes à infinitude e à singularidade surgem ambiguidades; a mais importante função social da linguagem consiste em “criar a capacidade de fixar as determinações gerais, pois esta ambiguidade no sentido da palavra aparece como um lado débil da linguagem, que é necessário superar” (2013, p. 161). Lukács comenta:

[...] assim que a ciência é desenvolvida a partir do trabalho como fator da vida social, assim que a regulação jurídica do intercâmbio social se torna um importante componente da existência das sociedades, essa necessidade de

controlar, de refrear a diversidade de significados no sentido das palavras, dos enunciados etc. vai adquirindo cada vez mais força. A definição enquanto ato de determinar inequivocamente o sentido nos enunciados almeja eliminar essa ambiguidade de sentidos ao menos da linguagem das ciências (2013, p. 161).

Para isso, a definição determina univocamente o significado e o sentido das enunciações, procurando afastar a ambiguidade da linguagem no âmbito das ciências. Essa univocidade na utilização científica das palavras constitui uma necessidade primordial para a ciência e, ao mesmo tempo, assegura a polivalência da linguagem, o que significa assegurar as possibilidades de comunicação linguística. Porém, esse alcance é sempre relativo e alvo de polêmicas, pois

[...] a tentativa de eliminar completamente a ambiguidade da linguagem desembocaria numa renúncia a toda comunicação linguística, à existência da linguagem enquanto linguagem. Nessa linha, há os “ultra”-neopositivistas, que reduzem a dimensão linguística aos “sinais” anteriormente caracterizados e, desse modo, convertem a realidade em puro objeto da manipulação. É assim que surge a “linguagem” da jurisprudência, amplamente estranha à vida; é assim que, a partir da “inadequação” da linguagem ao puro pensar, é desenvolvido um ceticismo “crítico da linguagem” etc. (2013, p. 162. Grifos no texto).

Para Lukács, o fundamental em termos ontológicos é que “a linguagem é a satisfação de uma necessidade social que surge ontologicamente, em decorrência da relação dos homens com a natureza e entre si”. Por isso mesmo, “nessa duplicidade de exigências contrapostas, justamente nessa contraditoriedade dialética, deve e pode ser realizada em termos práticos” (2013, p. 162). Em resposta a necessidades sociais, a linguagem medeia a relação entre os homens e destes com a natureza. Para essa realização dialética, expressa ora o geral ora o singular, sendo a expressão mais exata de que “o homem é um ser que responde” (2013, p. 288) – tanto em termos de produzir o necessário para viver quanto no sentido de criar um órgão para articular as comunicações dos homens entre si.

Em consequência do caráter ontológico fundamental da duplicidade dialeticamente contraposta da linguagem, o desenvolvimento de toda língua viva se expressa por um duplo movimento em sentidos contrapostos: por um lado, as expressões

cotidianas que buscam exprimir a mais ampla generalização, quando palavras expressivas de fenômenos gerais já foram um dia expressões do cotidiano; por outro, há expressões gerais que ora buscam adquirir novas nuances, ora favorecem o surgimento de palavras novas, no sentido oposto de expressar o individual. “É por isso que o duplo movimento em direções contrapostas caracteriza o desenvolvimento de toda língua viva” (2013, p. 162). Essa contradição existente na linguagem tem origem no ser social do homem; ao mesmo tempo, a fecundidade inexaurível da linguagem reside, segundo Lukács, neste movimento contraditório que constitui a base de sua especificidade.

Assim, são as tentativas de superar as contradições, inerentes ao ser social, que produzem a estrutura essencial da linguagem, tornando-a o meio capaz, ainda que imperfeito, de satisfazer as necessidades de comunicação derivadas da relação dos homens com a natureza e das relações daqueles entre si. Sua inserção no complexo geral da sociedade a faz partícipe da continuidade de um ser social que tende à generalidade. Convém sempre salientar que “a universalidade que surge do realizar-se do homem como ser genérico humano em sua práxis social é e permanece o momento predominante nessa interação” (2013, p. 162). Conforme Lukács,

[...] a nova continuidade que caracteriza o ser social só pode impor-se quando todos os momentos da práxis que contribuem para esse progresso, para essa intensificação objetiva da genericidade, e que a promovem também forem preservados subjetivamente, também na consciência dos homens, quando não existirem só em si, mas se encontrarem justamente no seu ser-em-si registrado pela consciência, em movimento rumo ao ser-para-si da genericidade (2013, p. 162).

Aí se acha ressaltada a incorporação pela consciência dos complexos da práxis que se movem em direção à constituição do gênero humano. Em tal contexto, a linguagem deve ser compreendida especialmente como *medium* sem o qual a continuidade do ser social não poderia se realizar; ao mesmo tempo, para exercer tal função social, deve constituir um complexo em-si relativamente fechado em si mesmo. Para o autor,

A linguagem está em condições de satisfazer essa necessidade social porque não apenas é capaz de transformar a consciência dinâmica e progressiva de todo o processo social de reprodução em portadora da relação viva entre homens, mas também porque acolhe em si todas as manifestações de vida

dos homens e lhes confere uma figura passível de comunicação, ou seja, só porque ela constitui um complexo tão total, abrangente, sólido e sempre dinâmico quanto a própria realidade social que ela espelha e torna comunicável. Em última análise, portanto, por formar um complexo tão total e dinâmico quanto o da própria realidade por ela retratada (2013, p. 162-3).

A linguagem, portanto, constitui um complexo social – tanto quanto a realidade mesma – cuja função é refletir e comunicar essa mesma realidade. Trata-se de uma totalidade em permanente movimento, capaz não só de permitir a transformação da consciência dos homens em seu processo de reprodução social, mas de expressar as relações socialmente existentes e de acolher as manifestações da vida humana, permitindo sua comunicação. Ela participa decisivamente da superação da mudez do gênero humano, que se origina com o trabalho, ou mais precisamente: “A superação da mudez do gênero só pode suceder quando a consciência deixa de ser um epifenômeno do ser biológico, quando participa ativamente da formação da essência específica do ser social. Por si só fica claro que cabe à linguagem um papel fundante elementar e de promoção ativa desse processo de reprodução” (2013, p. 163). Nesse sentido, a linguagem tem uma profunda relação com a formação da consciência não mais epifenomênica do gênero humano já nos momentos primordiais e se aprofunda com a criação da escrita.

A linguagem tem um caráter espontâneo, mas esse seu caráter espontâneo não nega o papel dos indivíduos na sua criação, visto que toda espontaneidade social consiste numa síntese de pores teleológicos singulares, de modo que o caráter espontâneo não desfigura a natureza de um pôr mais ou menos consciente nem do seu caráter volitivo. O papel desempenhado pelos indivíduos na constituição da língua pode ser ressaltado quando, “por meio das dimensões criadoras ou receptoras, de afirmação ou de negação, em seus atos singulares, em partículas minúsculas do processo total, mas, dependendo das circunstâncias, podem também influenciar o desenvolvimento da linguagem de modo irremediável (basta lembrar a tradução da Bíblia por Lutero)” (2013, p. 163-4).

O caráter da linguagem, contudo, permanece espontâneo e genérico, pois seu desenvolvimento se dá sob a direção da sociedade e expressa o estágio social do qual é um reflexo na consciência daqueles que ali vivem e agem. Tal caráter genérico da linguagem é realçado, considerando que, de todas as criações

individuais, só penetram o seu complexo dinâmico e nele são fixadas aquelas expressões que correspondem ao estado atual da genericidade. Novas palavras e locuções constituem produtos anônimos do desenvolvimento linguístico, ainda que o seu surgimento signifique obra de um ou de muitos indivíduos. A extinção de palavras também significa que o seu uso é negado pelos indivíduos quando não encontram mais correspondência de sentido em suas vidas naquele momento. Segundo o autor:

A evidência mais clara desse caráter espontâneo da linguagem, que sintetiza os atos pessoais, é a pluralidade das línguas, que corresponde exatamente à atual consciência de gênero realmente presente na humanidade. E o estudo do surgimento e do desenvolvimento dessa pluralidade a partir da união de dialetos locais, da fusão de diversas línguas, do desdobramento de um dialeto em linguagem autônoma etc. é simultaneamente uma imagem do devir das nações e um fator ativamente importante desse devir (2013, p. 164).

A linguagem se desenvolve como um autêntico e dinâmico complexo movido por sua legalidade interna, ao mesmo tempo que o caráter dessa legalidade varia em consonância com o movimento histórico-social, pois tanto palavras como outros elementos surgem e desaparecem quando ocorrem mudanças nas leis que determinam sua estrutura. Esta, aliás, é uma autolegalidade que não pertence só à linguagem, mas se encontra presente em todos os complexos do ser social. A linguagem é ainda mais suscetível a esse movimento devido a sua reprodução espontânea e ao seu lugar na vida cotidiana dos homens, cuja estreita ligação está sujeita aos abalos e oscilações, reagindo a eles imediatamente. Nesse sentido, a linguagem tanto depende das transformações da vida social quanto está sujeita aos ditames de sua autolegalidade.

Assim, o seu desenvolvimento se realiza mediante leis próprias e em articulação contínua com a sociedade, da qual é órgão da consciência. As mudanças no seu interior só podem ocorrer de acordo com suas leis internas, porém,

[...] motivo, conteúdo e forma são fornecidos por aquele complexo social que produz alegrias e sofrimentos, ações e catástrofes humanos, razão pela qual ele cria tanto em termos de conteúdo como de forma aquele espaço real de manobra, no qual a legalidade interna da linguagem adquire validade tanto positiva como negativamente (2013, p. 164).

Desse modo, a linguagem só pode ser efetivamente compreendida na exata medida em que se compreende tanto sua legalidade interna quanto a sociedade na qual ela surge e medeia as relações, visto que esta é a base do seu ser e devenir. Este conjunto de argumentos torna-se demonstrável diante da diferenciação entre língua viva e língua morta. O caráter vivo da língua reside na sua capacidade de expressar, ante as contrações do seu desenvolvimento orgânico, o processo contínuo de sua renovação. Ela é viva “porque retrata o mundo de intuições, sentimentos, pensamentos, aspirações etc. dos que vivem justamente naquele momento e forma sua expressão ativa imediata” (2013, p. 165). A língua morta já se fixou na sua ligação a uma vida social passada, “definitivamente fixada como monumento, detendo-se, justamente por isso, nos sentimentos etc. de homens há muito falecidos de alguma sociedade desaparecida e não podendo constituir um espaço de expressão para os sentimentos etc. dos que nasceram mais tarde” (2013, p. 165). Convém esclarecer que esse caráter de “vivo” ou “morto” em nada se aproxima do significado do complexo biológico.

É verdade que na história já aconteceu de uma língua morta exercer função importante, como o latim no Medievo, que, diante dos problemas enfrentados pela unificação da Europa, revelou-se um *medium* mais adequado que as línguas nacionais, ainda em formação, para exprimir os problemas do gênero humano. Porém, no campo da poesia, expressões em língua nacional, como *A Divina Comédia*, entre outras, tiveram mais sucesso para exprimir os sentimentos e a interioridade dinâmica da relação entre os indivíduos e entre estes e a sociedade, contribuindo enormemente para a reprodução da língua e da literatura. A poesia em língua latina, já existente, não teve êxito para se inserir nesse processo. Assim, a língua é verdadeiramente a expressão viva da própria sociedade em sua contínua dinâmica e reflete sentimentos, atos e relações dos homens na sua constituição como entes humanos genéricos.

## **Considerações finais**

Enfim, uma apreensão ontológica da linguagem não só é possível como torna possível elucidar de forma mais completa aspectos entendidos como sendo de natureza científica, sem a perda dos fundamentos essenciais à sua constituição. E ainda,

ilumina características da linguagem, sua trajetória histórica e decisivos aspectos a respeito das línguas, sua função e modos de operar nas relações sociais ampliando a validade de sua apreensão por parte da ciência.

A linguagem, para Lukács, reflete a realidade social em sua constituição dinâmica e progressiva, exercendo também função na transformação da consciência ao exprimir as manifestações da vida humana mediante instrumentos capazes de estabelecer a comunicação entre os homens. A linguagem constitui um complexo cujo movimento e dinâmica se aproxima da rica complexidade contida na própria realidade que expressa. Tal como em outras formas do ser, na linguagem opera uma dinâmica interna na qual vão se explicitando de modo cada vez mais puro suas características específicas. Sua função na consciência do homem consiste em promover ativamente a superação do gênero mudo, contribuindo para a participação ativa da consciência no caráter peculiar do ser social.

Na Ontologia materialista de Lukács, é possível apreender que quando na consciência são fixadas novas atividades resultantes da troca orgânica com a natureza, esse processo de transformação torna-se mais sólido e elástico, ao mesmo tempo que assegura determinações unívocas com tendências mais precisas e uma possibilidade mais articulada de variações do que aquelas que se poderia ter com um crescimento apenas natural. Tal reprodução da continuidade do ser social tem como órgão a linguagem desde o seu funcionamento como linguagem falada e exerce a função de continuidade mediante a tradição oral. O seu fixar-se e desenvolver-se como linguagem escrita resulta do desenvolvimento de sua essência, como autêntica manifestação do ser social.

No referido aspecto da vida social, os homens alcançaram um desenvolvimento que permite a todo indivíduo a reprodução na própria consciência, o caminho percorrido pelo gênero humano até aquele momento. Com isso, pode ter uma posição crítica, positiva ou negativa, acerca de suas etapas e de suas relações. Do mesmo modo, pode ter uma consciência sobre a própria contemporaneidade, seus problemas e o desenvolvimento alcançado. Portanto, com a linguagem, o mutismo do desenvolvimento vai sendo superado em termos genéricos e qualitativos desde os estádios primordiais. Tal superação avança continuamente com o nascimento e a difusão da escrita. É uma

tendência de importância ontológica precisamente pelo seu caráter substancialmente espontâneo, pois a linguagem, essencialmente, é cópia e expressão do que foi alcançado, a cada momento, pelo gênero, em seu processo de realização.

Em sua Ontologia, Lukács enfatiza aspectos particulares da linguagem que constituem relevantes dimensões de sua natureza específica. Ressaltamos algo de importância decisiva: ele elucida a natureza da linguagem como categoria universal, o que lhe confere um caráter peculiar no conjunto dos complexos sociais. Ou seja, “para cada área, para cada complexo do ser social, ela deve ser órgão e *medium* da continuidade do desenvolvimento, da preservação e da superação (2013, p. 167). Portanto, é *medium* que pode agir para conservar ou superar a evolução de complexos sociais do ser. Além de mediar a continuidade dos complexos sociais, a linguagem tem caráter universal porque medeia tanto a troca orgânica da sociedade com a natureza, melhor dizendo, o trabalho, quanto a relação social dos homens entre si. Este fato elementar não se aplica aos complexos sociais em geral, pois, conforme o autor esclarece:

Até mesmo uma forma de atividade tão universal quanto a do trabalho refere-se, em sentido próprio, ao metabolismo com a natureza. Nem mesmo o extremo desenvolvimento da técnica anula esse caráter ontológico do trabalho, pois, visto dessa maneira, dá no mesmo se o trabalho é manual ou maquinal (inclusive automatizado), se sua intenção está direcionada diretamente para fenômenos naturais concretos ou para o aproveitamento de legalidades naturais (2013, p. 167).

Outro aspecto importante na caracterização da linguagem diz respeito à dimensão espontânea de sua reprodução. O processo reprodutivo da linguagem realiza-se espontaneamente sem que a divisão do trabalho necessite passar por algum processo de institucionalização. A linguagem renova-se continuamente, conduzida por diversas necessidades que se põem na vida cotidiana. Mesmo a criação de instituições que têm por finalidade regulamentar a linguagem tem uma influência muito menor na sua reprodução global do que a renovação espontânea propiciada pelo cotidiano. Nesse sentido, a linguagem não tem como portador um grupo humano particular; no conjunto da sociedade, cada membro influi, com sua conduta de vida, para o destino da linguagem.

Enfim, diferentemente de outros complexos sociais, a linguagem é uma categoria universal do ser social, constituindo um

*medium* de sua continuidade e permeando tanto a relação dos homens com a natureza quanto o contato intrassocial dos homens entre si. O seu caráter espontâneo também a diferencia de outros complexos sociais, uma vez que não necessita de institucionalização para a sua reprodução: emerge espontaneamente e somente no processo de constituição como língua ou outras formas grupais de comunicação institucionaliza-se oficialmente, ganhando contornos particulares em cada grupo humano.

Vê-se que na Ontologia Lukács enfatiza a participação decisiva do complexo da linguagem na constituição do ser social, sua relação com a consciência e sua função no âmbito do desenvolvimento do gênero humano. Este filósofo ressalta a importância do conhecimento da língua para a apreensão do grau de evolução social de nações, como grupo de indivíduos que partilham as mesmas formas de comunicação e de expressão. No cotidiano da vida social, os indivíduos contribuem para o desenvolvimento da linguagem em seu processo global, a partir das necessidades reais a que os homens respondem para dar continuidade à vida humana, que, por sua vez, segue no sentido da evolução do gênero humano, na qual tem uma participação decisiva a partir do contexto social.

## **Bibliografia**

COUTINHO, Carlos Nelson 1972. *O Estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HABERMAS, Jurgen. 1983. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. Brasiliense: São Paulo.

\_\_\_\_\_.1987. *Teoría de la Acción Comunicativa*. v.1, Taurus: Madri.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich 1807. Prefácio à *Fenomenologia do Espírito*. Fonte: Grupo de Discussão Acrópolis (Filosofia).

LESSA, Sérgio 2012. *Mundo dos Homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács.

LUKÁCS, György. 2010. *Prolegômenos Para Uma Ontologia do Ser Social: questões de princípios para uma ontologia hoje* tornada

possível. Trad.: Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_ 2012. *Para uma Ontologia do Ser Social I*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_ 2013. *Para uma Ontologia do Ser Social II*. Trad.: Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich 2001. *A Ideologia alemã*. Trad. Luis Claudio de Castro E Costa. São Paulo: Martins Fontes.

MÉSZÁROS, István 2009. *Estrutura Social e Formas de Consciência: a determinação social do método*. Trad.: Luciana Prudenzi, Francisco Raul Cornejo e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo.

RODRIGUES. Rômulo da Silva Vargas 2008. *Saussure e a Definição da Língua como Objeto de Estudos*. Edição especial n. 2, [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)

ROUSSEAU, Jean-Jacques 1754. *Discurso Sobre a Origem da Desigualdade*. Trad. Maria Lacerda de Moura, Fonte Digital [www.jahr.org](http://www.jahr.org)

# CHASIN E MÉSZÁROS: A PROPÓSITO DA ASSIM CHAMADA CRISE ESTRUTURAL<sup>53</sup>

*Elcemir Paço Cunha<sup>54</sup>*

Os pontos de contato e distanciamento entre Mészáros e Chasin com relação à chamada “crise estrutural” não podem ser considerados coisa de menor importância. Ao contrário, ajudam a jogar luz num dos problemas mais intricados da produção capitalista: de um lado, o arguto filósofo magiar, talvez um dos marxistas mais lidos no Brasil contemporâneo; de outro, um dos mais impressionantes marxistas brasileiros, o mais rigoroso de todos, sem dúvida, e difusor das ideias de Mészáros no Brasil dos anos de 1980. Pretendemos mostrar as afinidades que percorrem grande parte dos anos de 1980 e as diferenças que se acentuam na década seguinte. Ao reconhecer que há limites no modo de considerar o problema das crises por parte dos autores, fomos obrigados a ir um pouco adiante e considerar elementos concretos que explicitam certos caminhos em meio ao complexo intrincado de questões acerca da crise dos últimos 50 anos, aproximadamente. Há, portanto, certa autonomia entre as partes da exposição em razão da natureza das questões em tela, mas ambas convergem para a problemática das crises econômicas.

## **Chasin leitor de Mészáros**

A propósito do problema da “crise estrutural”, é destacável o contexto de suas primeiras aparições por meio da pena de Mészáros<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> Agradecimentos à Fapemig pelo apoio ao projeto de pesquisa que originou o presente artigo.

<sup>54</sup> Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. O autor agradece a Alexandre Arbia, Leandro Theodoro Guedes e Thiago Martins Jorge pelos comentários feitos à versão prévia do presente texto.

O próprio autor, comentando em retrospectiva alguns materiais (cf. Mészáros, 2002, p. 696; 2009, p. 17), acena para o ambiente intelectual do final dos anos de 1960 no qual homens como Goldmann e Marcuse sustentavam haver terminado a era em que o capitalismo manifestava suas crises. Encapsulados pelas condições políticas e econômicas do assim chamado “anos dourados” do pós-guerra, sustentavam que o “capitalismo organizado” garantiria certa integração da classe trabalhadora e que as medidas anticíclicas poriam fim às conturbações curtas e longas do sistema. Nosso filósofo magiar, em direção oposta, sustentava, também comentando em retrospectiva, que a “grande crise econômica mundial de 1923-1933” era coisa menor “em comparação com a crise na qual estamos realmente entrando” (2009, p. 17). Em referência à crise dos *subprimes* de 2008, completou ele, “recentemente vocês tiveram um prenúncio do que eu tinha em mente” já desde o final da década de 1960, portanto. E alerta, “mas apenas um *prenúncio*, porque a crise estrutural do sistema do capital como um todo [...] está destinada a piorar consideravelmente” de modo a “invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (idem).

Surpreendente não é o fato de Mészáros simplesmente destoar do ambiente intelectual do final da década de 1960, dado o seu alinhamento ao melhor do itinerário proveniente de Marx. Embora seja realmente importante – e para isto, basta avaliar a tônica dos textos presentes em *Aspects of history and class consciousness* (MÉSZÁROS, 1971) –, é ainda mais impressionante o posicionamento em uma fase em que os dados não pareciam estar consolidados o suficiente para assumir como existente, no ano de 1971, em *A necessidade do controle social*, um “impacto devastador de uma taxa de lucro declinante” (MÉSZÁROS, 1987, p. 41). Evidentemente, a ausência de dados por parte do nosso autor pode produzir a impressão de algo premunitório. Entretanto, Dobb, por exemplo, já escrevia em 1963 – e de modo verdadeiramente probante – acerca das sucessivas retrações da economia norte-americana nos próprios “anos dourados”, além de apontar que o extraordinário crescimento da Alemanha e do Japão

---

<sup>55</sup> O leitor interessado em conhecer mais detidamente os argumentos sobre a “crise estrutural” conforme delineada por Mészáros se beneficiará com o capítulo 2 de Paniago (2012).

davam sinais de “estar chegando ao fim” (DOBB, 1977, p. 474-75). Havia, portanto, indícios. Mas é curioso que o filósofo magiar pudesse apreender, ainda que sem elementos probantes, um aspecto tão específico quanto às taxas de lucro, tema ao qual voltaremos adiante.

Importa destacar que o ano de 1971 é exemplar para identificar a delimitação da crise em tela. No terceiro prefácio de *A teoria da alienação em Marx*, nosso autor escreveu que certos acontecimentos (China, dólar) redundaram em uma “crise estrutural global do capital” (2006, p. 15). O texto, original de 1970, testemunha que na “atual fase de desenvolvimento sócio-histórico” é a “primeira vez na história [que] o capitalismo está sendo abalado até os seus fundamentos como *sistema mundial* (ao passo que todas as crises anteriores do capitalismo, por mais espetaculares que tenham sido, foram *parciais e localizáveis*)” (2006, p. 25), incluindo, como já se viu, a crise de 1929.

A despeito desses primeiros aparecimentos, não temos notícia de que Chasin tenha se dedicado à leitura de *A teoria da alienação em Marx*. Nos materiais de Chasin anteriores a 1983, não aparecem referências explícitas a Mészáros. Os últimos anos de 1970 foram dedicados, sobretudo, à elaboração da tese doutoral e ali se vê que eram Marx e Lukács o apoio fundamental. Aliás, Lukács servira, mais de uma década antes, na elaboração de monografia de graduação em filosofia por volta de 1962, também como apoio para demonstrar as limitações de Mannheim. Não obstante, em texto elaborado originalmente em 1977, Chasin (2000a, p. 65) escreveu, em referência à falência do chamado “milagre econômico” brasileiro, que “a ‘crise do petróleo’ era efeito da crise do sistema capitalista no seu todo”. É apenas uma linha num conjunto de preocupações referentes ao Brasil de então, mas o suficiente para sugerir que a apreensão da crise daqueles anos de 1970 não chegou ao autor brasileiro por mediação exclusiva da “crise estrutural” de Mészáros. Certamente fontes outras faziam parte do arcabouço de leituras do filósofo brasileiro. Contudo, é possível dizer que o contato mais direto com o filósofo húngaro possivelmente se deu por volta do início dos anos de 1980. Durante toda a década, Chasin não apenas se tornaria um difusor de algumas ideias de Mészáros como editor da *Ensaio* e autor de diferentes textos, como também temos notícia de uma viva troca de correspondências donde resultariam mútuas influências.

Para que não reste dúvida quanto à influência no tocante à questão da “crise estrutural”, cabe colocar certos aspectos para acentuar o *diapasão mais assemelhado do que diferente*, ao menos durante a década de 1980, para servir de critério básico ao *diapasão mais diferente do que assemelhado* nos anos de 1990 – de modo que *não há plena identidade* entre suas considerações antes, durante ou depois dos anos de 1980.

O texto *Política Radical e Transição para o Socialismo: reflexões sobre o Centenário de Marx*, que integraria mais tarde o *Para além do capital*, foi publicado inicialmente na *Nova Escrita Ensaio* em 1983, cuja tradução fora realizada por José Chasin e Ester Vaisman. Registramos que Chasin foi editor da publicação durante todo o período. Registre-se também que a matéria central, a “crise estrutural”, não é, como nunca foi, por parte dos autores em tela, tratada de modo sistemático, isto é, de modo verdadeiramente probante. Não obstante, tratou-se de um elemento central em suas considerações filosóficas de ambos ou nos esforços de análise de realidade da particularidade brasileira, no caso de Chasin. Se haviam dados que baseavam suas análises, não ficaram extensivamente registrados nos textos consultados. De toda forma, existem aspectos de que aproximam suas análises mesmo que em termos mais gerais.

Para Mészáros (1983, p. 105; 2002, p. 1063), estamos, “em grande medida, mais próximos das condições para a derrocada do capital e da real possibilidade desta transformação fundamental”. A lógica interna do capital é seu próprio limite absoluto já em via de ativação final. Esta é a tônica da análise para toda a elaboração de Mészáros, incluindo os textos mais tardios, aparentemente como radicalização dos “limites do capital” tematizados por Marx nos *Grundrisse*. O próprio autor explica que, todavia, “é claro que seria um tanto ingênuo sugerir que daqui para a frente não haveria mais saída para a expansão capitalista e para o deslocamento manipulatório de muitos de seus problemas”. Os riscos crescem e, seguindo a tônica, tornam-se mais explosivos, de modo que “não pode haver dúvidas de que estamos em meio a uma crise nunca dantes experimentada e numa escala incomparável”. É importante deixar indicado certo contraste para ser retomado mais adiante como demonstração de ambivalência. Registre-se, com efeito, a posição de que há “saída para a expansão capitalista e para o deslocamento” de suas contradições, em contraste com a posição em *A necessidade de controle social*, original de 1971, e posto no

conjunto de *Para além do capital*, onde se lê que o “poder do capital, em suas várias formas de manifestação, embora longe de ter se esgotado, não mais consegue se expandir” (MÉSZÁROS, 1987, p. 30; 2002, p. 933).

Não obstante a ambivalência, aliás bastante frequente, desenhasse para Mézáros uma “verdadeira crise estrutural” (1983, p. 115; 2002, p. 1071) que se arma pela “natureza inerentemente contraditória do capital” (1983, p. 117; 2002, p. 1073) na virada dos últimos dias dos “anos dourados” para a explicitação de certo esgotamento das condições de autoexpansão. Um dos aspectos centrais é o “problema da própria produtividade” (1983, p. 117), acrescentando em *Para além do capital*, “isto é, a produtividade, em última instância, autodestruidora do capital” (2002, p. 1072). Explicou nosso autor que enquanto o processo “de autoexpansão produtiva pudesse avançar sem impedimentos, não haveria problema que o capital não pudesse, em princípio, superar. As coisas tiveram que mudar dramaticamente, contudo, quando a própria ‘produtividade’ crescente principiou a conflitar com a exigência de ampliação (ou mesmo apenas de manter estacionária) [d]a força de trabalho” [1995, p. 946], provocando “condições de ‘desemprego estrutural’” (1983, p. 116-117; 2002, p. 1072). Considerando ainda a natureza contraditória, “nos períodos de recessão, a pesada superprodução (e ao mesmo tempo a sua brutal subutilização) da quantidade de capital se autoapresenta, absurdamente, como uma extrema escassez de capital, constringendo, assim, todo avanço produtivo posterior e agregando uma dimensão financeira aventureira (e a sua contrapartida quixotesca, na forma do monetarismo) a todos os outros problemas” (1983, p. 117; 2002, p. 1073).

Para a mesma edição, Chasin escreve a obra *Marx: da Razão do Mundo ao Mundo sem Razão*. É no mínimo curioso que tenha retido muito mais o aspecto da diferenciação entre capital e capitalismo (cf. COTRIM, 2017) ou que não tenha dado atenção para a “decrecente taxa de utilização” (MÉSZÁROS, 1983, p. 120; 2002, p. 1075), sendo este um aspecto central da posição do filósofo húngaro. Seja como for, ajuíza-se que na ocasião da publicação da edição “há uma confluência com Mézáros muito importante sobre o estatuto ontológico” (VAISMAN; RAGO, 2008, p. 279). Uma confluência, mas com especificidades.

Certa semelhança é evidenciada quando o assunto é diretamente a chamada “crise estrutural”. Por isso, é possível ler que

[...] na crise atual do capitalismo hipermaduro, o desenho que se mostra, do tópico ao profundo, é a do colosso desgovernado/desgovernante. [...] os vasos comunicantes, pelos quais o sistema se repõe, co-exibem a simultaneidade de uma perturbação estrutural permanente e irreversível, a despeito dele conservar, ainda que essencialmente de forma manipulatória, a capacidade de recorrer a reciclagens periódicas, reduzidas, por certo, à condição de atos da pura gerência continuada de uma crise ininterrupta (CHASIN, 1983, p. 12).

Vemos que o diapasão é bastante aproximado. Há, contudo, já nesses textos iniciais da convergência, uma diferenciação *in nuce*. Retomando Marx nos *Grundrisse*, especificamente acerca da diminuição tendencial do tempo médio de trabalho ao ponto de tornar desprezível o papel do trabalho vivo, tematiza a alta tecnologia e escreve que os “recursos da nova tecnologia e o conseqüente ‘escape relativo’ da lei do valor redobram a capacidade de *produção e sucção* do capital monopolista centrado nos países hegemônicos, a uma taxa muito superior à capacidade de *absorção e reprodução* (dentro das regras do jogo) dos países periféricos. Tão maior que as reciclagens *modernizadoras* se esgotam em tempo extremamente curto”. Há uma sutil aposta nos mecanismos inventivos na base tecnológica, isto é, as contradições internas do capital, ao contrário da posição de Mészáros, não constituem limites absolutos, de modo que mantêm a possibilidade dos deslocamentos dos obstáculos, isto é, para ser preciso, as contínuas superação e geração de contradições (cf. MARX, 2011, pp. 256-546). E isso não é tudo. O modo de Chasin tematizar a questão aponta que a “descompensação monumental entre as partes, a desigualdade irremovível entre os componentes é tal que, em qualquer dos momentos do ciclo, pelo menos uma das partes, ou ambas (centro e periferia) ao mesmo tempo (como na atualidade) são tomadas e atravessadas por crises de caráter estrutural”. Isto é, há “crises de caráter estrutural”, no plural, e não uma única “crise estrutural”, como prefere Mészáros. Seja como for, para a crise corrente, o “circuito inteiro apresenta a face de um sistema que parece ter perdido a capacidade de reter seu nexos, e cuja ‘mercadoria’ mais abundante passa a ser a própria *crise*” (CHASIN, 1983, p. 15). Esse embaraço com a ativação dos limites absolutos internos ao próprio capital é uma recorrência a Mészáros e Chasin em razão de as afirmações serem uma espécie de captura das possíveis tendências *ante festum*, conforme discutiremos adiante.

Prosseguindo na escavação do diapasão assemelhado, um dos textos mais antigos de Mészáros no período dos anos de 1980 é *Il Rinnovamento del Marxismo e l'Attualità Storica dell'Offensiva Socialista*, de 1982. Seu conteúdo foi replicado, com modificações mais tarde, no capítulo 18 de *Para além do capital*, e é o lugar em que a natureza da “crise estrutural” fica mais evidenciada por parte do autor húngaro. Sem tratar extensamente, podemos reter os aspectos indicados que determinam a crise a partir dos anos de 1970 como uma “novidade histórica” ecoada por Chasin adiante. Em síntese, explica Mészáros, a novidade é determinada por certos aspectos da crise:

(1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular” [...]; (2) seu *alcance é verdadeiramente global* [...]; (3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2002, p. 796).

Explica-se que a “crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social” e “não está relacionada aos limites *imediatos*, mas aos limites *últimos* de uma estrutura global” (2002, p. 797). Para que não restem dúvidas, “contradições parciais e ‘disfunções’, ainda que severas em si mesmas, podem ser deslocadas e tornadas difusas – dentro dos *limites últimos* ou *estruturais* do sistema – e neutralizadas, assimiladas, anuladas pelas forças ou tendências contrárias, que podem até mesmo ser transformadas em força que ativamente sustenta o sistema em questão” (idem).

Explica o autor que, considerando as dimensões “produção, consumo e circulação/distribuição/realização”, “não pode haver qualquer crise *estrutural* enquanto este mecanismo vital de auto-expansão (que simultaneamente é o mecanismo para transcender ou deslocar internamente as contradições) continuar funcionando”. Assim, a “crise estrutural” não tem gênese em partes separadas e deve ser afirmada como “crise fundamental do todo, que consiste no *bloqueio sistemático* das partes constituintes vitais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 799).

Mészáros intui seu próprio tom, sempre marcado pelo caráter destrutivo e explosivo da “crise estrutural”, mas atribui ceticismo ao leitor. Para nosso autor, “quem acha que isto soa muito dramático deveria olhar à sua volta, em todas as direções” (2002, p. 800). A linguagem escolhida é sempre exortativa e a coleção é útil ao rigor: “produção destrutiva”, “produtividade destrutiva”, “produtividade fatal”, “ativação dos limites absolutos”, “riscos explosivos”, “auto-reprodução destrutiva”, “limites últimos”, “desintegração estrutural final” etc. Há ressalvas, entretanto. E nelas permanece a ambivalência já identificada:

Seria extremamente tolo negar que tal maquinaria existe e é poderosa, nem se deveria excluir ou minimizar a capacidade do capital de somar novos instrumentos ao seu já vasto arsenal de autodefesa contínua. Não obstante, o fato de que a maquinaria existente esteja sendo posta em jogo com frequência crescente e com eficácia decrescente é uma medida apropriada da severidade da crise estrutural que se aprofunda (MÉSZÁROS, 2002, p. 796).

Seria tolice negar a possibilidade de o capital retomar certa tendência expansiva, mas essa possibilidade está diminuta e cada vez mais diminuta e perigosamente explosiva, seguindo a tônica. Voltaremos a essa ambivalência adiante. Importa agora considerar que, em *Democracia política e emancipação humana*, original de 1984 publicado na mesma edição da *Ensaio* na qual figura a entrevista com Mészáros (CHASIN et al., 1984), Chasin tece comentários a *Il Rinnovamento del Marxismo e l'Attualità Storica dell'Offensiva Socialista*, cuja tematização, como vimos, aponta decisivamente para a determinação da “crise estrutural”. E nesta oportunidade, Chasin não recusa a questão que o próprio texto do autor húngaro dá ensejo:

É verdade que o capital tem sido o campeão imbatido no enfrentamento de crises e na superação de limites. É de sua natureza deslocar contradições e incorporar espaços. Muda muito para ser cada vez mais ele mesmo. A questão é: tem garantida expansão infinita, dissolveu e se livrou de suas contradições? (CHASIN, 2000b, p. 98)

Eis a resposta, não sem ausência de dúvidas, mesmo diante da peremptória posição de Mészáros, durante a entrevista já mencionada e no próprio texto comentado, acerca da “crise estrutural”:

Nos países onde [o capital] vigora sob forma avançada, alugou o estado para *serviços especiais* e considera-se bem atendido, mas não rega sem sobressaltos. Ao contrário, é um colosso com problemas colossais. Para estes a *democracia de proprietários* não tem sido nem muito inventiva, nem muito resolutive. Em verdade, parece ter esgotado seus mitos e truques. Pode ser que não, mas no momento em que todo o circuito do capital – produção, consumo e distribuição – parece que não mais sintoniza suas partes, nem mesmo em última instância, é difícil acreditar num discurso renovado e repotencializado da *democracia de proprietários*. Será preciso mencionar desemprego estrutural, reprodução ampliada com base em fantásticas usinas da destruição, sistema financeiro mundial mordendo, a cada dia mais, seu próprio rabo, e outras tantas coisas, fáceis de enumerar? Tanto quanto não podem restar dúvidas, no que tange à enorme capacidade do capital para a autorreciclagem – e precisamente por isso –, ao inverso, a *democracia de proprietários* aparece, na sua vigência e estabilidade, exaurida em suas possibilidades (CHASIN, 2000b, p. 98-9).

Chasin aqui é cauteloso, não sem uma dose da mesma ambivalência encontrada em Mészáros. Como se lê, o “circuito do capital – produção, consumo e distribuição – parece que não mais sintoniza suas partes, nem mesmo em última instância”. Todavia, “não podem restar dúvidas, no que tange à enorme capacidade do capital para a autorreciclagem...”. Há reservas na maneira de colocar a questão.

Em 1985, a *Ensaio* publicou *Poder Político e Dissidência nas Sociedades Pós-Revolucionárias* (Mészáros, 1985, republicado como capítulo 22 de *Para além do capital*). O texto em si não retoma extensivamente a problemática da crise. E Chasin, em seu texto, *A esquerda e a nova república*, que compõe a mesma edição, atem-se à particularidade brasileira e à movimentação política de então. Dois anos mais tarde, a *Ensaio* publicou, na série pequenos formatos, *A necessidade do controle social*, texto originalmente escrito em 1971 e que guarda, em nossa maneira de ver, o melhor tratamento sobre as crises que Mészáros pôde dar. Mas a esse texto não encontramos referências diretas por parte do filósofo brasileiro, muito embora pretendemos retomar adiante para considerações específicas.

Outro é o caso de *Produção Destrutiva e Estado Capitalista* (MÉSZÁROS, 1989a), publicado pela *Ensaio*, em 1989, e republicado em 1996, também em separata de pequeno formato. Este texto reverbera, mais fortemente, na edição número 17/18 da *Ensaio* em que se publica o texto *A crise atual*, de Mészáros (1989b). Ainda que este último texto não tenha tratamento mais

sistemático, é a oportunidade em que Chasin (2000c) melhor expõe sua posição quanto à “crise estrutural” em *A sucessão na crise e a crise na esquerda*. A tônica de Mészáros em *A crise atual* é já conhecida e confirmada, pois escreveu o autor: “a partir da existência desse círculo vicioso, não se deve inferir que o sistema capitalista global possa escapar das perigosas implicações dos trilhões dos EUA que se acumulam no lado errado do balancete. De fato, os limites de tempo nos quais tais práticas podem ser mantidas não seriam difíceis de identificar” (1989b, p. 166; 2002, p. 1085). De fato, prestes a completar 20 anos, essa afirmação ainda carece de suporte.

Não obstante, mais vale ressaltar a semelhança no diapasão. O ambiente geral, considerava o filósofo brasileiro, era de “*fim dos tempos*, do tempo da crise de todas as crises” (CHASIN, 2000c, p. 178). Para nosso autor, seguindo de muito perto o filósofo húngaro, pode-se determinar um dos aspectos da “efetiva novidade”. Explicou que a “crise, na abissalidade do concreto, nunca foi antes tão visceral quanto abrangente, pois é gerada não apenas pelos traços mais débeis e problemáticos do capital, mas, ao contrário, pelas suas qualidades mais positivas” (2000c, p. 179). É que no percurso histórico, citando Mészáros, “a produção capitalista tornou-se a *produção da destruição*, isto ‘porque consumo e destruição são *equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de ‘realização’ capitalista*’ (Idem, p. 60)” (2000c, p. 180). O tema da “taxa decrescente de utilidade”, finalmente considerado, explicita que o “novo estágio [do sistema do capital] não se organiza apenas através do esbanjamento nas formas de apresentação, propaganda, subutilização e obsolescência programada dos bens de consumo, – mas pela *promoção capitalista da subutilização e obsolescência dos próprios aparatos tecnológicos*” (2000c, p. 180). Em tom resolutivo, escreveu Chasin que a “crise estrutural, isto é, orgânica e permanente, para a qual não há possibilidade de superação no interior da lógica do capital, de modo que ambas, crise e sistema, estão fundidas de modo definitivo, condenando a sobrevivência do capital ao metabolismo crítico que na atualidade o caracteriza. Assim, viver e sobreviver para o capital tornou-se existir *na e através da crise*” (2000c, p. 181), sem, entretanto, deixar explicada a diferença específica, pois, de fato, não há para qualquer episódio de crise no capitalismo uma “superação no interior da lógica do capital”. Seguindo adiante, mostra-se, no contexto da crise, “a faculdade adquirida de sustar, através de meios econômicos e extra-

econômicos (atividade estatal incidente no cerne dinâmico da sociedade civil), a virtualidade explosiva da crise. Tamponamento, no entanto, que *não elimina ou resolve* a malha de contradições responsável pela continuada reposição do quadro crítico” (2000c, p. 182). Citando novamente Mészáros, escreveu que a “normalidade do capital é hoje a sua cotidianidade crítica, uma vez que ‘o capitalismo contemporâneo atingiu o estágio em que a *disfunção radical* entre produção genuína e auto-reprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro ...’ (Idem, p. 102)” (2000c, p. 182).

A semelhança no diapasão é autoevidente e dispensa maiores comentários. Serve, em verdade, como critério para destacar a diferença que se acentua depois de 1989 em que o “escape relativo” volta a ser acentuado. Dessa reverberação de *Produção Destrutiva e Estado Capitalista* e *A crise atual*, vamos encontrar no último Chasin uma preocupação ainda mais intensificada em estudar Marx. Seguiu às voltas com a lapidar atividade de escrita de seu texto mais substancial a respeito da instauração ontológica do pensamento propriamente marxiano e com a consequente resolução metodológica na raiz da teoria das abstrações (CHASIN, 2009). O último Chasin, com relação à chamada “crise estrutural”, parece desenvolver um tom menos dramático. Talvez, e não por acaso, comenta-se que Chasin “começou a desenvolver reservas com relação a Mészáros” (VAISMAN; RAGO, 2008, p. 293). Quer dizer, não há na indicação o objeto exato das reservas desenvolvidas. Mas pelas poucas notas trazidas a público é possível avaliar alguma coisa e apontar a direção, particularmente com relação ao problema da crise.

*Poder e miséria* (CHASIN, 2000d), publicado em 2000 com base numa conferência em 1997 e nas notas de 1993, cujo conjunto ganhava o título (em 1993) de *O futuro ausente* (CHASIN, 2000e), há um tom modificado comparativamente à trajetória anterior. Lemos que

[...] não é o fim dos tempos, é apenas um tempo de crises, no que estas têm de doloroso e de promissor; tanto quanto expressões de falências, as crises são enunciados e geratrizes de novas formas de existência. Elas vêm recebendo denominação variada e abundante. Desde algum tempo, é até mesmo lugar-comum referir crises de toda espécie: social, política, econômica, moral ou dos costumes, cultural ou das mentalidades, da arte e da ciência, do direito e do meio ambiente, e assim por diante, envolvendo o

conjunto dos aspectos que compõem a vida atual. Conjunto minado, que também é aludido, sinteticamente, como a crise do nosso tempo. [...]. Sem me afiliar aos termos desses pronunciamentos, mas exercendo o direito de refletir sobre o mesmo e grave problema, chamo atenção que essa crise, que pode ter muitos nomes, não tem sido identificada e submetida a exame, ao menos com o devido peso, extensão e profundidade, em seu centro vital – agente e paciente: os homens, as individualidades humanas em seu infinito processo de autoconstituição (2000d, p. 1; 2000e, p. 164, com modificações).

No diapasão anterior, os “limites absolutos”, como prefere Mészáros, estavam já ativados. Não sendo o “fim dos tempos”, mas um “tempo de crises”, no plural, Chasin percebe no estágio do capitalismo “globalizado” do final da década de 1990 a constituição de um processo diferenciado, aberto, sobretudo, pelas forças produtivas tecnologicamente orientadas. Em suas palavras, sempre eloquentes – coisa que igualava ambos os filósofos –, com o “desenvolvimento sem paralelo das forças produtivas e sua irradiação planetária, não se realiza mais tão somente uma nova etapa da acumulação capitalista, mas, na vigência prolongada da ordem do capital e de suas contradições inerentes, insuprimíveis e radicalizadas, se manifesta uma nova forma de existência humana em todos os seus níveis e compartimentos” (CHASIN, 2000d, p. 2). O que antes estava mais ou menos constrangido em termos de possibilidade, agora se mostra potencializada pelo avanço tecnológico que prolonga a “ordem do capital”. Sua convicção o leva longe, inclusive à assertiva comum aos círculos da sociologia pós-anos de 1960 de que hoje “é evidente, irreversivelmente, que o conhecimento impulsiona mais a criação de riqueza do que o lucro, que o saber tomou o lugar da propriedade como fator decisivo e dinâmico da produção e reprodução da base material da vida”. Essa posição, evidentemente exagerada, testemunha precisamente aquele prolongamento e a tecnologia como tal mediação. Desse modo, escreveu nosso autor antes de convidar, como desfecho, ao “clube do otimismo ponderado”: “não é nada difícil alinhar os graves problemas gerados pelo inaudito desenvolvimento tecnológico atual, que só tende à aceleração, e que é a base propulsora da mundialização da economia. Não ignoro esses problemas nem minha reflexão é insensível aos mesmos, mas a minha obrigação, aqui, é destacar o fundo excepcionalmente positivo desse processo largamente contraditório” (idem).

Não é uma marca inteiramente nova se lembramos dos comentários já em *Marx: da Razão do Mundo ao Mundo sem Razão*,

em que Chasin (1983, p. 15), retomando os *Grundrisse*, escreveu que os “recursos da nova tecnologia e o conseqüente ‘escape relativo’ da lei do valor redobram a capacidade de *produção e sucção* do capital monopolista”. Esta marca, presente em 1983 e consideravelmente diluída durante os anos de 1980, retoma sua boa forma no final da década de 1990, pecando, no entanto, pelo exagero.

Mas ela por si só não muda o diapasão. Há notas muito curtas que, certas ou erradas, são mais incisivas sobre a chamada “crise estrutural”. Lemos em *Rota e perspectiva de um projeto marxista*, um texto inacabado, que a

[...] “crise estrutural” (não será isso uma redundância?) do capital desembocou na globalização e por elevação a novo patamar de produção pelas tecnologias de ponta. Ou melhor, dada a escala atingida no período pré-globalização, os limites ficaram estreitos e tudo parecia ter estado em crise, quadro do qual o capital saiu com a globalização e as novas tecnologias. [...] Kurz e Mészáros confundem crise com catástrofe, contradição com autodestruição, natureza contraditória do capital com lógica autodestrutiva (CHASIN, 2000f, p. 76-7).

Chasin se pergunta pela redundância e é preciso responder negativamente. Há diferentes tipos de crises, retomando Marx (1980; 2013). Mas o ponto decisivo é duplo. Primeiro por atribuir a assertiva quanto à “crise estrutural” à condição do “período pré-globalização”, dando a impressão de uma crise permanente. Mas este quadro mais estreito foi alargado, na mesma tônica de *Poder e miséria*, pela “globalização e as novas tecnologias”. Segundo por reter um aspecto sem dúvida presente no modo expositivo de Mészáros para o qual já chamamos a atenção: uma maneira dramaticamente exortativa que cumpre uma função política. Chasin poderia estar duplamente enganado. Por um lado, poderia estar animado por uma “recuperação neoliberal” (DUMÉNIL; LÉVY, 2014; ROBERTS, 2016) dos anos de 1990 e que acenaram para uma nova escalada de investimentos, ao menos até a bolha de T.I. (BRENNER, 2003) e a crise dos chamados Tigres Asiáticos (BRENNER, 2006). Quer dizer, as condições que promoveram a impressão de uma “crise estrutural” podem, em modalidade alterada, produzir a impressão contrária. Por outro lado, reteve criticamente o modo expositivo e, por isso, divergiu por motivos equivocados. De modo conseqüente, deveria perscrutar pela pergunta fundamental e que nem mesmo Mészáros pôde fazer: se

a crise, como efeito da lei do movimento do capital, é *possibilidade*, quais as razões de sua efetivação a partir de 1970 e quais são os motivos do enfraquecimento das tendências contra-arrestantes? Colocar a questão dessa forma implica voltar a Marx para determinar a problemática das crises. E isso não foi tarefa realizada por Chasin, menos ainda por Mészáros, sobre quem recai o maior peso dada a ambição de *Para além do capital*.

## A propósito da “crise estrutural”

Em poucas palavras, “não há crises permanentes” (MARX, 1980, p. 932). A exposição exortativa de Mészáros, à qual aderiu Chasin nos anos de 1980, ajuda a criar certo tipo de embaraço, ainda que capture aspectos verdadeiros da crise de 1970. Disse o filósofo húngaro que a melhor representação dessa crise é a de um “*continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 697), quer dizer, uma espiral decrescente com limites absolutos já à vista. Mas fica a dificuldade em explicar o que seria uma *crise mais ou menos permanente*. Esse tipo de embaraço surge, como nos parece, do nível de abstração (plano lógico) que se pretende resolver a questão e da submissão do conteúdo real e correto a um modo dramaticamente exortativo de exposição. Ora, se a crise dos anos de 1970 em diante pode ser corretamente sugerida como “rastejante” – verdadeiro conteúdo sob o manto exortativo de Mészáros –, sua natureza deve ser explicada sem recorrer-se a conceituação que faz abstração de elementos probantes.

De partida, devemos distinguir, como faz Marx (1980, p. 928-958), as *crises gerais* das *crises parciais*. As segundas podem se dar em razão de desproporções entre setores específicos da produção total, como superprodução de capital fixo. As primeiras são a confirmação da unidade entre produção e circulação e seu restabelecimento violento e, por isso, elas são manifestação da integração mais ampla do sistema total. Nesse sentido, não há redundância em “crise estrutural” considerando que existem diferentes magnitudes de crises, pois está embutida na crítica de

Chasin vista acima a suposição de que toda crise é necessariamente “estrutural”. O aspecto frágil está em determinar um tipo de crise como uma espécie de “desintegração estrutural final” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797), que é precisamente o que se retém pelo modo expositivo do autor húngaro. Não obstante, ambos os tipos de crises (gerais e parciais) são recorrentes, quer dizer, repetem-se como fase do ciclo industrial. O que precisa ser explicado é a condição efetiva para tendências ao invés de apostar numa conceituação muito geral, como “crise estrutural”.

Como vimos, Mézáros (2002, p. 798; 803; 805), seguido por Chasin nos anos de 1980, recorria à crise de 1929-33 como exemplo de uma crise “não estrutural” a despeito de sua severidade. A conclusão extraída da comparação com a “crise atual”, no entanto, carece de todo tipo de prova. Todos os critérios vistos antes – caráter universal, alcance global, extensão temporal, caráter rastejante –, e é preciso ser enfático nisso, virtualmente todos se aplicam à crise desencadeada a partir de 1929 (cf. MANDEL, 1995; HARMAN, 2009; SHAIKH, 2016). Praticamente todo o globo foi afetado, inclusive América Latina, em praticamente todos os setores (salvo exceções de indústrias mais ascendentes, como a automobilística norte-americana, cf. Dobb, 1977). E foi um processo que “rastejou” para além de 1933 com queda geral nos preços e massiva destruição de valor (KLIMAN, 2011), alcançando os umbrais da Segunda Grande Guerra Mundial. Aliás, esse processo só teve fim com a aniquilação dos inimigos beligerantes e a imensa destruição física de capitais assim como sua massiva desvalorização, dando ensejo ao novo ciclo de acumulação do pós-guerra, à nova configuração mundial e à concorrência/colaboração entre as potências mundiais dali em diante, sobretudo Alemanha, Estados Unidos e Japão (BRENNER, 2006).

“Crise estrutural” só tem expressividade em termos muito gerais como crises de grande magnitude e extensão. Duménil e Lévy (2014), por exemplo, empregam nesse sentido, a despeito de outras dificuldades. Assim, a crise de lucratividade da última parte do século XIX, a grande crise de realização em 1929 e a de lucratividade que se estende desde os anos de 1970 são “crises gerais” em contraste, nos termos de Marx, com “crises parciais”. Outra questão igualmente importante é explicar a particularidade da crise que se inicia nos anos de 1970 – a única para Mézáros que seria “estrutural”, enquanto que para Chasin tenha prevalecido

certa ambivalência no uso de “crises de caráter estrutural”, no plural. E para determinar uma compreensão ao menos aproximada, não basta lançar, em abstrato, conceitos como “taxa decrescente de utilização”, “lei tendencial da equalização decrescente da taxa de exploração” e variantes, ou assertivas como “pesada superprodução”, “brutal subutilização” etc., carentes de comprovação, ainda que venham a se mostrar válidas a despeito da sempre exagerada adjetivação no modo expositivo.

A apreensão de Chasin de que Mészáros (e Kurz) “confundem crise com catástrofe, contradição com autodestruição, natureza contraditória do capital com lógica autodestrutiva” (2000f, p. 76-7), é expressão da retenção da capa exortativa, de inegável função política, no modo expositivo do autor húngaro, como já salientamos, e, por isso, Chasin não divergiu pelos motivos derradeiramente corretos. O quanto esta forma exortativa encapsula o conteúdo real é assunto mais demorado, mas podemos deixar indicado alguns poucos aspectos a título de rigor.

Já comentamos antes e vale o reforço sobre isso. Acompanhando Mészáros, lemos que “estamos, em grande medida, mais próximos das condições para a derrocada do capital e da real possibilidade desta transformação fundamental”. Emenda explicando que, “todavia, é claro que seria um tanto ingênuo sugerir que daqui para a frente não haveria mais saída para a expansão capitalista e para o deslocamento manipulatório de muitos de seus problemas” (MÉSZÁROS, 1983, p. 105; 2002, p. 1063). A comparação é útil e a repetição necessária quando lemos, em outra direção, que o “poder do capital, em suas várias formas de manifestação, embora longe de ter se esgotado, não mais consegue se expandir” (MÉSZÁROS, 1987, p. 30; 2002, p. 933). A essa ambivalência, adiciona-se um segundo exemplo, também proveitoso, acerca do “problema da própria produtividade” (1983, p. 116), “isto é, a produtividade, em última instância, autodestruidora do capital ...)” (2002, p. 1072). Nessa batida, explica a transição entre o período do pós-guerra e a crise dos anos de 1970:

O período de desenvolvimento do pós-guerra foi, indubitavelmente, preenchido, antes de mais nada, pela habilidade do capital em ativar imensos recursos humanos e materiais, anteriormente reprimidos ou latentes, em seus propósitos de autoexpansão, ampliando significativamente e intensificando as áreas de atividade econômica produtiva em todo o mundo, tanto pelo incremento da grandeza absoluta da força de trabalho quanto pela sua

produtividade relativa. Enquanto tal processo de autoexpansão produtiva pudesse avançar sem impedimentos, não haveria problema que o capital não pudesse, em princípio, superar. (1983, p. 116; 2002, p. 1072).

Disso deriva a contradição interna do próprio capital em conflito com a expansão limitada da população no período:

As coisas tiveram que mudar dramaticamente, contudo, quando a própria “produtividade” crescente principiou a conflitar com a exigência de ampliação (ou mesmo apenas de manter estacionária) [d]a força de trabalho [1995, p. 946]. Sob tais condições de “desemprego estrutural”, o modo de funcionamento necessário e a verdadeira *raison d'être* do capital são questionados como tema de um imperativo histórico objetivo, mesmo se não são imediatamente concebidos dessa forma pelos agentes envolvidos (1983, p. 116-17; 2002, p. 1072).

A mudança “dramática” se localizaria, como se vê, no crescimento da “produtividade” em conflito com a diminuição populacional. No entanto, essa circunstância, abstraindo outras forças, produziria possivelmente pressão positiva sobre salários e não um “desemprego estrutural”, como sugere nosso autor. A tendência principal para ampliação do “desemprego estrutural” seria com expansão da acumulação do capital e de sua produtividade mediante o crescimento ou estagnação populacional, ampliando assim a “superpopulação relativa” (MARX, 2013). E nenhuma palavra, nesse momento, é dada com relação à pressão sobre as taxas de lucro precisamente pela ampliada produtividade no período considerado, uma vez que, e isso é decisivo, a “tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas *uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho” (MARX, 2017, p. 251).

Um último exemplo a ser adicionado:

A corrente crise em desdobramento é certamente muito grave e é diferente, em importante sentido, das crises das últimas décadas. Para ser claro, permanece sendo a mesma *crise estrutural* que experimentamos desde o final da década de 1960 ou início dos anos de 1970, mas é diferente no sentido de que agora a crise *irrompeu globalmente de modo explícito com grande veemência* (MÉSZÁROS, 2010, p. 173)

Em referência à crise de 2008, diz-se que é a mesma “crise estrutural”, mas é diferente de outros episódios anteriores porque irrompeu globalmente com grande veemência. Pelo critério

determinativo da “crise estrutural” que vimos antes, a crise de 2008 é mais “estrutural” do que suas precedentes. Como 2008 é a mesma “crise estrutural” do final dos anos de 1960, o episódio recente é mais “estrutural” do que a “crise estrutural”. Esse circuito não se fecha sem que ignoremos uma dificuldade determinativa.

Dados os exemplos, o importante é delimitar o conteúdo correto, ainda que Mészáros seja ambivalente quanto ao desfecho da crise (permanente ou não?) e irresolutivo quanto a sua natureza.

Fazendo, portanto, abstração dos aspectos mais problemáticos e indo direto ao ponto, dissemos antes que o melhor tratamento foi dado em 1971, no texto *A necessidade de controle social*. Lá há o diagnóstico preciso, ainda que sem lastro probante, acerca do “impacto devastador de uma taxa de lucro declinante” frente ao qual “a margem de manobra da ação política tradicional tem sido reduzida à função de executar servilmente os ditames postos pelas necessidades mais urgentes e imediatas de expansão do capital” (Mészáros, 1987, p. 41; 2002, p. 1000). Esse diagnóstico mais preciso com relação à taxa de lucro encontra respaldo em diferentes estudos dedicados à questão, conforme mostraremos adiante. Mas é curioso que Mészáros tenha abandonado isso em nome de outras taxas nunca demonstradas no plano concreto, mas sempre afirmadas no plano lógico. Se Marx (1980) for retomado sobre a questão das crises, veremos que um aspecto central da inversão (sempre temporária) do movimento declinante do ciclo industrial é a massiva destruição de capitais. Mészáros retém isto com bastante precisão, ao escrever que a “destruição periódica – por quaisquer meios, incluindo os mais violentos – do capital excedente é uma necessidade inerente ao funcionamento ‘normal’ desse sistema: a condição vital para sua recuperação das crises e depressões” (1987, p. 42-3; 2002, p. 1001-1002). Apesar de confundir, e impor como necessidade, a crise como efeito do movimento e a função da crise para um novo início, nosso autor húngaro diagnosticará corretamente que as medidas de destruição dos capitais ficam limitadas, seja por intervenção estatal, seja por impossibilidades beligerantes. Para além de *A necessidade de controle social*, há indicativos bastante profícuos para explicar a crise de lucratividade (embora nosso autor tenha abandonado relativamente essa posição, como dissemos, em nome dos conceitos mais abstratos de taxas nunca demonstradas) dos anos de 1970 como explicativa da expansão financeira em diante:

A imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro - sobretudo nas últimas três ou quatro décadas - é naturalmente inseparável do *aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria*, assim como das resultantes perturbações que surgem com a absolutamente letárgica acumulação de capital (na verdade, acumulação fracassada) no campo produtivo da atividade econômica. Agora, inevitavelmente, também no domínio da produção industrial a crise está ficando muito pior. Naturalmente, a consequência necessária da crise sempre em aprofundamento nos ramos produtivos da "economia real" - como eles agora começam a chamá-la contrastando a economia produtiva com o aventureirismo especulativo financeiro - é o crescimento do desemprego por toda parte numa escala assustadora, e a miséria humana a ele associada. Esperar uma solução feliz para esses problemas vinda das operações de resgate do Estado capitalista seria uma grande ilusão (MÉSZÁROS, 2009, p. 25).

Uma letárgica ou ainda fracassada acumulação na “economia real” está na base mesma da “expansão especulativa do aventureirismo financeiro”, remontando à liberalização dos anos de 1970 praticada pelos vários estados nacionais, particularmente o estadunidense. Como reforço, é possível ler que o “devastador aventureirismo especulativo no mundo das finanças, em nossa época do “capital financeiro monopólico”, é em grande medida devido ao fracasso de uma acumulação de capital suficiente no plano produtivo e à concomitante transferência de capital ao setor financeiro aventureiro e especulativo” (MÉSZÁROS, 2010, p. 186). Adicionalmente, o ponto é o mesmo na passagem a seguir, embora ao final o conteúdo ceda lugar à exposição exortativa:

[...] o ponto importante é que eles vêm praticando o esbanjamento financeiro como resultado de uma crise estrutural do sistema produtivo. Não é um acidente que a moeda tenha inundado de modo tão aventureiro o setor financeiro. A acumulação de capital não poderia funcionar adequadamente no âmbito da economia produtiva. Agora estamos falando da crise estrutural do sistema que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana (MÉSZÁROS, 2009, p. 130).

Sem nunca abandonar a função política desse modo de exposição, como na última parte desta passagem, Mészáros - e nisso, como vimos, é seguido por Chasin - tem profunda razão em determinar a expansão financeira a partir das restrições no território produtivo. Mas não foi capaz de demonstrar a expansão

financeira precisamente a partir da restrição da taxa média de lucro, corretamente isolada, ainda que brevemente, pelo autor no texto de 1971, mas progressivamente abandonada – sem desaparecer inteiramente – ao longo dos textos subsequentes.

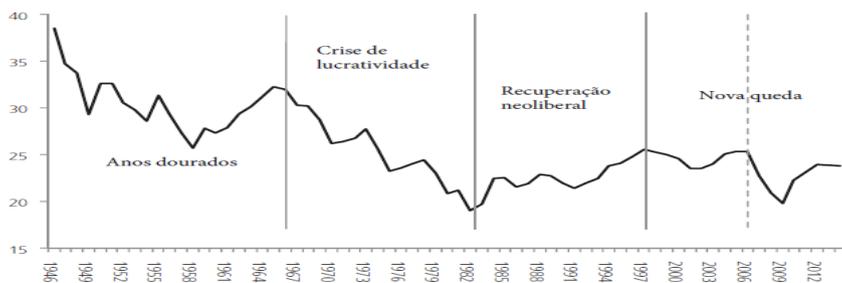
Por isso é importante arremeter e considerar brevemente os estudos que, a despeito das variações e polêmicas, apontam para a efetivação da tendência de queda da taxa de lucro no contexto dos anos de 1970 e a insuficiente destruição de capitais capaz de reverter a tendência com impulso mais longo<sup>56</sup>. Nessa circunstância, as medidas governamentais e as próprias alternativas levadas adiante pelos gestores do capital (cf. BRENNER, 2003) redundaram, ao contrário do pretendido, em maior dificuldade de reverter a tendência de queda da taxa média de lucro, não porque se aproximam “limites absolutos” internos à lógica do capital ativados no contexto de uma “crise estrutural”, mas porque as tendências contra-arrestantes contingencialmente não encontraram condições de efetivação. As bolhas financeiras e, portanto, crises cíclicas desde os anos de 1980, incluindo as de efeito mais grave, como de 2008, são manifestações da reversão da tendência de maneira pouco sustentável.

Para simplificar a exposição sobre esse ponto, podemos recorrer a poucos estudos relativamente recentes que compilam importantes elementos probantes.

### **Quadro 1: Taxa de lucro norte-americana (toda a economia %)**

---

<sup>56</sup> Dadas as limitações e os propósitos do presente texto, retemos apenas elementos centrais, fazendo abstração de aspectos mais problemáticos e também de outras economias nacionais para nos concentrar nos Estados Unidos. Indicamos o leitor interessado em uma discussão acerca da taxa média de lucro no Brasil o texto de Marquetti et. al. (2010).



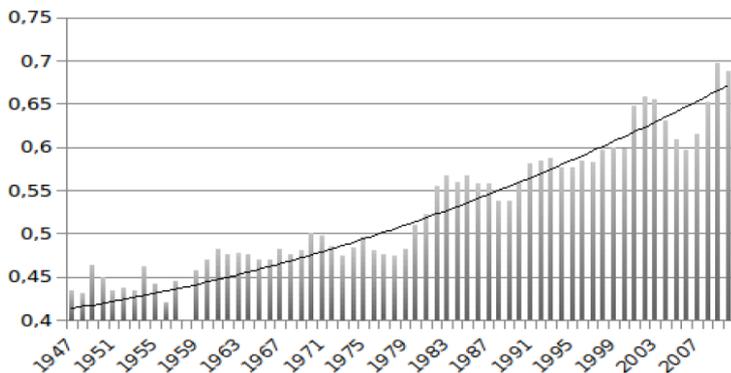
Fonte: Roberts, 2016, p. 22.

No Quadro 1, vemos a variação e as tendências fortes da taxa de lucro correspondente à economia norte-americana, a maior e mais poderosa economia mundial. Nele é possível identificar a crise de lucratividade a partir de 1967. Uma queda acentuada até 1982 provoca variados efeitos. Um dos principais efeitos pode ser sentido sobre o direcionamento de novos investimentos. Com a queda da taxa de lucro no setor produtivo ou “economia real”, a tendência é a migração dos capitais para outros setores com melhores chances de retorno, sobretudo para fora do setor produtivo. Mészáros e Chasin intuíram esse problema no diagnóstico do aventureirismo financeiro provocado por uma acumulação insuficiente no setor produtivo – embora não expliquem essa acumulação, deixando a impressão de se tratar de distribuição de dividendos e entesouramento por parte dos acionistas. A acumulação, em seus devidos termos, é processo de expansão do capital total, particularmente da massa de valor vertido em capital constante (meios de produção). Mas, diferentemente do que parece sugerir particularmente o filósofo húngaro, *é precisamente um certo estágio alcançado da acumulação bem-sucedida que cria condições desfavoráveis à expansão continuada das taxas de lucro.*

O processo da acumulação se verifica, em verdade, na composição de valor do capital total, isto é, na relação entre capital constante e variável. O Quadro 2 mostra a tendência de crescimento do valor dos meios de produção para a economia norte-americana. Como Marx (2013, capítulos 21, 22 e 23) explicou, a busca pelo incremento da produtividade passa pelo crescimento desproporcional da composição de valor, isto é, cada

vez maior parte do capital é vertido em novos meios de produção relativamente mais do que em força de trabalho.

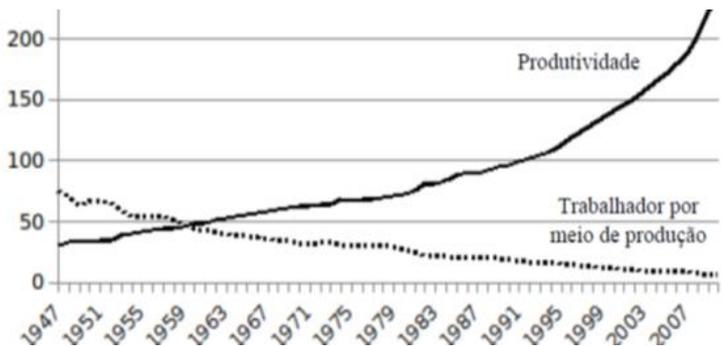
**Quadro 2** UA, 1947-2010



Fonte: Carchedi, 2016.

O resultado tendencial é um decréscimo na taxa média de lucro na ausência de uma expansão suficientemente rápida da taxa de exploração econômica do trabalho (além de outros fatores concorrentes), considerando que a produtividade do trabalho é a principal alavanca da acumulação. É possível apreciar no Quadro 3 a crescente relação inversa entre a produtividade e a unidade “trabalhador por meio de produção” para a economia norte-americana a partir de 1960, aproximadamente. Essa inversão se desdobra consideravelmente nos últimos 40 anos.

**Quadro 3: Produtividade do trabalho e trabalhador por meio de produção**



Fonte: Carchedi, 2016.

Vê-se que as condições estão postas para uma acumulação acentuada, isto é, para uma expansão progressiva da massa de valor vertida em capital constante, permitindo um acentuado crescimento da produtividade e uma diminuição do número de trabalhadores em relação aos meios de produção empregados. Em outras palavras, uma massa de valor cada vez menor vertida em capital variável movimentada uma massa de valor vertida em capital constante cada vez maior. Além do que é necessária uma massa cada vez maior de capital constante para ampliar a produtividade do trabalho. Ao nosso juízo, esses não são fatores que causaram a crise, mas que criam as *condições de possibilidade* para uma erupção de grandes magnitudes ao pressionar negativamente as chances de extração de lucro do processo. Este ponto é importante, pois seguimos aqui a determinação de que a “dissociação entre o processo de produção (imediato) e o processo de circulação também evidencia e desenvolve mais a *possibilidade* da crise [...]”. Quando os dois processos não se convertem um no outro com fluidez, mas se afirmam independentes um do outro, sobrevém a crise” (MARX, 1980, p. 943). De tal modo, não existe uma teoria das crises em Marx, mas a apreensão da possibilidade das crises em razão de um conjunto de forças mais ou menos contrárias em jogo que permitem com que determinadas tendências se efetivem. Disso resulta que a pesquisa começa *post festum*, quando é possível determinar o tipo de crise e as vias de seu desenvolvimento, porque não se pode confundir a possibilidade formal e geral com a realidade das crises (MARX, 1980, p. 948). A coisa é intrincada e

cobra o preço de uma posição *ante festum*, como a que Mészáros e Chasin assumiram em conjunto ao menos nos anos de 1980<sup>57</sup>. Em verdade, a “crise do mercado mundial” é por si o “fenômeno mais intrincado da produção capitalista” (MARX, 1980, p. 937) e tais

[...] crises do mercado mundial têm de ser concebidas como a convergência real e o ajuste à força de todas as contradições da economia burguesa. Os diversos fatores que convergem nessas crises têm, portanto, de ser destacados e descritos em toda esfera da economia burguesa, e, quanto mais nesta nos aprofundarmos, têm de ser detectadas novas características desse conflito, e ainda é mister demonstrar que as formas mais abstratas dele são interativas e se contêm nas mais concretas (MARX, 1980, p. 945).

Tudo isso a despeito do fato de ser possível capturar as grandes linhas do movimento. Uma delas, sem dúvida, é a própria lei da acumulação – ela própria tendencial – e a orientação da lucratividade para as decisões de investimento de capital. Quanto menor é a possibilidade de extração de lucro da produção, menores são os investimentos, menor é a expansão de postos de trabalho, o consumo desacelera, decai a taxa de acumulação e assim em diante, manifestando-se como uma espiral negativa do ciclo industrial até o reinício de um novo ciclo. As crises são *possibilidades* inscritas na lei do movimento, na lógica da reprodução global do capital enquanto efeito de um conjunto de tendências e contratendências. Mas é possível dizer que é *necessidade* como ponto de partida para um novo ciclo ao ampliar as possibilidades de reversão, por exemplo, da queda tendencial das taxas de lucro e, assim, da espiral decrescente.

A “crise estrutural”, como tematizada por Mészáros e Chasin – até final dos anos de 1980, para o segundo –, dá ensejo para uma interrupção permanente de um novo ciclo, a despeito das ambivalências que identificamos em tal crise ser “mais ou menos permanente”, haver ou não possibilidade de nova expansão do

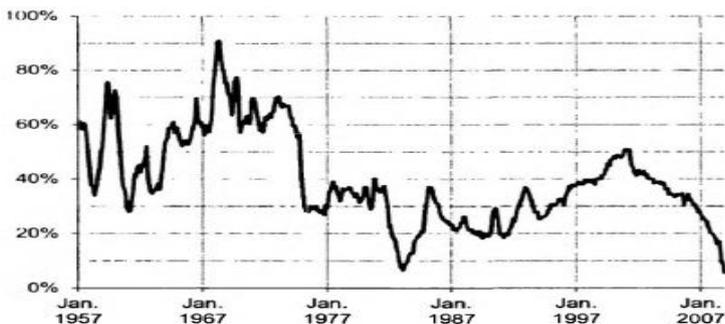
---

<sup>57</sup> Bem antes deles, há uma linha de análise que poderia ser aqui indicada pelos nomes de Grossmann (1992, original de 1929) e Mattick (1934) os quais também afirmavam, para o período, a chegada de uma crise *permanente*. Antes dos últimos ainda, Engels (2013, p. 104) escreveu em 1886 que o “ciclo decenal de estagnação, prosperidade, superprodução e crise, sempre recorrente de 1825 a 1867, parece, de fato, ter se esgotado, mas apenas para nos deixar no lodaçal de desesperança de uma depressão crônica e permanente”. Como se vê, a permanência das crises para os períodos considerados somente dura enquanto não termine.

capital. O que a realidade efetivamente mostra é que esse ciclo foi reiniciado nos anos de 1990, em condições, porém, consideravelmente problemáticas porque as tendências contra-arrestantes não operaram com a potência devida precisamente na fase decrescente do ciclo industrial. As condições de possibilidade para um novo processo de acumulação bem-sucedido dependem, entre outras coisas, do grau de destruição promovido nas próprias crises que as engendram. Esta é a função das crises gerais como necessidade, não como efeito.

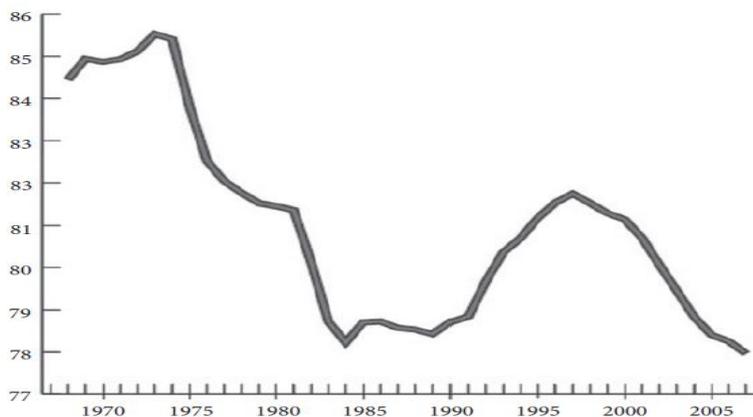
Para chegar a essa questão, é preciso demonstrar o comportamento da produção industrial e, portanto, de sua capacidade de utilização. Como indicamos antes recorrendo a Marx, a queda tendencial da taxa média de lucro é expressão da ampliação da produtividade do trabalho social e determinados efeitos podem se manifestar mais claramente, como aquele que Mészáros capturou muito bem, mas sem demonstrar, sob a rubrica da “decrecente taxa de utilização”, sobretudo dos meios de produção; aspecto ecoado por Chasin, como vimos. Isso é decisivo, pois surge como um efeito da incessante disputa ao fundo pela acumulação entre os capitais existentes. Com o aumento da produtividade, cria-se uma cada vez maior capacidade de produção que precisa ser utilizada em grau considerável. Conforme a disputa se intensifica e se proporciona uma relativa equalização das bases produtivas, aumenta a pressão para uma capacidade ociosa da produção. Os Quadros 4 e 5 abaixo são úteis no sentido de demonstrar esse aspecto no plano concreto da economia norte-americana.

#### **Quadro 4: Taxa de crescimento da produção industrial norte-americana**



Fonte: Kliman, 2011, p. 55.

## Quadro 5: Percentual de utilização da capacidade industrial, EUA



Fonte: Foster; Magdoff, 2009, p. 132.

A produção industrial e a utilização da capacidade industrial são fatores correlatos e ambos os quadros reforçam a tendência declinante dos anos de 1970. A intenção com os gráficos não é tanto reforçar a expressão do declínio e que depois se arrasta até o final dos anos de 1980 quanto indicar uma recuperação mais ou menos acentuada nos anos de 1990, ainda que haja controvérsia sobre os impactos disso sobre a taxa média de lucro (compare KLIMAN, 2011; ROBERTS, 2016). Essa tendência de recuperação ajuda a explicar a bolha de T.I. amadurecida durante os últimos anos de 1990 e início de 2000. Procurando recuperar a lucratividade perdida, a valorização das ações ultrapassou em muito a lucratividade real das empresas de tecnologia (BRENNER, 2003). Ajuda a explicar igualmente o contágio na avaliação do último Chasin e sua postura mais crítica com relação ao filósofo húngaro. Mas essa recuperação é tímida se comparada ao patamar anterior a 1970 e antecede a corrida desenfreada por novos setores lucrativos, propiciando os elementos básicos para a crise dos *subprimes* em 2008 (DUMÉNIL; LÉVY, 2014), o que sugere que as condições de possibilidade de uma retomada efetiva do processo de acumulação estão postas em patamares rebaixados.

Encaminhando para nossas últimas considerações, uma boa síntese para a circunstância acima descrita pode ser observada pelo

conjunto de medidas tomadas nos anos de 1980 na tentativa de reversão das decrescentes taxas de lucro. A liberalização financeira a partir dos anos de 1970 é uma delas, que inclusive se repete, em parte, no contexto que preparou a crise do *subprime* finalmente irrompida em 2008. Mas várias outras medidas podem ser evocadas, particularmente a injeção de trilhões de dólares na economia norte-americana por parte do governo Obama para o salvamento de bancos e grandes indústrias, como a General Motors:

Em tempos recentes os formuladores de políticas tornaram-se compreensivelmente temerosos a respeito de outra Grande Depressão e de outra onda de radicalização dos trabalhadores como aquela que engatilhou com a Depressão de 1930. Esse legado da luta de classes ajudou a moldar a política econômica e a performance durante as últimas décadas. Para prevenir uma repetição de 1930, os formuladores de políticas utilizaram com sucesso financiamento de débito e garantias de dívidas para retardar e evitar a destruição do capital. As quedas de metade dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980, e mesmo a último declínio [de 2008], não foram nada parecidos com a Grande Depressão. Mas, uma vez que a destruição do capital restaura a lucratividade e assim constitui o fundamento para o próximo boom, também não experimentamos nada parecido com o boom que seguiu a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Ao contrário, *a economia nunca se recuperou totalmente do declínio dos anos de 1970* (KLIMAN, 2011, p. 24).

As crises podem destruir fisicamente os capitais, como nas guerras, mas também destruir o capital simplesmente pela paralização da produção ou em termos de depreciação de valores (MARX, 1980, p. 931). Pode igualmente acelerar processos de fusão, compras ou simples eliminação de capitais individuais. Há também as inúmeras medidas governamentais mais diretas sobre a economia que produzem efeitos não desejados. Ao procurar resguardar a permanência do capital como um todo (mesmo contra determinados setores), ajudou a produzir efeitos menos devastadores da crise e, com isso, limitou a destruição de capitais necessária ao início de outro ciclo em condições mais propícias para um novo processo de acumulação. A questão é paradoxal apenas *prima facie*. Uma menor destruição de capitais limita precisamente a funcionalidade da crise, qual seja, a de realizar a necessidade instauradora de um novo ciclo. Ao se evitar a destruição maciça de capital, evita-se também um escape mais duradouro para o problema que irá se manifestar, mais cedo ou

mais tarde, como bolhas nos setores financeiros. Desse modo, permanecem irresolutivas as medidas frente as contradições que formam a base para possibilidades de novas crises. Mas não se deriva daí que a medida prática deva ser a simples destruição, procurando ser mais irracional do que a irracionalidade do sistema. De fato, e é aqui que o modo exortativo tem lugar, apenas o revolucionamento das relações de produção pode dar cabo do processo.

É preciso reconhecer, no entanto, que os dados referentes ao grau de destruição de capitais não são tão bem substanciados. Kliman (2011), por exemplo, ainda é evasivo quando se exige uma comparação entre as magnitudes de 1929-1945 e 1970 em diante. Aqui se encontra direcionamento para o avanço da pesquisa crítica sobre o assunto do qual o presente texto não passa de mera ilustração.

Em conclusão, vê-se que “crise estrutural” pelo acionamento dos “limites absolutos” paga pesado tributo à forma exortativa do modo expositivo do filósofo húngaro e nos parece que essa é uma das razões centrais para o distanciamento de Chasin. Em certa medida, a forma expositiva é igualmente reflexo do território mais abstrato escolhido para a batalha crítica acerca da transição socialista, nos termos de filósofo magiar. E para ser consequente, a forma não substitui o conteúdo e este não se encontra no plano lógico. A *analítica da coisa*, para usar a dicção de Chasin (2009), não estaciona, é verdade, no empírico, mas deve passar incontornavelmente por ele, rumo ao concreto. E a ausência de elementos probantes é marca indelével dos nossos autores. Parece-nos, entretanto, que Mészáros apostou excessivamente em uma certa *descontinuidade* no sistema para demarcar uma “crise estrutural” irreversível. A própria barbárie foi lançada como horizonte, obnubilando a barbárie que o capitalismo engendra diariamente desde seu período verdadeiramente revolucionário. O último Chasin, ao contrário, reverberando as considerações de 1983 sobre os *Grundrisse*, aponta para as possibilidades inscritas no salto da alta tecnologia que, novamente, se avizinha. O quanto a assim chamada 4ª revolução industrial (Internet das coisas, inteligência artificial, big data, computação quântica etc., além das convergências) pode servir para um novo “escape relativo da lei do valor” não está imediatamente posto e, por isso mesmo, merece investigação para capturar as grandes tendências do movimento sem, contudo, colocar-se *ante festum*. Mas o que vai se confirmando

é que o capital não se destruirá por meio das suas contradições internas, por mais graves que sejam, mas da ação externa dos homens ao tomar consciência dessas mesmas contradições e as levar até o fim.

## Referências Bibliográficas

BRENNER, R. O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial. São Paulo: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945-2005. Verso, 2006.

CARCHEDI, G. L'esaurimento dell'attuale fase storica del capitalismo. Archivio di documenti e articoli per la discussione politica nella sinistra, 2016. Disponível em <https://www.sinistrainrete.info/crisi-mondiale/8750-guglielmo-carchedi-l-esaurimento-dell-attuale-fase-storica-del-capitalismo.html>, acesso em 2 de outubro de 2017.

CHASIN, J; VAISMAN, E; BERRIEL, C.E; RODRIGUES Jr, N; TONET, I. LESSA, S. Tempos de Lukács e nossos tempos – Socialismo e liberdade, Entrevista com István Mészáros. São Paulo: Ensaio, n. 13, 1984.

CHASIN, J. Marx – Da Razão do Mundo ao Mundo sem Razão. In: Marx Hoje. São Paulo: Nova Escrita Ensaio, Ano V, N. 11/12, 1983.

\_\_\_\_\_. A esquerda e a nova república. In: Caminhos de Paulo Freire. São Paulo: Ensaio, n. 14, 1985.

\_\_\_\_\_. Conquistar a democracia pela base. In: A miséria brasileira. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000a.

\_\_\_\_\_. Democracia política e emancipação humana. In: Ensaio Ad Hominem, n. 1, Tomo III – Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000b.

\_\_\_\_\_. A sucessão na crise e a crise na esquerda. In: A miséria brasileira. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000c.

\_\_\_\_\_. Poder e miséria. Estado de Minas, 7 de outubro de 2000d.

\_\_\_\_\_. O futuro ausente. In: Ensaio Ad Hominem, n. 1, Tomo III – Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000e.

\_\_\_\_\_. Rota e prospectiva de um projeto marxista. In: Ensaio Ad Hominem, n. 1, Tomo III – Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000f.

\_\_\_\_\_. Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

COTRIM, L. A Revolução Russa e o pós-capitalismo. Verintio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, Rio das Ostras, v. 23, n. 1, pp. 217-246, ano XII, nov./2017.

DOBB, M. A evolução do capitalismo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DUMÉNIL, G., & Lévy, D. A crise do neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

ENGELS, F. Prefácio da edição inglesa. In: Marx, K. O capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

FOSTER, J. B; Magdoff, F. The great financial crisis. New York: Monthly Review Press, 2009.

HARMAN, C. Zombie capitalism: global crisis and relevance of Marx. Chicago: Haymarket Books, 2009.

GROSSMANN, H. The law of accumulation and breakdown of the capitalist system: being also a theory of crises. London: Pluto Press, 1992.

KLIMAN, A. The failure of capitalist production. New York: Pluto Press, 2011.

MANDEL, E. Long waves of capitalist development. London: Verso Books, 1995.

MARQUETTI, A; Maldonado Filho, E; Lautert, V. The Profit Rate in Brazil, 1953-2003. Review of Radical Political Economics, 42(4), 2010, pp. 485-504.

MATTICK, P. The permanent crisis - Henryk Grossman's interpretation of Marx's theory of capitalist accumulation. International Council C orrespondence, vol. 1, no. 2, November 1934, pp1-20. Disponível em <<https://www.marxists.org/archive/mattick-ul/1934/permanent-crisis.htm>>. Acesso no dia 31 de janeiro de 2017.

MARX, K. Teorias da mais-valia. Tomo II. São Paulo: Difel, 1980.

\_\_\_\_\_. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. O capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. O capital. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. (Org.). Aspects of history and class consciousness. London: Routledge, 1971.

\_\_\_\_\_. Política Radical e Transição para o Socialismo - Reflexões sobre o Centenário de Marx. In: Marx Hoje. São Paulo: Nova Escrita Ensaio, Ano V, N. 11/12, 1983.

\_\_\_\_\_. Poder Político e Dissidência nas Sociedades Pós-Revolucionárias. In: Caminhos de Paulo Freire. São Paulo: Ensaio, n. 14, 1985.

\_\_\_\_\_. A necessidade do controle social. São Paulo: Cadernos Ensaio, 1987.

\_\_\_\_\_. Produção Destrutiva e Estado Capitalista. São Paulo: Cadernos Ensaio, 1989a.

\_\_\_\_\_. A crise atual. In: Ensaio. Número Especial, n. 17/18, São Paulo: Ensaio, 1989b.

\_\_\_\_\_. Beyond capital. London: Merlin Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. The structural crisis of capital. New York: Monthly Review Press, 2010.

PANIAGO, Maria C. S. Mézszáros e a incontrollabilidade do capital. 2ª ed. ver. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

ROBERTS, M. The long drepression. Chicago: Haymarket Books, 2016.

SHAIKH, A. Capitalism: competition, conflict, crises. New York: Oxford University Press, 2016.

VAISMAN, E; Rago, A. Dez anos sem J. Chasin. Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, n.9, Ano V, NOV./2008.



# CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E CRISE ESTRUTURAL DA POLÍTICA: UMA RELAÇÃO INTRINSECA<sup>58</sup>

*Edene Pimentel*<sup>59</sup>

## Introdução

A história do desenvolvimento capitalista tem demonstrado que, desde a consolidação do comando da produção pelo capital, ocorreram sucessivas crises econômicas. No entanto, essas crises econômicas aconteceram também nas sociedades pré-capitalistas, nas quais as alterações na produção desencadearam o empobrecimento e a miséria de amplas camadas da população. Naquele período histórico, as crises tinham como característica principal a destruição dos produtores diretos, decorrente dos desastres naturais, a exemplo das grandes epidemias, entre elas, a *peste negra*, que dizimou grande parcela da população, ou por catástrofes sociais oriundas das guerras. A carência dos bens

---

<sup>58</sup> Este texto é resultante do estudo sobre István Mészáros desenvolvido durante o período de estágio de pós-doutorado em 2016, realizado na Universidade de Buenos Aires (UBA), sob a direção do Professor Doutor Miguel Vedda.

<sup>59</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco/Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 2005. Formada em Serviço Social, Professora da Universidade Federal de Alagoas, membro do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social e da International Association Strikes and Social Conflicts. Estudiosa do pensamento de István Mészáros, autora do livro *Uma “Nova Questão Social?” Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje* (Instituto Lukács: 2012 e 2014). E-mail: edlene@uol.com.br

indispensáveis à vida em sociedade foi o efeito imediato dessas crises, denominadas de crises de subprodução de valores de uso. Trata-se, portanto, da existência de crises fundadas na escassez, nas quais se verifica a redução da produção de mercadorias.

As crises capitalistas propriamente ditas, as denominadas crises cíclicas<sup>60</sup>/periódicas, resultam da contradição entre produção e consumo e são decorrentes da estagnação provocada pela queda da taxa de lucros e da redução de níveis de produtividade. Além disso, desencadeiam a depressão expressa no desemprego e na conseqüente redução do padrão de vida da classe trabalhadora, porém não colocam em risco a expansão e a acumulação do capital. Desse modo, observa-se que as crises em geral fazem parte da natureza do capital, inexistindo problema ao se vincular o capital às crises.

No mundo capitalista de hoje, especificamente a partir da década de 70 do século XX, emerge a problemática de uma crise do capital (e suas expressões) que, em essência, diferencia-se da crise cíclica. Tal crise, denominada por István Mészáros de crise estrutural do capital, vem se alastrando de modo global, atingindo tanto os países centrais como os periféricos.

Na tentativa de elucidar as raízes materiais da crise estrutural do capital, István Mészáros, professor *emeritus* recém-falecido da Universidade de Sussex, Inglaterra, que foi colaborador de György Lukács, produziu intensamente sobre o capitalismo contemporâneo. Sua obra *Para Além do Capital* (2002) obteve ampla repercussão no mundo, abordando importantes temas sobre as condições de produção na atualidade. Nessa obra, seu autor defende a tese da incontrollabilidade do sistema sociometabólico do capital, que possui um caráter destrutivo próprio de sua natureza. É nesse preciso sentido que busca apreender a tessitura causal da sociabilidade contemporânea, sua lógica interna alicerçada no poderoso sistema sociometabólico do capital, constituído por três dimensões inseparáveis: capital, trabalho e Estado.

---

<sup>60</sup> Braz e Paulo Netto salientam que “entre uma crise e outra decorre o **ciclo econômico** e nele podem distinguir-se quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge” (2006:159). Sobre as crises cíclicas, ver: MARX: 1996; MANDEL: 1990; MÉSZÁROS: 2002; BRAZ & PAULO NETTO, 2006.

No percurso de suas argumentações, o filósofo húngaro ressalta a existência de uma crise estrutural do capital, que “afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797), revelando-se como uma verdadeira crise de dominação que vem atingindo, de uma forma geral, o conjunto das relações humanas na atualidade.

As questões de ordem econômica, política e o caráter destrutivo decorrente dessa crise de superprodução trazem como consequência o processo crescente de desumanização, da desigualdade, da pobreza, do desemprego, da imigração<sup>61</sup> etc., com repercussões na vida dos homens nesta sociabilidade. Diferentemente das crises cíclicas/periódicas, a crise estrutural do capital constitui uma ameaça à existência humana e à própria sobrevivência do capital.

Como parte integrante da referida crise, destaca-se a existência da crise estrutural da política, que, por suas próprias características e determinações, vem afetando o mundo, pondo em evidência seu caráter devastador, sem resolutividade nesta sociabilidade.

Para que se busquem as bases ontológicas geradoras da crise estrutural do capital, a pretensão é explicitar, nos limites deste artigo, como Mézszáros apreende a crise que este sistema atravessa nos dias de hoje, originada em seu processo de reprodução sociometabólica. Particularmente, interessa pontuar alguns elementos que permitam apreender a essência da crise estrutural da política e seus desdobramentos, crise essa que, de modo geral, tem sido alvo de debates por parte dos intelectuais, dos governantes, dos movimentos sociais, entre outros. Nesse sentido, serão

---

<sup>61</sup> Não há dúvida de que o mundo global está sendo atingido por uma crise econômica da maior gravidade, a denominada crise estrutural do capital. Basta observar os dados econômicos divulgados diariamente. Além da retração econômica, da queda da produtividade, das demissões em massa, que geram altos índices de desemprego e pobreza, outro efeito dessa crise é o processo de imigração europeia. Segundo dados do *El País* (2015), “Quase 57.300 imigrantes irregulares chegaram à Europa no primeiro trimestre de 2015. Esse número representa praticamente o triplo do mesmo período de 2014, ano em que foram quebrados todos os recordes, inclusive os atingidos durante as primaveras árabes”. Tudo isso tem levado a uma aversão e a um ataque frontal dos países aos imigrantes e às minorias étnicas, mediante a adoção de políticas mais duras de imigração, desencadeando um processo de desumanização sem precedentes.

delimitadas suas principais características e contradições existentes na presente sociabilidade.

## O Caráter Destrutivo da Crise Estrutural do Capital

Mészáros, em seus escritos, chama a atenção para a existência de dois tipos de crise no capitalismo: as crises cíclicas/periódicas e a crise estrutural, revelando suas principais características.

Como explicita o autor, a crise periódica de 1929-1933,

[...] por mais severa e prolongada que tenha sido, afetou um número limitado de dimensões complexas de mecanismos de autodefesa do capital, conforme o estado relativamente subdesenvolvido das suas potencialidades globais na ocasião. Mas, antes que essas potencialidades pudessem ser desenvolvidas completamente, alguns importantes anacronismos políticos precisaram ser eliminados, o que se percebeu durante a crise com brutal clareza e implicações de longo alcance (MÉSZÁROS, 2002, p. 803).

Essa crise, mesmo caracterizada como uma grande crise, não podia ser considerada como uma “crise *estrutural*, por deixar um grande número de opções abertas para a continuada sobrevivência do capital, bem como para a sua recuperação e sua reconstituição mais forte do que nunca em uma base economicamente mais saudável e mais ampla” (2002, p. 793), apesar de todo o dano e do sofrimento incomensurável causados às massas em geral. Quando ocorriam as crises cíclicas, estas eram consideradas como “anormalidade” do sistema e se alternavam com longos períodos de crescimento consecutivo e um produtivo desenvolvimento. Hoje, diante das atuais condições, elas podem se tornar “a normalidade do ‘capitalismo organizado’” (2002, p. 697).

Nosso autor considera a crise de 1929-33 como sendo uma “crise de realização”, isso porque, comparado ao período do pós-guerra, havia um nível muito baixo de produção e consumo. Então, por não ser uma crise global do capital, proporcionou estímulo e “pressão necessários para o realinhamento de suas várias forças constituintes, conforme as relações de poder objetivamente alteradas” (2002, p. 805-6), contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades do capital, inerentes à sua “totalidade intensiva”.

Essa crise, *externamente*, expressou:

(1) “uma mudança dramática do imperialismo multicentrado, ultrapassado, militar e político perdulariamente intervencionista para um sistema de dominação global” que sob o domínio norte-americano transformou-se num sistema muito mais “dinâmico” e “economicamente mais viável e integrado”; (2) a instituição do Sistema Monetário Internacional e de outros órgãos de fundamental importância para a regulamentação das relações entre os capitais, agora muito mais “racionais” do que existia “à disposição da estrutura multicentrada”; (3) “a exportação de capital em grande escala” e juntamente com ela a “perpetuação efetivada da dependência e do subdesenvolvimento imposto” e o “repatriamento” de forma segura, em larga escala, de “taxas de lucro” absolutamente impensáveis nos países de origem e (4) “a incorporação relativa, em graus variados, das economias de todas as sociedades pós-capitalistas na estrutura de intercâmbios capitalistas” (2002, p. 806).

Sob outro aspecto, *interiormente*, a história do êxito do capital até esse período poderia ser narrada do seguinte modo:

(1) utilização de várias formas de intervenção estatal com vistas à expansão do capital privado; (2) o processo de estatização, no qual se verifica a “transferência de indústrias privadas falidas”, mas fundamentais, para a esfera pública, e “sua utilização para novamente apoiar, através dos fundos estatais, as operações do capital privado”, transformando-as novamente em “monopólios ou quase-monopólios privados”, logo após terem se tornado de novo “altamente lucrativas pela injeção de fundos volumosos financiados pela tributação geral”; (3) implementação e desenvolvimento de uma economia de “pleno emprego” durante o período da guerra estendendo-se por um bom tempo, alcançando um grande sucesso; (4) no plano da “economia de consumo” houve uma “larga abertura de novos mercados e ramos de produção” com uma força amplamente distendida, junto com o sucesso do capital em criar e manter padrões extraordinariamente esbanjadores de consumo, principal razão da existência dessa economia (2002, p. 806).

Para complementar todas essas realizações, no que se refere tanto ao seu peso econômico quanto ao seu significado político, foi instituído um enorme “complexo industrial/militar como controlador e beneficiário direto da fração mais importante da intervenção estatal: com isso, simultaneamente, o isolamento de bem mais de um terço da economia das desconfortáveis flutuações e incertezas do mercado” (2002, p. 806). Com efeito, apesar do valor intrínseco dessas realizações e de todos os problemas nelas contidos, não deixou de haver uma autoexpansão do capital, favorecendo a continuidade de sua existência.

A crise do capital que a humanidade vem experimentando na atualidade e que emergiu na década de 1970 é uma crise estrutural

resultante de três dimensões essenciais: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Na ocorrência de uma crise desse porte, seus componentes destrutivos “avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrollabilidade total numa forma de fazer prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral” (2002, p. 100). Isso significa dizer que o capital, por sua própria natureza antagônica, é incapaz de adaptar-se por muito tempo a ajustes anteriormente utilizados para manter um equilíbrio dentro das “condições de ‘normalidade’ de perturbações e bloqueios cíclicos relativamente determinadas” (2002, p. 100). Suas tendências consistem no fortalecimento e na ampliação por algum tempo, fornecendo as condições internas necessárias à reprodução dinâmica do capital, numa escala cada vez mais ampliada.

A novidade histórica da crise capitalista atual reside em que

(1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); (3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (2002, p. 796, grifo do autor).

Todavia, mesmo que os tradicionais mecanismos de administração das crises e, ainda, o deslocamento temporário das crescentes contradições possam perder sua força, isso não significa a impossibilidade de convulsões violentas. O frequente jogo entre os mecanismos crescentes de controle utilizados e sua decrescente eficácia só demonstra um indício do aprofundamento e da severidade da crise estrutural.

Ressalta-se agora o caráter destrutivo que acompanha as crises socioeconômicas e políticas que a humanidade tem experimentado no decorrer do século XX, principalmente por ocasião das duas

grandes guerras mundiais. Diante dessas experiências, não é difícil vislumbrar o que uma crise *sistêmica* ou mesmo uma crise *estrutural* pode desencadear: uma crise que afete o sistema do capital global “não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo –, mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social” (2002, p. 100).

Segundo Mészáros,

[...] o capital *já* se submeteu a *controle* adequado duradouro ou a uma auto-restrição racional. Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, apenas enquanto pudessem prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de auto-expansão e o processo de acumulação. Tais ajustes consistiam em contornar os obstáculos e resistências encontrados, sempre que ele fosse incapaz de demoli-los (2002, p. 100).

Essa característica, típica da incontrolabilidade do capital, era um dos fatores mais importantes para assegurar o “avanço irresistível do capital” e alcançar sua “vitória final”, apesar de que, no decorrer da história, “o modo de controle metabólico do capital constituiu a *exceção*, e não a regra” (2002, p. 100). Pensando bem, historicamente, o capital apareceu como força “estritamente *subordinada*”. O mais grave é que, em virtude da subordinação necessária do *valor de uso* –, “ou seja, a produção para as necessidades humanas – às exigências da auto-expansão e acumulação, o capital em todas as suas formas tinha de superar também a abominação de ser considerado, por muito tempo, a forma mais ‘antinatural de controlar a produção de riquezas’” (2002, p. 100).

Foi graças a sua incontrolabilidade que o capital conseguiu vencer todas as barreiras que se lhe apresentaram como objeção, independentemente do “poder material delas e de quanto eram absolutizadas em termos do sistema de valor prevalecente na sociedade” (2002, p. 101). Com isso, esse sistema conseguiu elevar o seu modo de controle metabólico ao poder de dominação absoluta, como um sistema global plenamente ampliado. As implicações desse domínio representam um grande perigo para a humanidade, já que o capital, na sua sede de expansão e acumulação, arrasta consigo o espectro da crise e da destruição.

Na atualidade, verifica-se que o capital, como sistema de controle sociometabólico, traz como sua determinação mais

profunda “o processo de expansão e de acumulação, fundamentado na extração máxima de trabalho excedente, subordinando todas as funções de reprodução social à exigência absoluta da sua própria expansão” (2002, p. 102). Assim, para que esse sistema possa alcançar seus objetivos de acumular e expandir-se cada vez mais, deve exercer um absoluto domínio sobre todos os seres, da maneira mais desumana possível, quando estes deixarem de se adequar aos seus reais interesses e ao seu ímpeto para a acumulação.

A presente crise estrutural do capital manifesta-se como uma crise de dominação. Seu caráter devastador tem afetado todas as esferas de atividade, assim como todo o conjunto das relações humanas. A forma de ser do capital, materializada na extração máxima de trabalho excedente, subordinando todas as funções de reprodução social à exigência absoluta da sua própria expansão, tem de ser compatível com seus limites estruturais e, atualmente, não pode ser recriada nem pela pura repressão nem pelos instrumentos manipulatórios, dadas as condições de acumulação vigentes.

Não há justificativa, portanto, para o sistema “manter milhões de excluídos e famintos, quando os trilhões desperdiçados poderiam alimentá-los mais de *cinquenta vezes*” (2002, p. 801). Assim se revela o absurdo dessa dominação sociometabólica expressa na crise. O mesmo acontece em outros âmbitos da esfera humana, nos quais reinam os conflitos de gerações: a negação de oportunidade de trabalho para milhões de homens, a pressão da aposentadoria precoce para outros, a destruição da família, a exploração da mão de obra feminina, o desemprego crônico, enfim, a exacerbação da desigualdade e, conseqüentemente, um processo de desumanização e pauperização crescente das massas populacionais, que se explicita e põe em xeque qualquer justificativa para a desumanidade e para a exploração do excedente além do historicamente suportável em momentos precedentes.

Com as transformações ocorridas no decorrer do século passado, observa-se que o capital se alastrou e dominou todos os cantos da Terra, penetrando também nos países subdesenvolvidos, agravando cada vez mais os seus problemas. Apesar da riqueza material gerada pelo processo, “ele não teve capacidade suficiente para solucionar os problemas que os indivíduos têm de enfrentar no cotidiano de suas vidas” (PIMENTEL, 2012, p. 62). A tão propalada promessa de modernização, após décadas de

intervenção, só intensificou a pobreza, a inflação, a dívida crônica e a dependência estrutural.

Os efeitos destrutivos da crise estrutural do capital tornam-se visíveis nos mais diversos âmbitos da sociabilidade capitalista. No terreno da produção agrícola, por exemplo, tem-se a existência de trilhões de pessoas condenadas à fome, vítimas das políticas agrícolas comuns que são fundadas com o objetivo de assegurar o desperdício institucionalizado em função dos lucros, sem, em momento algum, importar-se com as consequências advindas dessas políticas. Nesses termos, a sobrevivência humana não tem a menor importância, pois, para que o capital possa garantir sua lógica autoexpansionista, a natureza e os seres humanos não passam de meros fatores de produção.

Diante da atual crise estrutural, imaginar a possibilidade de encontrar *remédios duradouros* e *soluções permanentes* para ela torna-se algo problemático, visto que essa forma de pensar “não conta com absolutamente nada para respaldar o *sonho inviável* de perseguir a ‘linha de menor resistência’ quando isso não é mais possível” (MÉSZÁROS, 2002, p. 807). Portanto, as condições para administrar a crise estrutural do capital estão diretamente vinculadas a algumas contradições internas muito importantes que afetam tanto os problemas internos dos vários sistemas envolvidos quanto as relações existentes entre elas.

Em síntese, os problemas seriam:

[...] as contradições socioeconômicas internas do capital “avançado” que se manifestam no desenvolvimento cada vez mais desequilibrado sobre o controle direto ou indireto do “complexo industrial militar” e do sistema de corporações transnacionais; as contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas, tanto isoladamente como em sua relação com as demais, que conduzem à sua desintegração e, desse modo, à intensificação da crise estrutural do sistema global do capital; as rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes, tanto no *interior* dos vários sistemas regionais como *entre* eles, colocando enorme tensão na estrutura institucional estabelecida (da Comunidade Europeia ao Sistema Monetário Internacional) e fazendo prever o espectro de uma devastadora guerra comercial e as dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação (do Irã à África, do Sudeste Asiático à Ásia Oriental, da América Central à do Sul), ao lado das contradições geradas dentro dos países “metropolitanos” pelas unidades de produção estabelecidas e administradas por capitais “expatriados” (2002, p. 808).

Dadas essas condições, torna-se inviável a geração de recursos para a expansão econômica através da “realocação de uma parte importante da despesa militar para medidas e propósitos sociais” (2002, p. 809). Todavia, a constante frustração dessas esperanças “resulta tanto do imenso peso econômico e do evidente poder estatal do complexo industrial-militar como do fato de que este complexo é antes manifestação e efeito, do que causa das profundas contradições estruturais do capital ‘avançado’” (2002, p. 809). Certamente, a existência do complexo industrial-militar funciona como uma causa contribuinte e não como uma causa que dá origem a essas contradições. À medida que desloca “temporariamente duas poderosas contradições do capital ‘superdesenvolvido’, o complexo industrial-militar desempenha com muita eficácia duas funções essenciais: a primeira consiste na “transferência de uma porção significativa da economia das incontroláveis e traiçoeiras forças do mercado para as águas seguras do altamente lucrativo financiamento estatal”; a segunda é “deslocar as contradições devidas à *taxa decrescente de utilização*”, que se evidenciaram dramaticamente durante as últimas décadas de desenvolvimento nos países de capitalismo avançado” (2002, p. 809).

É por esses motivos que enquanto não se encontrar uma alternativa estrutural para lidar com os nexos causais das contradições “[...] que foram deslocadas com sucesso, a esperança de uma simples realocação dos recursos prodigiosos, agora investidos no complexo industrial-militar, fatalmente será anulada pelas determinações causais prevalecentes” (2002, p. 809). Vale salientar que isso também é válido para os problemas insolúveis dos países que vivem na condição de um ‘subdesenvolvimento’ forçado, ou seja, os do Terceiro Mundo.

Assinala Mészáros:

Se a condição para solucionar a crise estrutural estiver associada à solução dos quatro conjuntos de contradições [...], do ponto de vista da contínua expansão global e da dominação do capital, a perspectiva de um resultado positivo está longe de ser promissora. Pois é muito remota a possibilidade de sucesso até mesmo dos objetivos relativamente limitados, para não mencionar a solução duradoura das contradições de todas as quatro categorias em conjunto. O mais provável é, ao contrário, continuarmos afundando cada vez mais na crise estrutural, mesmo que ocorram alguns sucessos conjunturais, como aqueles resultantes de uma relativa “reversão

positiva”, no devido tempo, de determinantes meramente *cíclicos* da crise atual do capital (2002, p. 810).

De qualquer maneira, a razão que faz todos esses problemas se tornarem cada vez mais graves é que as questões que a humanidade vem enfrentando na atual fase do desenvolvimento histórico não têm como ser evitadas pelo “sistema do capital dominante nem por qualquer alternativa a ele” (2002, p. 220). Por causa das “incertezas do momento histórico, esses problemas surgiram com a ativação dos limites absolutos<sup>62</sup> do capital e não podem ser devidamente superados, nem se pode esperar que sua gravidade deixe de existir como por encanto” (2002, p. 220). Pelo contrário, eles continuam como uma forma de exigência de uma “ação corretiva” de grande alcance dos mais variados processos de reprodução da humanidade, que não pode ser adiada durante o tempo em que o círculo vicioso da atual incerteza histórica do capital não for terminantemente relegado ao passado. Esse estado de coisas leva Mészáros a afirmar que

As coisas mudaram bastante nessas últimas décadas, em relação ao passado expansionista. O deslocamento das contradições internas do capital podia funcionar com facilidade relativa na fase de ascensão histórica do sistema. Sob tais condições, era possível tratar de muitos problemas varrendo-os para debaixo do tapete das promessas não cumpridas, como a modernização no “Terceiro Mundo” e uma prosperidade bem maior nos países “metropolitanos”, afirmada com base na expectativa de produção de um bolo que cresceria infinitamente. Todavia, a consumação da ascensão histórica do capital altera radicalmente a situação (2002, p. 92).

Na realidade, chega-se ao ponto em que as promessas não cumpridas feitas pela burguesia capitalista devem ser totalmente esquecidas e “determinados ganhos alcançados pela classe trabalhadora em países capitalistas avançados devem ser

---

<sup>62</sup> Para Mészáros, “a expressão ‘limites absolutos’ não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da ‘ordem econômica ampliada’ dominante tentam fazer crer para nos submeter à máxima do ‘não há alternativa’” (2002, p. 220). Já os limites relativos “são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital (2002, p. 175).

negociados de maneira que possam assegurar a manutenção da ordem socioeconômica e política vigente” (PIMENTEL, 2012, p. 63). Todas as medidas criadas até agora na tentativa de tratar esse profundo defeito estrutural só tendem a agravar a situação. Isso significa que o capital, por causa da sua natureza antagônica, não mais possui o poder necessário para adaptar-se por muito tempo aos ajustes antes utilizados a fim de manter o “equilíbrio”, como acontecia quando da existência das crises cíclicas.

Nesse sentido, homens e mulheres se defrontam com as consequências desumanizadoras do capital advindas das suas próprias contradições e com a crise progressiva desse sistema de dominação. A crise estrutural do capital, com suas contradições, também afeta diretamente as instituições políticas e o campo da política propriamente dito, resultando numa crise estrutural da política.

## **A Crise Estrutural da Política e seus Desdobramentos**

As expressões de uma crise estrutural podem ser reconhecidas tanto em suas dimensões internas quanto nas instituições políticas. Diante da instabilidade das condições socioeconômicas atuais, há a necessidade de novas “garantias políticas” muito mais poderosas, que não podem ser proporcionadas pelo Estado. Desse modo, o “desaparecimento ignominioso do Estado de bem-estar social expressa claramente a aceitação do fato de que a *crise estrutural de todas as instituições políticas* já vem fermentando sob a crosta da ‘política de consenso’ há bem mais de duas décadas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

Com o advento da crise estrutural do capital a partir da década de 1970, Mézáros alerta para os últimos acontecimentos ocorridos desde lá, que vêm se estendendo pelo século XXI, demonstrando claramente a impossibilidade de sua resolutividade no campo da política, a qual constitui, no seu modo de pensar, um verdadeiro “fracasso social”. Exemplos dessa situação são problemas como a fome e a desnutrição no Brasil, que vêm se arrastando por sucessivos governos e que também persistem no mundo, com consequências devastadoras para a humanidade.

Como acontece corriqueiramente, em termos do discurso político tradicional, tais dificuldades podem ser atribuídas a “contingências políticas corrigíveis de forma mais ou menos fácil,

postulando assim como remédio mudanças de pessoas nas oportunidades eleitorais seguintes e estritamente dentro da ordem” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1). Na verdade, esta não seria uma explicação razoável, porque a *teimosa persistência* dos problemas em evidência com suas consequências desumanas aponta para uma série de articulações com raízes mais profundas que vão além de meras promessas de um discurso político, daí a razão de o desafio consistir no enfrentamento das “*causas e determinações estruturais* subjacentes às quais, pela força da inércia, tendem a descarrilar muitos programas políticos concebidos para a intervenção correctiva” (2006, p. 1). O problema é que “A descarrilá-los até mesmo quando na origem os autores de tais programas admitem que o estado de coisas existente é insustentável” (2006, p. 1).

Outro problema considerado pelo nosso autor como perigoso para a humanidade é a *chantagem nuclear*. Em outubro de 1999, numa palestra proferida em Atenas, ele já mencionava o fato de que:

Com toda a probabilidade, a forma final de ameaçar o adversário no futuro – a nova “diplomacia da canhoneira”, exercida a partir do “ar patenteado” – será a *chantagem nuclear*. Mas o seu objectivo seria análogo àquele do passado, ao passo que a modalidade contemplada só poderia sublinhar a indefensabilidade de tentar impor deste modo a racionalidade extrema do capital sobre as partes recalcitrantes do mundo (2006, p. 1-2).

Àquela altura, Mézáros esclarecia que estas “práticas potencialmente letais de fazer política do imperialismo hegemônico global” (2006, p. 2) transformaram-se em parte integral da concepção estratégica neoconservadora admitida pelo governo dos Estados Unidos da América. De lá pra cá, a situação piorou bastante. Basta verificar o problema que ocorreu no Irã em 2009, em que foi envolvido numa fase de planejamento real de uma “rota de ação” que poderia ameaçar não só aquele país, mas toda a humanidade com um possível desastre nuclear. A estratégia mais comum utilizada quando publicam essas ameaças é “nem confirmá-las nem desmenti-las” (2006, p. 2). No entanto, os indivíduos não podem ser ludibriados com esse tipo de truque. Foi essa situação de ameaça de um desastre nuclear que levou um grupo de renomados físicos americanos, entre eles cinco prêmios nobéis, a escrever uma Carta Aberta em sinal de protesto ao governo Bush.

Diante de tais acontecimentos, Mészáros indaga:

Estarão as legítimas instituições políticas das nossas sociedades em posição de rectificar as situações mais perigosas através da intervenção democrática no processo real de tomada de decisão, tal como o discurso político tradicional continua a reassegurar-nos, apesar de toda a evidência em contrário? (2006, p. 2).

Só os mais otimistas ou os ingênuos poderiam acreditar nesse “feliz” estado de coisas. Foi assim que as principais potências ocidentais embarcaram, sem nenhum impedimento, em guerras devastadoras, utilizando mecanismos autoritários sem consultar seus povos sobre assuntos da maior gravidade, deixando a cargo da estrutura do direito internacional e de seus respectivos órgãos a tomada de decisão das Nações Unidas. Assim, os EUA se sentem no direito moral de atuar conforme lhes agrada, chegando ao ponto de utilizar armas nucleares de forma antecipada ou até mesmo preventiva contra qualquer país, na condição de guardiães da “democracia e da liberdade”, sendo seguidos e apoiados de forma submissa nas suas ações ilegais pelas “grandes democracias”. Verifica-se assim a “idealização gratuita das presunções absurdas do ‘tremendo poder’ dos EUA e a correspondente projecção da ‘globalização’ como sendo a dominação nua da América, reconhecendo abertamente que os seus meios são *‘morte e destruição’*” (2006, p. 3).

O mais intrigante é a constatação de que em assuntos demasiadamente importantes, especialmente aqueles que podem ocasionar a destruição da humanidade, observa-se “nos mais altos níveis de tomada de decisão política nos EUA um consenso absolutamente perverso” (2006, p. 4). Isso é verdadeiro, apesar dos rituais periódicos das eleições para a presidência assim como para o Congresso, onde é suposto oferecerem-se alternativas reais. Contudo, as diferenças afirmadas em tais assuntos vitais são, em regra, apenas pretensas diferenças.

Comentou Mészáros em dezembro de 2002 que, muito antes da invasão do Iraque,

[...] o presidente democrata Clinton adoptou as mesmas políticas que seu sucessor, ainda que de forma mais camuflada. Relativamente ao candidato presidencial democrata, Al Gore, ele declarou que apoiou sem reservas a guerra planeada contra o Iraque porque tal guerra não significava uma

“mudança de regime”, mas apenas “o desarmamento de um regime que possuía armas de destruição em massa” (2006, p. 4)<sup>63</sup>.

Tal atitude faz lembrar também que Bill Clinton foi o primeiro presidente americano a bombardear o Afeganistão.

Mészáros salienta ainda que, lamentavelmente, os EUA não são o único país que deve ser caracterizado como “*um sistema unipartidário com duas alas de direita*”, conforme descreveu ironicamente o célebre escritor e crítico americano Gore Vidal. Na sua percepção, o Reino Unido (ou Grã Bretanha), que vem se autopromovendo como o país “mãe da democracia” devido à histórica Carta Magna, à época de Tony Blair se habilitou a essa mesma condição dos poderosos EUA. Exemplo disso é que “A guerra do Iraque foi carimbada no Parlamento Britânico quer pelo Partido Conservador quer pelo ‘New Labor’, com a ajuda de mais ou menos óbvias manipulações e violações legais” (2006, p. 5).

Diante desses acontecimentos, Mészáros afirma: “As consequências desta forma de regular os intercâmbios políticos e sociais são de longo alcance. De facto, elas podem ter implicações devastadoras para as alegadas credenciais democráticas de todo o sistema legal” (2009, p. 5). No entanto, essa forma de manipular e violar as leis internas e internacionais como meio para justificar o injustificável suscita graves perigos até para as condições constitucionais mais simples.

As mudanças negativas – a remoção do escrutínio legal vital e das salvaguardas do quadro político e legal dos seus “aliados” – não podem ser confinadas ao contexto (imposto pelos EUA) internacional. Elas tendem a pôr em causa a constitucionalidade em geral, com consequências incontrolláveis para a operacionalidade do sistema legal interno dos “aliados voluntários”, subvertendo as suas tradições políticas e legais. A arbitrariedade e o autoritarismo podem levar à loucura como resultado de tais mudanças altamente irresponsáveis, que não hesitam em arruinar até mesmo a constituição estabelecida (2006, p. 6).

Esses tipos de arbitrariedade “legal” e “autoritária” têm povoado o mundo global capitalista. No entanto, os problemas mais graves que precisam ser urgentemente solucionados foram

---

<sup>63</sup> A esse respeito, ver também Mészáros (2003).

deixados de lado. Alguns deles vêm se arrastando há muitas décadas, infligindo sofrimento e sacrifícios a milhares de pessoas. Conforme já advertiu Mészáros, “não podemos atribuir os problemas crônicos dos nossos intercâmbios sociais a mais ou menos facilmente corrigíveis contingências políticas” (2009, p. 7); deve-se, na realidade, descobrir o “porquê” relativo aos problemas reais substantivos. Para tal fim, “é necessário investigar as causas sociais e as determinações estruturais nas raízes das perturbadoras tendências negativas na política e na lei, de forma a se poder explicar a sua teimosa persistência e o seu agravamento actual” (2006, p. 7).

Resulta daí a importância de atentar para as diferenças relevantes entre os dois tipos de crise abordados no item anterior, pois é claro que a forma de lidar com uma crise estrutural não pode ser analisada em termos de categorias de uma crise periódica ou conjuntural.

Um ponto principal antecipado por Mészáros é que a política se refere à diferença crítica entre dois tipos de crise visivelmente contrastantes em questão. Portanto, cabe observar o “facto de que uma crise periódica ou conjuntural evolui e é mais ou menos resolvida com êxito *num* determinado enquadramento político, enquanto a crise fundamental afecta aquele enquadramento em si mesmo na sua totalidade” (2006, p. 8).

A distinção entre crise periódica e crise estrutural não é simplesmente um problema da aparente severidade desses dois tipos de crise. Como já foi visto, uma crise cíclica/periódica pode ser “dramaticamente severa”, a exemplo da Grande Crise Econômica Mundial de 1929-1933, e ter a capacidade de encontrar a solução nos parâmetros de um determinado sistema.

Aquele que interpreta modo equivocado a severidade de uma crise conjuntural como se ela fosse uma crise sistêmica fundamental, nos moldes como Stalin e os seus conselheiros fizeram à época da citada crise, “está condenado a levar a estratégias erradas e na verdade voluntaristas, como declarar a social-democracia como sendo a ‘principal inimiga’ no início dos anos 30, o que apenas poderia reforçar, como de facto tragicamente aconteceu, as forças de Hitler” (2006, p. 8).

Em sentido contrário, “o caráter ‘não explosivo’ de uma crise estrutural prolongada em contraste com as ‘tempestades e trovões’” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 8), através dos quais

podem ser resolvidas, também pode levar a estratégias mal planejadas, resultantes da má interpretação da ausência de “trovões”, como se isso fosse “[...] a prova esmagadora de uma estabilidade indefinida do ‘capitalismo organizado’ e da ‘integração da classe trabalhadora’” (2006, p. 8).

Esse tipo de interpretação altamente fomentada pela ideologia dominante sob a aparente capa de “objetividade científica” só reforça o posicionamento dos que representam a “aceitação auto-justificante de abordagens reformistas acomodatórias nos institucionalizados – anteriormente genuinamente de oposição – partidos e sindicatos da classe trabalhadora” (2009, p. 8). Alerta ainda para o fato de que, até entre os críticos mais profundamente comprometidos, “a mesma má interpretação relativamente à perspectiva indefinidamente livre de crise da ordem estabelecida pode resultar na adoção de uma *postura defensiva auto-paralisante*, como testemunhamos no movimento socialista nas últimas décadas” (2006, p. 8).

Não se pode entender a crise *política* dos dias atuais sem o enquadramento social mais amplo do qual a política é parte integrante. Isso significa dizer que para se apreender a natureza da crise que persiste e o aprofundamento da política no mundo de hoje, há que voltar a atenção para a crise do capital que se prolonga desde 1970, caracterizada como uma crise estrutural universal.

Como já mencionado, as características que definem uma crise estrutural do capital podem ser assim resumidas, pois possui: um caráter universal, abrangendo todas as esferas do sistema; um *alcance* verdadeiramente global, atingindo a totalidade dos países; uma escala de tempo extensa, contínua; um “modo rastejante” de se desdobrar. Isso significa que ela afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com seus subcomplexos com os quais está interligado.

Em oposição, uma crise não estrutural só afeta algumas partes do complexo e não coloca em perigo a sobrevivência do capital. Ademais, o deslocamento das contradições só é possível de ser realizado quando a crise é parcial, relativa e pode ser controlada internamente pelo sistema, exigindo mudanças consideradas significativas no interior do próprio sistema relativamente autônomo. O problema é que, diferentemente de uma crise conjuntural, uma crise estrutural põe em risco a própria existência

do complexo global, requerendo a sua substituição por algum complexo alternativo – daí por que a preocupação da crise estrutural não é com os limites imediatos, senão com os “derradeiros” limites de uma estrutura global.

Levando em consideração a inevitável, “complexa e prolongada natureza da crise estrutural, a desdobrar-se em tempo histórico num sentido de época e não episódico/instantâneo, é a *inter-relação cumulativa* do todo que decide a questão, ainda que sob a falsa aparência de ‘normalidade’” (2006, p. 10). Na verdade,

[...] sem apreendermos as conexões sistémicas globais e as implicações dos eventos específicos e os seus desenvolvimentos, perdemos de vista as mudanças realmente significativas e as correspondentes alavancas de potencial intervenção estratégica para afectá-las positivamente, no interesse da necessária transformação sistémica (2006, p. 10).

Observa-se que a crise estrutural dos dias atuais também se manifesta no domínio da política, pois a política, conjuntamente com seu enquadramento legal correspondente, ocupa uma posição de suma importância no sistema do capital. Argumenta nosso autor que

Isto se deve ao facto de o estado moderno ser a *estrutura de comando político totalizadora do capital*, exigida (enquanto a ordem reprodutiva agora estabelecida sobreviver) de forma a introduzir algum tipo de *coesão* (ou uma unidade de funcionamento eficaz) – mesmo numa bastante problemática e periodicamente avariada – dentro da multiplicidade de *constituintes centrífugas* (o “microcosmos” produtivo e distributivo) do sistema do capital (2006, p. 10).

Importa ressaltar que esse tipo de coesão só pode ser *instável*, porque depende da *relação de forças*, que tem uma natureza mutável. Quando essa relação de forças é rompida, ela precisa ser reconstruída de alguma maneira para que possa corresponder a uma nova relação de forças, até que seja novamente rompida. Como algo rotineiro, isso se repete por muitas vezes.

Nesse sentido, Mészáros afirma que

Esta espécie de dinâmica problematicamente auto-renovadora aplica-se tanto *internamente*, entre as forças dominantes de países específicos, e *internacionalmente*, exigindo reajustamentos periódicos de acordo com as relações de forças cambiantes entre a multiplicidade de estados na ordem global do capital. Foi assim que o capital dos EUA pôde adquirir o seu domínio global durante o século XX, em parte através da dinâmica interna

do seu próprio desenvolvimento, e em parte através da imposição progressiva da sua superioridade imperialista sobre as enormemente enfraquecidas potências imperialistas anteriores – sobretudo a Grã-Bretanha e a França – durante e após a Segunda Guerra Mundial (2006, p. 10).

A esse respeito, Mészáros observa que a grande questão é: “por quanto tempo pode este tipo de quebra e de reconstrução da coesão em funcionamento do sistema dado ser executado sem activar a crise estrutural do capital?” (2006, p. 10).

Já em relação ao papel da política na “reconstituição da coesão necessária”, ela sempre foi grande no sistema do capital porque um determinado sistema não poderia ser mantido sem a referida coesão, já que ele teria tendência a “desfazer-se em pedaços sob a força centrífugadora das suas partes constituintes” (2006, p. 10).

Para Mészáros,

O que aparece em geral sob a normalidade do capital como uma grande *crise política*, num sentido mais profundo deve-se à necessidade de produzir uma nova coesão ao nível societário global, de acordo com as materialmente modificadas – ou em modificação – relações de forças. Assim, por exemplo, as tendências *monopolizadoras* do desenvolvimento não podem ser simplesmente deixadas a si próprias sem provocar enormes problemas por toda a parte. Elas devem ser de alguma forma trazidas para um enquadramento relativamente coeso através da política – a estrutura de comando totalizadora do capital. Isto deve ser feito mesmo se os passos regulatórios adoptados como demonstração muitas vezes não passam senão de uma flagrante racionalização e justificação ideológica da nova relação de forças, a ser ainda mais favorável às corporações monopolistas (ou quase-monopolistas) como determina a tendência subjacente. Naturalmente, os desenvolvimentos monopolísticos internacionais têm lugar com base na mesma espécie de determinações (2006, p. 11).

Com isso, observa-se que todos esses processos, em princípio, são compatíveis com a normalidade do sistema do capital, sem necessariamente desencadear uma crise estrutural do capital nem tampouco a crise estrutural da política. Importa observar que, em relação à crise, há ainda *a crise na política*, ou seja, “crises específicas que se desdobram e se resolvem por si próprias dentro dos parâmetros administráveis do sistema político estabelecido – e não sobre a crise *da política*” (2006, p. 11).

A esse respeito, as instituições políticas têm a função de administrar, e até mesmo de criar, uma rotina de uma forma mais conveniente e duradoura para restabelecer a coesão social

necessária, em consonância com os contínuos desenvolvimentos materiais e com a “relação de forças cambiante”, ativando o arsenal cultural e ideológico disponível para aquela finalidade. Desse modo, “nas sociedades democratas capitalistas, este processo de domínio político é habitualmente gerido na forma de *eleições parlamentares periódicas* mais ou menos contestadas genuinamente” (2006, p. 12).

Mesmo com toda mitologia veiculada em causa própria sobre a “globalização universalmente benéfica”, isso fica mais difícil à medida que o sistema capitalista torna-se cada vez mais globalmente entrelaçado. A consequência disso é que se devem desenvolver mudanças significativas que resultam em graves consequências por toda a parte. Isso se deve ao fato de que a preocupação básica do país esmagadoramente dominante, os Estados Unidos, é manter o controle sobre o sistema capitalista global, através do absoluto poder do “imperialismo hegemônico global”.

No entanto,

[...] tendo em conta os custos materiais e humanos proibitivos envolvidos, que têm de ser pagos de uma forma ou de outra, este desígnio de dominação global inevitavelmente traz consigo imensos perigos assim como a resistência implícita, não só internacionalmente, mas também internamente. Por esta razão, a fim de manter o controle autoritário sobre o sistema do capital como um todo, sob as condições de uma crise estrutural em aprofundamento inseparável da globalização capitalista no nosso tempo, as inconfundíveis tendências autoritárias têm de se intensificar não só no plano internacional, mas também dentro dos países imperialistas dominantes, de forma a subjugar toda a provável resistência. As graves violações da constitucionalidade a que já assistimos nos Estados Unidos e no enquadramento legal/político dos seus aliados próximos, e o que provavelmente assistiremos mais no futuro, como pressagiado nas medidas e cláusulas legais codificadas até à data, ou ainda sob uma enviesada “consideração” particularmente no pipeline legislativo cinicamente manipulado, são indicações claras desta tendência perigosa, sob o impacto da crise estrutural do capital (2006, p. 12-3).

Um exemplo típico dessa “manipulação legislativa tendenciosa” é a maneira como as leis mais importantes de um país são elaboradas pela esfera executiva do governo, de forma que eles chegam a violar a lei dos direitos humanos em nome da manutenção da ordem estabelecida. Outro aspecto importante que deve ser observado é o retorno – nas duas últimas décadas do

século XX – de um flagrante imperialismo, acrescido de uma vingança, depois de durante muito tempo ter se disfarçado com sucesso como um mundo pós-colonial de “democracia e liberdade”. Nas circunstâncias atuais, ele assume uma forma particularmente destrutiva, dominando essa fase histórica, articulado com “a afirmação aberta da necessidade de se envolver, no presente e no futuro, em ‘guerras ilimitadas’” (2006, p. 13). Além disso, como mencionado anteriormente, nem mesmo recebeu decretar a “legitimidade moral” da utilização de armas nucleares – de forma “antecipativa” e “preventiva” – mesmo contra países que não possuem tais armas.

Resulta daí que desde que emergiu a crise estrutural do capital em 1970, a tendência que se coloca para os gravíssimos problemas apresentados pelo sistema capitalista é a de estes se acumularem e piorarem em todas as esferas, assim como no domínio da política. Contrariamente a todas as evidências, a lavagem cerebral existente da “‘globalização universalmente benéfica’ continua a ser propagandeada por toda a parte, pois não possuímos órgãos políticos internacionais viáveis capazes de reparar as consequências visíveis claramente *negativas* das tendências de desenvolvimento em curso” (2006, p. 13).

Já a crise estrutural da política, Mészáros concebe-a como

[...] uma parte integrante da há muito supurada crise estrutural do sistema capitalista. É *omnipresente* e, conseqüentemente, não pode ser resolvida através da manipulação auto-perpetuadora e apologética de qualquer dos seus aspectos políticos isolados. Muito menos poderia ser resolvida através da manipulação da própria constitucionalidade, da qual podemos observar muitos exemplos alarmantes. Nem mesmo pela subversão e abolição de uma vez da constitucionalidade (2006, p. 15).

Não se pode perder de vista, portanto, que o atual modo de controle sociometabólico encontra-se numa profunda crise. A resolutividade desse problema só pode ocorrer através da instituição de outro modo radicalmente diferente, fundado na igualdade substantiva que pela primeira vez na história se torna possível, segundo Mészáros.

Contudo, devido ao processo de destruição que ocorre até mesmo no meio ambiente, no campo da produção e na acumulação do capital, além das manifestações diretas e irresponsáveis da destruição militar, muitas pessoas hoje

comungam da ideia que a atual “ordem metabólica social não é viável a longo prazo”. Assim, o que deve ser colocado em primeiro plano em termos da “nossa consciência crítica quanto às tendências de desenvolvimento em andamento e ao seu *impacto cumulativo* é o facto de que o *longo prazo* se está a tornar cada vez mais curto no nosso tempo” (2006, p. 15). Por isso, Mészáros chama a atenção para o facto de que “A nossa responsabilidade é fazermos alguma coisa quanto a isto antes que se acabe o tempo”.

## Considerações Finais

Diante do exposto, dada a natureza global das transformações históricas que aconteceram desde os dias de Marx até hoje, verifica-se a existência de um processo global de desumanização que vem ocorrendo desde o desenrolar do século XX. Devido à sua própria natureza, o capital foi capaz de impor à humanidade as desumanidades numa escala incomensuravelmente maior do que antes, ao mesmo tempo isentando muito convenientemente suas próprias personificações de culpa e responsabilidade. Ele modificou apenas sua forma anterior de funcionamento, utilizando agora todo o arsenal tecnológico e os mecanismos de destruição contra os obstáculos que teve de enfrentar e superar, conforme os ditames de sua própria natureza.

Com a ascendência da crise estrutural do capital, constata-se que os limites absolutos do capital são ativados, revelando um conjunto de contradições expressas na atualidade. Suas principais características são: o antagonismo estrutural entre o capital transnacional em expansão e os Estados nacionais, já que a condição de sua existência é a oposição real ou potencial a outros Estados; a destruição e a devastação do meio ambiente; a liberação das mulheres, pois, na verdade, há ausência da prática da igualdade substantiva – no processo de luta das mulheres, a sua inserção em massa na força de trabalho no século XX não resultou em sua emancipação; o desemprego crônico, que traz como tendência a produção de uma “dinamite social” na própria estrutura do sistema do capital, pois ele mina a estabilidade social, desencadeando sérias consequências que vão desde a alta taxa de criminalidade entre os jovens até o perigo das graves agitações sociais. Suas formas de articulação e seus desdobramentos trazem o espectro da destruição, cujo caráter universal ameaça a humanidade por inteiro,

colocando em risco não só a sua própria existência, mas também a sobrevivência do capital.

Por esta razão, é preciso tomar consciência da ativação dos limites absolutos do capital e atentar para as suas implicações destrutivas, evitando cair nas falsas ilusões quanto à saída da crise.

Além da esfera socioeconômica, a crise estrutural tem seus reflexos a incidirem de forma bastante ruidosa sobre as instituições políticas. A crise estrutural da política que emerge no mundo globalizado origina-se da própria crise estrutural do capital e não pode ser solucionada estritamente no campo da política quer através da manipulação de políticas isoladas quer da própria constitucionalidade de suas leis.

Constata-se também a própria arbitrariedade “legal” e “autoritária” existente no capitalismo globalizado, deixando de lado os problemas mais urgentes, que precisam ser solucionados porquanto causam sofrimento e danos a milhares de pessoas. Dessa maneira, não se podem corrigir os problemas crônicos da sociedade vigente pela via das circunstâncias políticas.

Cumprir descobrir os nexos causais e as determinações estruturais existentes nas tendências negativas na lei e na política para que se possam elucidar os motivos de sua persistência e agravamento nos dias atuais. Portanto, não há hipótese de se apreender a persistente crise política sem vinculá-la à crise estrutural do capital, de caráter universal, que vem se arrastando desde 1970.

Nesses termos, a superação dos graves problemas atuais é possível somente mediante a superação das condições objetivas existentes nesta sociedade, realizada pelos próprios homens, na busca da igualdade substantiva, ou seja, indo além do capital, conforme apontou Mészáros.

## **Bibliografia**

BRAZ, Marcelo & PAULO NETTO, José. 2007. *Economia Política*. Uma introdução crítica. 2007. 3. ed. São Paulo: Cortez. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

MARX, Karl. 1996. *O capital – Crítica da economia política*. Livro Primeiro, Tomo 1; Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda. Trad.: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

MANDEL, Ernest. 1990. *A Crise do Capital: os fatos e a sua interpretação marxista*. São Paulo: Editora da Unicamp/Ensaio. Trad.: Juarez Guimarães e João Machado Borges.

MÉSZÁROS, István. 2002. *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. 1. ed. São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo Editorial. Trad.: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa.

\_\_\_\_\_. *O século XXI, socialismo ou barbárie*. 2003. São Paulo: Boitempo. Trad.: Paulo César Castanheira.

\_\_\_\_\_. 4/maio/2006. *A Crise Estrutural da Política*. Este ensaio constituiu o discurso de abertura do 13º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, em Maceió, Brasil. <<http://resistir.info/>>.

PIMENTEL, Edlene. 2012. *Uma “Nova Questão Social”? Raízes Materiais e Humano-sociais do pauperismo de ontem e de Hoje*. São Paulo: Instituto Lukács.

# CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATIVAS DO CAPITAL: DA DESTRUIÇÃO PRODUTIVA À PRODUÇÃO DESTRUTIVA NOS MARCOS DA CRISE ESTRUTURAL

*Helena de Araújo Freres*<sup>64</sup>

*Maria das Dores Mendes Segundo*<sup>65</sup>

*Maurilene do Carmo*<sup>66</sup>

Este artigo consiste numa breve análise acerca da função posta à ciência e à tecnologia nos marcos do capital, sobretudo no contexto histórico de crise estrutural, em que ambas se subordinam, sobremaneira, ao complexo industrial-militar para a produção, como denuncia Mészáros (2006, 2012), das forças de destruição em prejuízo da própria humanidade. A crítica marxista a

---

<sup>64</sup> Professora da Faculdade de Educação de Crateús da Universidade Estadual do Ceará (FAEC/UECE). Doutora em Educação. Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará (IMO/UECE).

<sup>65</sup> Professora do Centro de Educação da UECE. Professora da Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (E-Luta/UFC), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Mestrado Intercampi em Educação e Ensino. Diretora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará (IMO/UECE).

<sup>66</sup> Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (E-Luta/UFC). Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará (IMO/UECE).

essa articulação é de importância fundamental principalmente por dois motivos: o primeiro diz respeito à necessária denúncia da produção técnico-científica orientada para a destruição da humanidade e do planeta em que ela habita em benefício da reprodução do capital; o segundo vincula-se ao obstáculo criado pela luta de classes acerca do papel ideológico posto à ciência e à tecnologia vinculadas à indústria da guerra para mistificar a gênese das desigualdades existentes e acentuar ao máximo o controle sobre a classe trabalhadora nos tempos hodiernos, cujos preceitos convergem para a negação do legado de Marx.

É preciso lembrar que o ataque a Marx e a sua teoria não teve início nesse período histórico. Como se sabe, o próprio Marx sofreu em vida tal ofensiva. Como sua teoria instrumentaliza a classe trabalhadora na luta contra o capital, o ataque frontal engendrado por esse sistema sociometabólico contra essa teoria revolucionária incide diretamente no ataque ao trabalho.

No tempo histórico de Marx, este pensador teve que empreender uma luta homérica contra a disseminação da teoria do valor-utilidade, amplamente aceita a partir de meados do século XIX, ela própria refutada pela Economia Política Clássica. Essa teoria parte do pressuposto de que o valor das coisas tem sua origem na utilidade a elas inerente, ou seja, que o valor origina-se da necessidade que os indivíduos possuem para obtê-las. Marx criticou-a dizendo que a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso e essa utilidade é determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, existindo somente através delas. Mas um produto do trabalho pode ser valor de uso, sem ser valor, e o valor de uso não serve para explicar a natureza do valor na sociabilidade burguesa. Marx arremata que essa teoria

[...] trata apenas das relações aparentes, rumina, continuamente, o material fornecido, há muito tempo, pela economia científica, a fim de oferecer uma explicação plausível para os fenômenos mais salientes, que sirva ao uso diário da burguesia, limitando-se, de resto, a sistematizar pedantemente e a proclamar como verdades eternas as idéias banais, presunçosas, dos capitalistas sobre seu próprio mundo, para eles o melhor dos mundos (MARX, 2004, p. 103).

Por essa razão, disse Marx (idem, p. 24) que, com a teoria do valor-utilidade, que ganhou força, sobretudo, a partir das lutas de 1848-1849, “soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa” porque a esta classe não interessava mais investigar se

“[...] um teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente [...]”. Vale ressaltar que essa teoria vestiu-se, com a Economia Política Neoclássica, no início da década de 1870, de uma roupagem elegante, travestida de gráficos e teoremas para negar o valor-trabalho e, portanto, obnubilar a realidade existente.

Mas a investida atual, engendrada, sobretudo, no pós-segunda guerra, tem outra razão de ser: é que a Revolução Russa, embora fracassada, mostrou ao mundo que existe outra alternativa social possível e que essa alternativa precisa ser instaurada pelos homens. E contra essa alternativa o capital tem que lutar cotidianamente para garantir sua própria reprodução, por isso a elaboração cada vez maior de mecanismos ideológicos que aprofundam a mistificação da realidade, tendo em vista o controle social mais acentuado operado pelo capital sobre a própria sociedade.

Esse ataque hodierno possui duas ramificações que lhe dão origem: de um lado, essa ofensiva tem sido produzida inclusive por intelectuais que se diziam marxistas e que, declaradamente arrependidos, tornaram-se antimarxistas; de outro, uma crença positivista na tecnologia que busca jogar ao chão as prerrogativas de Marx, crença que alça a tecnologia ao posto sobre o qual reinaria o destino glorioso dos homens.

No que tange à primeira ramificação, tais autores buscaram na obra de Marx trechos isolados para apontar a suposta não validade dessa teoria. De forma diversa, tais intelectuais (Bell, Schaff, Castells, dentre outros) assinalaram que existiria um novo tempo marcado pelo fim do trabalho, da luta de classes, da ideologia e da história. No que concerne à crença secular na tecnologia, essa crença, no século XX, teria começado, de acordo com Mészáros (2012), com a chamada Revolução Gerencial, prosseguindo com a revolução Keynesiana, a revolução tecnológica, científica, a segunda revolução industrial, a terceira revolução industrial. A única revolução que foi cuidadosamente retirada da pauta, como destaca o autor, foi a revolução das relações sociais (MÉSZÁROS, 2012).

Longe de significarem dois projetos distintos, esses ataques constituem, na verdade, um só projeto: um fenômeno profundamente antiontológico que, no plano filosófico, encontrou lugar no neopositivismo, cuja manipulação abarca todas as dimensões da atividade humana, inclusive a científica. Utilizando-

nos das palavras de Mészáros (2012, p. 138), podemos dizer que esse projeto expressa a mais “[...] espalhafatosa racionalização ideológica das relações exploradoras capitalistas”.

Esse aparato de manipulação ideológica das consciências é aprofundado assustadoramente no contexto histórico de crise estrutural do capital, momento em que esse sistema expõe a olho nu suas próprias contradições, visíveis inclusive nos países desenvolvidos, nos quais já não é mais possível esconder, por exemplo, a necessidade de se “[...] oferecer sopões e outros benefícios miseráveis ‘para os pobres mercedores’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 104), pois a lógica do capital é sua própria expansão, e sua estrutura de mercado promove fratura entre produção e distribuição, produção e controle, produção e consumo, decorrente da subordinação do valor de uso ao valor de troca, fratura essa aprofundada no atual momento histórico. Sob a crise, esse problema se torna mais grave, pois, como lembra Paniago (2012, p. 59), o “intercâmbio antes possível entre produção/consumo/circulação com vistas à expansão, num processo de compensação mútua de restrições localizadas e parciais, não pode mais ser realizado”, de modo que o capital se reproduz, como denuncia Mészáros (2006; 2012), com base na produção do desperdício, acentuando exponencialmente a negação das genuínas necessidades humanas.

Acerca desse caráter incontrolável da natureza do capital, Marx, no Livro I, v2, capítulo XXIV de *O Capital*, utiliza-se das palavras de J. Dunning, para dizer que assim como a natureza tem horror ao vácuo, o capital tem horror a pouco lucro. E continua:

Com lucro adequado, o capitalista cria coragem. Dez por cento certos, e fica assegurado seu emprego em qualquer parte; com 20%, infla-se de entusiasmo; com 50%, é positivamente audacioso; com 100%, calca a seus pés todas as leis humanas; com 300%, não se detém diante de nenhum crime, mesmo sob o risco da força. Se a turbulência e a cizânia produzem lucros, encorajará a ambas. Prova: contrabando e tráfico de escravos (1994, p. 879).

Nestes tempos, o sistema do capital, dada a sua natureza incontrolável, necessita ativar seus limites absolutos, aqueles com os quais buscou historicamente evitar confrontar-se, inclusive na sua fase de ascendência histórica, mas que, no atual contexto, não podem mais ser escondidos nem deslocados. Esses limites absolutos são eufemisticamente explicados com mecanismos

ideológicos que escamoteiam a causa dos problemas, pois, já que o capital é incapaz de tratar as causas como causas (MÉSZÁROS, 2006), quanto mais intensas se tornam as contradições, mais se declara que estas foram ou podem ser superadas (idem).

Dentre esses limites absolutos, analisamos, aqui, em breves linhas, à luz da teoria meszariana, o desemprego estrutural e a destruição do meio ambiente. O primeiro traz consigo o espectro da barbárie. O segundo, igualmente assustador, ameaça pôr fim à existência de qualquer forma de vida, inclusive a humana.

No caso do desemprego estrutural, esse problema é apresentado como uma consequência inevitável do progresso tecnológico, o chamado “desemprego tecnológico”, que seria decorrente do acentuado desenvolvimento técnico-científico e que atingiria apenas aquelas pessoas não-qualificadas. Mézárós (2006), pelo avesso da retórica do capital, explica que o desemprego, no atual contexto histórico marcado por uma crise estrutural, atinge a totalidade da força de trabalho da sociedade, pois se trata de um problema que não mais atinge somente trabalhadores não qualificados, mas também aqueles altamente qualificados. Além disso, não se restringe a ramos periféricos da produção, ou aqueles considerados obsoletos, mas atinge setores altamente modernizados como a tecnologia espacial e as indústrias naval, aeronáutica, eletrônica e mecânica. Mézárós (idem) explicita ainda que o desemprego estrutural não mais se limita aos “bolsões de desenvolvimento”, mas tornou-se um problema generalizado, incluindo também os países avançados. Dada a gravidade do problema, o desemprego estrutural, no limite, não mais constitui um exército industrial de reservas à espera das poucas vagas disponíveis no mercado, mas se tornou um empecilho para o próprio capital, que, por sua vez, necessita controlá-lo. Paniago (2012, p. 67), citando Staughton Lynd, em *Our kind of Marxist: from an interview with Staughton Lynd*, explica, acerca da gravidade desse problema, que é possível dizermos que, hoje, “é como se o exército de trabalhadores de reserva fosse o mundo todo”<sup>67</sup>.

Em se tratando da destruição ímpar do meio ambiente, esse problema aparece como uma das preocupações atuais do capital e dos seus apologetas, com destaque para a propalada problemática do clima, que, efetivamente, potencializa uma catástrofe global.

---

<sup>67</sup> Itálicos no original.

Para além das vozes que ecoam em favor do estabelecimento de acordos, metas e prazos, a preocupação com a problemática do meio ambiente, mesmo que possa vir, em alguma medida, eivada de piedosas intenções, não passa de uma falácia, tendo em vista que sua resolução constitui uma impossibilidade histórica nos marcos de uma sociedade na qual a produção está fundada no desperdício e, portanto, promove o esgotamento dos recursos naturais ainda existentes para vomitá-los em forma de imensidões de lixo que vagueiam pelas águas do planeta, quando não mais podem ser empurradas recicladamente na garganta dos consumidores.

Paniago (2012, p. 136) explica acerca da problemática ambiental que “[...] iludem-se aqueles que creem deter o capital no que tem de mais visivelmente destrutivo – a natureza e os seres humanos” –, pois, como Mészáros adverte, “[...] a degradação da natureza ou a dor da devastação social não tem qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior” (MÉSZÁROS apud PANIAGO, *idem*, *ibidem*).

É por isso que Mészáros (2006; 2012) denuncia que a questão ambiental, ilusoriamente apresentada como um projeto de “revolução verde”, de responsabilidade, sobretudo, dos países periféricos, abrange todos os aspectos vitais das condições de reprodução sociometabólica, desde a alocação perdulária de recursos naturais até a utilização, do mesmo modo irracional, de tecnologias que põem em risco a saúde e a vida dos seres humanos para manter a saúde do sistema e de seu projeto expansionista. Como um dos exemplos dessa perdularidade, Mészáros cita a produção de alimentos. Este autor levanta sua voz para denunciar, como o fizera Marx, que o capital condena à fome milhões de seres humanos para assegurar o desperdício altamente lucrativo, pois sua lógica é, conforme aponta a crítica marxista, sua própria reprodução, não importando as consequências nefastas sobre os homens e o meio ambiente. Por isso, podemos assegurar, como põe o filósofo húngaro, que levantar a bandeira da “revolução verde” é um engodo cujo objetivo é ludibriar os homens que, dependendo do lado que ocupam na teia das relações sociais mercantis, não avistam qualquer alternativa social antagônica ou, então, envidam esforços para esconder da totalidade social a possibilidade da alternativa socialista. Portanto, conclui Mészáros (2012) que essa verde “revolução” terá o chão como palco

somente quando a revolução vermelha tornar-se uma realidade objetivamente instaurada pela humanidade.

Sem a revolução vermelha, qualquer “revolução”, seja lá de que cor for, não tem condições de vingar, pois a verdade é que o capital, incapaz de atender genuinamente às necessidades dos homens, subordina a si “todas as áreas das atividades humanas, desde os processos econômicos mais básicos até os domínios intelectuais e culturais mais mediados e sofisticados” (MÉSZÁROS, 2012, p. 16). É o caso também, como não poderia deixar de ser, da ciência e da tecnologia nos marcos do capital. A ciência, no contexto histórico de crise estrutural, foi militarizada, posta a serviço do complexo industrial-militar a serviço da produção de descartáveis, cujo relacionamento, como diz o pensador húngaro, ameaça o futuro da própria ciência.

É preciso ressaltar que a ciência moderna sempre esteve ligada ao dinamismo contraditório do capital, não podendo deixar de ser orientada para a implantação eficaz dos imperativos objetivos desse sistema. E foi Marx quem denunciou que o desenvolvimento científico e tecnológico constitui a estratégia do capital para a extração da mais-valia relativa, sem abrir mão da mais-valia absoluta, reduzindo o tempo de trabalho necessário e aumentando o tempo de trabalho excedente, pois a indústria está assentada nesse desenvolvimento científico e tecnológico para baratear a força de trabalho ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade do trabalho, intensificando a exploração do trabalhador.

Ancorado em Marx, Mészáros (2006; 2012) ressalta que não é o desenvolvimento técnico-científico o lugar onde residem as consequências destrutivas sobre a humanidade e o planeta. É o capital que produz a fragmentação da ciência, direcionada para tarefas cada vez mais reificadas e perigosas. O capital torna a ciência “ignorante e despreocupada quanto às consequências de sua intervenção prática no processo de acumulação do capital, separando-se da luta social que decide seus valores [...]” (MÉSZÁROS, 2012, p. 270), produzindo infelicidade aos homens, pois foi posta a serviço do capital e não da humanidade que a produz. A razão dessa infelicidade não jaz na própria ciência, mas no capital, que a utiliza para atender aos seus objetivos específicos e, no atual momento, articula-a ao complexo industrial-militar para produzir tóxicas montanhas de lixo e destruir as forças produtivas. Denuncia Mészáros (2012) que essa articulação é direcionada para

o aniquilamento catastrófico da natureza e dos próprios homens, ativando assustadoramente as forças de destruição, chamando-nos a atenção para o fato de que essa determinação, operada pela separação entre valor de uso e valor de troca, não é científica e sim econômica e reside não na ciência e na tecnologia, mas na própria economia, organizada, nunca é demais reiterar-se, de acordo com os imperativos do capital e não das genuínas necessidades humanas. A força motriz dessa destrutividade repousa no capital. Trata-se, pois, em última instância, da ciência de uma determinada ordem social.

Esta é a manifestação do capitalismo de nosso tempo, que exige o desenvolvimento de pesquisas para orientar a produção em direção à destruição, porque esta favorece a obtenção de grandes lucros, interessando ao capital, por exemplo, uma formação científica que provoque câncer por radiação nuclear em vez de descobrir sua cura, não distinguindo o crescimento de uma criança do crescimento de um câncer (MÉSZÁROS, 2006, 2012). Este é o papel que assumem a ciência e a tecnologia na produção de descartáveis. E quando lucrativamente a encontra, tal descoberta baseia-se no sacrifício de animais para produzir medicamentos que, nos homens e nos próprios animais, atacam um problema e provocam outros. Ou seja, a produção de medicamentos acaba por consistir, flagrantemente, no mercado da doença e da morte de tudo o que é vivo.

A ciência e a tecnologia, definitivamente postas a serviço do complexo industrial-militar, direcionam catastróficamente a natureza contra a humanidade, “na mais insana de todas as equações concebíveis” (MÉSZÁROS, 2012, p. 289), pois estão altamente comprometidas com o poder destrutivo da indústria da guerra, constituindo-se numa expressão de um mundo demente. Esse ramo da indústria, cuja utilidade atende unicamente às necessidades do capital, abrange uma vasta área da produção e da reprodução social, para a qual são destinados recursos generosos que poderiam salvar da fome bilhões de pessoas no mundo<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Segundo dados do *Stockholm International Peace Research Institute*, os EUA ocupam o primeiro lugar nos gastos com a guerra. Em 2016, por exemplo, este país gastou 611 bilhões de dólares com a guerra. Para termos uma ideia da dimensão destrutiva desses gastos, o segundo lugar é ocupado pela China, cujos gastos destinados ao complexo industrial-militar atingiram, nesse mesmo ano, 215 bilhões de dólares. Vide o sítio eletrônico <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/25501/SIPRI---Gastos-Militares-no-Mundo---2016/>.

Mészáros (2012, p. 299) insiste na denúncia de que, à sombra do complexo industrial-militar, “[...] a ciência afastou-se de seus objetivos positivos e assumiu o papel de auxiliar a multiplicação das forças e modalidades de destruição” a serviço da obsolescência planejada para evitar o fantasma da superprodução e contribuir para a produção da taxa de utilização decrescente da mercadoria. Essa taxa consiste na lei tendencial-chave do dinamismo do capital em crise, pois força propositadamente a redução da vida útil das mercadorias para acelerar o consumo de lixo. É essa taxa, pois, que, nos tempos hodiernos, assegura a expansão do capital, criando necessidades artificiais ao mesmo tempo em que nega para grande parte da humanidade as necessidades básicas para a garantia da própria existência.

De acordo com Mészáros (2006), com efeito, no contexto histórico atual, não é possível a produção voltada para o valor de uso (na forma e dimensão que esta se dava no chamado período civilizatório do capital), não importando mais a taxa de utilização de uma dada mercadoria, mas, como diz este pensador húngaro (2006, p. 661), “o decréscimo de suas horas de uso diário”. O que interessa nesse novo estágio do capital é a redução dessa taxa de utilização sem diminuir a demanda. Nas palavras de Mészáros (*idem*, *ibidem* – itálicos do autor), “se a *taxa de utilização* de um determinado tipo de mercadoria pudesse ser *diminuída* de, digamos, 100% para 1%, mantida constante a demanda por seu uso, a multiplicação potencial do valor de troca seria correspondentemente centuplicada”. Afirma este pensador, nessa mesma linha de análise, que a redução da taxa de utilização real tem sido o principal meio pelo qual o capital conseguiu acumular, o que ocasiona um enorme montante de desperdício à custa da humanidade e do planeta, ou seja, essa taxa abriu novas possibilidades para a expansão do capital, pois constitui um recurso utilizado por esse sistema para manter sua acumulação ilimitada, tendendo à taxa zero das mercadorias. Essa estratégia é alcançada por meio da restrição artificial do consumo, ou seja, o consumo é estimulado, mas não o consumo das coisas úteis, necessárias à existência humana, e, sim, daquelas que contribuem para a reprodução ampliada do capital: o supérfluo, eliminando o consumo real e estimulando o “consumo” fictício de produtos que, caso não existissem, não fariam falta alguma aos indivíduos que os adquirem, muito menos à sociedade em geral.

Para demonstrar o perigo de uma produção voltada para a perdularidade, o autor ainda ressalta que a ciência, articulada ao complexo industrial-militar, cumpre a função de eliminar a diferença entre consumo e destruição. Consumo e destruição são, para o capital, equivalentes funcionais, pois, por meio do aparato técnico-científico, o capital iguala a produção para a destruição com a produção mesma, visto que esse sistema não separa progresso de desperdício nem avanço de destruição. Conclui Mézáros (2009, p. 73) que o capital, “quanto mais destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes da destrutividade; quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante” que deve ser consumido e, do mesmo modo grave, deve ser considerado como extremamente necessário, na tentativa de identificar as necessidades do capital com as necessidades da humanidade. O capital, cujo desenvolvimento “impôs à humanidade a produção da riqueza como a finalidade que a tudo absorve” (MÉSZÁROS, 2006, p. 610), exigiu a produção destrutiva como uma necessidade no atual contexto histórico, lançando “sua sombra como uma ameaça constante e aguda à sobrevivência” (idem, 527-528) da própria humanidade, qual seja, a sombra da incontrollabilidade, cuja escuridão se acentua cada vez mais.

Quando Marx (2011, p. 587) apontou nos *Grundrisse* que, na grande indústria, a ciência tornou-se cativa “a serviço do capital”, o pensador alemão dirigia sua denúncia não à própria ciência, mas à ciência desse tipo de sociedade, que degrada os homens e os empurra para níveis mais baixos de humanidade. Marx já acusava em seu tempo que a função da ciência, nessa sociedade, apropriada pelo capital, é valorizá-lo e desvalorizar a capacidade do trabalhador, visto que fora incorporada à máquina para a produção de mercadorias e, em nosso tempo, de lixo superabundante.

Marx apontou incansavelmente que, sob a lógica do capital, a maquinaria aumenta a jornada de trabalho e sua intensidade; submete o homem por meio da força da natureza e pauperiza o produtor à medida que enriquece a classe que lhe é antagônica, numa relação inversamente proporcional. Portanto, Marx não era contrário ao desenvolvimento científico e tecnológico – a partir de suas prodigiosas potencialidades ontológicas. O que ele denunciava era, isto sim, esse desenvolvimento contra a humanidade que o criou.

Esse pensador revolucionário alemão compreendia que, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho e facilita o próprio trabalho, aumenta a riqueza do produtor, liberta o homem do trabalho sujo e aumenta o tempo livre. Esse aumento do tempo livre é *condition sine qua non* para que seja possível ao homem o pleno desenvolvimento das forças produtivas para o atendimento das necessidades humanas e para o livre desenvolvimento das suas potencialidades. Marx entendia que o máximo desenvolvimento das forças produtivas, potencializado pela aplicação livre das potencialidades criativas da ciência, possível em uma sociedade racionalmente planejada, constitui o pré-requisito necessário para o desenvolvimento das individualidades, desenvolvimento esse que consiste na razão de ser do socialismo (MÉSZÁROS, 2012). É evidente que essa função precípua do desenvolvimento científico e tecnológico pode existir somente numa sociedade autenticamente humana.

Como vemos, não é Marx quem é contra o desenvolvimento científico e tecnológico para o enriquecimento humano. Quem é contra esse desenvolvimento a serviço da humanidade é o capital, que, sob a crise estrutural, faz avançar mais ainda o desenvolvimento da ciência e da tecnologia para garantir sua própria reprodução e, em benefício dela, intensificar o controle sobre a classe trabalhadora. E ainda, tal desenvolvimento é apresentado como vantagem sobre essa mesma classe, numa completa negação do futuro (MÉSZÁROS, 2012). Vale acrescentar que, na luta entre capital e trabalho, a ciência e a tecnologia têm de ser mistificadas, explicadas como a âncora sobre a qual residiria o destino esplendoroso dos homens, isso no contexto histórico de crise estrutural, a fase mais mortal desse sistema sociometabólico.

Nesses tempos, o capital necessita recorrer a teorias muito bem aceitas para aquiescer nossas consciências em relação à gênese dos nossos problemas. Não se importando com a gravidade de tais problemas para o presente e para o futuro, o capital procura soluções irremediáveis para os seus defeitos cada vez mais profundos, resultando em elaboração e disseminação de teorias que jogam um papel importante na luta ideológica desse nosso tempo para, apesar das dores que realmente esse sistema provoca em nós, sejamos levados a crer em soluções mágicas para essas mesmas dores.

Dentre essas teorias, podemos apontar aqui a tese de dita sociedade ou economia do conhecimento, herdeira de outra tese, a de que estaríamos vivendo numa sociedade pós-industrial, dentre outras denominações. A tese dessa ilusória sociedade proclama, dentre outros aspectos, que: [1] o valor-trabalho teria sido eliminado devido à pretensa transformação da ciência em principal força produtiva; [2] a noção tradicional de desemprego teria perdido seu significado, pois, nos tempos hodiernos, o desemprego teria assumido a forma de um desemprego tecnológico, que atingiria apenas os não-qualificados; [3] a pobreza estaria relacionada apenas a pequenas “ilhas”; [4] caberia à revolução verde solucionar o problema da ecologia, bastando, para tanto, o esforço de cada um de nós; [5] estariam eliminadas definitivamente a contradição capital *versus* trabalho, portanto, a luta de classes e a exploração do trabalho, o que significaria, ainda, o cancelamento definitivo da propriedade privada. Decorrência imediata dessa tese é a consideração de que a ciência e a tecnologia é que constituiriam o sujeito da história enquanto o verdadeiro sujeito é considerado como um pseudo-sujeito que nada pode fazer diante do maravilhoso desenvolvimento técnico-científico e, ainda, que não possui os elementos teóricos para compreender que, nos moldes do capital em crise estrutural, esse mesmo maravilhoso desenvolvimento potencializa o fim da humanidade e do planeta (MÉSZÁROS, 2006), mantendo atualíssima a célebre frase do Conde de Gloucester, em *Rei Lear*, de Shakespeare: “Desgraçado do tempo em que os loucos guiam os cegos”.

Não é à toa que essa tese é amplamente proclamada. Essa tese representa, para o capital, o golpe final contra a teoria marxiana, pois se ergue contra o trabalho, pedra angular dessa teoria essencialmente revolucionária. O ataque ao trabalho representa a negação, por parte do capital e de seus apoletas, de uma classe revolucionária por excelência, pois preconiza que o conhecimento e não o trabalho constituiria a categoria central da sociedade atual, adensando mais ainda o véu nebuloso que encobre a desumanidade engendrada por esse sistema contra a humanidade. Marx, para os apoletas do capital, estaria ultrapassado e não poderia mais explicar os nossos tempos. Portanto, esse pensador revolucionário estaria definitivamente morto e enterrado no século XIX juntamente com sua teoria, que não teria mais nenhuma serventia.

Esse projeto arquitetado pelo capital contra Marx e sua teoria faz parte de um conjunto de “ideologias anti-ideológicas” (MÉSZÁROS, 2012) elaboradas em benefício da reprodução desse sistema, cumprindo um papel eficaz no processo de controle social, de modo que se torna

[...] bastante revelador que os apologistas do modo estabelecido de reprodução sociometabólico continuem a fantasiar sobre a nossa alegada “sociedade *pós-industrial*”, descartando perversamente as condições absolutas da sobrevivência humana como anacronismo histórico, para distorcer a segunda ordem das mediações do capital historicamente geradas e cada vez mais problemáticas como absolutas e historicamente insuperáveis (MÉSZÁROS, 2006, p. 179).

O discurso que apregoa a existência dessa sociedade expressa a necessidade do capital de impor sua lógica sobre a humanidade, fazendo-a acreditar na existência de uma sociedade livre nos marcos do próprio capital. Mais uma vez, Marx estaria errado quando afirma que o desenvolvimento científico e tecnológico possui como função precípua (que só pode ser realizada numa sociedade autenticamente humana baseada no trabalho livre das amarras do capital) aumentar o tempo livre para o desenvolvimento das potencialidades humanas e libertar os homens do trabalho sujo. Marx estaria definitivamente errado ao afirmar, na *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, que, com o incremento da ciência e da tecnologia incorporadas na maquinaria, a grande massa dos trabalhadores, em toda parte, afunda-se mais ainda, na mesma proporção em que a classe que lhe é antagonica sobe na escala social. E mais: que, em toda parte, tornou-se “[...] uma verdade demonstrável a todo espírito sem preconceitos e apenas negada por aqueles cujo interesse está em confinar os outros a um paraíso de tolos” que nenhuma melhoria da maquinaria, ou seja, “[...] nenhuma aplicação da ciência à produção, nenhuns inventos de comunicação, nenhuma nova colônia, nenhuma emigração, nenhuma abertura de mercados, nenhum comércio livre, nem todas estas coisas juntas, farão desaparecer as misérias” nas quais foi mergulhada a classe trabalhadora, “[...] mas que, na presente base falsa, qualquer novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho terá de tender a aprofundar os contrastes sociais”, agudizando a miséria

que assola a classe<sup>69</sup> produtora da riqueza para outrem. É por isso que “enxergar no crescimento da ciência o novo agente da transformação social, graças à estrutura de classes da sociedade pós-industrial, é entregar-se às fantasias ‘pós-ideológicas’ dos apologetas sociais” (MESZÁROS, 2012, p. 285), que afirmam os fins dos problemas humanos em escala global por meio da tecnologia.

Ao contrário do que apregoam os apologetas do capital, podemos afirmar que Marx e aqueles que com ele concordam têm razão. Os problemas da humanidade serão superados somente quando for instaurada uma sociedade autenticamente humana, na qual os homens, desenganados, como afirma Marx na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, poderão girar em torno de seu verdadeiro sol. Como a instauração dessa sociedade é possível, mas ainda constitui uma tarefa a ser cumprida no futuro (se tivermos a sorte de um futuro), a arma que nos instrumentaliza na luta contra o capital é a arma da crítica, cuja função, como escreveu Marx na obra acima citada, consiste em impulsionar os homens para que arranquem as flores imaginárias que enfeitam as cadeias, não para que suportem as sombrias cadeias, mas para que se libertem das cadeias e apanhem a flor viva. Sorte do homem que nascer no socialismo!

## Referências Bibliográficas

LUKÁCS, Georg. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

\_\_\_\_\_. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Civilização Brasileira, Livro 1, Tomo I, 2004.

---

<sup>69</sup> Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K; ENGELS, F. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1983, p. 9.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Editora Bertrand S.A., Livro 1, Tomo II, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, Livro 2, Volume III, 2011a

\_\_\_\_\_. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UERJ, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1964.

\_\_\_\_\_.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1999

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

PANIAGO, Cristina. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.



# RACISMO NO BRASIL: DA RESISTÊNCIA À NEGOCIAÇÃO

*Uelber Barbosa Silva*<sup>70</sup>

## **Introdução**

As pesquisas sobre escravidão e racismo influenciaram na adoção generalizada de políticas afirmativas no Brasil. Da criminalização do racismo e demarcação de terras quilombolas, estabelecidas na constituição brasileira de 1988, até as cotas em vestibulares, concursos públicos e seleções para programas de pós-graduação, uma série de leis foi sancionada pela União, pelos estados e municípios, como pelo distrito federal para supostamente corrigir os mais de trezentos e cinquenta anos de escravidão e racismo. Muitas dessas investigações, entretanto, estão centradas na dimensão cultural e política da questão, isto é, na valorização da cultura afro e do pertencimento étnico e na luta pela inclusão da população negra nos processos de cidadania (direito a educação, saúde, moradia e terras e contra o encarceramento em massa e o genocídio da juventude negra etc.). Tais produções, muitas vezes, acabam por fundamentar estratégias de integralização da população negra (ao menos uma parcela dela) ao sistema do capital, como fica evidente na proposta do empreendedorismo negro.

---

<sup>70</sup> Licenciado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Integrante do Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social, da Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas.

A escravidão e o racismo no Brasil não são temas novos. Existe uma produção especializada sobre os dois temas – que se complementam, mas não são idênticos – pelo menos desde o final da década de 1980. Nas últimas três décadas, o número de pesquisadores interessados pelo tema tem crescido, especialmente a partir de uma consciência maior por parte daqueles que sofrem os efeitos do racismo e reagem contra eles. Surgem e se reinventam tendências teórico-metodológicas na tentativa da explicação desses dois complexos singulares, apoiadas em especial na perspectiva do multiculturalismo.

Gonçalves e Silva (2006, p. 12) trataram o multiculturalismo separando-o em duas fases. Na primeira, afirmam os autores, ele se expressou como uma “proposta política ingênua e leviana” que foi um verdadeiro “estímulo à fragmentação da vida social”. Já na segunda, argumentam que ele, opostamente, transformou-se em “uma estratégia política de integração social”<sup>71</sup>. Essa aparência de mudança é, no entanto, apenas uma aparência. Ao propor que a população negra deva lutar por direitos sociais, ocupando espaços de poder e prestígio social, o multiculturalismo silencia em relação às contradições sociais, ignora essas mesmas contradições ou, ainda, aponta para a possibilidade do sistema do Capital incorporar as demandas da população negra.

O multiculturalismo propaga a falsa ideia de que seja possível um capitalismo sem racismo, no qual as negras e os negros serão respeitados e, assim, passarão a ocupar os espaços de poder político, para, logo em seguida, serem integrados à classe dominante como personificações do capital. Para tanto, demandam políticas públicas específicas e criam estratégias de acumulação de capital, buscando assumir posições de destaque no interior da economia burguesa.

Silva (2012), ao analisar a questão racial, afirmou que o racismo cumpriu e continua a cumprir o papel das ideologias que intervêm nos conflitos sociais no intuito de repor a ordem, falseando a realidade social com o objetivo de manter o *status quo* da burguesia, objetivando-se como expressão da alienação que distorceu a autoimagem do gênero humano, possibilitando a produção de teses que dividiram e hierarquizaram a sociedade em “raças”, para,

---

<sup>71</sup> Para saber mais ver: SILVA, Uelber B. Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Disponível em: [www.institutolukacs.com.br](http://www.institutolukacs.com.br).

assim, justificar e promover as colonizações, o sequestro e a escravização de populações e as anexações que edificaram uma verdadeira barbárie humana, envolvendo verdadeiras carnificinas – processo que ainda hoje produz consequências desumanizadoras.

As publicações sobre a escravidão e a questão racial brasileira, ao articularem política e cultura – sem relacioná-las ao modo de ser do Capital Mercantil e, posteriormente, Industrial –, não apreendem o ser precisamente assim social desses complexos, embora sejam temas relevantes e a cada dia mais investigados e discutidos.

Neste artigo, buscou-se investigar até que ponto as políticas afirmativas contribuem para a erradicação das desigualdades sociais e do racismo que atingem a população afro-brasileira. Para tanto, partiu-se das seguintes perguntas: qual a gênese e a função social da escravidão moderna? Qual a gênese e a função social do racismo? Seria o Estado capaz de incorporar as demandas da população negra? Tais demandas são de fato necessárias à luta contra a desigualdade social e contra o racismo?

O referencial teórico-metodológico utilizado na construção deste artigo é de natureza ontológica e histórico-dialética, compreendendo um parâmetro peculiar que comporta: a) uma noção de totalidade como um complexo de complexos, na qual tanto a máxima universalidade possível quanto as mais simples singularidades são totalidades mais ou menos complexas – em que as mais complexas contêm as menos complexas; b) o caráter objetivo da realidade social que requisita prioridade do objeto no desenrolar da pesquisa, sendo o sujeito do conhecimento componente dessa objetividade, significando, a rigor, que sujeito e objeto possuem uma unidade, mas não uma identidade. Assim, o sujeito precisa refletir em sua consciência com a máxima fidelidade e precisão a dinâmica do objeto, o seu ser-precisamente-assim social. Essa postura teórico-metodológica – fundamentada na tese marxiana do trabalho como fundamento do mundo dos homens, na forma abordada por György Lukács (2013) – exige que o sujeito ultrapasse a aparência imediata do objeto, desvelando seu movimento e sua estrutura.

## **O escravismo colonial mercantil**

A crise do sistema social feudal europeu abriu caminhos para tomadas de decisões político-econômicas que determinaram a vitória da revolução burguesa, levando às navegações que possibilitaram a exploração colonial da América e da África, criando condições necessárias – entrelaçadas a outros elementos – para o surgimento, aprofundamento e expansão da revolução industrial. Entretanto, no século XIX, o desenvolvimento da ideologia burguesa, expressa pelo liberalismo clássico, ao refletir sobre as profundas alterações na conjuntura político-econômica internacional, levou à ruptura dos estatutos jurídicos entre colônias e metrópoles e à abolição formal da escravatura. A população brasileira, nessa conjuntura, nas proximidades da independência, era composta, segundo Costa (1998, p. 19), por

[...] aproximadamente, 1 milhão e 347 mil brancos e 3 milhões e 993 mil negros e mestiços entre escravos e livres. Em certas áreas, os cativos constituíam maioria absoluta. Sua distribuição era irregular, em alguns pontos mais concentrada, como Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os caminhos da escravidão seguiam as etapas da economia.

Interessante nesse processo histórico é que no século XIX, mesmo sob a vigência formal do liberalismo econômico e político, a escravidão permaneceu no Brasil por mais de 60 anos, mediante subterfúgios justificadores, em que os interesses das elites do Império mascararam a realidade e formaram uma opinião pública favorável à manutenção do regime escravista. A abolição formal da escravidão e o estabelecimento da República contribuíram para a articulação paulatina das ideologias racistas do embranquecimento e da democracia racial, configurando os determinantes da composição étnica da desigualdade social gerada pelo Capital.

Em sua totalidade, a ideologia racista criou um critério de seleção econômica que se fundamenta em supostas diferenças “raciais”, explicitadas em estereótipos relacionados à cor da pele e a outros traços fenotípicos mais evidentes que ajudaram a elaborar padrões de ajustamento inter-raciais, ainda que falsos, de inferioridade mental, moral e/ou social da população negra, levando-a à completa marginalidade ou mesmo à privação de direitos sociais básicos e fundamentais, nos limites da identidade nacional criada pela burguesia – e que persistem até hoje, ainda que manifestos de forma disfarçada.

Os mecanismos ideológicos da alienação racial emergiram de condições materiais postas pelo Capital Mercantil e se solidificaram a partir da consolidação do Capital Industrial. A objetivação da alienação ideológica do racismo na vida cotidiana, intimamente ligada ao indivíduo, generalizou-se e materializou-se pela desumanização dos trabalhadores escravizados, numa ininterrupta necessidade de inferiorizar os africanos e afro-brasileiros para que se pudesse justificar a escravidão – no contexto em que as principais potências ultramarinas, sobretudo a Inglaterra, criaram um proletariado livre para vender sua força de trabalho, “que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes” (MARX, 2013, p. 786). O escravismo colonial mercantil criou as mediações para que o trabalhador escravizado fosse convertido em mercadoria e, através da ideologia racial, fosse excluído do gênero humano.

Silva (2012), ao tratar da escravidão moderna como uma particularidade da totalidade do Capital Mercantil, e este como fundamento do racismo científico, afirmou que Marx, ao olhar o modo de ser do Capital, em seu estágio maduro, argumentou que ele parece se processar em um círculo vicioso do qual só se pode sair pressupondo uma acumulação primitiva de capitais.

Para Marx (2013), a violência foi a potência econômica que permitiu uma acumulação sem precedentes na história da humanidade, reunindo capital e força de trabalho livre para a produção e reprodução do Capital. Assim, o surgimento e o aprofundamento do Capital Mercantil formaram a base de todo esse processo, que teve no escravismo colonial mercantil uma de suas alavancas impulsionadoras. A esse respeito, diz Marx (2013, p. 786): “Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência”.

A acumulação do Capital em seu estágio desenvolvido pressupõe a apropriação da mais valia. Esta, por sua vez, só é possível dentro do processo de produção do Capital, que implica grande quantidade de capital e de força de trabalho livre para ser comprada em um mercado. A saída encontrada por Marx, neste sentido, desvelou o processo de violência que levou à naturalização do Capital, através de um véu mistificador aprofundado pela classe burguesa.

Para encontrar a saída à aparência de círculo vicioso, foi necessário desvelar a gênese e a função social do Capital Mercantil, que, por meio do Estado Absolutista, arrancou dos campos os pequenos camponeses e trabalhadores arrendados, livrando-os da prisão das corporações, tornando-os livres para vender sua força de trabalho e através de leis governamentais, na Inglaterra e nos Países Baixos, tratou-se de decretar a separação entre a manufatura e a agricultura.

O Capital Mercantil, por meio do Estado Absolutista, criou as condições para a consolidação do Capital Industrial ao separar os trabalhadores dos seus meios de produção: arrancando-os dos campos por meio da lei dos cercamentos, forçando-os a buscar empregos na indústria que se formava. Esse processo, que teve como objetivo criar o proletariado, contou com leis que criminalizaram a mendicância e o roubo, deixando, assim, aquela massa de expropriados em condições de miséria total, uma vez que o sistema industrial, emergente, não poderia incorporar os trabalhadores em sua totalidade. Esse processo não foi um mero acaso, mas, ao contrário, constituiu-se como determinação do modo de ser do Capital, na formação do exército industrial de reserva, para a manutenção da “lei da oferta e da demanda de trabalho”, mantendo, “portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital”, iniciando, com isso, o processo de subsunção real do trabalho ao capital (MARX, 2013, p. 808).

O Capital Mercantil cumpriu, ademais, a tarefa de expropriar os bens da Igreja Católica, grande proprietária feudal, criando um mercado interno, destruindo a indústria rural subsidiária e estabelecendo um sistema de crédito público. Assim:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (MARX, 2013, p. 804).

Para Marx, portanto, sob o comando político do Estado Absolutista, desenvolveu-se o Capital comercial e bancário, criando o proletariado como força de trabalho pronta para ser consumida de forma assalariada e abrindo as portas para o

endividamento do Estado, subordinando-o ao projeto burguês que acumulou o capital necessário ao desenvolvimento da grande indústria.

Esse processo, ocorrido em solo europeu, teve como uma de suas alavancas a colonização das Américas e da África e a hegemonia das nações ultramarinas europeias no comércio internacional que se desenvolvia no Oriente. O escravismo colonial mercantil, através do “exclusivo colonial”, portanto, constitui-se como um dos momentos do processo de consolidação do Capital Industrial.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizaram a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco (MARX, 2013, p. 821).

O “sistema colonial” juntamente com “o sistema da dívida pública”, o “moderno sistema tributário” e o “sistema protecionista” foram alavancas para a consolidação do Capital Industrial, sendo a violência do Estado Absolutista uma arma necessária. Portanto, como bem observou Marx (2013, p. 821), “A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica”.

A tese de Silva (2012) – que define a escravidão moderna como uma particularidade da totalidade do Capital Mercantil e este como fundamento do racismo científico – está parcialmente em desacordo com a tese de Gorender (2011). Para este, com a hegemonia do Capital Mercantil:

Estavam criadas as condições objetivas para que o escravismo mercantil assumisse a única forma em que pode se desenvolver com amplitude: a forma de escravismo *colonial*, isto é, de um modo de produção dependente do mercado metropolitano (GORENDER, 2011, p. 170).

Dessa relação, este autor apresentou sua tese de que o escravismo colonial seria “um modo de produção baseado na escravidão com a finalidade mercantil” (GORENDER, 2011, p. 170).

Gorender (2011) utilizou em seu argumento a afirmação de que a utilização do conceito de uma escravidão “puramente industrial” apresentado por Marx nos *Grundrisse*, rascunho preparatório para *O Capital*, é um equívoco. E foi além, ao afirmar que em *O Capital* o ontólogo alemão abandonou por completo esta tese, que, segundo ele, teve como saída a caracterização da escravidão moderna como uma anomalia dentro do sistema. Segundo o autor, o abandono realizado por Marx foi consequência de uma melhor compreensão acerca da natureza da escravidão moderna. Diz ele:

Creio, porém, implausível classificar de anômalo um modo de produção que representou uma tendência dominante, durou séculos, avassalou enormes extensões territoriais, mobilizou dezenas de milhões de seres humanos e serviu de base à organização de formações sociais estáveis e inconfundíveis. A tese de que o escravismo americano constituiu um capitalismo anômalo (ou foi uma *aberração*, como disseram depois outros historiadores) reflete um entendimento imaturo que, com relação a este problema, era certamente o de Marx, quando desenvolvia, sem finalidade de publicação, as reflexões preparatórias de *O Capital*. Nesta obra, a tese sobre a anomalia está ausente de todo, e o tratamento que seu autor dá à questão do escravismo americano se traduz em conceituação muito diferente e oposta à anterior. As idéias de Marx a respeito da escravidão haviam atingido um estágio de amadurecimento que se manifesta, de maneira homogênea, no texto próprio de *O Capital* como também no seu *Capítulo Inédito*, que o autor deixou apenas em rascunho (GORENDER, 2011, p. 56).

Gorender (2011) deixou escapar que Marx apreende o ser social como uma totalidade articulada, síntese de múltiplas determinações entre o universal, o particular e o singular. Nesse sentido, Marx certamente abandonou a tese de “uma escravidão puramente industrial”, uma vez que ele percebeu que não se poderia ter uma escravidão puramente industrial, sem que houvesse um sistema industrial consolidado, ou seja, sem que o Capital fosse puramente industrial. Afinal, segundo Tonet (2013, p. 65 – grifos do autor), “a **razão** do mundo é a razão do **mundo**”.

Contudo, Marx não abandonou a tese de que a escravidão, enquanto fundamento do sistema colonial, estava integrada ao Capital Mercantil e, posteriormente, ao Capital Industrial. Nesse sentido, o escravismo colonial se constituiu como uma anomalia em relação à forma clássica do trabalho exigida pelo Capital Industrial, sem deixar de ser um momento fundamental da acumulação primitiva, caracterizando-se como o início da “era da produção capitalista” (MARX, 2013, p. 821). O autor de *O Capital*

argumenta que esses processos se concretizam como “diferentes momentos da acumulação primitiva”, que aparecem na Inglaterra do século XVII como:

[...] *momentos* [...] combinados de modo *sistêmico*, dando *origem* ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais *métodos*, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. *Todos eles*, porém, lançaram mão do *poder do Estado*, da violência concentrada e organizada da sociedade, para *impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista* e abreviar a transição de um para o outro (MARX, 2013, p. 821 – *grifos nossos*).

As afirmações de Marx (2013, pp. 822-823) seguem no sentido de demonstrar a integração da escravidão ao Capital Mercantil. Nessa trilha, ele analisa a “história da economia colonial holandesa”, descrevendo o papel da captura e da venda de jovens como escravos, realizadas pela Holanda nas ilhas Celebes, ou da “Companhia Inglesa das Índias Orientais”, referindo-se ao “tratamento dispensado aos nativos [...] nas plantações destinadas exclusivamente à exportação” no México ou nas Índias Ocidentais. Tais subsídios, capturados da objetividade social, sustentam o argumento de que

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades *Monopólia*” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. À manufatura em ascensão, as colônias garantiram um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio de mercado. Os tesouros *espoliados* fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíram à metrópole e lá se transformavam em capital. A Holanda, primeiro país a desenvolver plenamente o sistema colonial, encontrava-se já em 1648 no ápice de sua grandeza comercial. Encontrava-se “de posse quase exclusiva do comércio com as Índias Orientais e do tráfico entre o sudoeste e o nordeste europeu” (MARX, 2013, p. 823).

O estabelecimento do escravismo colonial como um modo de produção específico, conforme apontado por Gorender, requer também a apresentação de provas da autonomia dos senhores de escravos das colônias. Com efeito, Marx (2013) demonstrou que o comando político estava sob o controle do Estado Absolutista – enquanto comando político do Capital Mercantil. Essa natureza do Capital Mercantil não foi compreendida por Gorender como uma

totalidade articulada e, por isso, ele se deixou seduzir pelo tratamento da totalidade como a soma das partes e, assim, apresentou o escravismo colonial como uma particularidade que se relacionava com o mercantilismo, mas que possuía total autonomia em relação a ele.

A crise do feudalismo impeliu os senhores feudais a constituírem estados nacionais centralizados com o objetivo de estabilizar a crise, mantendo a propriedade feudal intacta. Entretanto, em determinado momento de seu desenvolvimento, os estados nacionais centralizados – absolutistas – transformaram-se em campo de confronto entre os interesses da nobreza feudal em decadência e os da burguesia comercial em ascensão. Esse confronto foi balizado pelo surgimento e aprofundamento do Capital Mercantil, com as navegações em mar aberto, a conquista da América e da África, a descoberta da rota alternativa para o Oriente, a pilhagem, o roubo, a escravização e o genocídio de povos inteiros.

Para Maestri (1994), a escravidão antiga patriarcal foi a primeira forma de exploração do homem pelo homem. Com o esfacelamento do Império Romano, a escravidão deixou de ser a relação hegemônica de trabalho, sem deixar, no entanto, de existir. Segundo Maestri (1994, p. 10),

Compravam-se e vendiam-se cativos, sobretudo na bacia do Mediterrâneo. A luta pelo domínio da península Ibérica fortaleceu a escravidão. Em nome de deus e dos bons lucros, muçumanos e cristãos escravizam-se uns aos outros. No começo do século XVII, cerca de 250 mil europeus viviam como escravos na África do Norte [...] Portugal, o pequenino reino do extremo oeste europeu, contribuiria para o vigoroso renascimento do escravismo, em outras paragens do mundo, quando ele vinha retrocedendo, havia séculos, na Europa.

Situado entre o reino de Castela e o Oceano, Portugal teve que recorrer à pesca em alto mar como forma de sobrevivência e isso possibilitou a construção de uma indústria naval. Em 1385, a dinastia de Avis, com Dom João I, derrotou o reino de Castela (Espanha). Logo em seguida, em 1415, os portugueses investiram contra Ceuta e, posteriormente, contra Marrocos numa tentativa de controlar o comércio do ouro sudanês e quebrar o monopólio mouro do comércio com as Índias Orientais. Assim, os portugueses exploraram a costa africana, resistiram aos ataques de Castela, descobriram nova rota para o Oriente e colonizaram uma

imensa região do Novo Mundo. Para tanto, o comércio de escravos e a escravidão se constituíram como elementos fundamentais.

A subordinação, pela força das armas, das populações nativas da América e das Antilhas, a reconfiguração das formas de escravidão existentes em África, orientando-as para um comércio internacional em desenvolvimento, a destruição de civilizações, culturas e povos e a generalização do trabalho escravo nas colônias, através do pacto colonial, certamente permitiram a integralização da colonização (e todos os arranjos internos ocorridos), através de inúmeras mediações, ao Capital Mercantil.

O escravismo colonial mercantil não se constituiu como um novo modo de produção, ao contrário, seu caráter foi “anômalo” e “formalmente burguês”. Segundo Ianni (1978, p. 17):

Desde o século XVI até o XIX, os movimentos, as articulações e as rearticulações, internos e externos, das formações sociais escravistas nas Américas e Antilhas são influenciados e mesmo determinados (em graus variáveis, é certo) pelas exigências da reprodução do capital europeu: primeiramente mercantil e em seguida industrial.

Pode parecer paradoxal o fato de que, por um lado, a escravidão surgiu e se aprofundou nas Américas, Antilhas e África e, por outro lado, criou-se uma massa expropriada de trabalhadores livres na Europa. A esse respeito assevera Ianni (1978, p. 19):

O paradoxo aparente dos primeiros tempos, surgido no âmbito da acumulação primitiva e do mercantilismo, tornou-se um paradoxo real, econômica e politicamente, quando o capitalismo industrial ganha preeminência no sistema econômico mundial. A criação dos Estados nacionais nas Américas tornava interna, presente, explícita e aguda a contradição entre o trabalho escravo e o trabalho livre. Essa foi a ocasião em que – conforme as condições peculiares de cada país – a nascente formação capitalista se impôs e venceu a escravista.

Portanto, defende-se a tese de que a escravidão moderna se constituiu como uma particularidade do Capital Mercantil, sendo este uma totalidade articulada, processo por meio do qual foram reunidas as condições sociais, históricas e econômicas da transição, processual e cheia de contradições, do feudalismo para o capitalismo.

A escravização de povos africanos em lavouras, canaviais, minas, charqueadas e cidades portuárias brasileiras, iniciada no século XVI e abolida formalmente no final do século XIX, generalizou-se a partir da ampla aceitação da escravidão como subproduto de guerras expansionistas. Ademais, as negociações iniciais bem sucedidas com os fornecedores de escravos africanos e os estudos realizados pelos viajantes, comerciantes e missionários europeus sobre a geografia e o comércio no continente africano favoreceram a invasão, o domínio, o aprofundamento da escravização e o assassinato de populações inteiras de africanos.

Os impérios ultramarinos europeus foram responsáveis pela organização das relações capitalistas de produção que os colocaram entre as principais potências mundiais e que, ainda hoje, junto com os Estados Unidos e a China, são responsáveis pelas misérias consequentes que assolam a África, a América, o Oriente e a Ásia e que, pouco a pouco, tem retornado para a Europa.

### **Capital, Estado e ideologia racial**

Segundo José Paulo Netto (2001, p. 42 – grifos do autor), com a consolidação do Capital Industrial “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. Essa desigualdade, expressa na contradição entre burguesia e proletariado, dinamizou a luta de classes e revelou ainda mais o caráter contraditório do Capital.

O Estado burguês foi impelido pelas contradições do próprio sistema a intervir de forma a administrar e disciplinar a pobreza. As Leis dos Pobres, na Inglaterra, e as intervenções de Napoleão Bonaparte, na França, foram retratadas por Marx e Engels em conjunturas nas quais a intervenção do Estado ainda não se efetivava através de políticas sociais específicas para esses fins, mas como medidas governamentais em ações eventuais e assistenciais. Somente nas condições econômicas e políticas criadas pelo capitalismo monopolista, como dito por Netto (1992, p. 25), “a ‘questão social’ se põe como alvo de políticas sociais”.

A crise do capital, iniciada em meados da década de 1970, não se caracterizou como uma crise conjuntural, como na crise de 1929. Ao contrário: representou o marco de uma crise estrutural e sistêmica, com caráter “universal”, onde “seu âmbito é

verdadeiramente global”, a “sua escala temporal é prolongada” e “seu modo de evolução pode ser chamado de rastejante”, desencadeando uma crise geral no sistema do capital que se estende aos mais variados cantos e aspectos sociais do mundo, com ênfase no desemprego (MÉSZÁROS, 2009).

Para MéSZáros (2003), o sistema do capital é irremediavelmente “incompatível com a universalidade”, pois é um sistema “sem igualdade substantiva”. O autor apreende a natureza incontrollável do Capital Industrial, apresenta o desemprego crônico como uma consequência de sua crise estrutural e demonstra que a resposta dos trabalhadores tem se traduzido em lutas defensivas.

A construção da identidade nacional – realizada pela burguesia brasileira – foi pautada pela negação dos conflitos consequentes do racismo. Essa estratégia de negação do racismo possibilitou que a identidade nacional, neste sentido, incorporasse uma seletividade econômica, criando obstáculos à inclusão social da população negra, a partir de preconceitos que os inferiorizavam moral e intelectualmente, tanto para embranquecer a nação, por conta das consequências de uma imagem internacionalmente negativa de uma população brasileira negra – fruto do racismo científico – e, também, para justificar a democracia racial, negando a violência da escravidão e a exclusão social sofrida pela população negra antes e depois da abolição oficial da escravatura.

O contexto de construção da identidade nacional estava imbricado ao processo de modernização, subsumido pelo modelo europeu-ocidental de civilização, o que significava uma população branca e completamente apartada do seu passado indígena e africano. Não foi, entretanto, apenas o modelo sociocultural e político-econômico europeu que a elite brasileira pretendia copiar, mas também os padrões morais, éticos, ideológicos e científicos de um mundo que dava evidentes sinais de desumanização e de decadência filosófica.

O arcabouço de ideias e arranjos supostamente científicos tornou-se pressuposto para o estabelecimento de conceitos que dividiram a sociedade em grupos raciais distintos, inferiorizando os africanos, afrodescendentes e mestiços. O projeto de embranquecimento da nação – que teve Raimundo Nina Rodrigues como seu principal porta-voz – passou inicialmente pela mestiçagem, por preconizar a inferioridade da “raça” negra e, portanto, justificou a substituição da mão de obra negra,

promoveu a mestiçagem e investiu na marginalização da cultura, criminalização do modo de vida e assassinato da população negra como principais estratégias.

Exatamente por isso, o apoio à entrada de imigrantes brancos por ocasião da ascensão da economia cafeeira e do impulso ao processo de industrialização desprezou a formação e o emprego de uma ampla população resultante da escravidão - tanto que, em cerca de 80 anos, imigraram para o Brasil mais de quatro milhões de brancos. Segundo Schwarcz (1994, p. 2),

João Batista Lacerda (1911), então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, na condição de representante de “*um thípico paiz miscigenado*”, era convidado a participar do *I Congresso International das Raças*, realizado em julho de 1911, apresentando uma tese cujo título já era em si revelador: *Sur les métis au Brésil*. Nesse ensaio, o país não era apenas caracterizado como mestiço, como se exaltava a mudança operante no local: “*o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução*” (grifos da autora).

Esse espectro que imperava na sociedade brasileira em finais do século XIX e início do século XX era a visão de uma elite racista que, ao ver-se obrigada a libertar as populações negras escravizadas, fez o possível para se livrar de sua “inconveniente” presença, numa tentativa de apagá-los do processo de construção da nação. A miscigenação e o genocídio da população negra foram uma saída, no projeto burguês de construção da identidade nacional, para o problema da questão racial brasileira. O Brasil tornou-se um país multirracial no qual o indígena, o negro e o mestiço eram apreendidos como obstáculos à civilização e ao desenvolvimento econômico.

A saída não poderia ter sido pior: absorver o discurso cientificamente amparado numa suposta divisão racial da sociedade, demonstrando que estava equivocada a visão que se tinha de mestiço, pois a única saída ao país era a hibridação racial que excluiria em pouco tempo o negro, o índio e o próprio mestiço, conformando uma nação de brancos não completamente europeus, porém “civilizados”.

É exatamente neste sentido que, como afirmou Schwarcz (1994, p. 5), a Revista do Instituto Histórico de São Paulo apresentou a seguinte assertiva:

Abrem-se-me então os olhos e percebo que taes homens já não vivem na innocencia paradisiaca e que as theorias de Jean Jacques Rousseau são meros sonhos. [...]. Os americanos não representam uma raça selvagem, representam antes uma raça degenerada que se tornou selvagem. [...]. Assim poucos séculos se passarão e o ultimo americano deitar-se-á. Se não se garantir a superioridade do sangue branco toda a população do continente definhará (Revista do Instituto Histórico de São Paulo, 1904, p. 53-4).

A solução aos problemas nacionais estava dada e se afirmava dia após dia. Nesse sentido, rechaçar a imigração de negros e orientais constituiu-se como um dos elementos de afirmação do projeto de nação pretendido pela burguesia brasileira: embranquecida e “civilizada”.

A identidade negra em evidência a partir da década de 1970 tem seus germes históricos no que restou da resistência negra dos tempos da escravidão. A resistência escrava sempre teve papel marginal na história do Brasil. Os distúrbios econômicos e as reconfigurações políticas ocasionadas por ela foram simplesmente ignorados. A própria liberdade para os cativos foi expressa pela historiografia tradicional como concessão. Ignorou-se os conflitos e negociações, a quantidade de quilombos, a participação de cativos na Guerra do Paraguai, os levantes urbanos e a formação da guarda negra no combate imperial ao surgimento da república.

A ideologia colonial escravista sempre atuou no sentido de desumanizar o africano escravizado para inferiorizá-lo e, assim, justificar a escravização. Além disso, essa ideologia buscou formas de criminalizar a resistência escrava, tratando-a não como “casos de protesto social, mas fenômenos de criminalidade multitudinária ou, na melhor das hipóteses, de regressão tribal” (RODRIGUES *apud* CHIAVENATO, 1988, p. 74).

As revoltas escravas foram, em média, reação a maus senhores (maus tratos, modificação no tipo de serviço realizado, separações afetivas, negação do direito ao lazer e à religiosidade etc.) e não se constituíram em uma revolução contra o escravismo colonial mercantil.

A brutalização do escravizado e a violência do escravismo colonial mercantil eram práticas corriqueiras na colônia e no império. Afora toda a violência da captura, do tráfico, da venda, da separação afetiva e do isolamento, a vida útil do escravizado era de sete anos – salvo raras exceções. Ao final de sua jornada, tornavam-se inválidos ou morriam. Além disso, a especialização

dos instrumentos de tortura, o estupro das jovens negras, a mestiçagem forçada e planejada, os abortos forçados, a mutilação das mulheres negras por ciúmes, tudo isso objetivou uma verdadeira carnificina – “arrancavam-lhes dentes, cortavam-lhes seios e furavam os olhos. Há casos de sádica vingança: sinhás que cozinhavam pedaços de negras, especialmente os seios, e os servem a seus maridos etc.” (CHIAVENATO, 1988, p. 77).

As formas de resistir eram variadas: a imobilização à espera da morte; o banzo; o suicídio; o infanticídio e o aborto cometidos por mães negras; o assassinato de senhores e seus parentes; as práticas religiosas; a reinvenção cultural; a capoeira; as redes de solidariedade (cooperativas ou sociedades de ajuda mútua, nas quais os escravizados utilizavam seus ganhos para comprar sua alforria ou a de outros cativos); as negociações; as fugas e a rebelião. A resistência escrava sempre ocasionou prejuízos econômicos.

Nos quilombos, instituições, costumes, tradições e práticas comuns africanas eram reinventadas de acordo com as necessidades e constante diálogo com as pressões do escravismo colonial mercantil. No processo de repressão à resistência dos escravizados, utilizaram-se, inicialmente, as forças militares da ordem e grupos de mercenários. À medida que a resistência foi se especializando, criou-se a instituição Capitão do Mato – com o objetivo de manter constante a vigilância e caçar os escravos fugitivos – e utilizou-se até mesmo o Santo Antônio como integrante do exército (o santo recebeu patente militar e soldo para caçar quilombolas). Houve também a prática de marcação a ferro quente com a letra “F” para os fugitivos – e os casos de reincidência eram punidos com a mutilação, arrancando a orelha do fujão e dobrando os castigos.

Como bem observou Mazzeo (1995, p. 21), como “reflexo da própria debilidade intrínseca da estrutura de produção latifundiária e monocultora”, desenvolve-se no Brasil uma burguesia fragilizada e, como consequência, um proletariado pouco desenvolvido. Este autor assinala que, ao “longo das décadas de 30 e 40”, houve um ataque direto do Estado à classe operária, através da “legislação trabalhista autocrática e corporativista e pelo aparelho repressivo de uma polícia política violenta e brutal”, restringindo a atuação desta classe à institucionalidade e limitando sua articulação com os movimentos sociais e populares brasileiros (MAZZEO, 1995, p. 34). Entretanto, a emergência da questão social, gerada pelo

antagonismo capital x trabalho, impeliu a classe trabalhadora à luta pela sua sobrevivência, na qual a particularidade da resistência negra, nas condições históricas dadas, foi perpassada, também, por aspectos culturais e racializadores.

## **Cidadania negra e políticas afirmativas**

As políticas sociais direcionadas para as populações historicamente excluídas dos processos de apropriação da riqueza social – diante da reestruturação produtiva do capital e da mais recente reforma do Estado – estão dentro dos limites da cidadania. Segundo Tonet (2004, p. 02), o conceito de cidadania é expresso por Marshall (1967) da seguinte maneira: a Cidadania

[...] é composta de elementos civis – “liberdade de ir-e-vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito de propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça”; elementos políticos – “o direito de participar no exercício do poder político” e elementos sociais – “o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, da herança social e levar a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”. É desnecessário dizer que estes três elementos, em lugares e momentos históricos diversos, se articulam de modo diverso e fazem parte de um processo histórico complexo.

E o mesmo autor afirma ainda que “Cidadão é o indivíduo que tem direitos e deveres das mais diversas ordens e que tem no Estado a garantia de que estes direitos e deveres terão uma existência efetiva” (TONET, 2004, p. 02). Diante dessa conceituação podemos concluir que a cidadania está no campo da emancipação política burguesa. Tonet (2005, p. 03), a esse respeito, argumenta que a emancipação política tem suas

[...] raízes histórico-ontológicas [...] no ato de compra e venda da força de trabalho [...]. Esse ato originário produz, necessariamente, a desigualdade social, já que opõe o proprietário dos meios de produção ao simples possuidor da força de trabalho.

Nesse sentido, a cidadania que emana da sociabilidade do capital, tendo por fundamento o trabalho assalariado, em que a expropriação da mais-valia é um imperativo superável apenas com a destruição do sistema em sua totalidade, jamais se estenderá a toda população, pois a sociabilidade burguesa é “incompatível com

a universalidade” (MÉSZÁROS, 2003, p. 16). Com isso, Tonet, na esteira de Marx, afirmou ser a emancipação política extremamente limitada, pois o gênero humano somente se realizará plenamente no alcance da emancipação humana.

Tonet (2005, p. 04) reitera ser o “trabalho associado” o ato originário da emancipação humana. O pleno desenvolvimento das potencialidades e liberdades humanas seria inteiramente possível em uma sociabilidade cuja base seja o trabalho associado. Entretanto, ela é apenas uma possibilidade e sua efetivação passa necessariamente pela destruição do Capital e seus complexos sociais – incluindo aqui a democracia e a cidadania. No campo dessa argumentação, Mészáros (2002, p. 30), afirma que apenas com a “*reconstituição da unidade da esfera política e reprodutiva material*” dos trabalhadores livremente associados poderão ser solucionados os problemas reais que se colocam na agenda social global. Assim, “somente um *movimento socialista de massas* tem condições de enfrentar o grande desafio histórico que nos espera no século decisivo à nossa frente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 33).

As políticas afirmativas emanam do Estado e de suas instituições, supostamente como mecanismos de combate às desigualdades raciais<sup>72</sup>. Entretanto, entram em contradição com os interesses da cidadania, por se fundamentarem em uma suposta divisão racial da sociedade. Em países como os Estados Unidos e a África do Sul, por exemplo, a pressão dos movimentos antirracistas obrigou o Estado a assumir o combate às desigualdades “raciais”, através de políticas sociais afirmativas no contexto do Estado de Bem-Estar Social no século XX.

Entretanto, segundo Mészáros (2002, p. 272), o sistema do capital “é absolutamente incompatível com a necessária afirmação prática da igualdade substantiva”. Mészáros (2003, p. 15) afirma ser o próprio sistema o criador das desigualdades sociais e que, apesar de sua “globalização imposta”, ele não tem condições viáveis de criar políticas sociais universais. Desta forma, e numa tentativa de conter os segmentos sociais em luta por direitos, são criadas políticas sociais focalizadas, restritas a segmentos sociais historicamente excluídos – e ainda assim essas políticas não atingem a totalidade do grupo em questão.

---

<sup>72</sup> Aqui não se ignora a luta desempenhada por diversos movimentos negros por esse tipo de política.

## A raça e a alienação ideológica do racismo

A construção conceitual de raça – amparada nos padrões científicos da época – e sua hierarquização foram os elementos justificadores da escravidão negra nas colônias europeias. O racismo foi uma saída ideológica desumanizadora posta em movimento no contexto de evocação da razão como elemento condutor da sociabilidade humana, das liberdades individuais e coletivas, da cidadania e dos direitos universais dos povos, contudo, excluindo povos africanos e ameríndios do gênero humano<sup>73</sup>.

O conceito de raça forjado pela ciência biológica, sobretudo no campo de estudos genéticos, e transferido acriticamente para as ciências sociais e humanas serviu de base para o massacre das populações afrodescendentes. O projeto burguês brasileiro de construção da identidade nacional seguiu no sentido de apagar o passado conflituoso (econômico e cultural) entre as classes e os grupos étnicos que formaram a nação, encontrando nas teses de Raimundo Nina Rodrigues e de Gilberto Freyre a sustentação ideológica necessária.

Raimundo Nina Rodrigues (1890; 1933; 1935) foi o principal representante dos estudos da antropologia patológica e procurou provar, através da eugenia (craniometria, esterilização compulsória, biometria, antropometria etc.), que a raça branca era superior às outras e que, desta forma, a identidade nacional deveria passar por um processo de embranquecimento, sob pena de entrar em decadência socioeconômica em suas relações internacionais.

Gilberto Freyre (1933) rompeu com a concepção eugenista de Francis Galton (1883) que, ao transferir para a biologia a teoria de Charles Darwin, argumentou ser a miscigenação nociva à construção de uma nação. Freyre (1933), entretanto, imprimiu um novo discurso racista, pois, ao propor a existência de uma miscigenação harmoniosa durante a escravidão, negou os conflitos, corroborando para a aceitação acrítica do padrão de

---

<sup>73</sup> O conceito de raça e o problema do racismo como expressão ideológica da alienação foram tratados em SILVA, Uelber B. Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Disponível em: [www.institutolukacs.com.br](http://www.institutolukacs.com.br).

embranquecimento postulado por Nina Rodrigues. A ideologia da democracia racial, articulada à ideologia do embranquecimento, nesses termos, possibilitou a construção de um ideal identitário para a nação brasileira, que ao retirar a hegemonia da biologia, tentou apagar a violência do racismo, harmonizando ideologicamente conflitos raciais e inviabilizando o racismo, que segue massacrando as populações indígenas e, sobretudo, a população negra.

As ideologias são postas em movimento quando os indivíduos particulares incorporam-nas e integram-nas em suas relações com os outros indivíduos. São, assim, elementos essenciais da vida cotidiana dos homens. Em sentido amplo, as ideologias carregam em si a função de mediar conflitos sociais, no sentido de manter certa unidade entre os indivíduos. Já em sentido restrito, servem para consolidar os interesses particulares de determinada classe social, convertendo-se em obstáculos à manutenção do gênero humano, ainda que sejam utilizadas também para mediar conflitos sociais<sup>74</sup>.

O Brasil, ao longo do século XX, foi classificado, analisado, apontado e autodeclarado país da harmonia racial. Do ponto de vista social, admitiam-se desigualdades profundas, entretanto, não se admitia que intelectuais chegassem a constatações de desigualdades promovidas pelo racismo. Para Guimarães (1995), o silêncio de alguns intelectuais deveu-se, principalmente, ao fato de eles se deterem apenas ao estatuto legal da cidadania e à letra das leis brasileiras e por ignorarem o que setores da população negra vinham produzindo desde o final da abolição e o surgimento das primeiras associações negras (as imprensas negras, a frente negra brasileira, a união negra brasileira, o teatro experimental do negro etc.).

Apenas no final da década de 1960 – mais de sete décadas de denúncias políticas e produções teóricas sobre o racismo brasileiro –, os estudos sobre a escravidão e o racismo avançaram a ponto de permitirem a conclusão de que, no Brasil, o racismo se manifesta nas relações cotidianas pela cor da pele e demais traços fenotípicos. Pesquisadores ligados à Universidade Federal da Bahia (UFBA) e à Universidade do Estado de São Paulo (USP) defenderam a tese de que o racismo brasileiro não estaria

---

<sup>74</sup> Para saber mais, consultar: Löwy (1991) e Costa (2006).

caracterizado apenas como de foro íntimo e subjetivo. Assim, apontaram características importantes da singularidade do racismo brasileiro.

Contudo, o racismo brasileiro não é um simples preconceito de cor, pois a cor da pele não é um fenômeno natural e objetivamente neutro. A percepção da cor também foi construída e reconstruída ao longo da história humana. Exatamente por isso a cor da pele figura como autoimagem da “raça”. Essa é uma conclusão decisiva apresentada por Guimarães (1995, p. 34) ao argumentar que os traços físicos perceptíveis, como a cor da pele, apenas possuem “significado no interior de uma ideologia preexistente (para ser preciso: de uma ideologia que cria os fatos ao relacioná-los uns aos outros), e apenas por este motivo esses traços funcionam como critérios e marcas classificatórios”. Ou seja, apenas numa sociedade em que impere uma ideologia racial, as pessoas são classificadas a partir de sua cor. Dito de outra forma, a cor da pele funciona como símbolo de *status* e de poder apenas numa sociedade em que as relações sociais sejam influenciadas pelo racismo, como mecanismo de obtenção ou privação de direitos.

O sociólogo paulista Octávio Ianni (2004, p. 03), recusando as concepções que se amparam numa suposta divisão racial da humanidade, pôde compreender como se processou a transformação do conceito de diversidade fenotípica para o de diversidade “racial”, em que “algum signo, traço, característica ou marca fenotípica” foram acentuados e conjugados à origem socioeconômica dos indivíduos e grupos que adquirem sentidos, valores e significados distintos ante uma cultura racista. Ao não admitir o caráter biológico da racialização, Ianni conseguiu apreender o seu caráter psicossocial, percebendo seus aspectos econômicos, políticos e culturais que formam um compósito de elementos capazes de criar conceitos e relações “raciais”<sup>75</sup>.

A alienação ideológica do racismo não é uma simples consequência das desigualdades de classe, mas ela também não é um fenômeno presente na natureza do ser social. Sem desconsiderar o protorracismo pré-capitalista e pré-industrial, a alienação ideológica do racismo emergiu na trama das relações

---

<sup>75</sup> Tais questões foram tratadas em: SILVA, Uelber B. Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Disponível em: [www.institutolukacs.com.br](http://www.institutolukacs.com.br).

sociais como produto do Capital, utilizada como instrumento para a perpetuação das classes e manutenção do *status quo* da burguesia.

Florestan Fernandes (1965) e Emília Viotti da Costa (1998) já haviam demonstrado a fragilidade das elites brasileiras que não conseguiam sair das amarras de uma lógica espúria de justificação das desigualdades sociais, apresentando a cor da pele como autoimagem da “raça”. O ideal de igualdade universal conviveu perfeitamente com as desigualdades econômicas e sociais geradas por uma sociedade baseada em classes sociais diametralmente opostas. Tal fato ocorreu exatamente pela articulação entre as ideologias racistas do embranquecimento e da democracia racial.

## Considerações finais

Se, por um lado, houve uma ampliação das pesquisas e publicações sobre a escravidão e o racismo, por outro, o ponto de partida levou a soluções superficiais e a uma espécie de caça às bruxas contra aqueles que se posicionam contra as políticas afirmativas, pela direita ou pela esquerda. A adoção do multiculturalismo, uma dura investida contra as amplas coalizões sociais, estimulou intelectual e financeiramente a disseminação de movimentos sociais cada vez mais específicos, como o “negralismo”<sup>76</sup>, e o abandono das categorias da totalidade e da universalidade, reduzindo a relação entre ciência e filosofia a estudos particularistas sobre especificidades de grupos ditos minoritários.

Diferentemente do multiculturalismo e da ciência das raças, buscou-se delinear os fundamentos ontológico-materialistas para apreender o ser-precisamente-assim do escravismo colonial mercantil e do racismo, apresentando este último como um complexo que não emergiu das diferenças fenotípicas entre os humanos, como algo dado por natureza, mas, ao contrário, objetivado nas relações sociais produzidas pelos próprios humanos. O processo de desenvolvimento humano-social não se realiza sem problemas. Através de muitas mediações, a privatização da riqueza promoveu a divisão da sociedade em classes sociais e a alienação oriunda deste processo fez com que o

---

<sup>76</sup> Para saber mais, ver:

<https://www.amargem dofeminismo.com/category/negralismo/>.

afastamento das barreiras naturais ocorresse, inclusive, mediante a desumanização dos indivíduos e das sociedades por eles criadas.

A alienação aparece em momento determinado do desenvolvimento da sociabilidade, manifestando-se como um bloqueio ao crescimento das individualidades. Ao que tudo indica, o racismo manifesta-se como uma expressão desumanizadora das relações entre os homens, bloqueando o desenvolvimento dos indivíduos no mesmo nível do crescimento das forças produtivas. Aí, possivelmente, reside uma relação entre o racismo e a alienação.

O racismo, por sua vez, foi conduzido por ideologias, intervindo nos conflitos sociais, no precisa acepção lukasciana, ao atuar incisivamente sobre as consciências, no sentido de conservar o poder das classes fenotipicamente dominantes, em sociedades nas quais a concepção de raça contribuiu para ampliar a exploração da classe trabalhadora. A alienação racial dos indivíduos que integram as classes dominantes tem se constituído em potência para o domínio político-econômico, estabelecendo-se, assim, uma relação entre racismo, ideologia e alienação.

A luta dos movimentos sociais negros – ao se apropriar do legado cultural e político assentado na luta norte-americana pelos direitos civis da população afrodescendente, na luta contra o *Apartheid* na África do Sul, nas lutas de libertação nacional de nações africanas e na resistência afro-brasileira plasmada na afirmação das religiões de matriz africana, na capoeira, nos afoxés, escolas de samba e blocos afro, no movimento Hip Hop e, sobretudo, na construção da consciência e identidade negras – teve como estratégia estruturante, e ainda tem, a integralização da população negra ao sistema do Capital.

O antirracismo deu seus primeiros passos nos EUA, integrado às lutas contra o Capital, no pós-segunda guerra mundial. O multiculturalismo, entretanto, tratou de desmontar e fragmentar a estratégia do movimento afro-americano, sobretudo, aquele representado pelos Panteras Negras. Esse golpe desferido pelo multiculturalismo desintegrou a luta antirracista impondo estratégias cada vez mais isoladas, que não resvassem de forma alguma no sistema social que produziu e aprofunda o racismo.

As políticas afirmativas apresentam como finalidade última a humanização do capitalismo através da integração do negro na sociedade de classes, de forma a reforçar acriticamente os

processos democráticos e econômicos sem apontar para mudanças radicais. Tais políticas não representam avanço para o conjunto da população negra, ainda que alguns indivíduos deste grupo étnico consigam, por essa via, mobilidade social e econômica. Elas reforçam o racismo e naturalizam as desigualdades de classe.

Para Lukács (2013), a alienação está diretamente centrada no indivíduo e sua superação se associa à unidade do gênero, na articulação entre indivíduo e sociedade. Assim, a destruição do racismo enquanto expressão da alienação ideológica, enquanto momento da ideologia burguesa, sobretudo no Brasil, apenas se efetivará com a emancipação da humanidade como gênero para si. A luta antirracista deve estar integrada à luta contra todas as formas de alienação (o machismo, a misoginia, a homofobia e as fobias correlatas etc.) e contra a exploração do homem pelo homem: contra a propriedade privada, a divisão de classe, o Estado e a família monogâmica.

## Bibliografia

CHIAVENATO, Julio José. *As lutas do povo brasileiro: do “descobrimento” a Canudos*. Editora Moderna, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

COSTA, Gilmaísa Macedo da. *Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social*. Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar – quadrimestral – Nº 09 – Abr/Mai/Jun/Jul. Paraná, Universidade Estadual de Maringá, 2006. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/009/09costa.htm>.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GALTON, Francis. *Inquires into human faculty and its development*. London: Macmillan, 1883.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. – 4ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GORENDER, Jacob. *O Escravidão Colonial*. São Paulo: Ática, 1978; São Paulo: Perseu Abramo, 2011, 6ª edição.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. Revista *Novos Estudos* – Nº 43, novembro, pp. 26-44, São Paulo: CEBRAP, 1995. Disponível em: [www.fflch.usp.br/sociologia/asag/](http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/).

\_\_\_\_\_. *Classes, raças e democracia*. 34. ed., São Paulo: 2002.

IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo, HUCITEC, 1978. (Coleção Estudos Brasileiros).

\_\_\_\_\_. *A Dialética das Relações Raciais*. São Paulo: Estudos Avançados, v. 18, n. 50, p. 21-30, 2004.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 7ª ed. São Paulo, 1991. Conferências pronunciadas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em junho de 1985

LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social*, 2. Tradução Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAESTRI, Mário. *O escravidão no Brasil*. São Paulo, Atual, 1994. (Discutindo a história do Brasil).

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital* / Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Burguesia e Capitalismo no Brasil*. São Paulo, Ática, 1995.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2002. (Mundo do Trabalho).

\_\_\_\_\_. *O Século XXI: Socialismo ou Barbárie?* Boitempo, São Paulo, 2003.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os mestiços brasileiros*. *Gazeta Médica da Bahia* 21 (9): 401-407; (11): 497-503, 1890.

\_\_\_\_\_. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil [1884]*. 2 ed. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1933.

\_\_\_\_\_. *Os africanos no Brasil [1932]*. 2 ed. Revisão e prefácio de Homero Pires. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 (série V, Brasileira, vol. IX).

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Espetáculo da miscigenação*. Estudos Avançados. Vol. 8. N. 20. São Paulo, Jan./Apr. 1994.

SILVA, Uelber B. *Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, Ivo. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

\_\_\_\_\_. *Cidadania ou Emancipação Humana?* Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, Maringá – PR, v. 44, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cidadão ou Homem Livre*. In: TONET, I. *Democracia ou Liberdade?* Maceió: Edufal, 2004.

# A REFORMA EDUCACIONAL NO BRASIL E A ASCENDÊNCIA DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO: O CAPITAL DITA AS REGRAS

*Cezar Amário Honorato de Souza*<sup>77</sup>

*Valdemarin Coelho Gomes*<sup>78</sup>

A partir da década de 1970, as economias da maioria dos países centrais e periféricos do capitalismo desaceleraram, tendo como motivo, a princípio, a crise do petróleo em 1974-75. Presenciou-se, nesse período, a desregulamentação das economias aparentemente estabilizadas, com a crise inflacionária abatendo-se sobre várias nações capitalistas, principalmente aquelas de economia secundária, em decorrência, entre outras coisas, da desvinculação da conversibilidade ouro/dólar.

No setor produtivo, indicou-se o esgotamento do modelo organizador regido pelo padrão fordista, marcado pela massificação e departamentalização na produção, e a implantação de novos arranjos operacionais, fato que ficou conhecido como reestruturação produtiva.

Os fatores aqui expostos precisam ser compreendidos a partir de um novo patamar de expansão do capital, marcado por uma

---

<sup>77</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes (E-Luta/UFC).

<sup>78</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará (IMO/UECE).

crise aguda que o filósofo húngaro István Mészáros (2000) classifica como crise estrutural do capital.

Segundo Mészáros (2011a), as crises periódicas, conforme Marx previra n' *O Capital*, continuam sendo marca constitutiva do desenvolvimento do capitalismo durante toda a sua existência. No entanto, atualmente o capital enfrenta um tipo específico de crise, afetando suas próprias estruturas. Para este autor (2011a, p. 136), a crise atual se impõe “[...] ativando os limites absolutos do capital como modo de produção social metabólico”, obrigando o sistema a mover-se numa rede de contradições que só é possível administrar “medianamente”, mas é impossível superá-la sem romper com a própria ordem do capital.

Além disso, Mészáros (2011b) afirma que a crise estrutural tem caráter universal, global, prolongado e rastejante. É universal porque impacta todas as esferas da sociabilidade humana; global pelo fato de atingir todo o planeta, não se restringindo a apenas um ou alguns países, como acontecia na crise cíclica; prolongada pelo fato de se estender por um período muito longo, medido em décadas; rastejante, pelo fato de a mesma ser administrada não causando grandes impactos de ordem econômica e política, como aconteceu nas eclosões das crises cíclicas que o capital conheceu em décadas precedentes (tais eclosões, entretanto, não estão descartadas no interior da atual crise).

Para Mendes Segundo (2005), essa crise atingiu, de forma global, todas as expressões do capital, ao passo que ocasionou o agravamento do controle dos Estados nacionais perante os capitais produtivos e financeiros. Tal processo implicou, na visão da autora, na mudança da política keynesiana em favor das teorias monetaristas neoliberais.

Nesse contexto, vários países foram forçados a implantar reformas no âmbito do Estado, por exigência das agências internacionais de financiamento, a exemplo do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Tanto a reforma do Estado como a do sistema produtivo atingiram diretamente a esfera educacional, como foi o caso específico do Brasil, nosso foco de análise nesse texto.

Desde a década de 1990, buscando adequar o setor educativo ao espectro reformista, foram realizados encontros, conferências e fóruns de amplitude mundial, organizados por agências multilaterais que objetivaram traçar orientações às mudanças dos

sistemas educacionais dos seus países membros e participantes dos eventos por elas patrocinados, em especial, daqueles tomadores de empréstimos ao sistema financeiro internacional.

Dentre as conferências e fóruns ocorridos nesse período, destacam-se a Conferência de Jomtien (1990), a Conferência de Nova Delhi (1993) e o Fórum de Dakar (2000). Pela centralidade que ocupa, trataremos, mesmo que brevemente, apenas da primeira<sup>79</sup>.

A Conferência de Jomtien, ocorrida em 1990, na Tailândia, que teve como um de seus maiores agentes o Banco Mundial, contou com a presença de mais de cem países, com participação de governos, ONG, agências internacionais e autoridades interessadas no tema da educação. Essa Conferência estabeleceu uma inflexão no papel da educação para o século XXI, tendo em vista que todos os encontros posteriores, assim como as políticas educacionais implantadas nos países signatários, a exemplo do Brasil, tiveram como referência as metas e compromissos estabelecidos na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, documento base de Jomtien.

Na visão de Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), o conjunto de metas e compromissos ali definidos assume cunho ideológico, uma vez que o conceito de *necessidades básicas de aprendizagem* (NEBAS), tal como se apresenta na Declaração da Conferência, tem a função de indicar a natureza do ensino a ser realizado, tendo em vista que, ao resumir o ensino às necessidades básicas, implica que setores sociais diferentes tenham ensinamentos também distintos, pois as necessidades variam de acordo com a região, com o público etc. Por isso, no caso brasileiro, reeditava-se “[...] o dualismo na educação [...] partindo do suposto de que, se as necessidades das amplas camadas empobrecidas eram peculiares, deveriam continuar tendo atendimento diverso do demandado por clientela mais seleta” (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2011, p. 52).

A *Declaração Mundial de Educação para Todos* apresenta, no que diz respeito às necessidades básicas de aprendizagem, um padrão

---

<sup>79</sup> Para uma compreensão devidamente ampla sobre todo o movimento que caracteriza a influência das ideias ali contidas no reformismo educacional brasileiro das últimas décadas, vale a pena conferir a Coletânea *O movimento de educação para todos e a crítica marxista*, organizada por Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015).

mínimo de qualidade da aprendizagem, traduzido na capacidade de leitura, escrita e cálculo, adquirida pelo indivíduo na educação básica. Outro aspecto a ser destacado, na percepção de Jimenez, Rabelo e Mendes Segundo (2009, p. 10), é o fato de a Declaração de Jomtien assumir as abordagens ativas e participativas como forma de garantir a aprendizagem, implicando numa subordinação dos conteúdos aos métodos ativos. Verifica-se, desse modo, a substituição dos conteúdos universais a serem incorporados pelos alunos, por uma educação de caráter utilitarista e pragmática.

Conforme Mendes Segundo (2005), a partir da década de 1990, a Unesco, como representante dos organismos internacionais no âmbito das reformas educacionais, passou a estreitar sua relação com o governo brasileiro, visando a implementação das metas e compromissos de Jomtien. Segundo a autora, os países signatários dessa e de conferências subsequentes, que ainda não tinham garantido a universalização da educação básica e o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem, deveriam elaborar planos decenais de educação com metas e ações previstas para esse período. Atendendo ao chamado, o Ministério da Educação do Brasil, em 1993, lançou o Plano Decenal de Educação para Todos, primeiro documento institucional a concretizar as diretrizes da Conferência de Jomtien na política educacional do país.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada pelo Congresso Nacional em 1996, também teve como parâmetro os desígnios da Conferência de Jomtien. Exemplo disso foi o que se estabeleceu, à época, no Artigo 4, que definia que somente o Ensino Fundamental era “obrigatório e gratuito” para todos, enquanto, para o Ensino Médio, defendia-se a “progressiva universalização” e a “gratuidade”, porém, sem a obrigatoriedade<sup>80</sup>.

Percebe-se que o referido artigo estava (e continua sendo, mesmo na sua forma atual) intimamente relacionado às metas estabelecidas na Conferência de Jomtien que estipulou a “universalização do acesso à educação básica para todos” até o ano de 2000. Além disso, o artigo 9, inciso I da LDB, incumbiu à União a elaboração do Plano Nacional de Educação em colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios. O artigo 87, parágrafo primeiro, da LDB, determinou o prazo de um

---

<sup>80</sup> Na atual configuração da LDB, a educação básica (Educação infantil, ensino fundamental e médio) passou a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade.

ano, a partir da publicação da Lei, para a União encaminhar ao Congresso Nacional o referido plano, com as diretrizes e metas para os próximos dez anos, *em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos* (Art. 87, parágrafo 1º – grifos nossos).

Esta mesma perspectiva foi abraçada e os documentos e a legislação educacional do Brasil, posteriores à LDB, seguiram, em maior ou menor proximidade, as determinações do Banco Mundial e de suas agências, em larga medida, protagonistas nas Conferências e eventos citados. Assim, os Parâmetros Curriculares, o primeiro e o segundo Plano Nacional de Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação, entre outros, trazem elementos importantes para uma análise mais detida da educação nos moldes exigidos pela nova fase do capital.

Além do padrão reformista para o campo da educação, foram assinaladas também as parcerias entre o Estado e as entidades privadas e organizações não-governamentais, como forma de garantir o cumprimento das metas ali postas. No documento de Jomtien, defende-se que as instituições públicas devem garantir educação básica para todos, porém, em razão da totalidade de recursos humanos, financeiros e organizacionais necessários, o Estado deve buscar alianças com outros setores da sociedade, tais como organizações não-governamentais, comunidades locais, *setor privado*, grupos religiosos e famílias. Já o documento-síntese do Fórum de Dakar (2000, p. 15) avançou no que diz respeito à relação entre público e privado, ao defender que o papel do Estado seja suplementado e apoiado por “parcerias ousadas e abrangentes” envolvendo todos os níveis da sociedade.

Nesse contexto, presenciamos o crescimento de organizações e grupos privados que firmaram parcerias com instituições públicas, buscando garantir a universalização da educação básica (na forma como assim a defendem) e de metas educacionais, em especial as que visavam melhorias na qualidade de educação básica, segundo os critérios de qualidade educacional defendidos pelos mesmos organismos internacionais. Em síntese, tais condições propiciaram uma alavancada no processo de mercantilização da educação brasileira, como veremos a seguir.

## **O protagonismo de grupos privados no avanço da mercantilização da educação brasileira**

Para efeito desse trabalho, esboçaremos sucintamente alguns aspectos que expressam o avanço de grupos privados sobre a educação pública, configurando, desse modo, a mercantilização da educação brasileira em todos os seus níveis e modalidades de ensino. Levaremos em consideração, portanto, alguns dados referentes à educação básica e superior. Convém ressaltar, porém, que a mercantilização da nossa educação precede a década de 1990, mas é a partir dessa década que a educação, enquanto um espaço de acumulação de capital, passa a fazer parte, de forma sistemática, da agenda de grupos econômicos que visam aumentar seus lucros, seja com a educação pública, através de pacotes educacionais, serviços e venda de livros didáticos, seja com a educação privada, principalmente a educação superior. Esse processo tem sido apoiado direta ou indiretamente pelo Estado brasileiro através de vários governos que têm proporcionado as condições legais e estruturais para a mercantilização da educação em nosso país.

É oportuno ressaltar que as bases legais que possibilitaram a entrada de capital no âmbito da educação brasileira tiveram início ainda no Governo de Collor de Melo, passando pelos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, sobretudo com a promulgação da LDB 9394/96, consolidando-se nos governos petistas de Lula e Dilma. Foi justamente no chamado governo dos trabalhadores que a educação básica e superior se efetivaram segundo as recomendações do mercado, principalmente a partir de 2007, com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)<sup>81</sup>.

O governo brasileiro lançou, em 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, através do PDE. As diretrizes desse plano já apontavam a parceria com o setor privado, que passou a contar com enorme apoio financeiro do Estado, oferecendo diversos serviços para a educação básica, alguns deles consolidados com o Plano de Ações Articuladas (PAR). Por meio do PAR, Estados, Distrito Federal e Municípios deveriam elaborar um plano educacional, com metas a serem cumpridas, compostas de ações e subações. Tal processo possibilitaria a obtenção de recursos técnicos e financeiros junto à União.

---

81 Uma análise mais detalhada sobre o PDE e suas vinculações com o empresariamento educacional no Brasil, pode ser encontrada em Jimenez (2010).

Desse modo, o plano de metas e compromissos, organizado pelo governo federal, na figura do MEC, em parceria com os demais entes da federação, foi/é executado pelo poder público em conjunto com agentes externos. A assistência ofertada através do Guia de Tecnologias Educacionais, documento lançado pelo MEC contendo a descrição dos diversos serviços de tecnologias e informações no campo pedagógico proposto pelo PAR, foi elaborada por instituições públicas e empresas privadas pré-qualificadas pelo MEC (PERONI *et all*, 2013). No quadro abaixo, segue um comparativo entre o número de tecnologias ofertadas pelo MEC e os agentes externos, nas edições de 2009 e 2011.

**Tabela 1 - Guia de Tecnologias Educacionais**

Item	Categoria	Tecnologia desenvolvida pelo MEC		Tecnologia externa ao MEC <sup>82</sup>		Total	
		2009	2011	2009	2011	2009	2011
1	Gestão da educação	9	11	6	7	15	18
2	Ensino-aprendizagem	4	9	51	51	55	60
3	Formação dos profissionais da educação	10	12	14	15	24	27
4	Educação inclusive	6	11	1	1	7	12
5	Portais educacionais	4	5	12	11	16	16
6	Diversidade e Educação de Jovens e Adultos	10	17	7	11	17	28
7	Educação Infantil	-	-	-	8	-	8
	<b>Total</b>	43	65	91	104	134	169

Fonte: Guias de Tecnologias Educacionais: 2009<sup>83</sup> e 2011<sup>84</sup>.

<sup>82</sup> Tecnologia desenvolvida pela esfera privada.

<sup>83</sup> Guia referente a 2009. Acesso em 25/02/2017. Disponível no sitio eletrônico [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/guia\\_tecnologias\\_atual.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/guia_tecnologias_atual.pdf).

De acordo com o quadro, o setor privado oferece serviços educacionais em quase todas as categorias, mas com predominância na área de ensino-aprendizagem. Para Peroni (*et al*, 2013), o setor privado, além da oferta pedagógica, determina o currículo escolar, influenciando a concepção pedagógica da educação. Ademais, desconsidera as diferenças regionais, produzindo materiais padronizados e replicáveis para todo o país.

O Guia de Tecnologias Educacionais de 2013, o último atualizado no sítio do Ministério da Educação, é direcionado para a educação em tempo integral. Além disso, mudaram as áreas de tecnologias educacionais, divididas em dez temas, a saber: Acompanhamento pedagógico; Comunicação e uso de mídias; Cultura digital; Cultura e Artes; Educação econômica; Direitos humanos em educação; Educação ambiental; Esporte e lazer; Investigação no campo das ciências da natureza; Promoção da saúde.

Ao todo, foram propostas 51 tecnologias educacionais pelos seguintes entes: setor privado: 26; Fundações: 09; Associações: 06; Universidades: 05; Secretaria de Educação: 01; Igreja: 01; pessoa física: 03. Dentre as tecnologias propostas pelos entes privados, destacam-se o Portal Pedagógico, de autoria da Abril Educação, e a Mesa Educacional Alfabeto com Realidade Aumentada, proposta pelo grupo Positivo Informática. Essas duas tecnologias visam alcançar um grande público, espalhado em todo o território nacional. Os grupos privados proponentes dessas atividades aparecem, também, como ofertadores de pacotes educacionais para vários municípios de todas as regiões do país, como veremos adiante.

Ainda no âmbito do PDE, o governo federal instituiu um conjunto de metas, buscando atingir resultados de qualidade da educação, esta aferida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em vista disso, os Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao PDE assumiram também o compromisso de atingir as metas do programa. Como o principal objetivo da nova política educacional era melhorar os resultados

---

<sup>84</sup> Guia referente a 2011. Acesso em 25/02/2017. Disponível no sítio eletrônico [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9909-guias-tecnologias-2011-12&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9909-guias-tecnologias-2011-12&Itemid=30192)

das avaliações externas, os entes federativos passaram a focalizar seus objetivos em ações que apontavam justamente para a elevação dos resultados do Ideb. É importante salientar que a qualidade da educação básica, aferida pelos testes padronizados, restringe-se ao exame de leitura, escrita e conhecimentos matemáticos e ao corte dos parâmetros curriculares nacionais expressos através da matriz de referência, conforme previsto na *Declaração Mundial de Educação para Todos*.

Nesse sentido, os entes federativos, em especial os municípios, passaram a desenvolver estratégias cujo foco era a melhoria do índice de qualidade da educação. Dentre as estratégias, surgiram as parcerias do poder público com as ditas organizações da sociedade civil, que compareceram com a confecção de pacotes e serviços educacionais para a educação básica, principalmente para o ensino fundamental, visando ao ensino/treino dos alunos para as avaliações externas.

O relatório de pesquisa, realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE)<sup>85</sup> e pela instituição Ação Educativa<sup>86</sup>, é elucidativo em relação a tais aspectos, ao expor a conexão das organizações da sociedade civil e o poder público no oferecimento de serviços educacionais com foco na elevação do índice que mede a qualidade da educação básica. Esse relatório foi lançado em 2015 com o seguinte título: *Sistemas de Ensino Privados na Educação Pública Brasileira: Consequências da Mercantilização para o Direito à Educação*. O Relatório tem como objetivo central analisar a relação entre os sistemas privados de ensino e a ameaça do direito à educação, adotado pelas redes públicas de educação básica em todo Brasil.

Tais sistemas, surgidos no Brasil desde 1998, consistem em um pacote de produtos e serviços destinados aos órgãos da administração pública e equipes pedagógicas das escolas, contendo diversas atividades, tais como a formação continuada de

---

<sup>85</sup> O GREPPE tem seções em três universidades públicas de São Paulo (UNESP-RC, Unicamp e USP-RP). Disponível no sítio eletrônico <https://www.fe.unicamp.br/lage/greppe/index.html>. Acesso em 25/11/2017.

<sup>86</sup> “A Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação é uma associação civil sem fins lucrativos fundada em 1994. Sua missão é promover direitos educativo, culturais e da juventude, tendo em vista a justiça social, a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável.” Disponível no sítio eletrônico <http://www.acaoeducativa.org.br>. Acesso em 26/11/2017.

educadores, acompanhamento e supervisão das atividades docentes, o investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos e os processos de avaliação externa e interna (ADRIÃO *et al.*, 2009). Segundo o Relatório, esses sistemas não se referem apenas ao processo de mercantilização da educação pública, mas, também, da financeirização econômica da educação:

[...] acreditamos que no caso aqui analisado não se trata apenas (o que já é temerário) da venda de serviços e produtos no sentido da mercantilização da educação, trata-se da subordinação da educação pública à financeirização econômica (ADRIÃO *et al.*, 2009; ADRIÃO; GARCIA, 2014). Ou seja, no Brasil, para além da tradicional presença da oferta privada da educação, muitas vezes com subsídio público – no caso do ensino superior, recentemente assumida por corporações transnacionais como a Kroton (OLIVEIRA, 2009) – e da tradicional compra de materiais didáticos pelo setor público, a venda dos “sistemas privados de ensino” para as redes públicas apresenta-se como estratégia do capital financeiro (GREPPE; AÇÃO EDUCATIVA, 2015, p. 4).

Ainda segundo o Relatório, os grupos empresariais<sup>87</sup> Objetivo, Pearson, Positivo, Santillana e Abril Educação aparecem como os cinco maiores grupos educacionais que ofertam sistemas de ensino privado para as instituições públicas e privadas. Além de atuarem no mercado nacional de educação, carregam em comum o fato de se articularem com o mercado financeiro nacional e internacional, aportando em diversas bolsas de valores<sup>88</sup>. Vejamos, brevemente, a caracterização de alguns desses agentes.

---

<sup>87</sup> Alguns desses grupos participam do Movimento Todos pela Educação, no âmbito do qual se agrupam várias organizações ligadas ao capital financeiro e industrial que, a partir de 2006, propuseram uma série de reformas educacionais para o setor público. Tais reformas passaram a ser implantadas com a instituição, pelo governo federal, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007.

<sup>88</sup> “O Grupo Santillana é um “braço” do Grupo Prisa, dirigido por Juan Luis Cebrián, fundador do jornal espanhol *El País*. O grupo é listado na Bolsa de Valores de Madrid. O Grupo Abril Educação, até fevereiro de 2015, vinculado a um dos maiores grupos editoriais do Brasil e proprietário, entre outros, de revistas como *Veja* e *Exame*, negocia na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), no Brasil. A Pearson, por sua vez, aparece listada nas Bolsas de Valores de Londres e de Nova York. O Grupo Positivo intitula-se a maior corporação do país quando se trata de educação e tecnologia, possuindo a maior gráfica editorial do Brasil e uma das maiores da América Latina. Uma das companhias controladas pelo Grupo, a Positivo Informática, abriu capital em 2006, negociando ações também na BM&FBOVESPA” (GREPPE; AÇÃO EDUCATIVA, 2015, p. 32).

Santillana é um grupo de capital aberto, atuando em 22 países de língua espanhola e portuguesa, originário de um grupo espanhol: Promotora de Informação Sociedade Anônima (PRISA). Esse grupo pertence ao mesmo conglomerado espanhol dono do jornal *El País*, cuja sede situa-se na cidade de Madri, e com uma tiragem diária de aproximadamente 470 mil jornais. No Brasil, atuou inicialmente no mercado de vendas de livros, através da Editora Moderna, uma das principais fornecedoras de livros didáticos para as redes de ensino público do Brasil e, atualmente, opera também na oferta de sistema de ensino privado, direcionado para as redes públicas e privadas de ensino: Sistema Uno. Além disso, desde 2005, o grupo Prisa oferece assessoria educacional sobre as avaliações de desempenho, através da Avalia Assessoria Educacional, às redes públicas, tanto em âmbito federal como estadual, e escolas privadas de todo país.

O grupo *Abril Educação* é originário do Grupo Abril, administrado desde 1950 pela *holding* Abrilpar, pertencente à família Civita. Em 2010, separou-se do Grupo Abril, constituindo-se como editora, mas somente em 2015 saiu do controle desse grupo, ao ser vendido para a Tarpon<sup>89</sup>, em um negócio que movimentou 1,31 bilhões de reais. O *Abril Educação* atualmente trabalha no fornecimento de sistemas de ensino através do sistema Anglo e de livros didáticos pelas editoras Ática e Scipione. Segundo o Relatório, além das editoras, o grupo agrega:

[...] cinco cursos preparatórios para exames vestibulares e outros tipos de concursos, duas escolas de ensino de idiomas, uma empresa de ensino telepresencial, uma empresa que oferece cursos preparatórios para a realização do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), uma empresa de ensino móvel (cursos via celular), uma empresa de *e-learning* para preparação profissional, um programa para formação de lideranças em escolas de ensino fundamental e cinco sistemas privados de ensino, dentre os quais o Sistema Anglo, o primeiro a ser adquirido pela Abril Educação. (GREPPE; AÇÃO EDUCATIVA, 2015, p. 35).

---

<sup>89</sup> Disponível no sítio eletrônico

<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/02/fundos-da-tarpon-fecham-aquisicao-de-controle-da-abril-educacao-20150209075504229921.html>.

Acesso em: 22/11/2016.

Conforme o grupo *Abril Educação*<sup>90</sup>, o mercado educacional brasileiro, tanto público quanto privado, desponta como um dos mais promissores do mundo devido ao seu alto potencial de crescimento, em função dos seguintes fatores:

[...] (i) do mercado ainda pouco explorado de escolas públicas; (ii) do crescente número de escolas privadas no País onde Sistemas de Ensino são mais adotados; e (iii) de representar solução eficiente para oferta de qualidade em um mercado com poucos professores bem formados e raros professores com dedicação exclusiva (ABRIL EDUCAÇÃO, 2015).

O grupo *Pearson*, apontado no Relatório, está presente no Brasil desde 1996, porém, apresentou volumosas movimentações financeiras somente a partir do final da primeira década de 2000. O *Pearson* é originário do mesmo grupo do jornal *Financial Times* com sede em Londres, mas com abrangência em vários países do mundo, sendo um dos principais jornais que atuam na área da economia. No Brasil, o grupo comprou o Sistema Educacional Brasileiro (SEB) e atua nos sistemas de ensino privado (Pueri Domus, Dom Bosco e o Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino Fundamental - NAME) e, a partir de 2013, o grupo passou a atuar, também, no ensino de línguas ao adquirir o Grupo Multi, dono das marcas Wizard, Yázigi e Skill.

O *Grupo Objetivo* está no mercado educacional brasileiro desde 1970, a partir da criação de cursinhos preparatórios de vestibulares. Atuando nos ensinos básico e superior, possui aproximadamente 500.000 alunos espalhados em escolas e faculdades por todo o país. Di Gênio<sup>91</sup>, fundador do grupo, considerado pela revista *Exame/Abril*<sup>92</sup> como o “rei do ensino”, anunciou a abertura de capital da empresa recentemente, dispendo para o mercado a venda da rede de universidades UNIP (Universidade Paulista), no valor de 9 bilhões de reais. Além disso, participa no mercado de sistemas de ensino privado através da Editora Sol Soft.

---

<sup>90</sup> Disponível no sítio eletrônico <http://ri.abrileducacao.com.br/pt-br/companhia/Paginas/mercado.aspx>. Acesso em: 22/11/2016.

<sup>91</sup> Segundo jornais de circulação nacional, Di Gênio teve influência sobre o Conselho Nacional de Educação (CNE) ao indicar alguns dos diretores das suas instituições para compor este conselho. Disponível no sítio eletrônico <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1810200018.htm>. Acesso em: 22/11/2016.

<sup>92</sup> Disponível no sítio eletrônico <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1079/noticias/o-ultimo-rei-do-ensino>. Acesso em 23/11/2016

O *Grupo Positivo* também surgiu na década de 1970 através de cursinhos preparatórios para vestibulares. No final da década de 1980, expandiu suas atividades para o ensino superior e o mercado de editoras. É responsável pela edição do dicionário Aurélio e tem se especializado no mercado de informática educacional, através da Positivo Informática, vendendo pacotes educacionais para instituições de ensino públicas e privadas e, também, expandiu seus negócios para outros 40 países.

Em síntese, esses grupos são os principais fornecedores de materiais privados de ensino para a educação fundamental e média às instituições públicas em todo o Brasil através dos seguintes sistemas: Santillana – Uno Público; Abril Educação – Anglo; Pearson – NAME; Positivo – SABE; Objetivo – SOME. Além dessas empresas, existem outras que também operam na área de sistemas privados de ensino. Contudo, conforme o relatório em análise, em razão da tendência à oligopolização do setor, os dados levantados se referem apenas aos cinco maiores grupos.

Segue abaixo a relação da quantidade de municípios<sup>93</sup> que adotaram o sistema privado de ensino dos grupos referidos.

**Tabela 2 - Municípios identificados que adotaram sistema privado de ensino em 2013 – por empresa**

Empresas e Sistemas	Municípios adotantes	%
Grupo Positivo – SABE	225	66,37
Pearson – NAME	65	19,17
Abril Educação – Anglo	23	6,78
Objetivo – SOME	20	5,89
Santillana – Uno Público	6	1,76
Total	339	100

Fonte: GREPPE; AÇÃO EDUCATIVA, 2015.

<sup>93</sup> Segundo o Relatório, o levantamento dessa listagem foi realizado utilizando dados das próprias empresas, dos Tribunais de Contas dos Estados (TCE) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Porém, alguns percalços foram encontrados, dificultando um levantamento mais detalhado de todo o Brasil, tais como: apenas uma empresa forneceu os dados; alguns Tribunais de Contas não atenderam a solicitação; nem todos os 5.570 municípios responderam ao questionário solicitado pela pesquisa. Portanto, os dados são relativos, não totalizam todos os municípios.

Percebe-se que, em se tratando de sistemas de ensino privado, o Grupo Positivo assume a liderança, atingindo 66,37% da totalidade de municípios pesquisados. É importante ressaltar que esse grupo se especializou em fornecimento de programas de informática para a educação, através da Positivo Informática. Outro grupo que também desponta nesse ramo é o grupo Pearson/NAME. Segundo informações do sítio eletrônico do grupo, atualmente o NAME está presente em 140 municípios brasileiros e desde 2005 vem se especializando em elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), dos seus parceiros municipais<sup>94</sup>.

Além de pacotes educacionais, quatro dos cinco grupos apresentados (Santillana/Moderna, Positivo, Pearson e Abril) participam também do mercado de venda de livros didáticos para redes de ensino pública e privada em todo o país. No caso da venda de livros didáticos para as instituições públicas, os grupos participam do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), a partir do qual o governo federal distribui livros para todas as escolas do ensino fundamental e médio. A tabela seguinte explicita os recursos públicos repassados pelo PNLD para os citados grupos.

**Tabela 3 - Participação dos grupos Abril Educação, Santillana, Positivo e Pearson no PNLD – Ensino Fundamental e Médio em 2013, 2014, 2015 e 2016 em relação aos gastos totais do MEC (em R\$)**

MEC/ Empresas	2013		2014		2015		2016	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
MEC/ PNLD	862.222.089	100	1.127.578.023	100	1.156.218.243	100	928.378.291,91	100
Abril Educação	258.090.657	29,9	235.109.167	20,9	245.116.531,61	21,1	206.621.614,11	20,8
Santillana	161.264.876	18,7	226.774.426	20,1	160.341.696,95	13,9	127.936.069,25	13,8
Positivo	24.036.576	2,8	28.017.246	2,4	31.469.568,82	2,7	24.221.772,60	2,6
Pearson	3.036.037	0,35	2.022.507	0,18	2.335.477,96	0,2	450.791,00	0,04

Fonte: PNLD<sup>95</sup>.

<sup>94</sup> Disponível no sítio eletrônico <https://br.pearson.com/educacao-basica/name.html>. Acesso em 24/11/2016.

<sup>95</sup> Disponível no sítio eletrônico <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>. Acesso em: 29/08/2016.

Os grupos Abril Educação e Santillana, de acordo com a tabela, dominam o mercado de venda de livros didáticos para as escolas públicas de ensino fundamental e médio no Brasil. Em 2013, os dois grupos atingiram quase 50% do total de recursos destinados à compra de livros didáticos. Mesmo diminuindo os valores, continuaram dominando o setor nos anos seguintes. Os quatro grupos juntos embolsaram, em 2013, 51,7% do total de recursos do PNLD. Nos anos seguintes, continuaram ganhando, pois em 2014, ambos atingiram 43,6% do total de vendas; em 2015, 37,9%; em 2016, 37,2%. No total de recursos destinados à compra de livros didáticos, o PNLD desembolsou, entre 2013 e 2016, 4,07 bilhões de reais. Percebe-se, portanto, o quanto de recursos públicos é repassado para o setor privado através do mercado de livros didáticos<sup>96</sup>.

Em relação ao ensino superior, o processo de mercantilização da educação, de certa forma, segue o mesmo ritmo da educação básica ou até mais acelerado. Esse nível de ensino despontou no Brasil desde a década de 1930, com o surgimento das universidades católicas. Desde aquela época, grupos econômicos, católicos e leigos, ganham espaço no mercado de ensino superior. Porém, foi a partir de 1968, mais especialmente após a década de 1990, que esse nível de ensino ganhou novo impulso privatista.

É oportuno ressaltar que o crescimento da educação superior privada no Brasil coincide com a intervenção direta ou indireta do poder público em prol do ensino privado. Algumas situações convergiram para isso.

Na década de 1990, tivemos a implantação do fundo de financiamento da educação superior privada. A partir de 2002, o governo federal vem reestruturando alguns programas educacionais já existentes e implantando novos. Em 2005, foi implantado o Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>97</sup>, objetivando oferecer isenções fiscais às instituições de ensino superior (IES) privado para o financiamento de bolsas de estudos integrais ou parciais aos alunos de baixa renda egressos das escolas públicas ou que tenham terminado o ensino médio em escolas particulares com o auxílio de bolsas integrais. Em 2007, no âmbito

---

<sup>96</sup> É importante ressaltar que, para o MEC, a compra de livros didáticos não se enquadra como gasto em educação privada, mas como gasto público.

<sup>97</sup> Programa Universidade para Todos (PROUNI), Lei nº 11.096/2005.

do PDE, foi reformulado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)<sup>98</sup>, o qual se efetivou a partir de 2010. Este fundo tem como objetivo ampliar o acesso aos cursos superiores através do financiamento do ensino nas instituições privadas para os alunos que não conseguiram vagas nas universidades públicas e que não tinham condições de pagar um curso superior em instituição privada.

Sguissardi (2008) analisa a evolução do ensino superior no Brasil de 1964 até 2006, dividindo-a em dois períodos: o primeiro contempla três décadas, que vão de 1964 até 1994, passando pelos 21 anos da ditadura militar e os governos de Sarney, Collor e Itamar Franco; o segundo de 1994 a 2006, que contempla os dois governos de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro governo Lula. Na tabela referente ao primeiro período, o autor divide os dados em duas categorias administrativas: pública e privada. Vejamos a tabela referente ao primeiro período:

**Tabela 4 - Evolução das matrículas da educação superior brasileira por categoria administrativa (pública e privada) – 1964-1994**

Ano	Total	Matrículas públicas		Matrículas privadas	
		Total	%	Total	%
1964	142.386	87.665	61,6	54.721	38,4
1974	937.593	341.028	36,4	596.565	63,5
1984	1.399.539	571.879	40,9	827.660	59,1
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4
1964-1974 %	559,8	289,1	-	990,1	-
1974-1984 %	49,3	67,7	-	38,7	-
1984-1994 %	18,7	20,7	-	17,3	-
1964-1994 %	1.065,7	687,6	-	1.637,7	-

Fonte: SGUISSARDI, 2008, p. 997.

De acordo com a tabela, em 1964, as IES públicas obtiveram 87.665 novas matrículas e as instituições privadas, 54.721,

<sup>98</sup> O FIES foi criado pela MP nº 1.827, de 27/05/99, regulamentado pelas Portarias MEC nº 860, de 27/05/99 e 1.386/99, de 15/19/99 e Resolução CMN 2647, de 22/09/99.

representando, respectivamente, 61,6% e 38,4% do total de matrículas. Entre 1964 e 1974, essa diferença se inverteu e as matrículas no ensino superior privado passaram a ser maiores do que no público em 255.537 matrículas. Nesse período, as matrículas nas IES públicas aumentaram 289% e a das IES privadas 990%, ou seja, as matrículas nas instituições privadas cresceram mais do que o triplo das matrículas nas instituições públicas.

No geral, entre 1964 e 1994, as matrículas nas IES aumentaram em 1.065%, sendo que o setor privado cresceu mais nesse período, saindo de 54.721, em 1964, para 970.584 matrículas, em 1994, o que representou um aumento de 1.637%. Já as matrículas das IES públicas também cresceram, mas não na mesma proporção das instituições privadas: em 1964, foram realizadas 87.665 matrículas; em 1994, 690.879, um aumento de 687%.

Em relação ao segundo período analisado, além dos dados referentes às categorias público e privado, o autor acrescentou a evolução do número relativo a essas instituições.

**Tabela 5 - Evolução do número de instituições e de matrículas da educação superior por categoria administrativa (público e privada) – 1994 a 2006<sup>99</sup>**

Ano	Número de Instituições					Número de Matrículas				
	Tota 1	Púb.	%	Priv.	%	Total (mil.)	Púb. (mil.)	%	Priv. (mil.)	%
1994	851	218	25,6	633	74,4	1.661	690	41,6	970	58,4
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1	3.479	1.051	30,2	2.428	69,8
2006	2.270	248	11,0	2.022	89,0	4.676	1.209	25,8	3.467	74,2
1994- 2002 %	92,4	-10,5	-	127,8	-	109,5	52,3	-	150,2	-
2002- 2006 %	38,7	27,2	-	40,2	-	34,3	15,0	-	42,8	-
1994- 2006 %	166,7	13,7	-	219,4	-	181,7	75,1	-	275,2	-

Fonte: SGUISSARDI, 2008, p. 999.

<sup>99</sup> Os dados se referem às matrículas nos cursos presenciais. Não são contabilizadas, portanto, as matrículas realizadas nos cursos a distância.

A análise da tabela nos faz perceber que o número de IES apresentou uma evolução bastante expressiva, saltando de 851 instituições, em 1994, para 2.270, em 2006, um aumento de 166,7%. Ressalte-se que o período em que o ensino superior mais evoluiu foi entre os anos de 1994 e 2002, aumentando em 92,4%. Entretanto, o número de IES públicas mostrou um crescimento pouco representativo nesse período, no geral, expandindo-se apenas 13,7% em 8 anos (1994-2002). Já as IES privadas lograram um aumento de 219,4% no intervalo estudado, o que significa 16 vezes mais do que as IES públicas. Na gestão de FHC (1995-2002), as IES privadas cresceram 127,8% e, no primeiro mandato de Lula (2003-2006), cresceram 40,2%. Já as IES públicas sofreram uma diminuição de 10,5% na gestão de FHC e um aumento de 27,2% na primeira gestão de Lula. Conclui-se, portanto, que esses dois governos tinham visões diferentes no que diz respeito ao ensino superior público. Porém, em relação às IES privadas, os referidos governos compartilhavam da mesma ideia, ou seja, contribuíram de algum modo para o crescimento do ensino privado superior no Brasil.

O mesmo fenômeno pode ser observado sobre a quantidade de alunos matriculados nas IES públicas e privadas. Entre 1994 e 2006, o número de alunos matriculados nas IES públicas aumentou em 75,1%, enquanto nas privadas esse crescimento foi de 275,2%. O crescimento expressivo tanto das IES privadas quanto da quantidade de matrículas em tais instituições coincide com a implementação de dois programas educacionais que privilegiam a esfera privada em detrimento da pública: o FIES (1999) e o PROUNI (2005). Até que ponto, precisamente, esses programas influenciaram os números apresentados não é possível atestar aqui, mas, sem sombra de dúvida, tiveram um peso significativo na elevação desses dados.

Apresentaremos a seguir os dados do período posterior ao pesquisado por Sguissardi, considerando o intervalo entre 2006 e 2014. Utilizamos a mesma metodologia expositiva do autor.

**Tabela 6 - Evolução do número de instituições e de matrículas da educação superior por categoria administrativa**

Ano	Número de Instituições					Número de Matrículas				
	Total	Púb.	%	Priv.	%	Total (mil.)	Púb. (mil.)	%	Priv. (mil.)	%
2006	2.270	248	11,0	2.022	89,0	4.676	1.209	25,8	3.467	74,2
2010	2.378	278	11,7	2.100	88,3	5.477	1.462	26,7	4.015	73,3
2014	2.368	298	12,6	2.070	87,4	6.486	1.823	28,1	4.663	71,9
2006-2010 %	4,8	12,1	-	3,9	-	17,1	21,0	-	15,8	-
2010-2014 %	-0,4	7,2	-	-1,4	-	18,4	24,7	-	16,1	-
2006-2014 %	4,3	20,2	-	2,4	-	38,7	50,8	-	34,5	-

Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados divulgados pelo Inep/Censo da educação superior<sup>100</sup>.

O ritmo de crescimento das IES no último período analisado desacelerou tanto em números absolutos quanto em números relativos. Entre 2006 e 2014, as IES públicas apresentaram um ligeiro crescimento em relação às IES privadas, pois, enquanto as públicas cresceram 20,2%, as privadas só atingiram 2,4% de crescimento. Inclusive as IES privadas sofreram uma pequena retraída entre 2010 e 2014, com um decréscimo de 1,4%. Mesmo assim, no geral, a quantidade de IES continuou crescendo nesse período. Por outro lado, o quantitativo de matrículas aumentou numa proporção bem maior do que a quantidade de IES. Enquanto as IES, no período entre 2006 e 2014, cresceram 4,3%, o aumento de matrículas, no mesmo período, foi de 38,7%. Esse crescimento nas IES públicas, em termos percentuais, foi de 50,8%, enquanto nas IES privadas foi de 34,5%. Convém ressaltar, porém, que, em números reais, as matrículas nas IES privadas continuaram aumentando em um volume destacadamente maior do que nas IES públicas, pois, entre 2006 e 2014, esse montante

<sup>100</sup>Disponível no sítio eletrônico <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 03/09/2016.



Os dois períodos em que o número de matrículas nas IES cresceu coincidem com duas políticas educacionais implementadas pelo Estado brasileiro. A primeira se refere à reforma do ensino superior nos finais da década de 1960, realizada pelos governos militares. A segunda, à reformulação da política educacional do ensino superior, iniciada no governo de FHC e continuada nos governos Lula e Dilma, expressa no REUNI, PROUNI e FIES.

O crescimento das IES públicas refletiu, em parte, a política de expansão do ensino superior público, através do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O governo federal, via REUNI, expandiu o ensino superior público no Brasil, utilizando dois mecanismos: construção de novas instituições e reformulação das instituições existentes. Através desse processo, aumentou a quantidade de vagas nas instituições de ensino superior públicas.

Em relação às IES privadas, percebemos o mesmo fenômeno, ou seja, a expansão das matrículas nessas instituições. Esse aumento também coincide com a reformulação de alguns programas educacionais relacionados com o ensino superior, como foi o caso do PROUNI e do FIES. No caso do FIES, a nova reformulação entrou em vigor em 2010, desburocratizando e, ao mesmo tempo, facilitando a tomada de empréstimos para financiamentos nos cursos das IES privadas. Através desses dois programas educacionais, o governo federal, ao mesmo tempo em que impulsionou o ensino superior privado, resolveu os problemas de vagas ociosas nessas instituições<sup>101</sup> tanto através das bolsas de estudo como pela facilitação do financiamento da educação, daí porque a quantidade de matrículas apresentou um aumento significativamente maior do que a quantidade de novas instituições privadas surgidas nesse período.

Convém ressaltar que o PROUNI e o FIES são dois programas complementares e a mesma instituição pode fazer uso deles

---

<sup>101</sup> Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 1990, 18,6% do total das vagas das universidades públicas e 19,2% das privadas estavam ociosas. Em 2003, a situação é invertida, pois, enquanto nas universidades públicas a ociosidade das vagas alcança o percentual de 5%, nas privadas esse percentual sobe para 42,2%. Acesso em 28/11/2016. Disponível no sítio eletrônico

[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=875:reportagens-materias&Itemid=39](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=875:reportagens-materias&Itemid=39).

concomitantemente, aumentando, por um lado, a quantidade de alunos através do financiamento, portanto, ampliando sua arrecadação; de outro, angariando abatimento nos impostos devidos ao governo federal ao ofertar bolsas de estudos integrais ou parciais.

Vejamos, então, alguns dados que nos possibilitam analisar-se de forma concreta o impacto desses dois programas no mercado de educação privada no Brasil. O número de contratos novos do FIES, por exemplo, entre 1999 (ano da sua implantação) e 2009, foi de 564 mil. Depois de 2010 (ano da sua reformulação)<sup>102</sup>, a quantidade de contratos aumentou consideravelmente, sendo assinados, nesse ano, 76 mil novos contratos; em 2011, 154 mil; em 2012, 378 mil; em 2013, 560 mil; em 2014, 732 mil novos contratos. Portanto, o número de contratos em cinco anos (2010 a 2014) mais do que triplicou em relação ao período anterior, que contempla um intervalo de 10 anos (1999-2009). De acordo com Mendes (2015), em reportagem disponibilizada no sítio do Senado Federal<sup>103</sup>, o gasto do governo federal para com o FIES também cresceu. Em 2010, o montante foi de 1,1 bilhão; em 2014, esse valor se elevou para 13,7 bilhões, um aumento de quase 13 vezes em relação a 2010. Vejamos no gráfico seguinte os gastos<sup>104</sup>, em bilhões, do governo federal com o FIES, de 2004 a 2014.

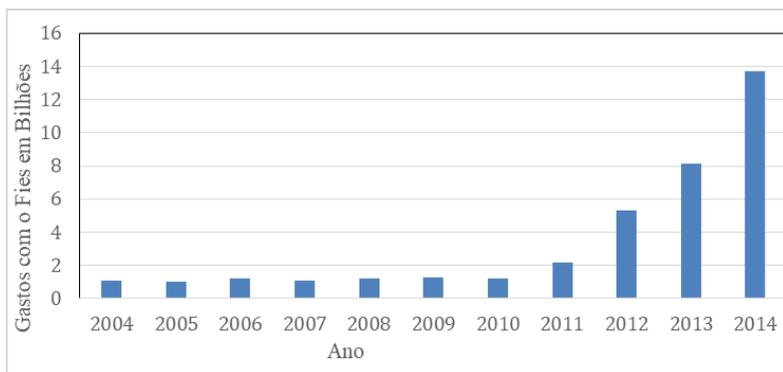
## **Gráfico 2 - Gastos do Governo Federal com Fies (2004 - 2014), em Bilhões.**

---

<sup>102</sup> Em 2010, o governo federal reformulou o programa visando facilitar os empréstimos e aumentar as matrículas na rede privada. A taxa de juros, que era de 6,5%, passou para 3,4% ao ano e o prazo de quitação foi alongado. Além disso, o governo desburocratizou os procedimentos para formalização dos contratos, ao relaxar a exigência do fiador.

<sup>103</sup> Disponível no sítio eletrônico <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol26>. Acesso em: 28/11/2016.

<sup>104</sup> O governo federal não considera o FIES como uma despesa, mas como uma “inversão financeira”, tendo em vista que parte desse recurso volta para os cofres do governo. Porém, como os juros são abaixo dos juros de mercado e o prazo para pagamento é extenso, no final, o que se configura é um favorecimento desmedido da esfera privada em relação à pública.



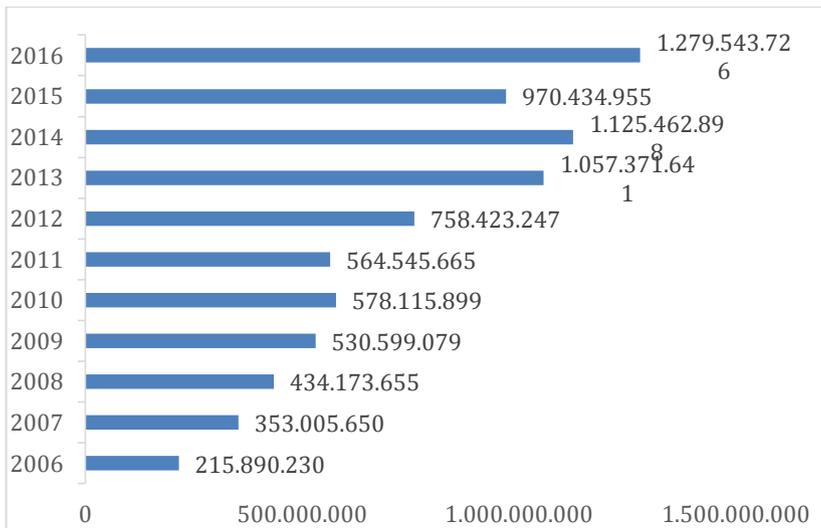
Fonte: MENDES, 2015.

Segundo informações do Senado Federal, o total de recursos que o governo passou a gastar depois da reformulação do FIES, de 2011 até 2014, alcança a cifra de 29 bilhões de reais. É oportuno apontar que nessa contabilidade não entram os gastos do PROUNI, ou seja, a quantidade de recursos financeiros que o governo deixou de arrecadar das instituições privadas em razão da concessão de bolsas de estudos.

Em relação ao PROUNI, segundo dados oficiais<sup>105</sup>, entre 2005 e 2016, foram ofertadas 2,8 milhões de vagas nas IES privadas, sendo que, do total, 1,6 milhões foram bolsas integrais e 1,2 milhões, bolsas parciais. Em relação à renúncia fiscal do governo com o PROUNI, segue o gráfico abaixo.

### **Gráfico 3 - Renúncia fiscal para o PROUNI: Valores em reais que o governo federal deixou de arrecadar entre 2006 e 2016**

<sup>105</sup> Disponível no sítio eletrônico <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 29/11/2016.



Fonte: Jornal O Globo<sup>106</sup>

Ao somarmos os montantes que as instituições de ensino superior privadas receberam entre 2004 e 2014, através do FIES, que são da ordem de R\$ 37,4 bilhões, e os valores que deixaram de contribuir através da renúncia fiscal, instituído pelo PROUNI, entre 2006 e 2016, que são da ordem de 7,8 bilhões, chegamos a um valor total de R\$ 45,2 bilhões. Tomando como referência o intervalo fechado que vai de 2004 até 2016, portanto, 13 anos de FIES e/ou PROUNI juntos, chegamos a uma média de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões anuais de recursos repassados (ou deixados de arrecadar) da esfera pública para a iniciativa privada. Esses dados ainda podem ser acrescidos, tendo em vista que nas próprias IES públicas, diversos serviços são terceirizados, como limpeza, segurança, assessoria, entre outros.

O impacto imediato dessa política do governo federal foi o crescimento do setor empresarial ligado à educação. Presenciou-se, nesse período, o surgimento de várias empresas atuando na área educacional, inclusive, ocorrendo fusões e vendas de ações e,

<sup>106</sup> Disponível no site eletrônico <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/01/prouni-deve-custar-r-127-bilhao-em-2016-maior-valor-desde-sua-criacao.html>. Acesso em: 19/11/2016.

consequentemente, o processo de oligopolização desse setor. Em 2013, por exemplo, ocorreu a fusão entre as empresas Anhanguera Educacional e Kroton Educacional, formando a empresa Kroton-Anhanguera, a maior empresa educacional do mundo, a qual, no período da fusão, estava avaliada em aproximadamente 12 bilhões de reais. Em 2013, a Kroton-Anhanguera contava com 1 milhão de alunos, 123 campi de ensino presencial, 647 polos de ensino a distância e mais de 2.000 cursos de graduação. Em coletiva à imprensa, na época da fusão, o futuro diretor da empresa, Rodrigo Galindo, declarou que o objetivo da empresa era ser parceira do governo federal e que essa parceria passava pelo acesso ao FIES<sup>107</sup>.

As empresas que se firmaram nesse período passaram a ganhar somas vultosas, conforme notícias veiculadas nos grandes jornais de circulação nacional. Segundo reportagem de José Roberto de Toledo, Paulo Saldaña e Rodrigo Burgarelli, no jornal Estadão<sup>108</sup>, em 2014, por exemplo, a Kroton-Anhanguera teve um lucro de 2 bilhões de reais. De acordo com essa mesma reportagem, Estácio e Unip, outras duas proeminentes empresas educacionais, receberam do tesouro nacional, também em 2014, respectivamente, 683 e 390 milhões de reais.

Convém destacar que os alunos que acessaram o PROUNI e o FIES, em sua maioria, eram de baixa renda ou provenientes de escolas públicas. É oportuno deixar claro que atribuímos a devida importância ao acesso ao ensino superior de setores da sociedade que foram historicamente impedidos de cursar esse nível de ensino. Desse modo, a crítica aqui apontada ao crescimento das IES privadas segue no sentido de afirmar o favorecimento da esfera privada em detrimento da pública. Na época da divulgação do Prouni, vale notar, Leher (2004) assegurou, com base nos estudos da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que, com R\$ 1 bilhão de reais, seria possível criar 400 mil novas vagas nas instituições superiores de ensino público. Nos termos da denúncia do autor:

---

<sup>107</sup> Disponível no site eletrônico <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/kroton-e-anhanguera-os-numeros-da-maior-empresa-de-educacao>. Acesso em 05/12/2016.

<sup>108</sup> Disponível no site eletrônico <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,gasto-com-fies-cresce-13-vezes-e-chega-a-r-13-4-bi-mas-ritmo-de-matriculas-cai-imp,1634714>. Acesso em 05/12/2016.

Com o total de verbas públicas que está sendo previsto para as instituições privadas, poderíamos ter mais de um milhão de novas vagas. E vagas de qualidade e não cursos de curta duração, ou sequenciais como está previsto no documento 2 do MEC. E mais: se tivéssemos esses cerca de 3,5 bilhões, poderíamos criar 1 milhão e 400 mil novas vagas no ensino público. A pergunta então é: por que o governo Lula da Silva, ao invés de utilizar esses recursos para criar 1 milhão e 400 mil novas vagas opta por criar menos de 300 mil no setor empresarial? Por que esse projeto é uma negociata, como disse Chico de Oliveira (LEHER, 2004 *Apud* ADUFF/SSIND, 2004, p. 02)<sup>109</sup>

Fica evidente, portanto, que a política educacional do ensino superior implementada pelos governos de FHC, Lula e Dilma, mesmo permitindo o acesso de alunos de baixa renda ao ensino superior, no geral, favoreceu diretamente ao ensino privado. Como exposto, caso os recursos aplicados no ensino privado fossem repassados para as IES públicas, aumentar-se-ia, exponencialmente, a quantidade de vagas nessas últimas instituições.

Ressaltamos que trouxemos nesse texto apenas alguns dados para ilustrar o processo de mercantilização da educação brasileira. Com isso, deixamos de abordar vários outros exemplos e situações que apontam no mesmo sentido dos dados apresentados neste trabalho. Contudo, como não nos é possível, na brevidade de um artigo, dar plena conta da problemática levantada, indicamos alguns outros estudos produzidos no escopo da Linha E-Luta/UFC e do IMO/UECE, que avançam na análise do nefasto processo de mercantilização da educação brasileira. Nesse sentido, a tese desenvolvida por Silva (2011) denuncia a mercantilização do ensino e a precarização do trabalho docente no âmbito da Educação a Distância, através da Universidade Aberta do Brasil (UAB); o trabalho dissertativo de Lemos (2016) examina o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), à luz de uma perspectiva onto-crítica marxista, esboçando, ao mesmo tempo, os rebatimentos de tal programa na formação política da classe trabalhadora, no contexto da dita sociedade do conhecimento e sua relação com a política de

---

<sup>109</sup> Disponível no sítio eletrônico  
[http://www.aduff.org.br/boletim/2004a\\_09m\\_24d.htm](http://www.aduff.org.br/boletim/2004a_09m_24d.htm). Acesso em  
06/12/2016.

financiamento do ensino profissionalizante; por fim, apontamos os textos de Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2010) sobre a relação do governo com o empresariado da educação e o trabalho de Santos, Jimenez e Mendes Segundo (2010) sobre o ensino superior não universitário no Brasil e seu vínculo com as prerrogativas do mercado.

## Referências Bibliográficas

ABRIL EDUCAÇÃO. Mercado de educação básica e adjacências no Brasil. 19 de outubro de 2015. Disponível em: <http://ri.abrileducacao.com.br/pt-br/companhia/Paginas/mercado.aspx>. Acesso em: 22/11/2016.

ADRIÃO, Theresa.; GARCIA, T. ; BORGHI, R. F. ; ARELARO, L. R. G. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de 'sistemas de ensino' por municípios paulistas. Educação & Sociedade (Impresso), v. 30, p. 799-818, 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA ASSOCIAÇÃO FEDERAL FLUMINENSE – ADUFF/SSind. Niterói/RJ, Ano 02, N° 22, 2004. Disponível em [http://www.aduff.org.br/boletim/2004a\\_09m\\_24d.htm](http://www.aduff.org.br/boletim/2004a_09m_24d.htm). Acesso em 06/12/2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: SAVIANI, Dermeval. trajetória, limites e perspectivas. 12ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 183-212.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 que instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm). Acesso em: 12/03/2017.

FRERES, H.; RABELO, J. J.; MENDES SEGUNDO, M. D. Governo e Empresariado: a grande aliança em prol do mercado da Educação para Todos. In: Susana Jimenez; Jackline Rabelo e Maria das Dores Mendes Segundo. (Org.). Marxismo, Educação e Luta de Classes: pressupostos ontológicos e desdobramentos ideopolíticos. 1ed. Fortaleza: EdUECE, 2010, v. 1, p. 33-59.

GREPPE; AÇÃO EDUCATIVA. Sistemas de Ensino Privados na Educação Pública Brasileira: Consequências da Mercantilização para o Direito à Educação. 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/04/Peri-Sistemas-de-Esino-Privado-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-Brasileira-ok.pdf>. Acessado em 03/09/2016.

JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, M. D; RABELO, Jackline. Educação para Todos e Reprodução do Capital. In: Revista Trabalho Necessário, n. 09, ano 7, 2009. p. 01-24. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

JIMENEZ, Susana. A política educacional brasileira e o plano de desenvolvimento da educação (PDE): uma crítica para além do concerto democrático. In: Susana Jimenez; Jackline Rabelo e Maria das Dores Mendes Segundo. (Org.). Marxismo, Educação e Luta de Classes: pressupostos ontológicos e desdobramentos ideológicos. 1ed. Fortaleza: EdUECE, 2010, v. 1, p. 15-32.

JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, M. D.; SANTOS, Deribaldo. O ensino superior não universitário no Brasil: a reforma para o mercado. In: Susana Jimenez; Jackline Rabelo; Maria das Dores Mendes Segundo. (Org.). Marxismo, educação e luta de classes: pressupostos ontológicos e desdobramentos ideológicos. 01ed. Fortaleza: EdUECE, 2010, v. 01, p. 107-130.

LEHER, Roberto. Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros. Brasil de Fato, São Paulo, julho de 2015a. Entrevista concedida a Felipe Albuquerque. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/32359/>. Acesso em: 01/12/2016.

LEMOS, Ana Thyara Leal. O Pronatec e a política de formação da classe trabalhadora no contexto da proclamada sociedade do conhecimento: um exame onto-crítico. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2016.

MENDES SEGUNDO, M. D. O Banco Mundial e suas Implicações na Política de Financiamento da Educação Básica no Brasil: o Fundef no centro do debate. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MENDES, M. J. A Despesa Federal em Educação: 2004-2014. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abril/2015 (Boletim Legislativo nº 26, de 2015). Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos). Acesso em: 28/11/2016.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do Capital. In: Revista Outubro, n. 4. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2000. p. 07-15.

\_\_\_\_\_. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011a.

\_\_\_\_\_. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011b.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA – Unesco. Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos. Nova Delhi, Índia, 1993. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139393por.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. O Marco de Ação de Dakar. Educação para Todos: Compromissos de Dakar. Dakar, Senegal: Cúpula Mundial de Educação, 2000. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2016.

PERONI, Vera; PIRES, D. O.; BITTENCOURT, J. M. V.; BERNARDI, L.; COMERLATTO, L. P.; CAETANO, R. Relação entre o Público e o Privado na Educação Básica Brasileira: implicações para processos de democratização. Políticas Educativas, v. 7, p. 92-109, 2013.

RABELO, J. J.; JIMENEZ, S.; MENDES SEGUNDO, M. D. O Movimento de Educação para Todos e a Crítica Marxista. Fortaleza, Edições UFC, 2015.

SGUISSARDI, V. “Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária”. Educação e Sociedade, v. 29/105, p. 991-1022, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>. Acesso em: 12/09/2016.

SHIROMA, Eneida O.; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Solonildo Almeida da; SILVA. Educação à Distância e Universidade Aberta do Brasil: quando a mercantilização do ensino e a precarização da docência alcançam um novo ápice. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Ceará, 2011.

## **LANÇAMENTO 2018:**

– **Anuário Lukács 2018**

– **Estética em Lukács: a criação de um mundo para chamar de seu**, Deribaldo Santos

– **Educação para o trabalho no capitalismo: o ProJovem como negação da formação humana**, Maria Gorete Rodrigues de Amorim

– **O Significado da vida no sistema do capital: Introdução**, Luciano Accioly Lemos Moreira

– **Mészáros e a crítica ao reformismo da social-democracia ocidental**, Edivânia Melo

## LIVROS PUBLICADOS NA COLEÇÃO FUNDAMENTOS:

- **Introdução a uma estética Marxista:** Sobre a Particularidade como Categoria da Estética, Georg Lukács (lançamento).
- **Conversando com Lukács,** Georg Lukács, entrevista a: Leo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz
- **Notas para uma ética** (Edição bilíngue), Georg Lukács
- **Pensamento Vivo:** autobiografia em diálogo, Georg Lukács

## ANUÁRIOS LUKÁCS ANTERIORES:

- **Anuário 2014**, diversos autores
- **Anuário 2015**, diversos autores
- **Anuário 2016**, diversos autores
- **Anuário 2017**, diversos autores





